



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Psicologia

Rosana Lazaro Rapizo

**Entre laços e nós, perdas e ganhos: um espaço de conversas sobre
divórcio**

Rio de Janeiro
2013

ROSANA LAZARO RAPIZO

Entre laços e nós, perdas e ganhos: um espaço de conversas sobre divórcio



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Leila Maria Torraca de Brito

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R218	Rapizo, Rosana Lazaro. Entre laços e nós, perdas e ganhos: um espaço de conversas sobre divórcio / Rosana Lazaro Rapizo. – 2013. 357 f. Orientador: Leila Maria Torraca de Brito. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. 1. Divórcio – Teses. 2. Família – Teses. 3. Estudos em grupo – Teses. I. Brito, Leila Maria Torraca de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.
es	CDU 347.627.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

Assinatura

Data

Rosana Lazaro Rapizo

Entre laços e nós, perdas e ganhos: um espaço de conversas sobre divórcio

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 04 de abril de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Leila Maria Torraca de Brito (Orientadora)
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof.^a Dr.^a Carla Guanaes Lorenzi
Departamento de Psicologia da USP/ Ribeirão Preto

Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera
Faculdade de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia

Prof.^a Dr.^a Leonora Corsini
Instituto de Comunicação em Ciência e Tecnologia da UFRJ

Prof.^a Dr.^a Marilene Grandesso
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP

Rio de Janeiro

2013

AGRADECIMENTOS

Acredito que a produção de conhecimento é uma atividade coletiva. O trabalho aqui apresentado traz com ele minha história de vida. Traz infinitas participações. Nos últimos anos, para a realização das tarefas às quais me propus no doutorado eu tive a presença generosa de várias pessoas que possibilitaram que eu chegasse até a esse momento. Sem elas o trabalho jamais aconteceria.

Aos participantes do grupo realizado durante o trabalho. Eles foram o corpo e a alma do trabalho. Passei longos meses ouvindo suas vozes, relendo suas falas, admirando a beleza do encontro que tivemos. Agradeço de coração terem me oferecido suas histórias de alegrias e dores, seus nós e laços, suas perdas e ganhos como matéria prima desse trabalho.

À Maria Beatriz Costamilan e Nadia Moritz, minhas amadas amigas, companheiras e parte da minha equipe eterna, por terem generosamente ficado disponíveis para o trabalho com o grupo. Por terem me acompanhado por tantos anos e ainda estarem presentes. Elas são parte de mim, da minha forma de ser, da maneira como eu trabalho. Jamais teria conseguido realizar o trabalho sem elas. Deram para o grupo, como sempre, tempo, coração e competência.

À Isadora Ramos, que realizou o relato escrito da maior parte dos encontros do grupo. Sua participação eficiente e silenciosa foi indispensável. Aceitou entrar em um trabalho novo, com pessoas que ela não conhecia, integrando-se de uma forma admirável.

À Leila Maria Torraca de Brito, minha orientadora, pelo imenso aprendizado desses quatro anos, mas principalmente pela dedicação, pela paciência e pela forma segura, atenta e respeitosa com que esteve comigo neste tempo.

Aos professores que compuseram a banca: Anna Paula Uziel, Carla Guanaes, Emerson Rasesa, Leonora Corsini, Marilene Grandesso e Teresinha Mello da Silveira.

Ao grupo de pesquisa do qual fiz parte na UERJ.

A Marisa Rocha, pelo apoio e estímulo durante meu percurso.

A Carla Guanaes, Emerson Rasesa e Marilene Grandesso, colegas de profissão e queridos amigos, pela disposição de saírem de suas cidades e estarem

comigo nesse momento. Além disso, agradeço pela colaboração, pela generosidade com o saber e por serem, os três, fontes inesgotáveis de diálogos e de inspiração.

À Anna Paula Uziel pelo apoio e suporte.

A toda equipe do Instituto Noos, um dos meus lares profissionais, por me acolher, por esperar meu tempo e por ser um lugar no qual me orgulho de estar e onde quero continuar aprendendo e compartilhando o que aprendo.

Às minhas companheiras de consultório por darem conta das minhas tarefas, por me oferecerem apoio em todos os passos dessa caminhada.

À Selma Hinds, Luciana Soto, Carmen Pontual e Martha Scodro, que em diversos momentos foram parte das equipes onde criamos trabalhos com grupos, pela contribuição que deixaram e que está presente nesse trabalho.

À Martha Zannetti, por tudo que ela é em minha vida, mas especialmente, por ser minha primeira mestra no mundo dos grupos.

A Saúl Fuks, meu mestre na Facilitação Sistêmica de Processos Coletivos, pelos anos de rica e generosa convivência que estão representados nesse trabalho.

A Marcelo Pakman, outro mestre, pelas questões e provocações que me levaram sempre, e nesse trabalho especialmente, a refletir e nunca dar por garantido nenhum saber ou nenhuma palavra.

A Jorge Bergallo, querido e fiel amigo, por estar na minha vida há tantos anos, pela parceria em tantas áreas da vida, por dar conta da minha ausência e falta de disponibilidade e, finalmente pela revisão cuidadosa de parte do texto.

A Heitor, pela curiosidade amorosa, pelo interesse constante em colaborar, pela paciência, pelos momentos fundamentais de descontração e alegria, por estar comigo e participar de tantas transformações em mim.

Aos meus muitos e queridos amigos que são meu alimento eterno, por todo o apoio, carinho e presença sempre.

Aos meus pais, minhas irmãs e meus sobrinhos pela oportunidade de pertencer, de ter referências e de conviver em família e aprender sobre minha/nossa humanidade. Sem eles nunca estaria aqui.

Aos meus amados filhos, Hugo e Henrique, por ter aprendido com eles muito mais do que pude ensinar. Por estarem presentes e serem fonte de muito orgulho e de grande parte da minha força na vida.

E, finalmente, à CAPES pelo apoio financeiro para a realização desse projeto.

RESUMO

RAPIZO, Rosana. *Entre laços e nós, perdas e ganhos: um espaço de conversas sobre divórcio*. 2013. 357 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

O presente estudo aborda pesquisa que teve como objetivo principal investigar a possibilidade de usar um método inspirado pelo construcionismo social para o trabalho com um grupo de mães, pais e filhos que passaram pelo divórcio em suas famílias. Para a investigação foi realizado um grupo, composto por mães, pais e filhos entre 18 e 25 anos, que não pertenciam à mesma família, mas que tinham em comum a experiência do divórcio. Também foi empreendido estudo teórico sobre temas relacionados ao construcionismo social; as mudanças na família contemporânea; divórcios e organizações familiares dele decorrentes; o trabalho com grupos e a contribuição do construcionismo para esse campo. O trabalho se propôs a articular os três temas principais nele presentes: o construcionismo social, o trabalho com grupos e o divórcio. Durante os dez encontros foram conversados tanto espontaneamente como através das dinâmicas propostas, temas relacionados ao divórcio, convivência com os filhos e relações com ex-parceiros, entre outros. O foco da elaboração das dinâmicas pretendia aproveitar a diferença de posicionamento entre os participantes como ferramenta para mudança. Outro objetivo da pesquisa era observar se através da participação no grupo as pessoas transformavam suas relações com outras fora do grupo, como filhos e ex-parceiros em uma direção de menos conflitos e disputas. Ao longo do grupo foi relatado pelos participantes em vários momentos tanto o valor da diferença para reflexão e mudança de visão sobre a situação que viviam como a transformação de relações conflituosas a partir das conversas ocorridas no grupo. O material gerado nas conversas grupais foi analisado através da poética social, metodologia de cunho construcionista. Ficou evidenciado que o grupo entendido como espaço conversacional é um dispositivo útil para o diálogo e para a produção de novos sentidos tanto em relação à vida de cada um dos participantes, como promovendo questionamentos e a desconstrução de linguagens sociais relacionadas aos temas do divórcio, relações entre pais e filhos e relações familiares em geral.

Palavras-chave: Construcionismo Social. Trabalho com grupos. Divórcio. Famílias pós-divórcio.

ABSTRACT

This study discusses research that aimed to investigate the possibility of using a method inspired by social constructionism to work with a group of mothers, fathers and children who have gone through divorce in their families. The research was conducted with a group composed of mothers, fathers and children between 18 and 25 years, who did not belong to the same family, but had in common the experience of divorce. Theoretical study was also undertaken on topics related to social constructionism, the changes in contemporary family, divorce and family organizations thereunder; work with groups and constructionist contribution to this field. The study aimed to articulate the three major themes present in it: social constructionism, working with groups and divorce. During the ten meetings the conversations, both spontaneous and proposed by the dynamics, were mainly around issues related to divorce, such as, living together with children and relationships with ex-partners, among others. The focus of elaboration of the dynamics was to use the difference of positioning between participants as a tool for change. Another objective of the study was to observe whether, through participation in the group, people transformed their relationships with others outside the group, such as children and former partners in a direction of less conflicts and disputes. Throughout the group was reported by participants, both the value of the difference for reflection and change of view on the situation that lived, as the transformation of conflictual relations from the conversations occurring in the group. The material generated in group conversation was analyzed by social poetics a social constructionist inspired methodology. It was evident that the group understood as a conversational space is a useful device for dialogue and to produce new meanings, both in relation to the life of each participant, as promoting questioning and deconstruction of social languages related to the topics of divorce, relationships parents and children and family relationships in general.

Keywords: Social Construcionism. Work with Groups. Divorce. Families post-divorce.

RÉSUMÉ

Cette étude porte sur la recherche qui visait à évaluer la possibilité d'utiliser une méthode inspirée par le constructionnisme social de travailler avec un groupe de mères, de pères et d'enfants qui ont vécu le divorce de leurs familles. À la recherche a été réalisée un groupe composé des mères, des pères et des enfants entre 18 et 25 ans, qui n'appartenaient pas à la même famille, mais ils avaient en commun l'expérience du divorce. Une étude théorique a également été menée sur des sujets liés au constructionnisme social, les changements dans la famille contemporaine, le divorce et les divorces et les organisations de la famille en découlant; travail avec des groupes et constructionnisme contribution dans ce domaine. L'étude visait à articuler les trois grands thèmes présents dans l': constructionnisme social, travail avec des groupes et le divorce. Au cours de dix réunions toute le groupe a discute ensemble, soit spontanément, soit par des dynamiques propose, dans d'autres thèmes, les questions relatives au divorce, la vie avec leurs enfants et leurs rapport avec les ex-conjoints. Le développement des dynamiques était base sur les différences de positionnement de participants de comme outil de changement. Un autre objectif de l'étude était d'observer que ce soit par la participation à un groupe de personnes ont transformé leurs relations avec les autres en dehors du groupe, comme les enfants et les ex-conjoints dans une direction de moins de conflits et de différends. Au cours de groupe a été signalé par les participants, à diverses reprises, à la fois la valeur de la différence de réflexion et de changement de vue sur la situation lequel ils vivaient comme la transformation des relations conflictuelles en raison de conversations qui se produisent dans le groupe. Le matériel produit dans des discussions de groupe ont été analysées par la la methode construtioniste de la Poétique Social. Il était évident que le groupe a compris que l'espace conversationnel est un dispositif utile pour le dialogue et pour produire de nouvelles significations à la fois par rapport à la vie de chaque participant, par la promotion de questionnement et de déconstruction des langages sociaux liés aux thèmes du divorce, les relations les parents et les enfants et les relations familiales en général.

Mot-clé: Construcionnisme Social. Travail avec des Groupes. Divorce. Après le Divorce Familles.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	TRANSFORMAÇÕES DA (PÓS) MODERNIDADE: COMPLEXIDADE E DESAFIOS.....	22
1.1	Globalização, capitalismo de mercado e sociedade de consumo.....	24
1.2	A racionalidade neoliberal, capitalismo de mercado e consumo.....	29
1.3	Mudanças, bifurcações e dilemas.....	32
2	CONSTRUCIONISMO SOCIAL: UM NOVO MOVIMENTO.....	35
2.1	A centralidade da linguagem.....	40
2.2	A versão relacional-responsiva do construcionismo social: vida, linguagem, corpo e mundo.....	42
2.3	Construcionismo e Psicologia.....	45
3	O INDIVÍDUO: CENTRO ORGANIZADOR DA VIDA SOCIAL.....	49
3.1	O individualismo contemporâneo: críticas e dilemas.....	50
3.2	Os paradoxos da autonomia individual.....	52
3.3	Identidade na era pós-moderna.....	58
3.4	Propostas alternativas: as visões discursivas, dialógicas e relacionais.....	62
3.4.1	<u>A teoria do posicionamento.....</u>	65
3.4.2	<u>Uma visão dialógica do <i>self</i>.....</u>	69
3.4.3	<u>Responsabilidade relacional: uma nova forma de estar no mundo</u>	72
4	AS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS.....	74
4.1	Pequeno histórico: da tradição à modernidade.....	79
4.2	As mudanças pós-modernas.....	86
4.3	O casal: uma categoria recente.....	93
4.4	Casal e casamento; amor e sexo: conjunções e disjunções...	95
4.5	Intimidade: uma nova relação entre o público e o privado.....	101
5	SEPARAÇÕES E DIVÓRCIOS: DESAFIO CONTEMPORÂNEO.....	104
5.1	Um breve panorama.....	105

5.2	A reorganização das famílias pós-divórcio: um olhar sobre o cotidiano.....	117
6	O TRABALHO COM / EM GRUPOS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	122
6.1	Algumas matrizes presentes no trabalho com grupos.....	123
6.2	Construcionismo e o trabalho com grupos: discurso, diálogo e conversações.....	134
6.2.1	<u>O grupo como prática discursiva.....</u>	136
6.2.2	<u>O grupo como espaço dialógico e conversacional.....</u>	137
6.2.3	<u>O grupo como oportunidade de re-posicionamento.....</u>	139
6.2.4	<u>O grupo como contexto colaborativo.....</u>	140
6.3	Inspirações para a prática: mudanças e permanências.....	142
6.3.1	<u>O facilitador: exercício de uma postura.....</u>	144
7	CONSTRUCIONISMO E INVESTIGAÇÃO: NOVAS PROPOSTAS METODOLÓGICAS.....	146
7.1	A poética social: uma proposta de metodologia dialógica.....	149
7.2	Investigações construcionistas e grupos: campo, objeto, ferramenta?	151
8	UM ESPAÇO DE CONVERSAS PARA MÃES, PAIS E FILHOS QUE PASSARAM PELO DIVÓRCIO: DESCRIÇÕES POSSÍVEIS EM UMA INVESTIGAÇÃO.....	154
8.1	Grupos e divórcio na literatura.....	154
8.2	O grupo: composição e reflexões iniciais.....	157
8.3	Os participantes.....	163
8.4	A equipe.....	167
8.5	A construção do trabalho.....	170
8.5.1	<u>O roteiro: preparação para o encontro.....</u>	170
8.5.2	<u>As dinâmicas: diferentes formas de conversar.....</u>	173
8.6	Construindo um relato das conversações: os desafios do registro e da construção narrativa.....	179
8.7	Produzindo sentidos para a prática: tornando visível um método.....	184
8.8	Processo conversacional: momentos marcantes, conexões..	240

8.8.1	<u>A dança dos posicionamentos</u>	241
8.8.1.1	Homens e mulheres se posicionam.....	242
8.8.1.2	Posicionamentos no divórcio: complexidade em ação.....	244
8.8.2	<u>Reverberações das conversas no grupo em outras conversas</u>	247
8.8.2.1	Experimentando e encontrando novos caminhos.....	248
8.8.2.2	O percurso de Marcos.....	251
8.8.2.3	O percurso de Monica.....	256
8.8.3	<u>Metáforas: momentos de referência comum</u>	261
8.8.4	<u>Perdas e Ganhos: um olhar apreciativo</u>	267
8.8.5	<u>Negociação de sentidos: o grupo como produção discursiva</u>	270
8.8.5.1	Ceder ou não ceder: eis a questão!	271
8.8.5.2	Tempo, tempo, tempo, tempo.....	276
8.8.5.3	Desembrulhando palavras.....	279
8.8.6	<u>Conversando sobre conversas</u>	281
8.8.6.1	Conversando a gente se entende, entende?	287
8.8.7	<u>Linguagens sociais, diferentes conceitos e posicionamentos: o tema da convivência entre pais e filhos</u>	289
8.8.8	<u>Conversando sobre redes sociais</u>	311
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONVITE PARA DIÁLOGOS	318
	REFERÊNCIAS	331
	APÊNDICE A - Divulgação por email.....	352
	APÊNDICE B - Cartaz de divulgação.....	353
	APÊNDICE C - Termo de consentimento.....	354
	APÊNDICE D - Acordo de convivência.....	355
	APÊNDICE E - Temas que gostariam de discutir.....	356
	APÊNDICE F - Mapa de rede.....	357

INTRODUÇÃO

A pesquisa “Entre laços e nós, perdas e ganhos: um espaço de conversas sobre divórcio”, desenvolvida ao longo do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, teve como objetivo principal investigar a possibilidade de usar um método inspirado pelo construcionismo social para o trabalho com um grupo de mães, pais e filhos que passaram pelo divórcio em suas famílias. Dentro deste objetivo focalizei em compreender se, e como, a diferença entre o posicionamento dessas pessoas nas relações que se estabelecem após a separação pode ser, ao invés de um obstáculo, um recurso para a reflexão e para a transformação de discursos e relações na direção de uma convivência menos conflituosa. No trabalho de revisão da literatura, que acompanha a pesquisa, busquei uma contextualização histórica e a discussão de alguns dos discursos sobre famílias, casais e divórcio mais presentes em nosso modo de vida social contemporâneo, com a ideia de situá-los e visibilizar movimentos recentes pelos quais vêm passando famílias e casais. Esta contextualização tem uma ênfase nas práticas discursivas familiares mais relevantes para o tema dos divórcios e organizações familiares dele oriundas. Também foi empreendido um estudo teórico sobre temas relacionados ao trabalho com grupos e a contribuição do construcionismo social a esse campo.

Este trabalho teve como objetivo articular três eixos: o construcionismo social, o trabalho com grupos e o divórcio. Os três têm estado presentes na minha prática cotidiana há vários anos. No entanto, considerei relevante realizar uma investigação que, ao articulá-los, pudesse contribuir para o campo do trabalho com grupos informado pelos aportes do construcionismo social, assim como, para a construção de novas práticas que atendam à crescente demanda de atuação em relação às situações de divórcio.

Para isso, empreendi uma investigação teórico-prática que consistiu em: a) uma revisão e discussão de alguns conceitos presentes no movimento construcionista atual; b) uma retrospectiva do trabalho com grupos na psicologia, explorando as principais ideias que têm sustentado essa prática ao longo do tempo e as alternativas propostas em uma articulação do construcionismo social com as

práticas grupais e c) a realização de um grupo composto por mães, pais e filhos que passaram pelo divórcio ou separação conjugal em suas famílias.

A forma como a vida social nos grandes centros está organizada raramente promove o amparo e a facilitação necessários para conversas sobre situações como as separações conjugais. Vivemos em uma sociedade que valoriza os discursos sobre a felicidade (LIPOVETSKY, 2006) e nos incentiva a superar nossos problemas e dores o mais rápido possível. Isso faz com que conversas sobre luto, dores e momentos de tristeza sejam pouco comuns e tenham menos possibilidade de acontecerem pública e espontaneamente. Desta forma, os recursos para lidar com as separações e seus desdobramentos ficam restritos às terapias e à Justiça. Cada uma delas com suas práticas, discursos e ritos específicos sobre como lidar com as dificuldades surgidas nos novos caminhos da convivência familiar. As terapias, tradicionalmente ligadas às linguagens do *déficit* (GERGEN, 2010), inserem as conversas em parâmetros referidos a problemas ou diagnósticos. Assim, ao buscar uma terapia, uma família ou uma pessoa muitas vezes já assume que o que está acontecendo com ela não deveria estar ocorrendo. No âmbito do Judiciário convivemos atualmente com discursos sobrepostos e, às vezes, conflitantes sobre direitos individuais, direitos da criança, etc. que tentam traduzir a afetividade e a convivência em leis ou resoluções. As indenizações pela dor e pelas perdas, concretas ou simbólicas, que ocorrem por ocasião do divórcio, são transformadas em disputas jurídicas, terapias, ou um cotidiano conflituoso, onde o que mais se busca é a culpabilização de um e a vitimização de outro. O rompimento do laço conjugal pode trazer sentimentos de fracasso, vergonha, abandono, dificuldades materiais e de organização concreta da vida. São cenários turbulentos em que a reflexão e o diálogo são facilmente substituídos por atribuição de culpa e tentativas de ações que, ilusoriamente, mantém algo da situação anterior, compensam perdas inevitáveis, ou revidam um sentimento de injustiça. O litígio pode se transformar em um tipo de vínculo ou em uma forma de manutenção do vínculo (VAINER, 1999). O que se tem visto nas estatísticas nacionais é um aumento constante das separações e divórcios não consensuais (IBGE, 2010b; IBGE, 2010a; IBGE, 2008).

O trabalho com o grupo realizado na pesquisa baseou-se em vários métodos utilizados na construção de contextos para diálogos, tanto no campo da psicologia clínica como social, e mesmo fora da psicologia. Um item básico nesta forma de conduzir as conversas no grupo é a organização de conversas e reflexões ou

conversas sobre conversas (ANDERSEN, 1996). Tais conversas buscam o que é diferente e não apenas o homogêneo. Em outras palavras é uma investigação sobre as condições de possibilidade para a produção de novos sentidos (SPINK, 2004a). Atendendo ao foco que elegi para o grupo, me propus pensar se o próprio método poderia ter especificidades que estimulasse tipos de conversas e interações que focalizassem a diferença de posicionamentos. E ainda, se as transformações porventura ocorridas no grupo eram úteis como recurso para a reflexão e para a transformação nas relações das pessoas fora do contexto grupal. O grupo foi realizado em dez encontros com mães, pais e filhos jovens, entre 18 e 25 anos, que passaram pela experiência de divórcio em suas famílias¹.

A perspectiva oferecida pelo movimento construcionista é a principal referência teórico-epistemológica do trabalho. Ela está presente na elaboração dos conceitos que servem de base para pensar o trabalho com grupos, pautou a escolha do método de investigação utilizado para o diálogo com o material gerado pelo processo conversacional e também está presente na prática, já que ao elaborar os encontros a ideia era conceber uma forma de trabalhar que fosse “afinada” com os parâmetros construcionistas. Mesmo com relação à família e ao divórcio, para os quais o construcionismo não propõe teorias específicas, ele é o pano de fundo para entender as propostas teóricas da literatura utilizada como discursos sociais dominantes, linguagens sociais que informam as relações familiares em tempos distintos. Como assinalam alguns autores, o construcionismo remete a uma postura e a uma ética mais do que a uma teoria (ANDERSON, 2007a; MCNAMEE, 2001; RAPIZO, 2010). Assim, posso dizer que o convite construcionista inspira todo o texto.

Os grupos estiveram presentes, desde o início, em minha trajetória profissional. Minha formação como psicóloga se deu em uma época em que floresciam no Rio de Janeiro, a análise institucional e a psicanálise de grupos trazida pelos argentinos que aqui se radicaram no final da década de 70. Eram os anos de sucesso da antipsiquiatria e das comunidades terapêuticas. Escolhi a terapia de família como primeira especialização. A família, um tipo especial de grupo. Muitos terapeutas de família, como eu, realizaram um percurso que os fez aventurarem-se em contextos mais amplos do que a família, revitalizando a prática com grupos por

¹ Os pais, mães e filhos que compunham os grupos não faziam parte da mesma família. Cada um vinha de uma família e, portanto, traziam histórias diferentes.

novos caminhos (ZUMA; RAPIZO, 2003). Começaram a experimentar trabalhos com relações sociais que não necessariamente estão restritas à família e, com isso, aproximaram-se de outros campos do saber que já lidavam com comunicação e interações em outras tradições como, por exemplo, a facilitação de grupos, a investigação apreciativa e as diversas formas de gerenciamento e resolução de conflitos. Assim, o construcionismo nos convidou a uma revisão dos parâmetros de nossa prática como um todo, tanto a clínica, como a investigação e mesmo a docência.

O trabalho com grupos que, portanto, já fazia parte da minha história de formas variadas, começa a tomar impulso com os dilemas da clínica e com alguns aprendizados que me fizeram questionar minha prática. Assim, em 1997, no então Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro (ITF-RJ), iniciei com uma equipe um trabalho com grupos de pessoas que passaram pelo processo do divórcio. Esta primeira incursão foi oriunda de questionamentos que tínhamos nos atendimentos de família. Ao atendermos² em terapia famílias que haviam passado pelo divórcio percebíamos que este acabava sendo patologizado e que era grande a queixa das pessoas de que não havia espaços onde as situações cotidianas pelas quais passavam pudessem ser abordadas. Nosso interesse inicial era pesquisar como se (re)construía a parentalidade após uma separação conjugal. No caso, mais especificamente a maternidade, já que nossa população na clínica de famílias era basicamente de mulheres com filhos. Começamos a discutir essa questão com um grupo de mulheres separadas que tinham filhos. Já inspiradas pelos aportes construcionistas, buscávamos formas de atuar no grupo que fossem coerentes com ele. Usávamos recursos da terapia de família, como a equipe reflexiva desenvolvida por Andersen (1987; 2001) e as perguntas conversacionais (ANDERSON; GOOLISHIAN, 1988). Aos poucos fomos arriscando outras técnicas de forma intuitiva, que considerávamos que combinavam com a postura construcionista. O desafio era criar formas de trabalhar com grupos que considerássemos expressão de nossas convicções e, coerentes com nossa inspiração construcionista, estivessem sempre sendo problematizadas e revistas.

Ao longo de dez anos de trabalho realizamos grupos com mulheres/mães, homens/pais e filhos adolescentes e jovens que passaram pelo divórcio em suas

² A primeira pessoa do plural, neste contexto, refere-se à equipe que trabalhou comigo no planejamento e condução dos grupos.

famílias. Em algumas ocasiões promovemos encontros entre os grupos. Durante esse tempo desenvolvemos algumas ideias apresentadas e publicadas anteriormente (RAPIZO, et al., 1998; RAPIZO, et al., 2001; TROCANDO EM MIÚDOS, 2004; RAPIZO, et al., 2009). Até esse momento, a maior ênfase do nosso trabalho estava no âmbito da “reflexão na prática”. Era necessário uma “reflexão sobre a prática” que trouxesse a possibilidade de transformar a experiência em aprendizado e em um conhecimento que pudesse ser compartilhado (SCHÖN, 1983). Tal reflexão poderia tornar a prática visível de outras formas, produzindo sentidos, revisões e questionamentos que possibilitassem ampliar um diálogo sobre ela.

Em 2007, interrompemos o trabalho que vínhamos fazendo com os grupos e, a partir daí, comecei a pensar em retomar o trabalho, articulando de forma mais consistente a prática que havíamos desenvolvido por dez anos com a perspectiva construcionista. Entendo que o construcionismo social trouxe uma crítica contundente aos conceitos e práticas na psicologia. Problematizava todas as noções ligadas ao indivíduo: conhecimento, emoções, personalidade, etc. Deslocava o foco de interesse para o que estava entre as pessoas: a linguagem, a interação, a comunicação. Tudo aquilo que leva o adjetivo de social. Propunha novas formas de entender a subjetividade, os processos de produção de sentido e as práticas cotidianas e profissionais. Oferecendo uma alternativa para o ideário individualista dominante, desafiou os limites da psicologia, organizada enquanto campo do saber em torno dessa visão (JAPUR, 2004; FIGUEIREDO, 1996). O construcionismo social propôs também novas descrições sobre o trabalho com e em grupos, diferentes das existentes nas tradições anteriores na psicologia em que os grupos são vistos como uma totalidade – o indivíduo-grupo. A nova perspectiva convidava a um entendimento do grupo como um recurso discursivo, como um espaço dialógico (GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007). Essas definições encaixavam-se com a minha prática anterior, porém, qual seria a relevância específica de que esse grupo fosse centrado no tema divórcio e separações? Que especial articulação dos três eixos (construcionismo, grupos e divórcio), poderia ser feita? Tais questões resumem os principais desafios do trabalho.

Ao iniciar o doutorado, eu trazia aprendizados dos grupos realizados anteriormente com esse mesmo tema. Aprendi, por exemplo, que quando se fala de divórcio muitas vezes a referência básica da discussão é a relação amorosa

conjugal. Aspectos referentes à reformulação do cotidiano, dúvidas, dilemas que surgem e o desconhecimento da situação nova não encontram muito espaço para serem discutidos e elaborados. Como se fosse natural que, ao se divorciar, se soubesse qual *script* seguir. Assim, o desenvolvimento de novas formas de parentalidade, novas inserções sociais ou preconceitos, temas referentes a desdobramentos do divórcio, ficam invisíveis e, em geral, são pouco previsíveis quando um casal decide se separar.

Vivíamos também o crescimento dos conflitos e das impossibilidades de conversa nas situações familiares pós-divórcio. As perguntas que me moviam eram: que contextos poderiam facilitar as pessoas, que passam por situações de divórcio, a serem ouvidas, a dialogar e refletir sobre os desdobramentos de sua situação e sobre escolhas que poderiam fazer daí para frente? Em que espaços essa prática poderia ocorrer de forma mais preventiva do que resolutive? Como oferecer a oportunidade de conversar e dialogar antes que a situação se transforme em um ringue de disputas e que as feridas se tornem mais difíceis de cuidar?

A inexistência de espaços sociais que possam acolher a situação do divórcio, não como desvio, cria e sustenta uma realidade e uma cultura que entende tais situações como necessariamente problemáticas e conflituosas. Não se pode perder de vista que as situações em questão trazem muito sofrimento, e que, muitas vezes, o que é bom e desejável para uma pessoa é oposto ao que seria para outra, de acordo com o ponto de vista de cada um. Vivemos em uma cultura em que a felicidade é entendida como algo individual, escolha e direito de cada um. Assim, em situações em que antagonismos aparecem, há muita dificuldade de encontrar caminhos em que todos possam se sentir beneficiados com os acordos resultantes.

A experiência dos participantes do grupo e da própria equipe, quando, anteriormente, realizamos os dois encontros entre os três grupos (com pais, mães e adolescentes filhos de pais separados), foi um ponto de inflexão no caminho. Nas avaliações realizadas em tais encontros, eram vistos como um momento ímpar de conseguir olhar através dos olhos de outros e alcançar uma reflexão sobre si e sobre as suas relações. Assim, ganhou força a ideia de investigar no doutorado o grupo com pais, mães e filhos de diferentes famílias como um dispositivo para a redução de conflitos e da destrutividade nos processos³ de divórcio. Para alcançar esse

³ A palavra processo aqui e, em outros momentos do texto, é usada em seu sentido comum, não sendo relacionada a um processo judicial.

objetivo, surgiu a ideia de focalizar os diferentes posicionamentos⁴ como recurso para a reflexão e mudança. O diálogo entre as três posições, ou seja, mãe, pai e filho, poderia ser, potencialmente, um fator de redução de conflitos destrutivos e crônicos. As diferenças entre as pessoas e seus posicionamentos, poderiam passar a ser, no grupo, de um impasse, como acontecia em suas vidas, a uma ferramenta para diluí-los. Acredito que a vivência em grupo, coerente com as propostas construcionistas, facilite o contato com narrativas mais ligadas à potência, à solidariedade, ao acolhimento, ao companheirismo e menos relacionadas à patologia e ao fracasso. Tais transformações discursivas, possíveis em tal espaço de conversas, poderiam ser úteis para reduzir a probabilidade de antagonismos, vítima *versus* algoz, que se perpetuam em conflitos crônicos. Seguindo esse caminho, as situações de separações conjugais nas famílias trariam a possibilidade de explorar, além da produção e das negociações de sentidos relativas ao tema e seus desdobramentos em um grupo, os diferentes posicionamentos dos participantes como uma ferramenta.

As questões com as quais eu me deparava então eram: teria um trabalho em grupo, influência em relação aos conflitos que os participantes viviam em suas relações familiares, especialmente com seus ex-parceiros e com seus filhos? A ideia de aproveitar a diferença de posicionamentos dos participantes do grupo, em relação à experiência do divórcio, poderia contribuir para isso?

Relacionando os objetivos da pesquisa, o *corpus* gerado nas conversações grupais e o percurso de estudos que havia feito durante o doutorado, este trabalho inicia-se por uma contextualização de nossa sociedade atual a partir de alguns fatores que estão presentes na origem, tanto do movimento construcionista como das transformações na família contemporânea, onde se incluem o divórcio e as organizações familiares daí advindas. O primeiro capítulo focaliza, portanto, as complexidades e desafios vividos na sociedade ocidental, especialmente a partir da segunda metade do século XX. São discursos e sentidos produzidos por, e produzindo, descrições sobre a forma de vida atual, que incluem como alguns dos temas-chaves, o capitalismo, a globalização e a expansão tecnológica.

No segundo capítulo é feita uma breve retrospectiva do movimento construcionista e são expostas e discutidas algumas de suas ideias mais

⁴ Uso a palavra “posicionamento” no sentido dado a ela por Harré (DAVIES; HARRÉ, 1990; HARRÉ; VAN LANGENHOVEN, 1999) e que será desenvolvido mais adiante nesse trabalho.

importantes, como a centralidade da linguagem na construção das realidades e do eu, assumindo uma visão dialógica de ambos, baseada em autores como Bakhtin (1986), Shotter (1993) e Spink (2004a). O movimento construcionista atualmente tem inúmeras vertentes possíveis e poderíamos falar de “construcionismos” (RASERA; JAPUR, 2007) no plural para evidenciar essa característica. No entanto, não foi meu objetivo delinear as diferenças, semelhanças e tensões existentes no campo, mas apontar os temas principais para a pesquisa atual. Importante notar que, no que concerne à visão de linguagem, as versões construcionistas presentes no trabalho consideram-na como performativa e corporificada (GUANAES, 2006), distante da ideia de linguagem como código ou sistema de símbolos. Desenvolvi mais extensamente a vertente construcionista com a qual mais me identifiquei e utilizei como referencial: o construcionismo relacional-responsivo de Shotter (1993; 2008). Ao final, faço uma breve discussão sobre os desdobramentos da crítica construcionista no campo da psicologia na atualidade.

No capítulo três abordo um dos temas que, ao longo do tempo, foi se tornando uma referência importante para pensar tanto a prática com grupos como o tema das famílias contemporâneas e que também está presente na justificativa de vários autores (FUKS, 2007; SINGLY, 2000; SINGLY, 2007; TORRES, 2000) para o aumento estrondoso nas taxas de divórcio nos últimos 40 anos: o indivíduo. Melhor dizendo, os discursos contemporâneos sobre o indivíduo. Passando por formulações da sociologia e da psicologia social, discuto as descrições do indivíduo ligadas à modernidade e pós-modernidade, sua posição como centro organizador da vida social e os dilemas surgidos em torno de temas como autonomia e identidade, usando, como contraponto para a discussão, autores construcionistas que se dedicaram a esse tema, como Sampson (1993) e Gergen (1994b). A crítica construcionista à visão do indivíduo autocontido e autorreferente gera propostas alternativas para a descrição e compreensão desta noção com desdobramentos práticos, éticos e cotidianos em nossas vidas. De forma geral, os autores construcionistas entendem o *self* como discursivo e dialógico. Delineio algumas dessas propostas, entendendo que, mais adiante, tais versões construcionistas são extremamente relevantes para o trabalho com grupos, tanto abrindo alternativas às concepções tradicionais de grupo, quanto como gerador de propostas para a prática. As propostas que elegi privilegiar no texto são aquelas com as quais encontrei maior proximidade com os objetivos deste trabalho. São elas: a teoria do posicionamento

(HARRÉ, 1983; 1998; HARRÉ; VAN LANGENHOVEN, 1999; DAVIES; HARRÉ, 1990) e a visão dialógica representada aqui pelo trabalho de Shotter (1993; 2008), Sampson (1993) e Bakhtin (1986; 1997a; 1997b). Além disso, aponto como desdobramento dessa reflexão o conceito de “responsabilidade relacional” (MCNAMEE e GERGEN, 1999) que versa sobre uma forma alternativa de se entender o conceito de responsabilidade a partir de uma visão dialógica e relacional, questionando a formulação de práticas em vários âmbitos.

No capítulo seguinte inicio com uma retrospectiva das transformações nas práticas e discursos sobre as famílias, coerentes com a contextualização da passagem da modernidade e pós-modernidade e também, de algumas questões que tais mudanças trazem à tona. São apontados alguns tópicos importantes na atualidade, que envolvem modificações nas questões de gênero, na parentalidade e no lugar dado ao indivíduo e sua autonomia no seio das famílias. Também dedico parte do capítulo às noções de casal e casamento como relevantes nas configurações familiares contemporâneas e às conjunções e disjunções, ao longo do tempo, entre discursos sobre as noções de família, casal, casamento e sexualidade. Além disso, descrevo algumas das transformações da noção de intimidade que perpassam as mudanças nas famílias e nas relações de casal. A ideia desse capítulo não foi fazer um histórico extensivo da família, mas através de uma visão retrospectiva desnaturalizar ou desfamiliarizar (SPINK, 2004a) os modelos mais típicos de família, que muitas vezes são vividos como “normais” e únicos.

Continuando, discorro sobre a literatura atual sobre divórcios e seus desdobramentos, inicialmente também dentro de uma visão histórica e retrospectiva que mostra como o divórcio, apesar da expansão atual, sempre esteve presente de uma ou outra forma nas sociedades onde existia o casamento e fatores que contribuíram para seu aumento ou diminuição ao longo do tempo. A seguir, um foco no cotidiano dos divórcios, tema que tem grande frequência nas conversas dos grupos sobre esse tema e que é pouco explorado na literatura, tanto psicológica como sociológica.

Entrando no terceiro eixo/tema do trabalho, no sétimo capítulo o foco é no trabalho com grupos, começando com as descrições mais tradicionais encontradas na literatura, que eu, seguindo Hacking (1999), chamo de matrizes de ideias no campo e continuando com algumas propostas construcionistas sobre grupos. Dentre as articulações construcionistas com as práticas grupais, destaco as que entendem

o grupo como prática discursiva, como espaço dialógico e conversacional, como oportunidade de reposicionamento e como contexto colaborativo, todas ligadas diretamente aos objetivos almejados com o trabalho de campo desta investigação. Neste último tópico dialogo com autores que, há algum tempo, tem percorrido o caminho da mencionada articulação (GUANAES, 2006; GUANAES; JAPUR, 2001; JAPUR, 2004; RASERA; JAPUR, 2007; GRANDESSO, 2009). A partir dessas discussões busco uma descrição para o facilitador do grupo que seja coerente com os discursos que adoto sobre grupo. Neste ponto, dialogo com Fuks (2009a) e o campo da Facilitação Sistêmica de Processos Coletivos que me ofereceram subsídios para pensar esse lugar.

Chegando à investigação, procuro descrever as propostas construcionistas no campo da investigação em ciência social e dedico especial atenção à metodologia criada por Shotter (SHOTTER; KATZ, 1996) intitulada “poética social”. Considerei ao longo da elaboração do trabalho, desde o projeto, que tal metodologia se alinhava com os objetivos gerais e específicos da pesquisa. Trazendo o foco para o momento interativo, a poética social me permitiu não exatamente uma análise do discurso tradicional, mas uma articulação da produção de sentidos das conversas grupais com os objetivos da pesquisa. Interessa ao pesquisador, que utiliza essa metodologia, o diverso e único nas conversas mais do que os padrões e repetições. Isso tudo me proporcionou um mergulho e um intenso diálogo com o material das conversações geradas no grupo. Permitiu-me fluir junto com o processo conversacional e integrá-lo com a teoria, com a teoria da prática, e também com minha memória e minha emoção. Finalizo o capítulo apontando como o grupo pode estar definido de várias formas no trabalho de investigação construcionista: como campo, objeto e ferramenta.

O oitavo e último capítulo refere-se à análise do *corpus* gerado nas conversações no grupo. Inicialmente apresento uma pequena resenha sobre a investigação que articula grupos e divórcio encontrada na literatura. Em seguida, descrevo como foram convidados os participantes, quem eram eles e como foi se delineando o trabalho. Apresento a equipe que colaborou com a pesquisa realizando comigo a facilitação do grupo e o registro das conversações, além de discorrer sobre os entendimentos do lugar da equipe no trabalho que desenvolvemos. Em sequência está o que chamei de construção do trabalho, ou seja, como descrevo a forma pela qual chegamos até os encontros com o grupo. Nossa preparação para

eles. Uma conceituação do que chamamos de dinâmicas que, diferente da tradição das dinâmicas de grupo iniciada por Lewin (1970), destinam-se mais à reflexão em ação, a estimular o processo de conversação, enfatizando sua dimensão artesanal (FUKS, 2009a). Antes de chegar ao trabalho com o processo conversacional, narro os desafios de construir um relato a partir dos registros que obtive nos encontros do grupo (escrito e áudio) e como, a partir de enfrentar tais desafios, pude transformar a minha experiência no grupo, da posição de facilitadora de conversas e dar lugar a uma narrativa realizada do lugar de pesquisadora.

O trabalho com o processo conversacional do grupo dividiu-se em duas partes principais. Uma que descreve em detalhes como a equipe conduziu os encontros, com a descrição e comentários sobre as dinâmicas e também com exemplos das conversas presentes neles e outra em que estão os “momentos marcantes” (SHOTTER; KATZ, 1996) e que elegi como mais significativos considerando os objetivos da investigação. Esse foi um momento do trabalho de muitas surpresas. Inicialmente não estava entre os objetivos da pesquisa sistematizar um método de trabalho, mas ao entrar em contato com o material, isso foi se delineando como algo necessário para que eu alcançasse uma organização. Assim, considero como um bônus não esperado, que um dos resultados do diálogo com o *corpus* tenha sido uma sistematização do método usado para os encontros. Apesar de considerar que o trabalho com grupos, desde a perspectiva construcionista, é mais próximo de um trabalho artesanal do que dos discursos da Racionalidade Técnica em que se aprende um método que se aplica a contextos variados (SCHÖN, 1983; FUKS, 2009), penso que a sistematização do que foi feito a cada encontro pode ser útil para outras pessoas que trabalham com grupos em outras circunstâncias. Não como guia ou como algo a ser repetido, mas como inspiração e exemplo de reflexão sobre uma prática. Além disso, nessa parte do texto está a descrição de recursos utilizados neste grupo, que têm origem em diversas formas de trabalho com grupos e que, também considero, que podem ser úteis aos profissionais que atuam nesse campo.

Na última parte, referente à articulação do processo conversacional e os objetivos da pesquisa, aparecem, mais claramente, descrições dos sentidos criados no grupo a partir dos diálogos propostos. Assim, inicialmente procurei os momentos na conversa que se destacaram em relação aos objetivos da pesquisa. Ou seja, aqueles momentos e sequências de interação em que ficava mais clara a maneira

como os participantes viviam e relatavam mudanças em outras relações, apontando as diferenças que foram úteis em seus processos no grupo. Também, seguindo uma das premissas da poética social, procurei “ver conexões” (SHOTTER; KATZ, 1996; GUANAES; JAPUR, 2008). Muitas vezes pude perceber a criação de “momentos compartilhados de referência comum” (SHOTTER, 2009) em que pessoas diferentes em posições diferentes e, portanto, formulando realidades diferentes, encontram algo comum que os permite continuar a conversa. As conversas do grupo, tanto as espontâneas como as propostas pela equipe ou por algum participante, não implicavam um consenso ou concordância, mas uma conexão que os permitia seguir juntos. Segundo Shotter (SHOTTER, 2008), não é necessário que as pessoas tenham um entendimento total e final do enunciado do outro, mas que ao encontrar tais momentos compartilhados, possa continuar conversando.

Em meio a isso, aparecem os percursos de dois participantes do grupo que, especificamente, viveram transformações em suas posições e em seus diálogos dentro e fora do grupo. Achei que tais percursos mereciam destaque, não só porque exemplificavam a ligação com os objetivos da pesquisa, mas também porque essa forma de relato trazia uma dimensão longitudinal para o trabalho. Também merece destaque ao longo de toda a análise, mas especificamente em alguns itens, o questionamento, a negociação de sentidos e as oportunidades para a desnaturalização de discursos sobre o divórcio e temas correlatos, especialmente a convivência entre pais e filhos.

Ao rever a organização que emergiu percebi uma coerência com o esquema apresentado por Spink (2004a, 2004b) que focaliza três tempos no processo de produção de sentidos: o Tempo Curto que é o tempo da interação, da dinâmica de produção de sentidos - o foco no momento interativo; o Tempo Vivido que é o tempo da socialização em que aparece nosso aprendizado de repertórios a partir de nossas posições de pessoas, em nossas famílias, em nossas histórias pessoais – melhor explicitado nos percursos dos dois participantes destacados - e o Tempo Longo que é o tempo da longa história de circulação de repertórios linguísticos na sociedade e o fato de que eles estão presentes ainda nas produções culturais e são continuamente transformados, reaparecendo de várias formas nas conversações – as linguagens sociais sobre as situações e relações no divórcio. Embora não tenha sido esse o foco da organização do relato e dos comentários, considero que essa

forma de pensar sobre os repertórios e a dinâmica de produção de sentidos emergiu e se fez presente como pano de fundo do texto.

A partir de agora, espero que o texto resultante do trabalho possa ser útil aos profissionais e pesquisadores das áreas que se relacionam com ele, tanto no construcionismo social, como no trabalho com grupos, como no trabalho com divórcios, ampliando as conversações, as interseções entre esses campos e, quem sabe, multiplicando esse tipo de trabalho. A proposta, desde o início, não foi a de desenvolver ou sistematizar “um modelo” de trabalho com grupos, único e melhor, mas de um exercício de reflexão sobre uma prática, e de traduzir essa reflexão em um texto que servisse como pré-texto para a continuação do diálogo sobre os temas nele presentes.

Com isso imagino poder contribuir tanto para o campo do estudo das práticas grupais, inspirado pelo construcionismo social, como para o estudo e desenvolvimento de recursos, para além das terapias e da Justiça, para lidar com as situações de divórcio, especialmente aquelas em que os antagonismos e os monólogos prevalecem.

1 TRANSFORMAÇÕES DA (PÓS) MODERNIDADE: COMPLEXIDADE E DESAFIOS

As condições sociais contemporâneas são fruto de incontáveis transformações, especialmente após a segunda metade do século XX. Há várias maneiras de se referir e descrever o momento e as mudanças na sociedade ocidental. Alguns autores denominam o atual período de pós-modernidade (HARVEY, 1994; LYOTARD, 2009; SARLO, 2004; GERGEN, 1994), outros de hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2006), de modernidade tardia (GIDDENS, 2002) ou ainda modernidade reflexiva (GIDDENS; BECK; LASH, 1997). Cada autor descreve, enfatiza e dedica-se a analisar aspectos diferentes das mudanças, de acordo com sua tradição de argumentação, com sua área de conhecimento, com seu objeto de estudo e inúmeros outros fatores. Alguns estudiosos dedicam-se à análise das transformações na área da economia e da política; outros na das relações humanas, das ciências, da sociologia e da vida cotidiana. As diversas abordagens contêm pontos em comum que permitem que borremos as distinções entre elas em alguns momentos da discussão. Por outro lado, suas diferentes denominações apontam para os distintos focos e diversas concepções de cada autor sobre o processo de transição e as transformações entre uma e outra era. Como alerta Bezerra Jr. (2009, p.35):

É bastante conhecida a polêmica em torno dos nomes com que se deveria designar o período que sucede ao moderno. O centro desta discussão são os critérios de periodização que permitiriam situar historicamente a passagem entre um e outro, e as características fundamentais que os diferenciaram entre si.

Ao usar a denominação pós-modernidade autores como Lyotard (2009) e Bauman (2001), por exemplo, assumem uma ideia de ruptura entre os dois momentos, ou seja, há uma diferença fundante entre o momento anterior, conhecido como Modernidade⁵ e o atual. Já para Lipovetsky (2006), a hipermodernidade é caracterizada por uma exacerbação de algumas características presentes e anunciadas na modernidade. Da mesma forma aqueles que usam o termo modernidade tardia e reflexiva (GIDDENS, 2002; GIDDENS, BECK; LASH, 1997)

⁵ No texto desse ponto em diante a palavra “modernidade” é usada em referência ao período até a segunda metade do século XX.

acreditam que ainda vivemos uma, talvez derradeira, fase da modernidade. Para estes autores a atual ordem social é fruto não de uma crise no capitalismo, mas de seu extremo sucesso. A feição da sociedade atual é totalmente coerente com a dinâmica e os valores do capitalismo bem sucedido. Segundo Dufour (2005, p. 13), "o capitalismo funciona muito bem, tão bem que um dia acaba por consumir a si mesmo". Aponta, assim, para as crises atuais que emergem com a exacerbação dos valores e práticas sustentados pelo capitalismo de mercado.

No entanto, para além das diferenças, estes autores convergem em alguns indicadores que caracterizam a época atual. Resumindo esses aspectos, Fuks (2006, p.100), por exemplo, destaca:

O ceticismo em relação às metanarrativas, a descrença na objetividade e na verdade única, o relativismo (tanto ideológico quanto moral), a reivindicação do eventual, o questionamento do essencialismo.

Uma das características atribuídas à sociedade contemporânea, é uma aceleração nos processos de transformação. Para vários autores (BAUMAN, 2001; HARVEY, 1994; LIPOVETSKY, 2006) isto tem ligação íntima com o capitalismo de mercado, que ganha proeminência por esta época. A pós-modernidade é a lógica do capitalismo tardio, ou de uma terceira fase do capitalismo. A aceleração dos processos de produção conectada, tanto como causa como consequência, a uma admirável expansão tecnológica, especialmente na esfera da comunicação e informação, traz modificações que atingem todo e qualquer aspecto da vida social. As relações de trabalho, as mais íntimas relações de casal, as grandes economias, o cotidiano da vida familiar, as escolas e todas as instituições sociais são atravessadas por este processo em curso. De acordo com Sevcenko (2001), na passagem para o século XX o mundo já era praticamente tal como o conhecemos. O otimismo, a expansão das conquistas europeias e a confiança no progresso pareciam ter atingido seu ponto mais alto. O que distingue o século XX, especialmente em sua segunda metade, é a

[...] contínua e acelerada mudança tecnológica com efeitos multiplicativos e revolucionários sobre praticamente todos os campos da experiência humana e em todos os âmbitos da vida no planeta (SEVCENKO, 2001, p. 45).

Para outros autores como Gergen (1994b), vivemos um processo de saturação social ligado principalmente a um incremento da possibilidade de sustentar direta ou indiretamente relações com um número cada vez maior de pessoas, instituições, etc. Segundo o autor (GERGEN, 1994b; 1996), a expansão tecnológica contribui para minar as condições para a homogeneidade. As tecnologias contemporâneas da comunicação expõem todos a um sem número de racionalidades, vocabulários e crenças, inclusive sobre como concebemos e entendemos a nós mesmos, nosso mundo psicológico, nossas identidades, etc.

A sociedade como um todo começa a lidar com novos temas, ou pelo menos com novas versões para antigos temas. Alguns destes assuntos dizem respeito diretamente ao escopo deste trabalho: a derrocada de todo tipo de fundacionalismo⁶ na ciência e o relativismo de valores e comportamentos, o capitalismo de mercado e a sociedade de consumo; a globalização, o individualismo, a fragmentação das relações e identidades, a relevância da comunicação e informação. Estes aspectos não são dissociados entre si, ao contrário, são totalmente relacionados e através desta condição de conexão transformam-se uns aos outros continuamente.

Os paradoxos do conhecimento humano que alimentaram as visões pós-modernas – nas quais eles estão frequentemente relacionados à morte da epistemologia – podem ser agora compreendidos em termos mais mundanos, sociológicos (GIDDENS, BECK e LASH, 1997, p. 8).

Para Sarlo (2004, p. 148), o que se chama “a condição pós-moderna” tem uma inspiração inevitavelmente sociológica: “sua autoconsciência é a sociologia que lhe permite instalar o relativismo valorativo como horizonte de época”.

1.1 Globalização, capitalismo de mercado e sociedade de consumo

A segunda metade do século XX é apontada como momento crucial de transformação do próprio capitalismo e conseqüentemente da sociedade. Esta fase

⁶ Fundacionalismo diz respeito à qualquer teoria que se baseie na ideia de fundamentos externos ao observador para o conhecimento, especialmente o científico, alçado à categoria de conhecimento objetivo e neutro ao comprovar seus fundamentos. Herdeiro de Descartes e Locke, o fundacionalismo defende que não se pode justificar o conhecimento apenas com crenças, mas apenas com fundamentos seguros (BLACKBURN, 1997)

também é denominada capitalismo tardio e duas de suas facetas têm sido amplamente analisadas, tanto como causas como consequências de uma transformação sistêmica da sociedade: o ideário neoliberal e a globalização. Ambos alçados à categoria de lógica das relações (MANCEBO, 2004). A sociedade contemporânea é considerada por alguns autores como o momento da universalização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório (MANCEBO, 2003).

Há cerca de vinte anos a palavra globalização se tornou uma palavra-chave para a organização de pensamentos a respeito do funcionamento do mundo. A globalização pode ser vista como um processo, como uma condição ou como um tipo específico de projeto político (HARVEY, 2004). O termo, segundo Fuks (2004), em seu sentido mais descritivo faz referência ao fato da população mundial começar a funcionar como uma única sociedade complexa. Aliada à revolução da informação, ela produz uma profunda reorganização geográfica do capitalismo, o que faz os pressupostos das unidades geográficas anteriores, consideradas naturais, terem cada vez menos sentido. Muitos, neste momento, julgam que a inovação e a transferência tecnológica galopantes constituem a força mais singular, e ao que parece inexorável, de promoção da globalização (HARVEY, 2004). Não há mais países, fronteiras ou mesmo identidades para as trocas no mercado ou de informação. Este processo produz uma mudança na organização tanto do consumo como da produção, transformando a noção de território e espaço e criando sistemas em larga escala transnacionais e planetários. Para Campos, Jobim e Souza (2003), há uma reelaboração do que é próprio de uma cidade ou de uma nação em função da globalização e, conseqüentemente, os sentidos de pertencimento e de identidade se modificam radicalmente. Também se produzem necessidades e desejos totalmente novos.

A urbanização, especialmente a partir da década de 1950, assumiu as raias de uma hiperurbanização tendo seu ritmo sofrido uma aceleração que originou uma grande revolução ecológica, política, econômica e social na organização espacial da população mundial (HARVEY, 2004). A reorganização geográfica e, portanto, da experiência com a localização, o espaço de vida do homem, é acompanhada da transformação de sua experiência temporal. O capitalismo está sempre movido pelo ímpeto de acelerar o tempo de giro do capital, apressar o seu ritmo de circulação e, em consequência, de revolucionar os horizontes temporais do desenvolvimento.

O capitalismo, a partir da segunda metade do século XX, parece impelido a eliminar todas as barreiras espaciais, a aniquilar o espaço por meio do tempo. A inovação tecnológica tem como um dos resultados uma redução significativa do custo e do tempo de deslocamento no espaço. Sistema postal, telégrafo, rádio, televisão e internet, levam o custo e o intervalo da transferência de informação para perto de zero (HARVEY, 2004). Para Chauí (2006), a nova forma de capitalismo é inseparável de uma transformação sem precedentes na experiência do espaço e tempo, designada por Harvey (2004) como a “compressão espaço-temporal”. A fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias eletrônicas e de informação, a compressão do espaço – tudo se passa aqui, sem distâncias, diferenças nem fronteiras. Tudo acontece agora, sem passado nem futuro. No mesmo caminho diz Sevcenko (2001, p.21):

O surto vertiginoso das transformações tecnológicas não apenas abole a percepção do tempo, mas também obscurece as referências do espaço. Foi esse efeito que levou os técnicos a formular o conceito de globalização, implicando que, pela densa conectividade de toda a rede de comunicações e informações envolvendo o conjunto de planeta, tudo se tornou uma coisa só.

Assim, a inovação e a transferência tecnológica são, em geral, consideradas como necessárias para a compreensão do processo de globalização. A chamada “revolução da informação” produziu algumas mudanças importantes na organização do consumo e da produção, bem como na definição de desejos e necessidades integralmente novos (HARVEY, 2004). Sevcenko (2001) afirma que o atual período, que ele considera fruto de uma Revolução da Microeletrônica, caracteriza-se pela aceleração precipitada, de intensidade extrema. O aumento da velocidade e do volume da informação e a redução do custo do acesso a ela vêm inundando o mundo com uma multiplicidade de sensações, estímulos e relações novas que afetam a condição de vida das pessoas, suas formas de relação, sua rotina, seu cotidiano e as formas de subjetivação existentes socialmente (SARLO, 2004; GERGEN, 1994b).

A tecnologia possibilita uma diminuição do tempo e uma virtualidade do espaço na circulação da informação e do capital. O tempo instantâneo e sem

substância do mundo do *software* é também um tempo sem consequências. Instantaneidade significa realização imediata, no ato – mas também exaustão e desaparecimento do interesse (BAUMAN, 2001). Esse tempo substituiu compromissos duradouros por negócios de curto-prazo e encontros fugazes, mantendo sempre aberta a possibilidade do ato de desaparecimento. Parece desaparecer a materialidade do capital, da mercadoria, do homem. Tudo é vivido como virtual. Porém, como continua apontando Harvey (2004, p. 86),

[...] o horizonte temporal imposto por Wall Street simplesmente não tem como compatibilizar-se com as temporalidades dos sistemas sociais e ecológicos de reprodução de modo responsivo. [...] Nos últimos vinte anos, esse ponto de tensão tem ocupado lugar central na economia política do capitalismo avançado.

Segundo Bauman (2001), a nova instantaneidade do tempo muda radicalmente a modalidade do convívio humano – e mais conspicuamente o modo como os humanos cuidam de seus afazeres coletivos. A proximidade não exige mais a contiguidade física; a contiguidade física não determina mais a proximidade. Segundo Lipovetski (2006), o advento da proximidade virtual torna as conexões humanas simultaneamente mais frequentes e banais, mais intensas e breves. Ele aponta como uma das consequências mais importantes desta proximidade virtual a separação entre comunicação e relacionamento. Bauman (2001) aponta para o fato de que a própria concepção de palavras como “coletivo” e “sociedade” será revista e elas perderão seu sentido e/ou ganharão outros.

A redução de tempo e espaço encurta distâncias e supera antes inimagináveis limites para a vida humana. A partir daí, a relação entre o tempo e o espaço passa a ser, processual, dinâmica e não mais predeterminada e estagnada (HARVEY, 2004). A duração deixa de ser um valor para tornar-se um risco. O pequeno, o leve, o descartável são os ícones do momento. Flexibilidade e fluidez tornam-se valores ao mesmo tempo em que há questionamento dos valores ligados à estabilidade e à continuidade. Globalização e mercado de consumo assumem um papel organizador da vida social. O ideal da hipermodernidade é a felicidade, definida como a satisfação plena e imediata dos desejos. Porém, a efemeridade desta satisfação é movida pelo desejo de sempre ter a possibilidade de mais satisfação.

Sob o impacto da globalização, as sociedades contemporâneas tendem a se tornar sociedades que se transformam de maneira contínua; sociedades flexíveis, sem fronteiras e sem limites: sociedades fluidas, líquidas. Tais condições têm consequências sobre os tipos de personalidade [...] e também sobre a natureza das relações entre os indivíduos (HAROCHE, 2008, p. 123).

A globalização relaciona-se com os aspectos mais íntimos das vidas das pessoas. As tradições locais, em comunidades até então segmentadas, já não podem manter-se sem contato com o resto do mundo. Porém, se em sua característica homogeneizadora a globalização não destrói as tradições locais, muitas vezes a tentativa de sobrevivência destas tradições tem a forma dos fundamentalismos étnicos ou religiosos que se observam atualmente. Segundo Fuks (2004), pertencemos a uma comunidade interconectada na qual convivem as identidades globalizadas e ao mesmo tempo, vivemos o recrudescimento dos fundamentalismos e das intolerâncias. Para Pakman (2003, p.94),

Avanços tecnológicos fantásticos na comunicação e novas regras para as transações financeiras internacionais alimentaram um processo de homogeneização de dimensões planetárias de práticas, ideias, conceitos, estética, políticas e material educacional [...]

Na experiência da modernidade globalmente conectada, não apenas as comunidades locais, mas “as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço” (GIDDENS, 1997, p. 77). Tanto estamos totalmente interligados e assim, decisões aparentemente individuais e cotidianas podem ter consequências globais, como vivemos processos de desenraizamento e despertencimento por conta da desregulamentação e da ausência das grandes tradições e rituais organizadores da sociedade. A relação entre o indivíduo, sua vida cotidiana e o resto do mundo é constantemente reorganizada e reformulada. Emerge uma “extraordinária – e acelerada – relação entre as decisões do dia a dia e os resultados globais, juntamente com seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual” (GIDDENS, 1997, p. 77). Essa relação direta indivíduo-mundo, prescinde de qualquer instituição mediadora ou normas de coletividade.

1.2 A racionalidade neoliberal, capitalismo de mercado e consumo

A política neoliberal acompanhada de forte desregulamentação financeira ganha proeminência por volta dos anos 70 provocando, com intensidade inédita, o renascimento do mercado e do individualismo como articuladores nucleares da prática social e das relações que os homens estabelecem entre si (MANCIBO, 2004; BAUMAN, 2001). A suposição básica na racionalidade neoliberal é a de que os homens se comportam e agem como indivíduos auto interessados. Propondo um retraimento do papel do Estado na regulação econômica e, portanto, uma auto regulação do mercado e da economia, a racionalidade neoliberal constitui-se numa variante particular das construções individualistas, sob a qual se afirma a soberania dos objetivos individuais, o reconhecimento do indivíduo como o juiz supremo dos seus próprios objetivos e a limitação dos fins sociais às coincidências entre os objetivos individuais. O novo capitalismo globalizado também reorganiza as relações de trabalho. O trabalho não é mais uma posse nem tem conteúdo fixo, como em outros momentos, tornando-se, pelo contrário, uma posição numa rede em constante mudança.

As organizações valorizam sobretudo, capacitações humanas portáteis, a capacidade de trabalhar em vários problemas com um plantel de personagens constantemente mudando, onde antigamente se valorizava a construção de uma carreira e a estabilidade (SENNET, 2006, p. 131).

Segundo Bauman (2007a, p. 17), nessa fase do capitalismo os empregadores preferem empregados “flutuantes”, descomprometidos, flexíveis, generalistas e que possam ser descartados a qualquer momento. O trabalho da era do *software* é sem corpo, não amarra o capital, permite que ele seja volátil, extraterritorial e inconstante (BAUMAN, 2001; HARVEY, 1994).

O fluxo do capital e sua aceleração elevam o consumo a organizador da vida social em vários níveis. Segundo Sarlo (2004, p.28):

[...] quando nem a religião, nem as ideologias, nem a política, nem os velhos laços comunitários, nem as relações modernas da sociedade podem oferecer uma base de identificação ou um fundamento suficiente para os valores, ali está o mercado, um espaço universal e livre, que nos dá algo para substituir os deuses desaparecidos. Os objetos são ícones [...] podem criar uma comunidade imaginária [...].

O consumo, essência do capitalismo de mercado, se coloca segundo vários autores (BAUMAN, 2001; BAUMAN, 2007b; LIPOVETSKY, 2006; SENNET, 2006; SEVCENKO, 2001; MATOS, 2006; SARLO, 2004) como ocupando o lugar deixado vago pela tradição da vida pré-moderna. Como nos diz Matos (2006, p. 154): “o mercado se impõe como sucedâneo da busca de felicidade”.

Segundo Bauman (2003), emerge o *homo consumens*. Para ele o que importa não é acumular bens “mas usá-los e descartá-los em seguida a fim de abrir espaço para outros bens e usos. A vida consumista favorece a leveza e a velocidade” (p. 67). É a rotatividade, não o volume de compras, que mede seu sucesso. Para Lipovetsky (2006), a base da nova sociedade também está assentada no capitalismo de consumo, o que faz com que ele a denomine “sociedade do hiperconsumo”. Segundo o autor, vivemos na “civilização do desejo” em que:

[...] a vida no presente tomou o lugar das expectativas do futuro histórico e o hedonismo, o das militâncias políticas; a febre do conforto substituiu as paixões nacionalistas e o lazer, a revolução. [...] o melhoramento contínuo das condições de vida, o maior bem estar tornou-se uma paixão de massa (LIPOVETSKY, 2006, p. 11).

Para o autor, o hiperconsumidor não consome apenas bem-estar material, mas conforto psíquico, harmonia interior, autoconhecimento, em suma, felicidade.

Nesse contexto, afirmam-se novos comportamentos marcados pela exigência de eficácia e rapidez, pela preocupação obsessiva de ganhar tempo. O hiperconsumidor tornou-se um “doente da urgência” em uma cultura da instantaneidade (LIPOVETSKY, 2006, p. 112).

Segundo Matos (2006, p.155), a temporalidade do efêmero, do descartável, dissolve a dimensão ética das relações meios e fins que caracterizam os conceitos clássico e moderno de racionalidade, liberdade, felicidade, justiça e utopia. O tempo torna-se um “presente perpétuo carente de recordações”.

O hiperconsumidor renova a cada momento seus desejos e urgências, fazendo emergir uma forma de vida hedonista, que tem como maior paixão o bem-estar, mas não aquele provido pelo Estado ou por instituições modernas, mas pelo consumo, pela melhoria constante das condições de vida, de acordo com as definições também instantâneas do que é uma melhor condição para aquele momento. Sennet (SENNET, 2006, p. 147) aponta que na “paixão consumptiva” o uso possessivo é menos estimulante que o desejo de coisas que ainda não se tem;

a “dramatização do potencial” leva o consumidor a desejar coisas que não pode utilizar plenamente. A renúncia ao objeto não é vivenciada como perda. O hiperconsumo não combina com a acumulação ou com a posse do objeto. Ao contrário, abrir mão, descartar, combina com a busca incessante de novos estímulos, “libertar-se da possessividade também é uma forma de liberdade” (SENNET, 2006, p. 139). Para Harvey (HARVEY, 1994, p. 258) esta sociedade também pode ser chamada a “sociedade do descarte” em que além de produtos, “joga-se fora valores, estilos de vida, relacionamentos, apego a qualquer tipo de coisa: moradia, lugares, pessoas e modos de viver e agir”.

Lipovetsky (2006, p. 39) aponta que no hiperconsumo não colecionamos objetos, mas “atos de colecionar objetos”. A sociedade do hiperconsumo difundiu em todo o corpo social o ideal da auto realização. Porém, para o autor, em tal sociedade “desenha-se não a aniquilação dos valores e dos sentimentos, mas, mais prosaicamente, a desregulamentação das existências, a vida sem proteção, a fragilização do indivíduo” (LIPOVETSKY, 2006, p. 149). As ordens hierárquicas são desmanteladas emergindo sistemas desregulados e plurais. As grandes utopias, as grandes instituições, a moral sacrificial são desafiadas por uma individualização extrema dos modos de vida.

O consumo não se presta à interação, mas à ação, diz Bauman (2001). O consumo é algo que só pode ser experimentado em toda a sua extensão pelo indivíduo, por mais que ele possa, ao consumir determinado tipo de produto, estar buscando se identificar e ser identificado a um determinado estilo de vida.

O capitalismo vive sua terceira revolução tecno-científica no marco de sociedades fraturadas por linhas de pobreza e aturcidas pelo florescimento de ideologias individualistas e anti-solidárias.

Seria simplista, porém, ver a globalização como um mero movimento rumo à homogeneidade na cultura global mediante a troca de mercado. Segundo Harvey (HARVEY, 2004, p. 101), há variados sinais de “contra movimentos” que promovem uma reação à globalização do livre mercado, valorizando a diversidade cultural e oferecendo resistência à influência homogeneizadora dos mercados globais, estimulando o que é local, diferente e especial. Há uma tensão constante entre o global e o local, entre o poder que legitima nossos consensos no cotidiano e a gigantesca concentração de poderes das corporações globais (FUKS, 2004). Ou, como aponta Pakman (2003), uma tensão contínua entre caminhos de

desenvolvimento centrais e periféricos. É o momento de maior possibilidade de contato com as diferenças e, ao mesmo tempo de maior pressão homogeneizante, o que muitas vezes transforma a “sensibilidade cultural” em formas de “tolerar” os diferentes (PAKMAN, 2003), e na ambiguidade do termo, pode-se disfarçar uma orientação crescente para o igual, em um mundo progressivamente orientado para vigiar o diferente e restringi-lo a guetos culturais e territoriais (FUKS, 2004). Porém, o autor também identifica sinais de organizações locais, comunitárias, em que o espaço público em um nível local passa a ser ocupado. São vizinhos que conversam e se associam,

[...] discutindo utopias, realidades, mal estares pessoais e políticos. Também começam a aparecer na linguagem “novos/velhos termos como ‘democracia direta’, ‘democracia participativa’, ‘direito ao trabalho’ e as ‘microempresas’ como respostas à globalização (p.13).

1.3 Mudanças, bifurcações e dilemas

Mudanças em sociedades complexas não são processos lineares ou simples de serem rastreados ao longo do tempo. O que consideramos mudanças ou transformações são processos complexos dos quais temos acesso a fragmentos. As mudanças sociais não são como passagens de um momento a outro, mas aproximam-se mais de resultados de turbulências, de processos de tensão e resolução de tensão em sistemas complexos com resultados imprevisíveis quando se está no início do processo. Compreendemos apenas a *posteriori* os caminhos trilhados, cujos resultados não implicam necessariamente no desaparecimento das alternativas anteriores, mas a convivência de formas diferenciadas entre o novo e o antigo. Falamos certamente de rupturas, desaparecimentos, mas falamos também de mudanças em relações, ênfases modificadas, relevâncias alteradas. Quando tentamos construir uma narrativa sobre essas mudanças, nos vemos diante de posições distintas, movimentos e contra movimentos, disputas de espaços e legitimidade. Uma ecologia de ideias, como diria Bateson (1972), em que as ideias se relacionam entre si, tem espaços confusos entre elas e, frequentemente, se

enlaçam de maneiras inesperadas e paradoxais. Soluções criam novos problemas não imaginados e o movimento mantém-se incessantemente.

Podemos ver as vantagens da maior liberdade e do respeito às diferenças no mundo atual, mas não podemos esquecer que nem sempre a tolerância defendida por discursos mais relativistas leva a uma abertura para o novo. Algumas vezes, apenas provam o alcance do individualismo de mercado (KEHL, 2005). Para Chauí (2006), por exemplo, a naturalização e a valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica estimulam o individualismo agressivo e a busca do sucesso a qualquer preço, ao mesmo tempo em que dão lugar a uma forma de vida determinada pela insegurança e pela violência, institucionalizadas pela volatilidade do mercado. O medo leva ao gosto pela intimidade, a um retorno a instituições como a família e mesmo a figuras políticas e religiosas fortes e autoritárias no que pode parecer uma volta a formas mais antigas, mas que, segundo a autora é parte desse mesmo movimento.

Este efeito de dispersão não pode ser confundido com pluralidade ou com autonomia dos indivíduos. Para Kehl (2005) a crise de sentidos globais não leva, necessariamente, a ações livres e produtoras de multiplicidade de sentidos particulares, e sim a uma competição em que os que mais têm, em termos materiais e simbólicos, levam vantagem na hora de impor seus próprios interesses particulares. Já para Giddens (GIDDENS, 2002; 1997) essa dimensão representa o aparecimento de uma nova reflexividade e a tomada de consciência da precariedade das construções sociais associadas à responsabilidade. Surgem novas formas de relacionamento mais encaixadas com novos tempos, novas formas de vida, que para uns significam perdas e para outros ganhos.

Como diz Matos (2006, p.156), “O progresso não realizou por si só a felicidade dos homens [...]. Estabelece-se, na modernidade, o conflito entre a ciência, a política e a moral”. São novas as questões que surgem no campo das escolhas, da ética, e mesmo da convivência cotidiana entre as pessoas. Todas as transformações não significam destruição, mas a perda de certezas, insegurança, indecisão, negociação e por isso também, comunicação e reflexão (BECK, 1997).

As tradições que indicavam a priori o que é certo e errado perdem seu *status* social, assim como as instituições que as sustentavam (BRITO, 2012). As estratégias para definir o permitido e o proibido entraram em crise. Para Lipovetski (2006), sem definições claras do que é permitido e proibido, a moral deixa de ser um

território de conflitos significativos para transformar-se em um conjunto de enunciados banais e desvalorizados. Aí entra a necessidade da polícia e da Justiça, no sentido da autoridade que vem compensar o que antes era uma “proibição discursiva” (LIPOVETSKI, 2006, p.40).

Lyotard (2009, p.28), referindo-se àqueles que tomam esta extensão das mudanças como a dissolução do vínculo social, afirma que neste caminho o “si mesmo” não está isolado, mas é “tomado numa textura de relações muito mais complexa e móvel do que nunca”. Podemos também pensar que, recursivamente, a possibilidade de heterogeneidade e fragmentação que acontece nas relações sociais reforça a impossibilidade de legitimação de qualquer prática social por metanarrativas que pretendam totalizar o conjunto da experiência humana (BAUMAN, 2004).

Navegamos entre o relativismo valorativo, as tendências críticas a ele, que podem resultar em novos fundamentalismos, entre a anomia e o pluralismo, entre a liberdade de antigas prisões da tradição e o vazio da moral à *la carte*. Alguns autores criticam os possíveis elogios a essas novas formas de relação e vida, enquanto outros vêem esperanças e saídas para os novos paradoxos que se impõem. As sociedades que surgem da modernidade tardia, portanto, estão longe de realizar um ideal igualitarista e democrático. No entanto, como adverte Lipovetski (2006),

[...] não pode haver um regresso nostálgico às imagens que no passado pareciam boas e justas, mas tampouco se deve admitir um conformismo acrítico frente ao que surge com o rompimento dessas imagens (p.164).

2 CONSTRUCIONISMO SOCIAL: UM NOVO MOVIMENTO

A perspectiva construcionista ou, como prefere Spink (2009), o movimento construcionista emerge no seio dos debates da modernidade à pós-modernidade e é herdeiro deles. O movimento construcionista é interdependente e parte das reconfigurações mais amplas de visão de mundo em nossa época. Para alguns (GERGEN; MCNAMEE, 1998; GRANDESSO, 2000) está incluído no que é chamado pós-modernismo na ciência. Segundo Gergen e McNamee (1998), o construcionismo tem como inspiração a crítica ideológica cujo principal representante seria a Escola de Frankfurt; a crítica retórico-literária, cujos principais autores são os teóricos pós-estruturalistas e a crítica social, em nomes como Weber, Scheler e Mannheim que enfatizaram a importância do contexto cultural na produção de sentidos. Apoia-se ainda nos trabalhos de Berger e Luckman focalizando a natureza construída da realidade ou nos de autores como Thomas Kuhn que descreve a importância da participação da comunidade científica no que é definido como problemas passíveis e importantes de serem investigados e no que é considerado evidência ou fato científico. Gergen e McNamee (1998) citam também Garfinkel, com a etnometodologia, como um autor influente ao apontar que os termos que usamos para descrever o mundo, seja ele científico ou cotidiano, podem variar de acordo com o contexto em que são utilizados. A crítica social, de forma geral, enfatiza a natureza situada de toda e qualquer produção de conhecimento, corroborando assim o que Ibañez (2001) afirma sobre a historicidade de nossas práticas e existência.

O construcionismo social reúne contribuições importantes de vários movimentos em diversas áreas do pensamento humano. Segundo Spink (2004), tal perspectiva tem raízes em três movimentos:

- a) na filosofia, onde aparece como uma reação ao representacionismo; b) na sociologia do conhecimento, como uma crítica à retórica da verdade e c) na política, como busca de *empowerment* de grupos socialmente marginalizados (p.23).

Para Spink (2009), tal movimento nasce em solo tanto epistemológico como político. Como postura epistemológica, caracteriza-se pela crítica e contestação a

visões objetivistas e realistas do conhecimento. Tende a combater todos os tipos de naturalização, essencialização e reificação da realidade. Como postura política, visa “transformação, abertura, convivência com a complexidade” (SPINK, 2009, p.61). Hacking (1999) também aponta para esse caráter político do construcionismo social. Segundo o autor, um dos usos primários do termo construção social serviu para a reivindicação da legitimidade de saberes locais, questionando a universalidade do conhecimento e criticando o *status quo*. Os construcionistas sociais argumentam que X (seja lá o que for o foco do estudo), não é inevitável, não precisaria existir ou não precisaria existir daquela forma. X foi trazido à existência, ou formatado por eventos sociais, forças, histórias. Tudo poderia ter sido diferente (HACKING, 1999).

Assim, as teorias e práticas construcionistas também buscam se situar contextual e reflexivamente, posicionando-se como não neutras em relação ao seu contexto cultural, histórico e de valores. Assumir essa abordagem significa lembrar a todo o momento que a verdade é a verdade de nossas convenções, portanto não há a verdade no sentido estrito da palavra. Nem por isso, o que consensualmente consideramos verdade torna-se menos impositivo ou menos importante em nosso cotidiano. O valor de verdade que adquirem crenças e descobertas, em qualquer área da ciência ou em nossas práticas cotidianas, tem a força da tradição, da convenção, da inteligibilidade, da moralidade e da adequação ao contexto e das finalidades que coletivamente consideramos relevantes. Tem o valor do uso (SPINK, 2004a; SHOTTER, 1993). Nossos repertórios são sempre limitados, abrindo algumas possibilidades discursivas e impedindo outras. A mudança de foco também envolve a reflexão e reconstrução conjunta das verdades. A proposta, portanto, como sintetizam Spink e Frezza (SPINK; FREZZA, 2004, p. 30) é “a necessidade de remeter a verdade à esfera da ética; pontuar sua importância não como verdade em si, mas como relativa a nós mesmos”.

Segundo Ibañez (IBAÑEZ, 2001a), abandonar a crença de que o conhecimento é uma representação correta e confiável da realidade é o primeiro passo para desembocar em uma perspectiva construcionista. O construcionismo dissolve a dicotomia sujeito-objeto afirmando que nenhum deles pode existir sem o outro. São dependentes e não se pode pensar neles separadamente. Tradicionalmente, na ciência se supôs que se poderia neutralizar qualquer influência do sujeito produtor de conhecimento sobre o objeto, tomando objeto e conhecimento

como autônomos. A perspectiva construcionista, no entanto, segundo Ibañez (2001b, p. 250) é:

[...] des-reificante, des-naturalizante, des-essencializante, [...] [e] radicaliza ao máximo tanto a natureza social de nosso mundo como a historicidade de nossas práticas e de nossa existência.

Desta forma, o construcionismo abre mão de uma visão do conhecimento representacionista, ou como espelho da realidade (RORTY, 1988) e adota uma visão de em o conhecimento não é uma propriedade individual, que possuímos dentro de nossas mentes, mas algo que construímos conjuntamente, entrelaçando de forma definitiva nossas vidas e nossas práticas discursivas, relacionais e conversacionais. Tais práticas são histórica e culturalmente situadas. Desta forma, podemos concluir que a linguagem toma um lugar central na perspectiva construcionista.

Os autores construcionistas consideram mais importante compreender como as pessoas coordenam suas ações e constroem conjuntamente sentidos para o mundo do que conceber descrições ontológicas sobre ele (GUANAES, 2006). Na visão de Shotter, por exemplo:

O construcionismo social se define não pelo interesse em como os indivíduos chegam a conhecer os objetos e entidades do mundo ao seu redor, mas em como as pessoas primeiramente criam e sustentam, entre elas mesmas, determinados modos de se relacionar umas com as outras em suas conversas. Então, a partir de dentro, esses modos de se relacionar constroem sentidos sobre seus arredores (SHOTTER, 1994, p. 58).

O movimento construcionista, como não poderia deixar de ser, não se constitui em um movimento homogêneo, com consenso absoluto entre seus principais autores e articuladores. As abordagens construcionistas constituem-se em um movimento plural, que carrega tensões na busca de articulação em torno a alguns eixos centrais (RASERA, 2009; SPINK, 2009). Não é parte do escopo deste trabalho aprofundar essas questões⁷. Enfatizam-se neste trabalho alguns tópicos considerados centrais e presentes em todas as versões de construcionismo e que permitem falar em uma perspectiva construcionista social a partir de algumas

⁷ As diferentes versões do construcionismo social são elaboradas mais detalhadamente em BURR, 1995; RASERA e JAPUR, 2005; RASERA, GUANAES e JAPUR, 2004 e GRANDESSO, 2000.

regularidades no discurso e do que os próprios autores dizem a respeito de si mesmos.

Guanaes (2006, p.25) considera o construcionismo social como um discurso, ou seja,

Podemos identificar um conjunto de descrições nos estudos construcionistas que, atuando como ferramentas críticas, contribuem também na construção de um certo entendimento sobre o mundo e as pessoas.

O construcionismo social se constitui em um conjunto de discursos ou práticas discursivas que, por sua própria origem, considera-se um dos discursos possíveis dentre tantos outros para nos aproximarmos do mundo e de nós mesmos. Uma das características que o distingue, no entanto, é a permanente exortação à auto reflexividade, questionando suas verdades, suas descobertas e criticando suas posições. Nossa habilidade para a crítica ao mundo social e a nossas práticas são incrementadas ao adotar-se uma perspectiva construcionista (PEARCE, 2009). Aplicando a si mesmo seu discurso, cabe atenção constante às crenças e valores que a perspectiva construcionista sustenta e que são sustentados por suas descrições e pelos efeitos que estas e as práticas nela inspiradas podem gerar nos contextos nos quais estão presentes. Segundo Hacking (1999, p. 11), “ideias não habitam o vácuo, elas habitam um contexto social”. O autor denomina matriz ao campo onde uma ideia, um conceito ou categoria é formada. A matriz constitui-se de um complexo de instituições, barreiras, materialidades, etc. Matriz é “o setting social” onde habitam as ideias, conceitos ou tipos. O autor assinala que a palavra matriz refere-se em sua etimologia a útero. Fazem diferença para a vida das pessoas tanto por seu significado como por sua materialidade. Ao mesmo tempo as ideias ganham vida e transformam matrizes. “A matriz da ideia muda, a ideia muda e as pessoas mudam e ficam diferentes, mas essa diferença também pode mudar a matriz” (HACKING, 1999, p.102). Também é importante notar que, para o autor, ideias não são algo “mental”, mas são públicas, podem ser propostas, criticadas, rejeitadas, aceitas.

Um ponto importante que aparece nas abordagens construcionistas é, em decorrência da ênfase de seu discurso em torno da construção conjunta de sentidos, uma crítica à noção de indivíduo, tanto como organizador das práticas e

inteligibilidades sociais, quanto como centro das disfunções e patologias, voltando o foco para os indivíduos em relação com contextos e redes sociais. Há um deslocamento da importância dada aos estados internos ou mentais de indivíduos para as práticas coletivas de construção de sentidos, tanto nos discursos científicos como nas micro práticas cotidianas. Oferecem, assim, uma alternativa epistemológica e metodológica para a tradição ocidental de pensar a mente e o conhecimento como individuais (SAMPSON, 1993; GERGEN, 1994b). Questionam as racionalidades e formas de vida contemporâneas apoiadas em determinadas visões do indivíduo, do conhecimento e da relação entre os dois.

E, incluindo o indivíduo em suas próprias descrições da realidade, torna-se necessário refletir sobre as implicações de tais descrições sobre a construção e sustentação de práticas e formas de vida. Todo conhecimento, dessa forma, é passível de desconstrução ou como dizem Spink e Frezza (2004, p.27), de desfamiliarização, ou seja, de uma prática reflexiva constante que questione construções conceituais que se tornam crenças arraigadas que nos impedem de criar outras. Mesmo criando outras a partir da reflexão crítica, as anteriores ainda ficam, dizem as autoras, “impregnadas nos artefatos da cultura, constituindo o acervo de repertórios interpretativos disponíveis para dar sentido ao mundo”.

Para os objetivos deste trabalho utilizei as versões construcionistas mais focalizadas no discurso como a versão responsivo-relacional de Shotter (SHOTTER, 1993, 2008), o trabalho de Mary Jane Spink sobre a construção de práticas discursivas (SPINK, 2004a; SPINK; MEDRADO, 2004; SPINK; MENEGON, 2004) e ideias e autores ligados à conversação (SHOTTER, 1993; SHOTTER, 1983), diálogo e aspectos performáticos da linguagem (BAKHTIN, 1986; 1997a; SHOTTER, 1993; 2008; SAMPSON, 1993), visão do eu relacional e dialógica (GERGEN, 1994b; BAKHTIN, 1986; SAMPSON, 1993), além de Hacking (1999) que traz uma visão crítica ao próprio construcionismo nos alertando sobre seus limites e armadilhas.

2.1 A centralidade da linguagem

Para o construcionismo social, somos seres linguísticos. É a linguagem que nos constitui como humanos e é ela que constitui nossa realidade. Dentro dessa perspectiva há uma centralidade da linguagem na constituição do que consideramos realidade e do que podemos entender como “eu”, “*self*”. Porém, cabe destacar de qual abordagem da linguagem se utilizam os teóricos do construcionismo social. Nessa perspectiva os autores preferem adotar a ideia da linguagem como prática social, ou seja, não vêem a linguagem como código, língua ou palavra, apenas, mas como um complexo sistema de coordenação de práticas sociais conjuntas e que resultam na criação de mundos e formas de vida compartilhados. Esta perspectiva é coerente com o que é designado atualmente como ‘giro’ ou ‘virada linguística’ (IBAÑEZ, 2004; SPINK, 2004a). Tal expressão, moda nos anos 70 e 80, designa uma mudança que ocorreu na filosofia e em várias ciências humanas e sociais que as levou a refletir e a dar importância fundamental ao papel desempenhado pela linguagem na formação dos fenômenos que tais disciplinas costumam estudar, assim com nos seus próprios projetos (IBAÑEZ, 2004).

Duas noções são importantes para pensar a linguagem nesta perspectiva: a linguagem em uso, e os jogos de linguagem, expressão cunhada por Wittgenstein (1979). Na primeira ideia, não se considera que exista uma relação de necessidade entre as palavras e a realidade que elas descrevem (RASERA; JAPUR, 2007). A escolha das palavras, formas de descrever e falar do mundo definem tal mundo de determinadas formas. Assim, a linguagem não reflete um mundo independente, mas o constrói a todo o momento. Esta construção da realidade através da utilização de determinadas descrições e explicações se dá a partir das condições sócio históricas concretas e dos sistemas de significação (RASERA; JAPUR, 2007, p. 22). Torna-se um interesse primordial o entendimento sobre as condições de produção do sentido. Isso significa tanto o contexto social e interacional, quanto as condições históricas (SPINK; MEDRADO, 2004).

Dentro da tradição de filósofos da linguagem como Austin (1990), a linguagem promove ações, é ação, e daí decorrem diferentes cursos da realidade. O significado emerge de seu uso situado e não abstratamente de outra condição da palavra. A perspectiva construcionista

[...] nos convida a investigar os jogos de linguagem em que tais sentidos se fazem presentes e que tipo de realidade eles constroem à medida que são usados e legitimados nas interações (GUANAES, 2006, p. 23).

A atenção se move do que ocorre 'dentro' da mente para os discursos, implicando em um deslocamento da perspectiva do indivíduo para os contextos relacionais e sociais onde os discursos emergem; de um olhar para o interior, para um olhar para o exterior das interações e relações com o mundo (IBAÑEZ, 2004). O conhecimento do mundo não está nas ideias que fazemos dele, mas nos discursos que construímos conjuntamente. Por isso, a linguagem 'faz coisas' e não apenas as denota ou se refere a elas. Portanto, considera-se a linguagem em seus aspectos performáticos.

Descrever as pessoas de determinadas maneiras, não apenas as representa, mas cria diferentes possibilidades de vida, relação e impede outras. Pensar a mulher como frágil, o homem como forte, o amor como a mola do mundo, o divórcio como um fracasso, convidam a contextos diferentes de relação social, política e ética entre as pessoas. Além disso, mudam a maneira como essas pessoas se sentem sobre elas mesmas, suas experiências e suas ações. Desta forma as pessoas também são influenciadas por suas classificações (HACKING, 1999). Voltando à ideia de que não construímos essas descrições sozinhos, mas em interação com outros, as realidades são conversacionais ou dialógicas e têm a ver com a forma como nos coordenamos no mundo.

Dar sentido ao mundo é parte fundamental de nossa atividade como seres humanos. Segundo Spink e Medrado (2004, p. 41) "é uma força poderosa e inevitável da vida em sociedade". Esta forma de pensar a linguagem significa valorizá-la como prática social, e focalizar os aspectos performáticos da linguagem e nas trocas linguísticas. Estamos na esfera da pragmática da linguagem, ou seja, o foco é nas condições de uso e produção dos enunciados.

O enunciado, segundo Bakhtin (1986; 1997a), é a menor unidade da linguagem. Difere da oração, por exemplo, por estar sempre conectado a uma rede de enunciados que o precedem, ou são posteriores a ele. Desta forma temos também uma visão dialógica da linguagem. O diálogo, a troca e interação linguística são condição para a construção do mundo e de si.

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são autossuficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente.

São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles (BAKHTIN, 1997a, p. 316).

2.2 A versão relacional-responsiva do construcionismo social: vida, linguagem, corpo e mundo

Baseado, especialmente, nas noções anteriormente descritas e além delas, nas de gênero de fala (BAKHTIN, 1986), realidades conversacionais e ação conjunta, Shotter (1983; 1993) inicialmente propõe a versão responsivo-retórica do construcionismo social. Nessa versão do construcionismo, os enunciados nunca podem ser entendidos com referência a algo que não seja ligado a outros enunciados. É um entendimento responsivo, que considera que todo e qualquer enunciado é sempre resposta a um outro e é essa resposta que dá ao enunciado anterior parte de seu sentido. Através disso, estamos sempre conectados uns aos outros. Por isso, discursos, mesmo entendidos como regularidades em diversos níveis – macro ou microssociais – são dinâmicos e instáveis.

Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do diálogo subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. (BAKHTIN, 1997, p. 414-415)

O sentido, então, é sempre uma realização temporária, localizada em um contexto. Por isso, para Shotter (1993), importante é o foco no próprio fluxo conversacional, no momento interativo, em que a produção dialógica de sentidos tem lugar. O diálogo não é algo fluido e harmônico, mas repleto de dilemas, tensões, bifurcações. Segundo o autor, o que interessa não é uma compreensão da natureza

da atividade comunicativa como uma teoria unificada, mas seu caráter dinâmico e dilemático (SHOTTER, 1994). Dito de outra forma, o interesse é em estudar como as pessoas, na prática, em diferentes tempos e contextos, enfrentam dilemas e tensões e adotam cursos de ação.

A versão responsivo-retórica do construcionismo social vem enfatizar a ideia de que, como estamos sempre respondendo a outros, endereçando a eles nossos enunciados e nos posicionando em cada troca e relação, a participação do outro é imanente e espontânea em nossa vida. Cada enunciado possibilita e restringe os movimentos responsivos a ele. Há respostas mais ou menos aceitáveis em uma interação e o que é ou não válido é sempre fruto de negociação e argumentação nos contextos de interação. Daí a dimensão retórica.

Alguns anos depois, Shotter (SHOTTER, 2008; SHOTTER, 2009) passa a denominar sua versão do construcionismo de relacional-responsivo. Mantendo a maior parte de sua visão anterior sobre a linguagem como central na vida humana e na constituição da realidade onde se vive, Shotter enfatiza nesse novo momento, a responsividade. Segundo ele, seu trabalho focaliza menos os aspectos denotativos e estruturados ou institucionalizados da linguagem e mais os aspectos dinâmicos em que corpo e fala, vida e linguagem são entrelaçados. Em nossos processos de comunicação cotidiana grande parte se dá implicitamente, de forma pouco notada e não consciente em uma dinâmica continuamente em transformação: um fluxo permanente de atividades. Desta forma, ao invés do interesse no significado das palavras ou em sua construção, Shotter interessa-se pelos movimentos incessantes de antecipação e resposta entre as pessoas. Ele vê, primariamente, as pessoas respondendo umas às outras de forma espontânea, corporificada e original. Orientamo-nos uns aos outros, no sentido de alcançar um entendimento. Porém, esse entendimento é algo diferente da interpretação, é um desenvolvimento negociado. Em suas palavras:

Para finalmente chegar a um entendimento, como resultado de um desenvolvimento negociado, não é necessário para cada participante entender completa e finalmente cada enunciado do falante conforme é dito; o tipo de entendimento requerido na prática é muito mais parcial e transicional (SHOTTER, 2008, p. 9).

A inclusão dessas expressões corporificadas é importante, pois permite pensar não no entendimento, mas na capacidade que existe de criarmos um “terreno

comum de referência” (SHOTTER, 2009, p. 32) com aqueles à nossa volta. Podemos também ser movidos corporalmente pelo outro e sentirmos tais movimentos na relação. E, finalmente temos a possibilidade de criar formas novas e originais de seguir em relação, movendo-nos de relações estagnadas, inovando nossas maneiras de interagir com os outros e com nossos arredores. Há momentos cruciais nas relações com outros à nossa volta, em que uma segunda pessoa responde às expressões de uma primeira espontaneamente, tanto ouvindo como responsivamente atuando na conversa. Nestes momentos é criada uma “conexão viva” entre eles ou um “momento dialógico” (SHOTTER, 2008; 2009). Centrais para esses momentos que ele também chama de interativos é a responsividade espontânea e viva de nosso corpo ao outro e à alteridade à nossa volta. Desta forma Shotter enfatiza o caráter indeterminado e ambíguo de nosso viver em linguagem e focaliza o estudo desses momentos interativos como principais em sua obra.

Segundo o autor, a atividade comunicacional ocorre, em grande parte em uma zona de indeterminação, de incerteza em que nos sentimos, em geral, entre o que poderíamos chamar de ações (o que eu individualmente faço) e eventos (o que acontece comigo, a minha volta, fora do meu controle) (SHOTTER, 1993; 1983). Para ele, essa indeterminação da linguagem é um aspecto central da comunicação. A esse aspecto da comunicação ele chama de “ação conjunta”. De forma resumida, o conceito de ação conjunta refere-se a que obtemos, como resultado de nossas interações, resultados não previsíveis e não pré-determinados. A noção de intencionalidade da comunicação é questionada. A ação conjunta produz a emergência de um “*setting* prático-moral” no qual regras e acordos são construídos tácita ou explicitamente a partir de dentro da própria interação, criando as aberturas e restrições para os relacionamentos entre as pessoas. Esta organização, como ele chama, não pode ser atribuída a nenhum dos participantes da conversa individualmente nem a suas intenções ao participar dela. As possibilidades desse *setting* prático-moral, “estão abertas para a influência e é o que convida ou motiva os participantes da interação para as próximas ações possíveis” (SHOTTER, 1993, p. 39).

O caráter imprevisível do processo conversacional indica que entendimentos únicos entre as pessoas são eventos raros. No diálogo elas assumem posições diferenciadas, e recorrem a construções realizadas em participação nas mais

diversas situações conversacionais anteriores. Por isso, o autor propõe pensar o entendimento não como uma atividade individual e permanente, mas como:

[...] um desenvolvimento temporário, construído com base em fragmentos vagos que são reordenados pelas pessoas em suas trocas interativas e que são referentes tanto ao tempo presente de uma interação como a outros processos conversacionais. (GUANAES, 2006, p. 37)

Mais do que entendimento, lidamos com acordos de coordenação mútua construídos em *settings* prático-morais. Por isso, Shotter se interessa cada vez mais pelo momento interativo, pelas palavras “que estão sendo ditas”, ao invés das palavras “já ditas”, e pelo que ele chama de uso corporificado da linguagem. Ou seja, é a linguagem em uso, encarnada nas práticas naquele momento da interação que ele focaliza ao invés das redundâncias, regras e padrões da linguagem. A possibilidade de entendimento está mais ligada ao que as pessoas “sentem” dentro da conversação. Por isso, o autor coloca que no fluxo conversacional, o conhecimento que se produz tem mais a ver com nos “mover” de lugar, do que de nos “trazer novas ideias” (SHOTTER, 1993, p. 41).

Quando todos os envolvidos em uma interação estão abertos para ser “tocados” ou “movidados” pela alteridade dos outros e à sua volta, “momentos de referência comum” podem ser estabelecidos. Na ausência de tais momentos, as pessoas em uma situação específica não podem esperar entender umas às outras com a precisão singular requerida [...] – tais momentos compartilhados proveem um “chão”, uma “raiz”, compartilhada para suas atividades (SHOTTER, 2009, p. 31).

2.3 Construcionismo e Psicologia

Seguindo a trilha aberta por essas críticas e movimentos em diversas áreas do pensamento humano, o construcionismo social emerge como alternativa para a investigação e descrição de práticas sociais ou, como afirmam Katz & Shotter (1996), como forma alternativa de investigação social que busca mudar a agenda de argumentação em ciência. Traz importantes contribuições tanto para a pesquisa e investigação na Psicologia como para a prática dos psicólogos em seus diversos contextos de atuação. Em algumas áreas da Psicologia, especialmente a Psicologia

Social, e em algumas práticas como a terapia de família sistêmica, o construcionismo social tem seus mais destacados representantes.

A perspectiva construcionista, ressignifica a proposta da psicologia, na medida em que esta se assume como construtora de seus próprios sentidos e de sentidos correntes sobre a pessoa e o mundo. Instala-se a possibilidade da crítica de seu próprio fazer. Como nos afirma Ibañez (2001a), o discurso psicológico está marcado por convenções aceitas por uma comunidade legitimada de profissionais e não constitui mais do que uma interpretação possível da realidade psicológica entre outras, sem que se possa privilegiar nenhuma delas dizendo que corresponde melhor à própria realidade.

As noções correntes em psicologia do eu, personalidade, memória, identidade, e todas as outras são questionadas enquanto realidades ontológicas e remetidas à esfera do discurso. Passam a ser vistas não como propriedades intrínsecas dos indivíduos, mas como parte de um “repertório interpretativo” (POTTER; WETHEREL, 1987), ferramentas de construção de sentidos criadas conjuntamente por comunidades profissionais e situadas em contextos sócio históricos. Segundo Rasera e Japur (2005, p. 25), “a mente perde sua base ontológica, transformando todos os constituintes do self em construções culturais historicamente contingentes”. Tal proposta não exclui a preocupação anterior da psicologia pelo indivíduo ou pela experiência pessoal, mas as redefine como discursos usados “para desenvolver os relacionamentos humanos e não como uma afirmação de verdade referente a um outro plano da realidade – o mundo mental” (RASERA; JAPUR, 2005, p. 26). Propõe, portanto uma transformação na cultura da profissão, fortemente marcada pelo ideário individualista (JAPUR, 2004).

A proposta construcionista se aproxima do terreno da etnometodologia, de diversas correntes da análise do discurso incluindo a Psicologia Discursiva. Torna-se parte fundamental do exercício da Psicologia a reflexão crítica sobre as teorias e práticas por ela propostas, dos valores que sustenta, ampliando as formas de relacionamento e os vocabulários possíveis (RASERA; JAPUR, 2005).

Em artigo considerado um dos primeiros dentro do movimento construcionista, Gergen (1985) já aponta que os critérios para a identificação de comportamentos, eventos ou entidades são circunscritos pela cultura, pela história e pelo contexto social. O autor defende que o que é chamado de processos psicológicos, emoções, identidade e self, variam de cultura para cultura e de

momentos históricos a outros dentro de uma mesma cultura. As descrições construcionistas desafiam a ontologia da mente contemporânea. Nas palavras do autor:

Elas convidam-nos a considerar as origens sociais das concepções sobre a mente dadas por assente, tais como a bifurcação entre razão e emoção, a existência de motivações e memórias, e o sistema simbólico que se crê subjacente à linguagem. Elas dirigem nossa atenção para as instituições sociais, morais, políticas e econômicas que sustentam e são apoiadas pelas premissas atuais sobre a atividade humana (p.305).

Segundo Fuks (inédito), no desenvolvimento histórico da psicologia como disciplina, o mundo psíquico foi separado do corpo e elevado à categoria de objeto científico o que permitiu o estudo de inúmeros aspectos novos do humano inaugurando uma nova profissão. No entanto, o que poderia ter sido um “recurso conjuntural, tendeu a se converter na leitura correta da realidade” esquecendo-se de seu caráter como “construção provisória” ou “estratégia metodológica” (p. 4).

Em uma perspectiva construcionista, no entanto, a Psicologia

[...] passa a focalizar os processos de significação e de construção conjunta de sentidos entre observadores e sujeitos, não havendo uma preocupação em garantir a veracidade ou unicidade de uma determinada descrição. (RASERA; GUANAES; JAPUR, 2004, p. 160)

No mesmo sentido Harré (1998) propõe uma Psicologia Discursiva, em que o foco é a produção discursiva, “histórica e culturalmente situada e orientada por regras e convenções sociais normativas” (RASERA; GUANAES; JAPUR, 2004, p. 160).

O construcionismo propõe uma Psicologia que tem como objeto de investigação os discursos e narrativas de vida, a construção conjunta de sentidos e do próprio *self*. Consequentemente, ao adotar tal perspectiva, além do terreno da investigação, as práticas correntes na psicologia também são repensadas, sob um olhar crítico e transformador (GERGEN; MCNAMEE, 1998; GERGEN, 1985; GRANDESSO, 2000; PAKMAN, 2003).

O referencial construcionista descrito no curso desse trabalho permitiu tanto a análise do processo conversacional dos grupos, como a visibilização e desconstrução de conceitos ligados ao divórcio e seus desdobramentos. Além disso, porém não menos importante, entendemos e realizamos o próprio trabalho no grupo

como a construção de um espaço dialógico, coerente com os conceitos desenvolvidos até aqui. Com isso pretendemos articular os aportes construcionistas tanto ao trabalho com grupos, como à investigação, e à compreensão e produção de novos sentidos para os temas ligados às separações conjugais.

3 O INDIVÍDUO: CENTRO ORGANIZADOR DA VIDA SOCIAL

Na maior parte do Ocidente, desde o Iluminismo, a noção de indivíduo vem adquirindo um papel central na vida social. Bauman (2007a) conta que o termo indivíduo aparece na sociedade ocidental em meados do século XVII. Referia-se especialmente ao atributo da indivisibilidade. O indivíduo seria a menor unidade à qual se poderia atribuir alguma “humanidade”. Aos poucos o uso do termo foi se tornando mais relacionado à qualidade de singularidade, diferença e unicidade que distingue um indivíduo de outro. Foucault apresenta o indivíduo como uma produção diante da qual, a partir do século XIX todas as ciências se curvaram (FOUCAULT, 1989).

A elevação do indivíduo à categoria de prioridade é o processo presente nas mais profundas transformações da sociedade (BAUMAN, 2001; FOUCAULT, 1989; HARVEY, 2004; LIPOVETSKY, 2006; GERGEN, 1994b; SAMPSON, 1993). É a satisfação de suas necessidades, identificada com bem estar, sua conquista de si mesmo, suas capacidades e sua autonomia que regem o período contemporâneo. A ênfase no indivíduo o torna atualmente, o centro organizador da vida social.

As descrições e o vocabulário com o qual convivemos na modernidade em relação ao indivíduo o tomam como autocontido (SAMPSON, 1993), com uma essência única e coerente, estável e que lhe fornece uma identidade (GERGEN, 1994b; RASERA; JAPUR, 2007). Sampson (1993), afirma que o projeto Ocidental para o indivíduo é autocelebratório e monológico. A perspectiva monológica, segundo o autor, fala de um indivíduo autossuficiente e nos orienta a olhar “para dentro” dos indivíduos. O indivíduo autocontido assume que suas fronteiras em relação ao mundo e aos outros são coincidentes com seu corpo, que é considerado “sua casa” (p.34). Uma série de metáforas de uso comum remete a essa ideia como, por exemplo, dizer que alguém não se conteve em si, ou que sente-se vazio. O interior do indivíduo é o *locus* do eu, de sua identidade. O indivíduo dentro dessa visão precisa estar sempre de posse de suas capacidades, de sua autonomia e possibilidade de decisão sobre si. O autoconhecimento é um mergulho para o interior.

Segundo Gergen (1994a), nosso vocabulário para as descrições da pessoa é originado do Romantismo. É um vocabulário de paixão, propósito, profundidade e

relevância pessoal. O indivíduo autocontido e interiorizado é também o modelo usado para se pensar a moral.

Dessa forma, filósofos buscam estabelecer o critério essencial para a tomada de decisões morais, instituições religiosas estão preocupadas com os estados da consciência individual, as cortes legais estabelecem critérios para julgar a culpa individual, instituições educacionais são motivadas a incentivar valores e os pais estão envolvidos com a educação moral e da personalidade de sua prole. (GERGEN, 1994a, p. 94)

Enriquez (2006) afirma que, durante todo o século XX, ganha cada vez mais força a ideia de que o indivíduo devia e podia se tornar um sujeito autônomo, sujeito histórico, sujeito de direito, sujeito psíquico e moral, portanto, sujeito de suas ações, tendo direito a ter direitos. Assim a ideia do indivíduo autocontido e autônomo está presente na criação da maioria das políticas públicas e da legislação. Direitos, responsabilidade e culpa são também atributos do indivíduo. McNamee (2001, p. 238) resume da seguinte forma:

A tradição individualista elege o *self* como a fonte originária do pensamento e ação. É a consciência privada que registra nossa experiência do mundo e é a partir do seu interior que o indivíduo compreende, resolve problemas, planeja e deseja. Consequentemente, educamos mentes individuais, reforçamos e punimos os indivíduos no trabalho, fazemos psicoterapia e atribuímos responsabilidade a sujeitos isolados. Enfim, o indivíduo é a fonte do bem e do mal na sociedade.

3.1 O individualismo contemporâneo: críticas e dilemas

Segundo Sampson (1993), nosso entendimento do *self*⁸, da identidade e subjetividade tem sido minado especialmente pela crítica pós-moderna. Uma crescente insatisfação com os valores e práticas sustentadas pela centralidade do indivíduo na vida social emerge. O mundo atual, interconectado globalmente, desafia essa concepção de indivíduo e suas instituições.

As críticas dirigem-se em especial para a condição do indivíduo como átomo da sociedade e centro da responsabilidade moral (MCNAMEE; GERGEN, 1999). O outro permanece em uma posição de “não-eu”, introduzindo na própria definição da

⁸ Optei neste trabalho por usar o termo *self*, sem tradução, considerando que na Psicologia, em geral isto tem sido feito gerando uma familiaridade com o termo (RASERA; JAPUR, 2007) e também pelas dificuldades de tradução dele em nosso idioma.

alteridade uma negação. A crença no *self* como um “container”, com fronteiras bem definidas, separado dos outros e do mundo leva a pensar que o que quer que esteja “fora” dessas fronteiras pode ser essencialmente perigoso e ameaçador.

Sampson (1993) afirma que a visão que se tem do indivíduo é produzida e sustentada por um grupo social especificamente masculino, branco, heterossexual, educado e pertencente a classes sociais dominantes. Esse olhar tornou-se naturalizado e universal, transformando em ‘outros’ todos os que não fazem parte desse grupo: mulheres, povos não ocidentais, pessoas de outras classes sociais, ou com diferentes desejos sexuais. O autor acima citado usa a expressão “outro próprio para ser usado”⁹, ou seja: “outros construídos de forma a estar a serviço das necessidades, dos valores, interesses e pontos de vista de um grupo dominante” (SAMPSON, 1993, p.4) A essa condição ele chama de “monólogo auto celebratório” (SAMPSON, 1993, p.4).

Segundo Gergen (1999), os problemas gerados pela manutenção da ideologia individualista incluem: uma concepção de mentes isoladas questionando a possibilidade de entendimento mútuo tendo como efeitos o isolamento, a alienação e a desconfiança; a atribuição ao relacionamento de um caráter secundário, artificial e temporário, podendo ser visto como antagônico ao desenvolvimento e aos ganhos pessoais; uma postura de competição permanente. Como consequência, cada vez mais é necessário o controle dos indivíduos uns pelos outros e por instituições de vigilância e justiça. Além disso, tal visão encobre as condições sociais concretas e as relações de poder presentes no contexto.

As maneiras contemporâneas descritas acima de conceber o indivíduo, a pessoa e o *self*, são apontadas como geradoras de uma forma de vida e relação que é conhecida como individualismo.

Para Beck (1997), o individualismo é um modo de vida ligado ao capitalismo e à sociedade industrial, no qual os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas biografias. Para alguns autores a ideia de indivíduo não se confunde com o individualismo. Como explica Roberto da Matta (2000), individualização ou individualidade são experiências presentes em diversas culturas enquanto o

⁹ O termo em inglês é “serviceable other”. Optei por essa tradução após várias consultas com tradutores e pensadores do campo construcionista por considerá-la a que mais se aproxima do sentido em original, e não tendo encontrado ou tido a informação de nenhuma outra tradução já publicada em português, reconhecendo, porém, a dificuldade de se traduzir a expressão em nosso idioma.

individualismo é uma ideologia “central apenas à chamada civilização ocidental. [...] diz respeito à institucionalização do indivíduo como valor englobante, um valor postulado como sendo maior (e mais inclusivo) do que a sociedade da qual ele é parte”. (MATTA, 2000, p. 9-10). O ideário do individualismo como modo de vida considera o indivíduo como ator, planejador, e diretor de cena de sua própria biografia, identidade, redes sociais, compromissos e convicções.

Algumas das principais premissas da ideologia individualista são: liberdade (inclusive em relação à própria coletividade na qual se vive, implicando direito de escolha, liberdade de ação e de participação), igualdade (ontológica e legal, implicando direitos alienáveis, públicos e reconhecidos por todos), consciência individual acentuada (razão própria, emoções e sentimentos próprios, singulares, únicos) e a consideração do homem como a unidade básica da sociedade na qual participa diretamente sem mediações. Se no século XVIII inicia-se a formulação da igualdade entre os homens e da liberdade, é no século XIX que se fundam as bases para a noção de indivíduo atual. Além de livre e igual aos outros ele se distingue de todos, é único, particular e interiorizado. (MANCEBO, 2004). Nos anos da contracultura, segundo Lipovetsky (2006), vivemos o individualismo de transgressão e de contestação. No último meio século surge o individualismo de emancipação em relação aos enquadramentos coletivos, familiares, religiosos ou políticos.

3.2 Os paradoxos da autonomia individual

Segundo Camargo-Borges, Mishima e McNamee (2008), em grego a palavra autonomia significa:

[...] a capacidade de autogestão e autogoverno das cidades-estados independentes gregas. O termo foi se estendendo e adquiriu amplitude fazendo referência aos indivíduos, à capacidade de autogovernar a própria vida, direitos de liberdade, privacidade e escolha do comportamento. (p.10)

A ideia de autonomia individual ganhou grande impulso a partir dos anos sessenta e setenta, décadas marcadas nas sociedades ocidentais pelas lutas contra todas as formas de repressão, liberação do desejo, movimento das minorias, e luta

contra todas as formas de discriminação (SZAPIRO, 2005). Nesse momento a crítica à opressão, à discriminação e à ausência de direitos era a bandeira dos movimentos emancipatórios e liberadores. A reivindicação por autonomia e por liberdade sem restrições e, ao mesmo tempo, o investimento na necessidade de expressão dos sentimentos como lugar da verdade do sujeito, marcaram o discurso político nessas duas décadas (SZAPIRO, 2005). Nessa mesma época, segundo Lipovetski (2006, p. 240), vivemos o individualismo de proteção e de precaução, “à febre da liberação sucede a obsessão pela prevenção”.

Sampson (1993) usa a expressão “individualismo possessivo” para indicar que para participar do social, ser considerado adequado socialmente e ter direitos como, por exemplo, votar, é preciso ser livre, ou seja, independente da vontade de outro, estar de posse de si mesmo. “Para ser o indivíduo não pode estar obrigado a ninguém” (SAMPSON, 1993, p.33). A tarefa de pais e educadores é incentivar a independência, entendida como sinal de maturidade e bom desenvolvimento. Segundo ele, “O grande medo é da dependência de qualquer coisa que não seja o próprio e independente *self*” (SAMPSON, 1993, p. 39). Na esfera das relações, a autonomia do indivíduo leva à rejeição de qualquer tipo de dependência, vista como ameaça.

McNamee (2001, p. 239), na mesma linha, adverte que tal independência gera isolamento e lança a reflexão:

Por que é que havemos então de perseguir investimentos que podem restringir nossa liberdade individual? O subproduto dessa via de pensamento é que as relações se tornam artificiais. As relações precisam ser trabalhadas. E, quando trabalhar uma relação se torna oneroso, retraímos-nos para nosso *self* (o que será melhor para mim?).

Para Lash (1997) o motor da mudança social contemporânea é a individualização. Na primeira fase da modernidade, segundo ele, a individualização foi parcial, quebrou as antigas estruturas tradicionais, mas estas foram substituídas por outras, especialmente as ligadas ao bem estar, às organizações de classe e à burocracia do governo. A modernização plena só acontece quando “uma maior individualização também liberta a ação até dessas estruturas sociais (simplesmente) modernas” (LASH, 1997, p. 139). Nestas sociedades, o “nós” tornou-se um conjunto de indivíduos abstratos e atomizados. Nesta fase da modernidade, que o autor juntamente com Beck e Giddens (GIDDENS; BECK; LASH, 1997) chama de

reflexiva, os indivíduos se libertam de toda e qualquer estrutura coletiva como classe, nação, família, religião e crença na validade da ciência. As narrativas de vida são auto-organizadas e não pré-determinadas por classe, gênero ou pertencimento familiar. Para Giddens (1997), a destradicionalização foi a principal fratura social que deu origem a tais processos. Deu-se entre a cultura tradicional e a moderna. Na cultura tradicional, as escolhas já eram prescritas e na moderna, as escolhas individuais ganham sentido, o que conduz os atores para a posição de autores (FOUCAULT, 1977). O sentimento de dívida e de dever em relação às gerações passadas, bem como as exigências inerentes à vida em sociedade são considerados, em bloco, tentativas de invasão à soberania individual. Este discurso, ao romper com uma continuidade histórica, produz indivíduos mais instáveis, com menos referências que possam ajudá-los a construir a sua própria ficção, sua condição de ser um sujeito. Assim, nos processos de subjetivação contemporâneos constitui-se um indivíduo que se pretende “liberado” e que, portanto, julga poder prescindir de ancoragens históricas. Mesmo nas suas relações afetivas, o sujeito não suporta qualquer sinal de dominação, ainda que estes sinais digam respeito aos seus sentimentos vividos nas suas experiências mais íntimas (SZAPIRO, 2005).

A ausência de ancoragem na história caminha junto com a desvalorização da tradição na sociedade. Se antes, a tradição servia como organizador da memória social, hoje se considera o passado como continuamente em construção, não fixo e estável no tempo, mas uma narrativa fluida e contingente ao momento em que é recontado. Por isso, para Giddens (1997), por exemplo, vivemos em uma sociedade pós-tradicional, em que a força moral da tradição não tem mais papel dominante. O projeto reflexivo do eu, uma característica da vida cotidiana do mundo pós-tradicional, depende de uma quantidade significativa de autonomia emocional. A relação pessoal pós-tradicional depende da intimidade e afinidade e não mais dos balizamentos da tradição.

É o indivíduo, suas escolhas, seu bem estar, sua felicidade que estão em jogo no lugar das posições fixas e pertencimentos religiosos, familiares ou de qualquer outra ordem. Isso torna a sociedade cada vez mais móvel e mais fluida. A flexibilidade e a fluidez dos sistemas econômicos contemporâneos impõem o imediatismo e a instantaneidade nas relações. A lógica da vida cotidiana parece estar ligada a uma autonomia inquestionável. O que antes eram enquadramentos coletivos, hoje é desregulado e desinstitucionalizado em nome da autonomia do

indivíduo. O modelo de vida nas sociedades contemporâneas torna-se uma vida à “*la carte*”, um “*self-service*” (BAUMAN, 2007a; LIPOVETSKY, 2006) . No mundo globalizado, o homem sente-se cada vez mais estrangeiro, o que denota uma “nova e radical condição de nomadismo profundo e generalizado” (CORSINI, 2008, p. 57)

Os compromissos neste momento têm a ver muito mais com o indivíduo e suas escolhas do que com instituições e pertencimentos sociais. Sem a regulamentação da tradição, as relações se tornam mais e mais informais. Essa informalidade toma conta de todas as propostas de relação e de identidade. Cada vez mais o projeto individual ganha espaço. Em outras palavras, torna-se emancipado em relação à autoridade e às imposições coletivas.

No entanto, os indivíduos não têm tal liberdade de escolha como pode parecer. Nas sociedades contemporâneas *temos* que escolher e decidir como ser e como agir. As escolhas, por outro lado, são limitadas por uma série de fatores que estão fora do alcance do indivíduo. Não há, por exemplo, como escolher não ser um indivíduo. Em nossa sociedade, *devemos* ser indivíduos autônomos. E, uma série de imperativos vai sendo imposta ao longo de nossas vidas para que alcancemos as características “essenciais” de um indivíduo. Para Bauman (2007a), tais características envolvem a busca pela autenticidade, pela interioridade e pelo autoconhecimento, especialmente no que tange aos sentimentos. Estes, às vezes ocultos para o próprio indivíduo, são “habitat de tudo o que é totalmente privado e individual”, a marca do que é possível compartilhar, símbolo da singularidade (p.28). Assim, as escolhas estão restringidas por um imperativo que paradoxalmente torna todos iguais: ser um puro e ideal indivíduo.

De qualquer forma, sem a fixidez da formalidade, sem regras pré-definidas a cumprir em muitas situações e tendo nosso próprio bem estar como a principal referência, estamos em uma época de contínua auto reflexividade, ou seja, a cada momento, a cada decisão, o indivíduo volta-se sobre si para um novo passo, um novo posicionamento. A grande variabilidade das relações força os indivíduos a um constante exame de suas relações que é também, um exame de si mesmo. Daí decorre uma insegurança profunda. Entram em cena as formas mais diversas de auxiliar este indivíduo a escolher bem, a ser feliz a partir de si mesmo, a se conhecer, a interpretar corretamente seus desejos, suas fantasias, seus bloqueios e medos do mundo interno e externo.

Na concepção de indivíduo do individualismo há um declínio das relações formais em privilégio das informais, um recolhimento do indivíduo ao seu interior, uma ênfase dos processos auto reflexivos, uma crescente psicologização da vida e da experiência social, uma reorganização das relações entre o mundo público e o privado, com mudanças importantes em termos de funções de gênero, por exemplo (BAUMAN, 2003; LIPOVETSKY, 2006, ENRIQUEZ, 2006; HAROCHE, 2008 GERGEN, 1994, SAMPSON, 1993).

O ideal da hipermodernidade passa a ser a felicidade definida como a satisfação plena e imediata dos desejos individuais. Quando o indivíduo é posto como valor primário, “a felicidade se impõe de imediato como ideal supremo” (LIPOVETSKY, 2006. p. 337). Porém, a efemeridade desta satisfação é movida pelo desejo de sempre ter a possibilidade de mais satisfação.

Sob o impacto da globalização, as sociedades contemporâneas tendem a se tornar sociedades que se transformam de maneira contínua; sociedades flexíveis, sem fronteiras e sem limites: sociedades fluidas, líquidas. Tais condições têm consequências sobre os tipos de personalidade [...] e também sobre a natureza das relações entre os indivíduos. (HAROCHE, 2008, p. 123)

A liberdade em relação às tradições é acompanhada da solidão e da falta de referências. A abundância é acompanhada de uma incapacidade de parar de consumir. A esfera de satisfações desejadas e mesmo possível não para de crescer, provocando uma sensação constante de insatisfação, induzindo à pressa, à rapidez e à sensação de sobrecarga e falta de tempo. Com vidas pessoais e profissionais incertas e precárias, os motivos para se sentir amargo, duvidar de si, fazer um julgamento negativo sobre a própria vida se multiplicam. Daí em diante, o indivíduo está destinado a passar, de maneira mais ou menos regular, pela experiência do sentimento de fracasso pessoal (LIPOVETSKY, 2006). Ou seja, a busca da felicidade individual torna-se problemática para o indivíduo no momento mesmo em que se instala como ideal. O ônus da autonomia aparece na ideia de que qualquer desvio em relação à própria felicidade deve-se a escolhas equivocadas do indivíduo. Se, por um lado, a felicidade é elevada a bem supremo, horizonte para o indivíduo, por outro, ela o condena a vencer ou perder. Somos, individualmente, responsáveis por eventuais fracassos, da mesma forma que os conflitos sociais são hoje reduzidos a crises pessoais. A felicidade individual em nossa sociedade

contemporânea não se restringe à felicidade material como poderíamos pensar levando em conta o consumismo. A felicidade espiritual, o bem estar, a harmonização do corpo e espírito, transformam-se também em mercadorias que circulam e que se destinam aos indivíduos, responsáveis por seu bem estar. O importante não é mais mudar o mundo, contestar o sistema, mas mudar a si mesmo, despertar a consciência para potenciais inexplorados, inventar uma nova arte de viver que reconcilie o indivíduo consigo mesmo. Autoconhecimento, autenticidade, autoajuda são termos que ganham as prateleiras das livrarias e enchem os consultórios dos especialistas. “O que vem à luz é uma microutopia psicoespiritual, redesenhando a mitologia da felicidade individual no coração da sociedade de hiperconsumo” (LIPOVETSKY, 2006, p. 349). Assim, o indivíduo hipermoderno, autônomo, coerente com a sociedade onde é construído e que constrói, é instável, imprevisível, turbulento. Segundo Lipovetski (2006, p. 63): “autonomização não significa equilíbrio nem plena posse de si mesmo”.

São muitos os paradoxos que acompanham o mundo da autonomia individual. Um dos principais é que quanto mais os indivíduos estão centrados na autonomia, mais os processos de globalização invadem seu mundo, exercendo pressões em seu trabalho ou em sua vida privada. É o que Gergen (1994) chama de “*self saturado*”. Em outro viés, segundo alguns autores, a ênfase na noção de direitos individuais e na culpabilização do indivíduo alimenta o que atualmente se conhece por judicialização da vida (BRITO, 2012; MCNAMEE, 2001), onde conflitos pessoais, da esfera familiar ou privada tornam-se públicos e regulamentados judicialmente, reorganizando as fronteiras anteriores entre o público e o privado.

Em mais um desdobramento, quanto mais a sociedade de consumo hedonista é valorizada, mais psicopatologias são catalogadas e mais transtornos do bem viver surgem (LIPOVETSKY, 2006). O individualismo dirige todo o conflito para o indivíduo com ele mesmo (culpa, responsabilidade individual, patologia interna) desfocando o conflito com o outro, ou o coletivo, tornando o indivíduo cada vez mais vulnerável. O universo da autonomia hipermoderna é o universo da fragilidade psicológica. Assim, o consumo para a fruição, para o prazer e felicidade, é ansioso, assustado. O medo é companhia onipresente do indivíduo autônomo, entregue à própria sorte (BAUMAN, 2001; LIPOVETSKY, 2006).

3.3 Identidade na era pós-moderna

Juntamente com as críticas à ascensão do indivíduo a centro da organização da vida social, surge um forte questionamento da noção de identidade. Diferente de outras épocas em que determinados protocolos sociais localizavam o indivíduo na sociedade, atualmente este se vê levado a construir a própria identidade. Até agora, as identidades eram consideradas estáveis ao longo do tempo. A posição em que se nascia, as tradições dos laços e contextos sociais já detinham boa parte do *script* das identidades individuais. A tradição era um meio para a identidade. Também era a referência para a sua continuidade e o mecanismo orientador de relações de confiança. A identidade moderna partilha das mesmas características que o indivíduo e o *self*: estável, coerente, singular. É identificada com a essência do indivíduo. Segundo a visão essencialista, a identidade é uma propriedade do sujeito que lhe assegura coerência através do tempo e através da qual ele se reconhece e é reconhecido.

No entanto, segundo o cientista social e teórico da cultura Stuart Hall (2006, p.7)

A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Atualmente, os avanços tecnológicos na comunicação, a globalização, as migrações e deslocamentos constantes fazem emergir outros cenários em que laços culturais e comunitários convivem com elementos de diferentes culturas e valores, criando mesclas, tensões e conflitos entre a homogeneidade e a diversidade. Com a proliferação das tecnologias da comunicação estamos expostos a um vocabulário em expansão constante sobre o ser. Não mais existimos dentro das fronteiras de uma comunidade única e geograficamente contida, de uma região, de uma etnia, ou mesmo de uma cultura. Estamos imersos em uma miríade de entendimentos – ontologias psicológicas de etnias variadas, estrato social, setores geográficos, raciais, e grupos religiosos, enclaves profissionais e nacionalidades (GERGEN, 1994b; PEARCE, 2009). Segundo Gergen (1994b, p.17), “capturado em meio a atividades frequentemente incoerentes e contraditórias o indivíduo se angustia sobre a violação de seu senso de identidade”.

Para Hall (2006, p.9), cujos principais temas de estudo são a identidade cultural e a nacional, a “crise” atinge também as identidades pessoais.

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo.

Haroche (2008) aponta que ao invés de identidades estáveis, valorizadas na modernidade, o que se valoriza agora, coerente com todo o fluxo da vida social, é a flexibilidade. A característica do individualismo contemporâneo não é mais a construção da identidade, mas o fato de não se fixar, de poder ser a todo momento adaptável e flexível. Para Bauman (2004), identidade não é dissociável do pertencimento, no entanto, tanto um quanto outro já não têm a estabilidade de outrora.

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as próprias decisões que o indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. (BAUMAN, 2004, p.17)

A reflexão sobre a identidade só surge quando o pertencimento não é mais um destino pré-determinado do homem. Quando a identidade “perde as âncoras sociais” que a tornam invisível, porque natural, predeterminada e inegociável, torna-se cada vez mais vital para o indivíduo a procura de um “nós” ao qual possa estar conectado (BAUMAN, 2004, p. 30), já que a tradição já não tem o lugar social anterior. Na modernidade, por exemplo, a classe social era um elemento definidor da identidade. Se alguém nascesse na burguesia, sua biografia já estaria em sua maior parte determinada. A pessoa teria trilhas à sua disposição para seguir, viveria apenas seguindo as trilhas pré-abertas. Havia poucas dúvidas sobre a forma de vida que se deveria viver para ser reconhecido como portador de tal identidade. Se esta forma de pensar a identidade foi considerada na modernidade uma conquista de liberdade em relação ao poder absoluto do Estado como definidor de identidades,

aos poucos ela foi também se tornando um fardo, uma repressão, uma restrição à escolha.

Os anos 80 do século XX foram palco do surgimento de movimentos reivindicatórios de identidade coletiva: os movimentos de defesa de direitos. Especialmente era reivindicado o direito à diferença, à diversidade. Segundo autores como Sawaia (1999), a busca por uma comunidade identitária tem a ver com uma defesa da individualidade, da pluralidade e do multiculturalismo contra a pressão crescente da globalização. Porém, também clamamos pela comunidade como proteção contra a insegurança e o sofrimento gerados pelo individualismo, pelo relativismo e pela explosão de opções, muitas vezes vividos como insegurança, solidão e dificuldade de relacionamento consigo mesmo e com o outro. Sentimentos que impulsionam os indivíduos à busca de lugares de certeza, como os grupos identitários, em que os indivíduos reconhecem-se e são reconhecidos como iguais. Assim, segundo a autora,

Identidade é usada para resgatar a individualidade como valor cardeal e com ela a multiplicidade e o movimento dos fenômenos. Mas adquire, também, o sentido de permanência, de defesa de traço distintivo, como refúgio da globalização e do confronto contra o estranho [...] (Sawaia, 1999, p.20).

Nesse movimento contraditório surgem ao mesmo tempo, avanços sociais consideráveis trazidos pelo respeito às diferenças como também os fundamentalismos identitários que transformam a luta pelo direito à diferença em condenação à diferença coletiva ou individual.

Com a aceleração da vida no mundo pós-moderno e a necessidade de deslocamentos e mudanças contínuas, a lealdade vitalícia a algum tipo de projeto passa a ser vivida como uma prisão (BAUMAN, 2004). Assim, vivemos em uma constante mobilidade ou liquidez, com a tarefa cotidiana e inescapável de construir nossas temporárias identidades e pertinências. Vivemos a angústia da busca de um porto seguro, ao mesmo tempo em que desejamos que ele não nos aprisione e que possamos mudar se isso nos fizer mais felizes. Podemos viver simultaneamente a segurança de encontrar novas identificações que permitam novos vínculos e a angústia de vivermos com a responsabilidade sobre a eterna construção em que se transformam nossas vidas. Convivemos com a ambiguidade entre o peso dos compromissos e a angústia da ausência de vínculos.

Para Sarlo (2004), o espaço deixado vazio pelas identidades sólidas é ocupado pelo mercado. As pessoas que não têm como realizar suas transações ali ficam, por assim dizer, fora do mundo e, portanto, fora da possibilidade de identificação, de vinculação. Autores como Gergen (1994), Giddens (2002), Hall (2003), Harré (1998) sustentam que o sentimento de ter uma identidade unificada, estável, segura, coerente e contínua, é uma fantasia construída mediante uma confortável e confortante história acerca de nós mesmos – uma narrativa do eu, um relato que tece coerências e continuidades, onde há fragmentações, descontinuidades, bifurcações e turbulências. Segundo Gergen (1994b, p. 27), “conforme a crença em um *self* essencial se esvai, se presta mais atenção às maneiras pelas quais as identidades são criadas e recriadas nas relações”.

Também para Hall (2003), as identidades estão cada vez mais fragmentadas e fraturadas, construídas ao longo de discursos, práticas e posições, que podem inclusive ser contraditórios ou antagônicos. Segundo o autor, este é um processo de historicização radical da noção de identidade. Ao invés de rotas pré-definidas, como na modernidade, há uma constante negociação com possíveis rotas de navegação pela vida.

Mesmo que na sociologia (HALL, 2006) e na psicologia social (GERGEN, 1994b), a noção de identidade, desde muito tempo, incluisse a interação com outros e com o social de forma geral como motor de mudanças e transformações, mantinha-se a ideia de um “eu real”, um núcleo em que a identidade funcionava preenchendo o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o público e o privado. A diferença atual é a fragmentação das identidades, concebendo-se o sujeito como composto não por uma única, mas várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Esse é o chamado “sujeito pós-moderno”, sem identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente (HALL, 2006, p. 7).

Assim se define, então, a identidade do indivíduo contemporâneo: assumindo identidades diferentes em diferentes momentos, algumas vezes contraditórias entre si, não unificadas em um “eu” coerente, sendo movido em direções distintas a cada momento (GERGEN, 1994b; GIDDENS, 2002; HALL, 2006). Para Giddens (2002), as sensações de inquietude e angústia surgem diante de uma auto identidade frágil diante das transformações intensas e extensas da modernidade tardia. O contato

com novas informações e a radicalização da reflexividade (GIDDENS, 2002) levam à constante transformação de nós mesmos e de nossas práticas sociais.

No entanto, autores como Giddens (1997; 2002), Hall (2003; 2006) e Gergen (1994b), de forma geral, defendem que a partir da “crise” surgem aberturas para possibilidades de ação originais. O tema da identidade como o da individualidade ao longo dos tempos torna-se prioritário na agenda da discussão da pós-modernidade, atravessando fronteiras disciplinares. Vários autores (GERGEN, 1994a; HARRÉ, 1983; DAVIES; HARRÉ, 1990; MCNAMEE; GERGEN, 1999; SAMPSON, 1993), dentro do movimento sócio-construcionista, apresentam e discutem propostas alternativas para o entendimento do *self*, identidade, pessoa e indivíduo. Juntamente com entendimentos surgidos em várias áreas das Ciências Humanas, começa-se a criar novas definições para antigos termos e novos vocabulários de referência para as questões acima referidas.

3.4 Propostas alternativas: as visões discursivas, dialógicas e relacionais

A visão construcionista social sugere que toda nossa experiência e entendimento são mediados pela linguagem, cultura e época em que vivemos. Com isso, o entendimento do que é a pessoa, indivíduo, a identidade, o *self* e sujeito¹⁰, clama por redefinições que sejam coerentes com as premissas construcionistas. Tais propostas, apesar das diferenças entre elas, contêm alguns elementos básicos em comum.

A primeira delas é a importância da linguagem e do discurso na constituição do *self*. Na visão não essencialista proposta pelo construcionismo social, o *self* é constituído através de práticas discursivas¹¹. Isso significa que o *self*

¹⁰ Na literatura da Psicologia Social, do construcionismo e da sociologia usada neste trabalho, as palavras pessoa, indivíduo, identidade, self e sujeito não são tratados como sinônimos e, seu uso diferenciado reflete as tradições de argumentação e o campo de estudos do autor, além de suas definições particulares do que é cada uma das palavras e como as diferencia de outras. Para alguns o vocabulário comporta uma ou mais dessas palavras enquanto outras não aparecem. Não é do escopo desse trabalho salientar as diferenças entre um e outro termo, e, embora não sejam redutíveis uns aos outros, utilizo-os não como sinônimos, mas como parte de um campo de referências ao ‘eu’ em suas articulações e semelhanças, seguindo o vocabulário utilizado por cada autor.

¹¹ Spink (2004b, p.40) diferencia as expressões “discurso” e “práticas discursivas”. Segundo a autora o primeiro termo fica reservado para referência ao uso institucionalizado da linguagem, enquanto que

individual, assim como a identidade, não se localizam no interior do indivíduo auto contido, mas entre os indivíduos. Sua fonte constituinte está nas relações entre pessoas e não na mente individual. A mente individual é considerada um emergente da relação.

Guanaes e Japur (2003, p.138) resumem as convergências entre as propostas construcionistas do *self*:

Comum às propostas construcionistas é a noção de que o *self* depende das práticas discursivas através das quais as pessoas dão sentido ao mundo e às suas próprias ações – ou seja, o *self* é entendido enquanto uma construção social, produto das trocas discursivas situadas. Ele pode ser considerado como uma expressão da capacidade para a linguagem e a narração, sendo definido, a cada momento de uma interação, através dos modos pelos quais as pessoas descrevem a si mesmas (e são descritas por outras) em suas conversações.

As práticas discursivas são a forma como são criadas as realidades relacionais (HARRÉ, 1998; SPINK; FREZZA, 2004). Os autores apontam para uma concepção de *self* relacional em que pessoas são manifestações de relacionamentos histórica e localmente situados. (MCNAMEE; GERGEN, 1999; RASERA; JAPUR, 2007). As pessoas podem ser entendidas como interseções de múltiplas relações. “Cada indivíduo é um ponto de interseção e conexão” (MCNAMEE; GERGEN, 1999, p. 72). Com essa visão e a noção de linguagem performativa usada pelos construcionistas, o *locus* da significação deixa de ser o indivíduo para ser o social. Em uma perspectiva discursiva o *self* passa a ser entendido como o discurso sobre o *self*. Portanto, nos remete para o campo da ética e da política ao invés do campo do mental individual. As imagens anteriores do *self* convidam a pensar que primeiro existem os *selves* individuais e depois as sociedades (HACKING, 1999). As propostas construcionistas convidam a entender o relacionamento social como base para a produção do *self*. Como produto de práticas discursivas, o *self* é uma construção social. Os indivíduos ao envolverem-se em escolhas e deliberações, só podem fazê-lo a partir da inteligibilidade do contexto social onde se encontram.

Um caminho semelhante tomam Potter e Wetherel (1987) ao postular a noção de “repertório interpretativo”. Segundo eles, o conceito é uma forma de compreender

a segunda expressão designa “as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas”

os dispositivos usados pelas pessoas em suas relações e na produção de significados e relatos, incluindo o *self*. “Qualquer repertório particular é constituído a partir de uma gama limitada de termos utilizada de uma forma estilística e gramatical específica” (POTTER; WETHEREL, 1987, p. 172). Os repertórios interpretativos não são individuais. São metáforas e dispositivos linguísticos, um recurso social compartilhado que as pessoas podem usar para construir relatos, justificativas, explicações, etc. As escolhas das formas de construir uma narrativa ou relato, ou o tipo de vocabulário e a lógica não são infinitas, mas restringidas e possibilitadas pelo acesso a um repertório. No entanto, a noção não é de um conjunto estático de recursos, mas de um conjunto em constante transformação e movimento. Da mesma forma o indivíduo não é meramente um usuário passivo desse repertório, mas ativo em sua construção e transformação. Essa postura é semelhante à de Gergen ao referir-se ao *self*. Para ele uma “vida moral não é uma questão de sentimento ou racionalidade individual, mas uma participação comunal” (GERGEN, 1994a). Abandonando a visão essencialista do *self* e movendo-se pelo território da ética, as pessoas são concebidas como parte de discursos que formam uma ordem moral.

Gergen propõe a noção de *self* narrativo em que o *self* é um conjunto interconectado de histórias orais “que são usadas como recursos culturais, com diferentes propósitos sociais com de auto identificação, auto justificação e solidificação social, por exemplo.” (GUANAES; JAPUR, 2003, p. 140). Hall (2003; 2006) também vai recorrer à noção de narrativa, assumindo que o que consideramos identidade são narrativas a respeito do eu que são coletivamente construídas, a partir de recursos históricos, biográficos e pessoais. O fato de que as identidades não sejam mais do que narrativas e parte de discursos, por assim dizer, ficcionais, não diminui em nada sua eficácia discursiva, política e material (GERGEN, 1994b; SHOTTER, 1996).

Segundo Burr (1995) as pessoas são atores, e podemos acrescentar autores, em um universo moral, onde negociam todo o tempo uma posição moral viável e crível. As pessoas relacionam-se dentro de um contexto de inteligibilidade cultural da qual fazem parte discursos sobre o que é possível e impossível; certo e errado; adequado e inadequado, etc. Ao mesmo tempo essa inteligibilidade é construída conjuntamente. Essa ideia nos remete ao conceito de “ação conjunta” de Shotter apresentado no capítulo anterior. É a partir da relação entre as pessoas que se

constroem as regras e acordos que estão presentes na sensação de pertencimento e adequação social e, portanto, na construção de um sentido de si mesmo.

Davies e Harré (1990, p. 46), assim resumem essa noção de indivíduo introduzindo a ideia de posições dentro de um discurso como parte do entendimento:

Um indivíduo emerge através de processos de interação social, não como um produto fixo e acabado, mas como um que é constituído e reconstituído através de várias práticas discursivas na qual participa. De acordo com esta ideia, quem cada um é, é sempre uma questão aberta com uma resposta que se transforma dependendo das posições disponíveis dentro das próprias práticas discursivas e das de outras pessoas e, dentro destas práticas as estórias com as quais damos sentido às nossas vidas e às de outros. As estórias são localizadas no seio de um número de diferentes discursos e assim, variam dramaticamente em termos da linguagem usada, dos conceitos, questões e julgamentos morais que são ou se tornam relevantes e as posições disponíveis para o sujeito dentro delas.

3.4.1 A teoria do posicionamento

Os conceitos de posição e posicionamento, conforme descritos por Harré e colaboradores (DAVIES; HARRÉ, 1990; HARRÉ, 1998; HARRÉ, 1999; HARRÉ; VAN LANGENHOVEN, 1999; HARRÉ; MOGHADDAM, 2003), têm lugar central nas formulações alternativas sobre o *self* e a identidade. De acordo com a teoria do posicionamento, as pessoas através de sua participação nas práticas discursivas, ativa e conjuntamente constroem seu senso de *self*, sua identidade. Segundo Raser e Japur (2007, p.163),

Aqui, a diversidade do que é ser uma pessoa pode ser melhor evidenciada uma vez que as pessoas podem ocupar diversas posições, de acordo com os jogos de posicionamento em curso, que irão variar em função do contexto, do tipo de relacionamento e das pessoas envolvidas.

Segundo Harré e Van Langenhoven (1999), o conceito de posicionamento foi primeiro introduzido por Hollway (1984) em estudos sobre a construção da subjetividade nas relações homossexuais. De acordo com a autora, os discursos tornam possíveis determinadas posições aos falantes e aos ouvintes e servem a determinadas funções sociais. Os conceitos desenvolvidos dentro dessa teoria tem sido úteis para criar entendimento do modo como as pessoas constroem suas

identidades discursivamente, na relação com os outros. Nas práticas discursivas o indivíduo se constitui assumindo determinadas posições possíveis e disponíveis no contexto e atribuindo a outros determinadas posições.

Na área do estudo sobre identidades, a noção de posição também aparece como, por exemplo, em Hall (2003). Para ele a forma de pensar a identidade na contemporaneidade também deixa de ser essencialista. Torna-se cada vez mais ligada à *performance* social do sujeito ou ao que Hall chama de “política de localização”. O autor considera a identidade ou a identificação como prefere usar, um processo discursivo, linguístico. Segundo ele:

A abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, um processo nunca completado – como algo sempre em processo. Ela não é, nunca, completamente determinada [...] no sentido de que ela pode ser sempre sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional, [...] alojada na contingência. (HALL, 2003, p. 106)

Por isso, ela nunca é um ajuste completo, ou uma totalidade. Envolve um trabalho discursivo contínuo. Segundo o autor, o conceito de identidade deixa de ser essencialista para ser estratégico e posicional.

Não é mais referida àquele “núcleo do eu”, que permanece constante e imutável pela história de vida do sujeito, que responde á pergunta “*quem sou eu?*” e que se pretende idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Tampouco ele se refere a algum “eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou artificialmente impostos” (HALL, 2003, p. 108).

Há “posições de sujeito”, não há unidades. Esta postura é compartilhada por Swain (2002, p. 4), historiadora que afirma que os lugares que ocupamos, por exemplo, mulher ou homem, não representam essências fixas, mas “um feixe de experiências atravessado por traços como profissão, idade, preferência sexual”. Para a autora há “posições de sujeito”, a perspectiva do “lugar de fala”, a partir do ponto de vista de onde se fala. Cada uma destas posições estabelece limites, poder, autoridades e valores que adotam ou rejeitam as normas sociais.

Segundo Davies e Harré (1990), o posicionamento é um conceito alternativo ao conceito de papel social. Para os autores “papel” é um conceito mais estático enquanto que o posicionamento enfatiza o aspecto dinâmico e flexível das

identidades e dos processos presentes em sua constituição. Além disso, o primeiro conceito pressupõe uma série de papéis disponíveis onde o sujeito se encaixa enquanto o conceito de posição implica em uma participação ativa do sujeito na construção de si e na criação e negociação de posições na relação.

A definição mais clássica do conceito de posição é:

[...] um grupo complexo de atributos pessoais genéricos, estruturado de vários modos, que influenciam nas possibilidades de ação pessoal, intergrupar ou mesmo intrapessoal, através de algumas designações de direitos, deveres e obrigações a um indivíduo, conforme sustentando pelo grupo (HARRÉ; VAN LANGENHOVEN, 1999, p. 1).

O posicionamento é o que é criado através da conversação conforme o entendimento que falantes e ouvintes tenha de si como pessoas. Nas conversações são desenvolvidas várias linhas narrativas. Estas são organizadas à volta de vários polos, como eventos, personagens e dilemas morais. Posições morais e sociais conhecidas culturalmente podem ser utilizadas como recursos (paciente/médico, mãe/filho, condutor/orquestra). Porém cada relação e conversação têm posições particulares que dizem respeito àquele contexto. São qualificações referidas a um universo específico daquela relação. Por exemplo, podemos pensar em “vítima”, “homem violento”, “criança sem limites”. São referências tanto culturais como específicas que surgem na relação em curso. Uma posição subjetiva incorpora tanto um repertório conceitual como um lugar para as pessoas dentro da estrutura de direitos daqueles que usam tal repertório. Uma vez tendo tomado uma determinada posição (e algumas são duradouras na história de vida, como pai ou mulher), a pessoa inevitavelmente vê o mundo do ponto de vista daquela posição e em termos das imagens, metáforas, linhas de narrativas e conceitos que são relevantes dentro da prática discursiva particular na qual ela está posicionada (DAVIES; HARRÉ, 1990; BURR, 1995). A teoria do posicionamento é coerente com a visão da linguagem como performática e da linguagem em uso, discutidas anteriormente neste trabalho. Toda ação, movimento ou fala deve ser interpretado como um ato, ou seja, como uma performance socialmente significativa (HARRÉ; MOGHADDAM, 2003).

Harré e Van Langenhoven (1999) definem um triângulo onde se apoia o conceito de posicionamento, composto por posição, linha da história e força social dos atos discursivos. Segundo Guanaes e Japur (2003, p.139):

Entende-se nessa perspectiva que as pessoas estão sempre engajadas em atividades discursivas onde posicionam a si mesmas e aos outros, mas as formas que estes posicionamentos assumem vão diferir de acordo com as normas sociais que regulam estas interações e com as situações específicas em que elas ocorrem, neste sentido, tanto a linha da história como a força social dos atos discursivos influenciam a dinâmica dos posicionamentos negociados entre os interlocutores.

A linha de história inclui tanto as histórias daquela conversação em curso como também das histórias de coisas já ditas em outros relacionamentos, ou seja, de outras experiências e que estão presentes de alguma forma na conversação atual. Em uma conversação podem existir várias linhas de história incoerentes, contraditórias ou não. A força social tem a ver com o poder dos enunciados no contexto conversacional. Assim, em uma interação há sempre relações de poder em que as vozes dos falantes têm forças distintas. A constituição da identidade implica nesta dinâmica em que as posições são negociadas e mutáveis de acordo com determinados propósitos sociais.

Ao atuar e falar a partir de uma posição, as pessoas estão trazendo para a situação particular sua história como sujeito, ou seja, a história de alguém que esteve em múltiplas posições e se engajou em diferentes formas de discurso. O exercício da autorreflexão torna óbvio que não é inevitável estar nessa posição que aparentemente aquela narrativa particular e as práticas discursivas parecem ditar. Além disso, como as posições são sempre relacionais, quando alguém se posiciona de certa forma outra pessoa é conseqüentemente posicionada em relação à primeira pessoa. Por exemplo, se um se posiciona como vítima ou passivo em relação à ação do outro, este está sendo posicionado como o algoz ou ativo naquela relação. No entanto, a imposição de uma posição a outro não é necessariamente aceita. Daí a negociação ou conflito sobre a dinâmica de posicionamento que se dá em uma conversação. Pode haver, então, um reposicionamento dos indivíduos, resistindo, desafiando ou propondo outras possibilidades de ação. Harré e Moghaddam (2003) afirmam que é importante enfatizar que frequentemente o posicionamento é algo fora do poder daqueles que são posicionados. Assim como a imposição de uma posição a outro pode se dar deliberadamente ou não. Algumas posições são consideradas “parte natural das coisas” (HARRÉ; MOGHADDAM, 2003, p.7), como essências. As pessoas não se sentem ocupando posições flexíveis e que podem ser transformadas, mas com características que são parte da identidade que “possuem”.

Algumas linhas narrativas sociais são mais passíveis de mudança que outras que sustentam práticas tradicionais que estão presentes nas relações em curso. Podemos pensar, por exemplo, na posição 'mãe'. Em nossa sociedade, essa posição tem aspectos bastante naturalizados, como por exemplo, aponta a ideia de 'instinto maternal' que, embora tenha sofrido muitas críticas na literatura contemporânea (BADINTER, 1980), ainda é uma crença importante no senso comum. Por outro lado, uma pessoa em sua história assume posições diversas ao longo do tempo ou em um mesmo momento, podendo transitar entre elas em uma mesma relação. As posições podem ser identificadas extraindo os aspectos autobiográficos da conversação nos quais é possível explicitar como cada participante concebe a ele mesmo e aos outros ao ver que posição eles tomam e em que história, e como, então, eles estão posicionados (DAVIES; HARRÉ, 1990).

O conceito de posicionamento, portanto, é conversacional, remete a ordens morais, pensa no *self* como resultado de práticas discursivas. Considera o *self* como fluido e em constante transformação. É uma metáfora que auxilia a entender os atributos morais e as atitudes da pessoa como participante das práticas discursivas. Está ligada tanto ao reconhecimento de si mesmo, como à construção de histórias pessoais que tornam as ações de uma pessoa inteligíveis para ela mesma e para os outros. O *self*, produto de práticas discursivas, não é entendido como tendo uma unidade e coerência, mas ao contrário, as posições criadas para si mesmo e para outros não são parte de uma autobiografia não contraditória e linear, e sim fragmentos cumulativos de uma autobiografia vivida (DAVIES; HARRÉ, 1990).

3.4.2 Uma visão dialógica do *self*

O argumento central das abordagens dialógicas do *self* é sua ênfase na ideia de que as vidas das pessoas são caracterizadas por conversações e diálogos que elas realizam ao longo de suas atividades cotidianas e, portanto, a coisa mais importante sobre as pessoas não é o que está contido nelas, mas o que "transpira entre elas" (SAMPSON, 1993, p. 20). Somos socializados em e através de conversações das quais participamos e que são sustentadas por nós. Embora os autores construcionistas, de forma geral, adotem uma visão relacional, dialógica e

conversacional da pessoa, alguns enfatizam esse aspecto em sua formulação dos processos pelos quais se adquire um senso de si mesmo. Entre eles, especialmente Sampson e Shotter desenvolvem a visão do *self* como dialógico. Segundo Sampson (SAMPSON, 1993),

Essa construção dialógica da natureza humana não revelará a essência de cada participante, mas, ao contrário, se manifesta como um horizonte emergente, mutante e aberto de possibilidades humanas que não podem ser conhecidas prontamente ou fora do diálogo, mas emergem como uma propriedade do diálogo em curso (SAMPSON, 1993, p. 24).

Segundo o autor, nenhuma cultura conhecida prescinde de alguma teoria sobre o indivíduo. Porém, ele divide tais teorias em duas categorias: exclusivas e inclusivas. Nas primeiras o *self* é visto como autocontido e independente dos outros. Sua essência pode ser abstraída de suas relações e pertinências. A segunda define os indivíduos em termos dos grupos aos quais pertencem e aos quais devem lealdade (SAMPSON, 1993). Uma identidade é construída com outras identidades, em relação. As conversações não apenas expressam o mundo social, como são elas próprias os processos pelos quais ele é fabricado, sustentado e transformado. Sampson, assim como Shotter, apoia-se em Bakhtin e no “paradigma dialógico” concebido por ele (BAKHTIN, 1986; BAKHTIN, 1997b). Nessa visão o outro tem um papel central na constituição do *self* individual.

O outro nos dota de significado e nos veste de compreensibilidade. O outro engendra um *self* que podemos utilizar para funcionar no mundo social (...) ganhamos um *self* no e através do processo de interação, diálogo e conversação com outros (...) o único conhecimento que podemos ter de nós mesmos aparece através de formas sociais, a saber, as respostas de outros (SAMPSON, 1993, p. 106).

Shotter (1997), adotando esta visão dialógica ou relacional da vida psíquica das pessoas, sugere que nossas “vidas internas” não são nem tão privadas, nem tão internas, nem tão lógicas, ordenadas ou sistemáticas como tem sido assumido. Na concepção dialógica do *self* “o próprio pensamento deve ser equiparado à argumentação com outros”. (SHOTTER, 1996, p. 214). Desta forma, conclui-se que diálogos não são algo do qual participamos em nossas vidas, mas a vida, ela mesma é dialógica (BAKHTIN, 1986; SAMPSON, 1993; SHOTTER, 1993). As assimetrias ocorrem quando uma ou mais pessoas participantes da relação tem mais poder para determinar a identidade de outros e assim “têm sua própria

identidade refletida através do outro” (SAMPSON, 1993, p. 107). Os diálogos são constitutivos não apenas do *self*, mas da própria realidade, criando o mundo em que vivemos e nossas formas de vida nele. Segundo Shotter (1993), na maior parte do tempo, conversamos com o objetivo de criar e sustentar várias formas de vida.

Sampson (1993) propõe que ao invés do “outro utilizável”, celebremos o outro como co-criador de nossas mentes, nosso *self* e nossa sociedade. Se mantivermos uma visão monológica do *self*, o outro será apenas um objeto de nossa consciência e não outra consciência. “Ignoramos os aspectos que emergem *apenas* no desdobramento de nossas relações vivas *com* nossos arredores” (SHOTTER, 2005, p. 103, grifo do autor). Nossa cultura torna invisível esse caráter dialógico da vida.

Sampson (1993) aponta que, para um diálogo ocorrer ao menos dois pontos de vista diferentes precisam estar engajados nele. As diferenças são valiosas pelas possibilidades de diálogo que promovem. Em um diálogo estamos continuamente respondendo uns aos outros, antecipando, esperando e agindo dentro dessas expectativas.

Endereçamos nossos próprios atos de antecipação a outros reais, com os quais estamos envolvidos no momento, outros imaginados, incluindo personagens de nosso próprio passado assim como de narrativas culturais, outros históricos, tipicamente presentes nas formas da linguagem pelas quais uma dada comunidade organiza suas percepções e entendimentos de seus membros (SAMPSON, 1993, p. 106).

Como em uma dança, em que as pessoas estão constantemente se movendo e sutilmente respondendo umas às outras, aos ritmos e posturas do outro. Porém, usando o conceito de ação conjunta, o resultado dessa dança não pode ser atribuído às intenções iniciais da conversação. O significado emerge em meio à atividade responsiva e é tão determinado por quem fala como pela pessoa a quem foi dirigido o enunciado (SHOTTER, 1996; 1993).

Shotter (2008) enfatiza o aspecto espontâneo e corporificado das interações entre as pessoas. Seguindo Bakhtin (1986), sustenta que ao invés de agirmos individual e independentemente uns dos outros, agimos de dentro de uma situação dialógica e o fazemos corporalmente, de forma ‘viva’, espontaneamente, sem primeiro ter que ‘trabalhar’ para responder ao outro. Como resultado, tanto as circunstâncias à volta como as ações de outras pessoas têm tanta influência no que fazemos como qualquer coisa ‘dentro de nós’. Em cada forma de vida nossos

enunciados têm formas mais genéricas ou pertencem a um “gênero de fala” (BAKHTIN, 1986). Os gêneros de fala acumulam ao longo da história formas de ver e interpretar aspectos particulares do mundo. Segundo Spink (2004b, p.44) referem-se “às formas relativamente típicas e estáveis de fala que formam o substrato compartilhado que possibilita a comunicação”. São formas de enunciado e não formas linguísticas, segundo a autora, por isso herdamos uma expressividade que é própria da cultura específica ao mesmo tempo em que se expressam em estilos individuais. Há gêneros de fala típicos de contextos como uma sala de aula, um aniversário de criança, ou uma consulta terapêutica. Incluem não só a fala, entendida restritamente como verbal, mas todo o aspecto gestual, expressivo e corporal presente nas interações. Segundo Bakhtin (1997a, p. 279):

Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elaborava seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

No entanto, o significado está em constante desdobramento durante a conversação. Shotter (2008) aponta a importância de reconhecer que há algo “em ação *em nossas palavras ao serem faladas*, além e acima do que existe *nos padrões presentes nelas uma vez que foram faladas*” (SHOTTER, 2008, p. 7, grifo do autor). Por isso, também nossos *selves*, entendidos como dialógicos estão em constante transformação.

3.4.3 Responsabilidade relacional: uma nova forma de estar no mundo

Outra proposta que surge na tentativa de conceber e traduzir para a prática, tanto profissional como cotidiana, um self produzido relacionalmente é o conceito de “responsabilidade relacional” (MCNAMEE; GERGEN, 1999). Segundo os autores, ele deriva das premissas mais fundamentais do construcionismo social: a de que a linguagem, o mundo em que vivemos e nós mesmos somos gerados em processos

de intercambio. Deste ponto de vista, não pode haver crenças morais, conceitos de certo ou errado que sejam considerados individuais. A proposta de uma responsabilidade relacional pretende valorizar, sustentar e criar novas formas de relacionamento de maneira tal que moralidades mais comunitárias possam surgir. Não se trata de um conceito que toma a palavra “responsabilidade” no seu sentido moralista. Não é apenas sobre culpa ou des-culpa, mas um convite a “formas totalmente diferentes de se engajar com outros e assim criar novos mundos” (MCNAMEE; GERGEN, 1999, p. xii). Os autores tomam a responsabilidade relacional como um processo dialógico, com funções transformativas. Imaginam que possa ser útil para orientar as práticas que emergem de uma visão dialógica como a do construcionismo social, saindo do “jogo da culpa” e criando outros jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1979). A palavra responsabilidade é vista no seu significado ligado à responsividade. Alguns autores preferem o termo “responsividade relacional” para evitar os significados comumente associados à primeira palavra como culpa, obrigação e regras (DEETZ; WHITE, 1999) e enfatizar o caráter relacional-responsivo da interação humana (SHOTTER; KATZ, 1999). Shotter (MCNAMEE; SHOTTER, 2004) em outro momento propõe também a expressão “sensibilidade relacional”, uma atenção ao aspecto relacional da vida e a busca de novas formas de linguagem e relação que possam ser mais próximas da concepção dialógica e responsiva da linguagem e do *self*.

A responsabilidade relacional propõe que se criem novas inteligibilidades teóricas e práticas a partir das visões dialógicas do *self*.

4 AS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

Os discursos e práticas relacionados à organização familiar vêm acompanhando as intensas transformações sociais dos últimos 50 anos. A partir de tantas mudanças, aquilo que se chamava tão convictamente de família já não é tão claro. O cenário gerado pelos entrecruzamentos entre as mudanças sociais e as transformações nas relações familiares e conjugais tem sido objeto de inúmeros trabalhos (ARIÉS, 1981; COSTA, 1998; DIAS, 2006; FUKS, 2008; JORGENSON, 1996; PEIXOTO, 2007; SINGLY, 2007; SAMARA, 2002; THERY, 1998; VAITSMAN, 1994, entre outros). Há cenários mais pessimistas, que consideram o fim ou mesmo a destruição da família e outros mais conciliatórios que enxergam, em meio às turbulências, a manutenção da família como oásis para o homem pós-moderno, ou ainda um *locus* de manutenção do aprendizado de novas formas de solidariedade, intimidade, e desenvolvimento de si. Nas transformações e interseções com o social entende-se a família tanto como objeto de discursos institucionalizados e institucionalizantes quanto como um campo de produção e reprodução de sentidos. Como as famílias participam, propõem e adaptam-se às mudanças e como vivem o impacto das transformações em outras esferas de seu cotidiano e práticas é um desafio para os estudiosos em qualquer área.

Assim como na sociedade em geral, certezas, tradições e estruturas estáveis tornam-se passado para boa parte das famílias contemporâneas que investem em criatividade para inventar novas formas de convivência. A possibilidade de se viver e falar sobre a família a partir de inúmeros repertórios que surgem, especialmente da segunda metade do século XX para cá, traz para as pessoas cada vez mais incertezas e dúvidas sobre a melhor maneira de lidar na escola com as crianças cujos pais se separaram, bem como com crianças que tem os dois pais do mesmo sexo, por exemplo. Da mesma forma, procuramos maneiras de conceber e nomear as novas relações que se estabelecem entre madrastas, padrastos, irmãos de uniões diferentes e avós multiplicados após os novos casamentos e uniões pós-divórcio. Ao mesmo tempo, tentamos criar alternativas para lidar com rompimentos e distâncias entre pessoas que, em algum momento, faziam parte de uma mesma “família”, mas depois de alguns anos já não podem ou querem mais conviver. A tecnologia, por outro lado, permite novas formas de convivência, aproximando

peças que moram em locais distantes e que se sentem acompanhadas e acompanhando cotidianos graças aos recursos de comunicação e rede atuais. Segundo Segalen (ROCHA; ECKERT, *et al.*, 2001) as famílias estão bem mais aproximadas no ano 2000 do que estavam nos anos 1930.

Atualmente usamos o termo “novas famílias”, tanto na mídia como na literatura acadêmica referindo-nos a formas de organização familiar que advém do aumento das taxas de divórcio, como o recasamento, as famílias monoparentais, que alcançam quase 18% do total (IBGE, 2010a), e famílias de homossexuais com ou sem filhos, por exemplo. Alguns autores (VAITSMAN, 1994; OUVRY-VIALL, 1989) apontam, no entanto, que estas formas de viver em família sempre existiram. O que mudou, segundo eles, foi a quantidade, a visibilidade e a tendência a uma maior aceitação social desses tipos de convivência familiar como parte da vida social e não como desvio da norma.

Em pesquisa sobre como as pessoas definem a própria família Jorgenson (1996) obteve respostas quase tão variadas quanto o número de pessoas¹². Não só as respostas eram distintas, mas os critérios que cada um escolhia para construir sua resposta também eram diferentes. Critérios que poderíamos considerar mais esperados como a consanguinidade eram acompanhados e revistos por outros, como a convivência cotidiana, presença em rituais familiares e suporte em situações difíceis, além do afeto e afinidades (JORGENSEN, 1996). No Brasil, Soares (2009) realizando pesquisa com mães e pais recasados, chega a resultados semelhantes. Segundo a autora:

Ao se perguntar aos entrevistados quem fazia parte de sua família, notou-se que esta questão gerou dúvida, sendo que praticamente metade dos entrevistados manifestou incerteza por meio de perguntas [...] ou mostraram-se surpresos, com dificuldade de compreensão do que era demandado (SOARES, 2009, p. 90).

As fronteiras entre quem é considerado da família e quem não o é também podem variar de acordo com a cultura, a classe social, o momento de vida das pessoas, etc. Tais fronteiras não são rígidas e sim sujeitas à negociação constante na interação. Podem variar para a mesma pessoa em diferentes momentos de sua vida ou em diferentes contextos. As respostas dos entrevistados de Jorgenson (1996) levam a autora a afirmar que “família” é um sistema de relações definido de

¹² A autora entrevistou casais recém-casados nos Estados Unidos.

acordo com critérios múltiplos e algumas vezes conflitivos. Grandesso (2006, p. 19) afirma que “cada pessoa na sua rede de conversações desenvolve uma compreensão do significado que a família tem para si”, tingidos tanto pelas crenças e repertórios culturais quanto por sua história singular.

Na pesquisa de Soares (2009) ela encontra que a referência à família nuclear como ideal, poderia ser um dos fatores para a dificuldade de seus entrevistados para responder a pergunta sobre quem fazia parte de sua família. Os critérios de definição segundo Jorgenson (1996) parecem estar ligados a processos de intercâmbio e comunicação social, ou seja, a rotinas de interação nas quais as pessoas participam regularmente. Não há, portanto, homogeneidade ou a possibilidade de uma única definição de família.

Ao contrastar as definições de família nos discursos teóricos com as noções leigas e entendimentos do sentido comum de família na vida cotidiana, Jorgenson (1996) percebe uma falta de ajuste entre os dois. A autora problematiza a ideia de que, quando usamos o conceito de família, estamos falando de algo que tem uma unidade e propõe passar a considerar o termo “família” como um “ponto de partida discursivo mais do que como um fato imodificável na conversação” (JORGENSON, 1996, p. 273). O que a autora conclui, entre outras coisas, é que a generalização do conceito família deve vir acompanhada de muito cuidado, já que os discursos teóricos, frequentemente, não dão conta de tamanha diversidade encontrada em cada família e, mais ainda, nas narrativas individuais de cada membro da família. No entanto, critérios encontrados nos discursos teóricos como os biológicos, jurídicos, ou religiosos, sociológicos, etc. não devem ser descartados. Eles nos oferecem marcos estruturais que nos ajudam a pensar e a contrastar com as experiências pessoais e a prática cotidiana (JORGENSON, 1996).

Essa observação coincide com a de Saúl Fuks (2006, p.34):

A FAMÍLIA mudou mais lentamente que a organização familiar e essa diferença se expressou com frequência nas discordâncias entre os discursos oficiais sobre a FAMÍLIA e as práticas sociais da família no dia a dia dos desafios cotidianos.

Dias (2006) em pesquisa com famílias que consultam terapeutas de família e com os próprios terapeutas observa que existe uma “dissonância entre aquilo que, na realidade, se pode viver e aquilo a que se aspira em função do modelo de

referência presente nas representações do grupo familiar” (p.28). Em pesquisa sobre o discurso sobre a família na mídia, mais especificamente na publicidade na televisão, Silva e Milanez (2012) também apontam que apesar da abertura lenta e gradual às “novas famílias”, o ideal da família nuclear, com papéis de gênero definidos da mesma forma que na década de 60 ainda são predominantes na mídia.

Dentro da instituição família convivem sistemas relacionais tão diferentes como as relações de filiação e as relações baseadas na atração sexual, por exemplo. Estes sistemas são mundos conversacionais relacionados, porém diferentes, que condensam valores, crenças e visões de mundo não coincidentes e mesmo conflitantes entre si. Fuks (2006) entende a família como uma qualidade emergente de um campo conversacional, específica de cada cultura e que depende de ser legitimada por observadores que a definam como tal e a distingam no complexo mundo de relações e conversações em seu entorno.

O foco contemporâneo na dimensão relacional da família nos ajuda a pensar tanto sua continuidade no tempo como sua instabilidade e sua criatividade diante das inúmeras mudanças culturais. Seguindo o autor, consideramos a família “fonte essencial de socialização dos indivíduos e motor propulsor das iniciativas individuais de homens e mulheres no plano econômico, social, político e cultural” (FUKS, 2006, p. 41). Ou seja, a família é um espaço de produção discursiva em que se atualizam as tensões sociais. É onde se dá a aprendizagem social, afetiva, a distribuição das relações de autoridade e submissão, a definição dos papéis de gênero. As famílias geram transformações sociais e respondem a elas em um diálogo constante (DIAS, 2006). Os conflitos e negociações gerados nos movimentos e transformações são fontes de recursos para os desafios presentes e futuros (FUKS, 2006). A família, além disso, é carregada de preceitos morais. É dentro dela que se espera que os indivíduos sejam socializados e possam viver da forma harmônica e adequada socialmente. Portanto, quando falamos de família falamos de moralidade, de normas de convivência e comportamento social que são exercitadas e negociadas dentro dela. Segundo Costa (2006), a idealização ética da família torna-se sinônimo de culpa e vergonha para sujeitos que não conseguem atingir a identidade socialmente aprovada.

Ao longo do tempo, as mudanças na família mostram intercâmbios diferentes entre seus mundos relacionais. Importâncias distintas são dadas a aspectos da organização familiar e a relevância de cada um no funcionamento dela. Também a

cada momento histórico ou em contextos diferentes em um mesmo tempo as expectativas sobre a família, seu sucesso, seu bom funcionamento e as tarefas sociais que tem que cumprir transformam-se.

Quando falamos em mudança temos a ilusão de que o período anterior foi calmo e sem turbulências e que o atual congrega todos os conflitos e a nostalgia de um passado idílico. Com a família, pelo menos, não acontece assim. São inúmeros discursos presentes em seu cotidiano, muitas vezes contraditórios entre si e que oferecem modelos de vida diferente e nem sempre claros. A negociação entre modelos e possibilidades, o conflito entre várias moralidades, entre gerações, gêneros e fronteiras sociais das mais diversas espécies, compõe o tecido da organização familiar seja em que tempo for. As mudanças na família são resultado de intensas conversações internas e externas a ela. São fruto de movimentos, tentativas, novidade e tradição convivendo e criando. São resultado da absorção de novidades do mundo macrossocial, assim como celeiro para inovações que serão em algum tempo parte da vida de toda uma população. A família é um território de confluência e interseção da vida privada e do mundo público com todas as interfaces e tensões que existem entre eles.

As mudanças da família através dos tempos, relatadas na maioria dos estudos acadêmicos nas áreas das Ciências Humanas em geral, têm se referido basicamente às famílias das camadas médias da população, e cujas formas de organização são alçadas à categoria de modelos de funcionamento, tanto para as elites como para as camadas mais pobres. Em parte por seu crescente peso estatístico, tal estrato da população converteu-se em um núcleo ideológico nas sociedades urbanas modernas (DUARTE, 1995). Segundo Duarte (1995, p.35), as “camadas médias produzem um sensível efeito de escondimento dos outros formatos da família contemporânea”. Já para Vaitsman (1994) o modelo da família de classe média nasce “naturalizado” como se fosse um desenho puro que expressasse a essência do humano e sua reprodução.

Um modelo, porém, sempre guarda tensões e contradições internas. Uma alteração em algum traço acaba provocando movimentos e adaptações nos demais. Também é uma tentativa de apreender estaticamente uma realidade em movimento. Toda vez que falamos de modelos trazemos questões a serem problematizadas, como, por exemplo, a partir de que momento pode-se considerar que o modelo se transformou, a ponto de não ser mais o que era, ou então o que fazer nas

descrições do modelo com suas variações ou características que aparecem em situações específicas e que não estão descritas no MODELO (BILAC, 1995).

Aparentemente o modelo funciona muito mais no registro da expectativa, da prescrição de uma norma a ser alcançada do que no registro da prática cotidiana das pessoas. No entanto, é esse registro prescritivo que torna alguns arranjos familiares preferenciais e outros alternativos. É essa busca pelo esperado que leva ao que Dias (2006) descreve como resistência à nova imagem da família. Ou como White e Epston (1990) poderiam dizer, os modelos são parte e constituem narrativas dominantes socialmente, consideradas oficiais enquanto todos os outros formatos são considerados parte de narrativas periféricas. Essa relação não é estática, influencia e é influenciada pela prática cotidiana e pelas transformações micro e macrossociais. Assim, cuidados com a tendência à naturalização de modelos, idealização ou homogeneização do termo família se fazem necessários a todo instante no estudo e investigação sobre temas relacionados.

4.1 Pequeno histórico: da tradição à modernidade

Embora, como recurso narrativo, possamos pensar em uma história da família ou em modelos que foram pregnantes e sofreram transformações, sempre estaremos fazendo um recorte, uma fotografia sem movimento de uma realidade fluida e inapreensível. Portanto, consideraremos a história não como organização neutra de fatos e dados, mas como um “metarrelato cultural” (FUKS, 2006, p. 14). Entendemos que este relato contém todas as limitações, aberturas e diversidade que as narrativas oferecem. A história não é neutra, ao contá-la enfatizamos alguns aspectos ao invés de outros.

A escolha de um percurso para pensar as transformações da família neste trabalho reflete a experiência e os campos por onde transita a autora e não pretende abarcar a totalidade ou uma pretensa unicidade do conceito ou da história das transformações da família contemporânea. Mais do que traçar ou retrazar um percurso que re-conte a história da família, pretendemos escolher alguns discursos sobre a família contemporânea destacadas na literatura acadêmica e que estão relacionadas ou constituem-se em fatores importantes para a frequência das

separações conjugais e mais ainda para os desdobramentos delas para as pessoas que participam destas famílias. Desta forma, neste trabalho, estaremos tratando de literatura que se refere à família de classe média, urbana e à qual se associa o termo família como se ele fosse hegemônico ou normal (FUKS, 2006; VAITSMAN, 1994). Um dos percursos possíveis é o da família tradicional, para a moderna e a seguir para a pós-moderna. Neste percurso observamos uma progressiva informalização das relações, uma progressiva desinstitucionalização da família, um declínio do poder patriarcal, da autoridade do pai e uma nuclearização da família que fica cada vez mais restrita, tanto afetiva quanto pragmaticamente ao casal conjugal e seus poucos filhos. Na atualidade, por inúmeros movimentos sociais, a própria definição mais geral do que é uma família vem sendo objeto de discussão, evidenciando um processo complexo e em muitos níveis de negociação de sentidos desde o micro até o macrossocial.

A mudança de status social da mulher não só entrando maciçamente no mercado de trabalho, mas ganhando visibilidade como indivíduo e portadora de direitos e ao mesmo tempo, tornando-se a responsável pelos filhos e pela qualidade das relações familiares, é um dos vetores importantes neste percurso (SINGLY, 2007; PEIXOTO, 2007; VAITSMAN, 1994). A crescente valorização do indivíduo, sua celebração monológica, sua autonomia e bem estar, também são vistas como racionalidades que transformaram de forma definitiva as relações sociais e familiares (LIPOVETSKY, 2006; SINGLY, 2007; FUKS, 2006; HAROCHE, 2008; DUARTE, 1995; SAMPSON, 1993).

Considerada “célula mater” da sociedade ocidental, a família chamada tradicional tem características que foram se tornando bastante incompatíveis com os atuais valores contemporâneos. Entendida em séculos anteriores como uma instituição política e patrimonial, a família funcionava coerente com uma sociedade hierarquizada, patriarcal, com papéis de gênero definidos e uma clara divisão entre o mundo público e privado. Segundo Claudine Haroche (2008, p.34), a família no século XVII, por exemplo, era “o equivalente a uma pequena igreja ou república”. Nela os papéis eram mais importantes que os sentimentos. Era uma instituição onde se “aprendiam os princípios básicos e os primeiros fundamentos do governo e da sujeição” (HAROCHE, 2008, p.34). Os sentimentos e inclinações individuais não eram importantes e podiam mesmo ser considerados obstáculos para o bom funcionamento da estrutura familiar. Assim, deveriam ser disciplinados,

especialmente pelo pai de família, cuja função era a de governar seu pequeno (ou grande) reino. A moral sacrificial e o desenvolvimento do interesse pelo outro e não por si mesmo em primeiro lugar constituíam a base dos valores importantes da convivência familiar. O respeito à função familiar predominava sobre as vontades e sobre a liberdade de escolha. (HAROCHE, 2008; LIPOVETSKY, 2006). A família tradicional, hierárquica, é fundamentalmente uma estrutura fundada no contrato do casamento indissolúvel e com o objetivo primeiro de socialização das crianças e administração patrimonial.

Segundo Duarte (1995), a continuidade do que consideramos família agradece ao Direito Romano e à doutrina cristã, apesar das profundas alterações nestas duas instituições até o século XVIII. Segundo Ariès (1981), da Idade Média até o século XVIII, a comunidade determinava mais o destino dos indivíduos do que a família. Era a comunidade quem demarcava as fronteiras entre os direitos e deveres dos indivíduos. A afetividade era difusa, não se concentrava na família e nas relações entre pais e filhos. A partir desta época e por todo o século XIX, a família e a cidade foram submetidas a um intenso processo de medicalização. Segundo Foucault (1989), a família foi o principal instrumento das práticas higiênicas que se iniciam nesta época.

O corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido, arejado, a distribuição medicamente perfeita dos indivíduos, dos lugares, dos leitos, dos utensílios, o jogo do 'cuidadoso' e do 'cuidado', constituem algumas das leis morais essenciais da família (FOUCAULT, 1989, p. 199).

Segundo o autor, a família deixa de ser apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens, para se tornar um meio físico, permanente, focado no cuidado e educação das crianças e na disciplina de seus corpos. Neste momento o laço conjugal não serve apenas para estabelecer "a junção entre duas ascendências, mas para organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto". (FOUCAULT, 1989, p. 199) A ética familiar dominante, antes da revolução romântica, seguia o padrão da cultura aristocrática. Com exceção dos burgueses recém-reformados, o interesse das casas e linhagens sobrepujava os interesses individuais. "A instituição familiar era foco de controle e vigilância apenas no que

concernia à moralidade do trabalho e ao imperativo da escolarização” (COSTA, 2006, p. 18). Começa a se consolidar a nuclearização da família urbana.

A disseminação dessa nova concepção de família se fará através de complexa e intensa reforma cultural. Fatores como a construção da criança e da infância (ARIÉS, 1981); a implantação das políticas de medicalização e higienistas (FOUCAULT, 1989), a emergência de ideologias como a do amor romântico (COSTA, 1998) são citados como presentes na transição da família tradicional para a família moderna.

Segundo Costa (2006, p. 19) no final do século XIX o perfil da família era o de

[...] uma instituição vagamente cristã e fortemente romântica, na qual se cultivava o amor para com o próximo e a solidariedade para com os concidadãos. O enaltecimento do romantismo amoroso; o fascínio pelas sutilezas da vida íntima; o gosto pelas fantasias sentimentais; a exaltação da convivência, terna entre cônjuges e entre pais e filhos; o retraimento da espiritualidade cristã para o interior dos lares; as regras de civilidade etc., são os efeitos mais visíveis deste longo processo de consolidação da família nuclear, que posta neste patamar, tornou-se a célula da sociedade, da Pátria, da Nação.

No Brasil o Código civil de 1916,

[...] consolida a definição de família como sendo a união legalmente constituída pela via do casamento civil. A família é vista como núcleo fundamental da sociedade, legalizada através da ação do Estado, composta por pai, mãe, filhos (família nuclear) e, secundariamente, por outros membros ligados por laços consanguíneos ou de dependência (família extensa). Ao mesmo tempo, ela organiza-se num modelo hierárquico que tem o homem como o seu chefe (família patriarcal) (BRANDÃO, 2004, p. 53-54).

De acordo com este modelo de família, há uma divisão clara de papéis de gênero: “Ao marido, de acordo com a lei, cabe suprir a manutenção da família, enquanto à mulher cabe velar pela direção moral desta”. (BRANDÃO, 2004, p. 56). Ao homem o domínio público, às mulheres o privado (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Historiadores da família brasileira, especialmente Gilberto Freyre (1983) apontam como fundamental na formação da sociedade a família conhecida como patriarcal. Partem do pressuposto de uma família patriarcal rural e extensa no século XIX e anteriores e que se transforma em nuclear, quando transplantada para um ambiente urbano e moderno, no século XX.

O modelo de família patriarcal pode ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. Ainda se caracterizaria por traços tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, tratando-se de um grupo multifuncional. O sistema de parentesco presente na família patriarcal era a forma pela qual os indivíduos se reconheciam no mundo: “ser filho, parente, compadre, cabra, escravo do senhor proprietário” (TERUYA, 2000, p. 4) e conferia os limites e possibilidades para cada indivíduo. A família patriarcal teria se transformado ao longo do século XIX, com filhos menos dependentes do poder patriarcal (com a possibilidade de carreiras autônomas ou políticas) e pela presença de um Estado mais forte que teria substituído e auxiliado no declínio da autoridade patriarcal (TERUYA, 2000).

Estudos no campo de pesquisas históricas mais recentes, especialmente após a década de 80, têm demonstrado que o modelo da família patriarcal estava presente apenas em uma pequena minoria da população. Esta forma de organização familiar aparece mais frequentemente na lavoura canavieira do Nordeste. Em ambientes mais urbanizados o que se verifica são unidades domésticas menores de quatro a cinco pessoas. Em certas localidades a família chefiada por uma mulher chegava a ser tão comum quanto a família conjugal e era frequente encontrar pessoas que viviam sozinhas. Embora a família patriarcal pudesse ser vista como ideal da formação da cultura brasileira por alguns autores, outras formas de organização familiar como famílias mais nuclearizadas e monoparentais conviviam com ela e não podem ser consideradas invenções da modernidade (SAMARA, 2002; TERUYA, 2000).

Da Matta (1987) observa que a família no Brasil colônia é considerada uma instituição indispensável para a vida social. Aquele que não fizesse parte de um círculo familiar praticamente não sobrevivia socialmente, sendo mal visto, renegado ou ignorado. O bem-estar social, a identidade significava antes de tudo o pertencimento a algum grupo familiar. O vínculo familiar era, portanto, cultuado como um valor indissolúvel e vigorava associado à ideia de prestígio social. Um dos valores centrais para a sociedade portuguesa e espanhola era a família, mais

especificamente, a família com o modelo patriarcal e conservador. Estas concepções eram permeadas pela influência religiosa. O Catolicismo, religião oficial do Brasil, contribuía com dogmas, como por exemplo, a indissolubilidade do casamento. Era uma família essencialmente conservadora.

O desenvolvimento da economia industrial no Sudeste transformará a família. O processo de urbanização e industrialização da sociedade no século XX, juntamente com o fenômeno da migração, fizeram com que o controle da produção passasse gradualmente da família para os empresários capitalistas e para o Estado, e com isto, ocorreram o enfraquecimento das relações de parentesco, a redução do tamanho da família e a redução do poder do pai e do marido. Manteve-se, porém, a moral patriarcal como ideal moral: o tabu da virgindade para as mulheres e o da virilidade para os homens (TERUYA, 2000).

A família se nucleariza para atender melhor as demandas da sociedade moderna e, ao minimizar sua função produtiva enquanto grupo, tende a se relacionar única e exclusivamente a partir dos laços de afeto mútuo e cada vez mais íntimos. Porém, para autores como Teruya (2000) os valores da configuração patriarcal estarão presentes no modelo para a formação da família hierárquica urbana.

Costa (2004) destaca para esta transição a importância das ideias higienistas para o controle do ambiente familiar. Até meados do século XIX este ambiente se restringia à casa grande rural. Com o processo de urbanização, a família passa a habitar os sobrados na cidade, e a se submeter às regras e às normas dos higienistas. A normalização médica da família brasileira encontra-se estritamente relacionada com o desenvolvimento urbano e o processo de modernização do Brasil. Uma das características que o controle higiênico atribuiu à família moderna foi a cobrança de dedicação aos filhos. A mãe de família torna-se a principal responsável pela educação e formação moral das crianças. A mãe-higiênica moderna é responsável pelos filhos, e ao mesmo tempo é livre para o convívio social e para o consumo comercial (COSTA, 2004).

A partir daí, ao mesmo tempo em que persistem elementos tradicionais com comportamentos modernos, a “tríade isolada e autocentrada do pai, mãe e filho preside um impressionante investimento imaginário” (VAITSMAN, 1994, p. 30). Homens e mulheres, devidamente educados, se empenhariam em buscar a complementaridade uns nos outros e em transmitir aos filhos o mesmo valor. A sociedade justa de cidadãos justos teria sua âncora no amor em família (COSTA,

2006). É na família que repousam as esperanças sobre a educação das crianças, sobre a expressão e experiência dos afetos mais íntimos e pela transmissão não só de patrimônio, mas de valores e de uma ética ligada ao bem estar e a felicidade de seus membros. A família assume as tarefas de garantir a educação, a assistência, o desenvolvimento, a segurança e as necessidades de seus membros afetiva, moral e materialmente, promovendo o bem estar de cada um deles (LEMOS; NOBRE, *et al.*, 2010). Com essas atribuições a família passa a ser a maior responsável pela educação e proteção da criança e do adolescente. É no seio dela que se dá seu desenvolvimento e se garante sua chegada à idade adulta com saúde física, mental e moral.

Durante o século XX, especialmente a partir dos anos 60, entre segmentos das classes médias urbanas, a família formada pelo pai provedor financeiro e a mãe dona de casa, unidos pelo casamento só dissolvido pela morte de um dos cônjuges foi tornando-se, cada vez mais, apenas um ideal. Apesar de conviver muito frequentemente com outras formas de organização familiar, o modelo da família nuclearizada ainda povoa nosso imaginário social de forma dominante. Porém, isso se dá, cada vez menos, em termos de preconceito e discriminação, e, sobretudo, em termos de expectativa, de preenchimento dos desejos de pertinência e valorização social. Todas as outras formas de família, por mais frequentes que sejam, ainda são consideradas alternativas, não a proposta inicial. Em termos estatísticos já existem algumas modificações significativas quanto ao surgimento de novas formas de convivência na família, algumas com mais aceitação social e outras ainda levantando muita polêmica sobre sua “normalidade” (IBGE, 2008). Destacam-se na literatura as famílias monoparentais/uniparentais, formadas por pai ou mãe e seus filhos e a família oriunda de casamentos pós-divórcios (CASTRO, 2008; IBGE, 2008; IBGE, 2010a; DIAS, 2006; SOARES, 2009) e mais recentemente as famílias homoafetivas (UZIEL, FERREIRA, *et al.*, 2006).

Ao mesmo tempo, consoante com os ideais de igualdade que são assumidos pela família, de acordo com as transformações sociais mais amplas, o casamento tornou a livre escolha dos cônjuges sua motivação fundamental. Com isso, o casal, antes diluído na organização familiar, ganha destaque e a conjugalidade passa a ser vista como a base da formação da família (FUKS, 2008; FUKS, 2006; TORRES, 1999). O discurso presente na arena jurídica também define a família a partir do casamento ou, desde 1988, também da união estável, equiparada ao casamento

civil (BRASIL, 1988). Alguns autores (SINGLY, 2007) passam, inclusive, a chamá-la de família conjugal moderna para diferenciá-la da família hierárquica. A família moderna, alçada a ideal no decorrer do século XX, é essencialmente urbana e oriunda das camadas médias. É um modelo que concentra características que foram geradas ao longo dos séculos anteriores, agora consolidadas socialmente, como a livre escolha do cônjuge, papéis menos definidos quanto a gênero e geração, o aconchego da unidade doméstica como refúgio das pressões do mundo público e a importância central dos filhos e dos cuidados maternos (VAITSMAN, 1994; SINGLY, 2007).

Para alguns estudiosos da família (SINGLY, 2007; VAITSMAN, 1994; COSTA, 2006), a livre escolha e ideais de igualdade foram os calcanhares de Aquiles da família moderna. Para Costa (2006) os ideais de igualdade, concebidos para aplicar-se à vida cívica, invadem a vida privada gerando contradições insolúveis para as famílias. A família continua sendo percebida como o lugar das desigualdades e diferenças, de geração e gênero, por exemplo, mas conectada aos ideais de igualdade que também deveria defender. Para o autor a família desde o nascimento “sofreu as dores de uma fratura moral de difícil cura” (COSTA, 2006, p. 20) e aos poucos foi sendo vivida não mais como abrigo, mas como reduto da opressão.

4.2 As mudanças pós-modernas

A partir dos anos 90 os estudiosos da família começam a notar mais claramente as influências das turbulências culturais da pós-modernidade nas relações familiares e de casal (PEIXOTO, 2007; FUKS, 2006; SINGLY, 2007). Acompanhando as tendências da racionalidade contemporânea, a família também se torna plural, admitindo formas diferentes e tendo percursos diversos ao longo do tempo.

As mudanças na direção de maior igualdade entre homens e mulheres, da democratização do mundo ocidental, da contracepção em larga escala, da consolidação da mulher no mercado de trabalho, da decadência da influência das religiões e instituições políticas na vida cotidiana são alguns dos fatores aos quais são atribuídos novos discursos e novas práticas na família moderna. As atribuições

de gênero e gerações têm seus contornos cada vez mais diluídos e a pressão genealógica sobre a família é cada vez menor (ALVES; CAVENAGHI, 2012; FUKS, 2008).

Assistimos a uma afirmação do individualismo, levando a uma diminuição da importância ou mesmo questionamento da hierarquia vigente na família. Segundo Peixoto (2007, p.12): “o pluralismo familiar é resultado de uma transformação profunda das relações de gênero e da emergência de um novo equilíbrio entre autonomia individual e pertencimento familiar”. A família contemporânea tem um foco maior no aspecto relacional e psicológico do que no aspecto institucional. Segundo Singly (2007), por exemplo, a psicologização e a autonomia em relação à família extensa são pontos centrais, assim como a diminuição do número de filhos e a perda da importância social do casamento. Junto a isso, o valor da satisfação na relação do casal auxiliado pelo aumento da expectativa de vida e as mudanças nas relações de gênero favorecem um aumento importante da mobilidade conjugal.

Estas transformações difundiram-se principalmente entre homens e mulheres urbanos, portadores de valores individualistas, anti-autoritários e igualitários, que geralmente cursaram a universidade, compartilham certos discursos e fazem parte de segmentos sociais com certa identidade sociocultural (VAITSMAN, 1994). O entrecruzamento entre as possibilidades de diversos arranjos familiares está ligado a outros fatores como classe social, nicho cultural, escolaridade e geografia. Não temos a mesma escala de valores em um meio urbano cosmopolita e uma cidade pequena do meio rural, nem entre operários de uma fábrica e executivos da mesma indústria. Sendo assim, tudo o que se fala em termos de família há de ser localizado.

Nos segmentos de classe média e urbana, especialmente, as normas (“até que a morte nos separe”) e os valores (“felizes para sempre”), que organizavam e legitimavam o casamento e a família conjugal desenvolvidos no Brasil urbano a partir das últimas décadas do século XIX, tornaram-se instáveis, frágeis. (VAITSMAN, 1994). Por outro lado, a importância que ganha a livre escolha do cônjuge e o peso que a relação do casal assume na família, enfatizam a conjugalidade e a destacam da relação familiar como um todo. Há uma progressiva disjunção entre casal e família. Com isso, aumentam as taxas de divórcio, as uniões livres, as organizações familiares pós-divórcio e as famílias homoafetivas. Segundo Vaitsman (1994, p.152):

A reconstrução da vida afetivo-sexual é marcada por definições de necessidades que se recompõem permanentemente. Desfeitos casamentos e famílias, desenvolvem outros projetos, desfazem-se outros [...]. Homens e mulheres lidam com as novas experiências afetivo-sexuais a partir desta bagagem, que, a um determinado momento da trajetória pessoal, cristaliza-se como situação de vida.

A família, segundo Singly (2000), é o principal local de consolidação das individualidades. O tipo de indivíduo contemporâneo, autônomo, depende paradoxalmente da família como *locus* para a construção de sua autonomia. A família contemporânea se distingue pelo peso dado aos processos de individualização de seus membros. “A família se transforma em um espaço privado a serviço dos indivíduos” (SINGLY, 2000, p. 15).

Já segundo Lasch (1991), enquanto a família burguesa fabricava certo tipo de personalidade, de caráter autoritário, a família atual constrói um radicalmente diferente, isto é, um tipo de personalidade descomprometido, adaptado à flexibilidade e sem engajamento quanto à duração. Para tanto,

[...] a família abstêm-se de inculcar em seus filhos preceitos e normas inúteis em um mundo em constante transformação, haja vista a flexibilidade na educação ter se tornado uma necessidade absoluta. A estabilidade que era social e culturalmente valorizada é substituída pela flexibilidade, a capacidade de adaptação e mudança, privilegiadas em relação à estabilidade considerada algo rígido. (HAROCHE, 2006, p. 127)

Em termos da educação das crianças, a família também adotou novos hábitos, coerentes com as mudanças sociais. Há um declínio das formas mais autoritárias de criação dos filhos e maior psicologização da educação e das relações afetivas da família. A educação é voltada para o desenvolvimento dos filhos, sua satisfação e felicidade. Adota-se um estilo educativo concordante com os valores do bem estar individual, da busca do desenvolvimento de si mesmo e da flexibilidade como condição de vida. Segundo Lipovetsky (2006), uma educação psicologizante e psicologizada. O filho hoje tem espaço nas famílias para comunicar suas preferências, dar sua opinião a respeito das escolhas parentais, “ele escolhe, emite solicitações, dá sua opinião por ocasião das compras, tendo direito de fazer suas próprias escolhas” (LIPOVETSKY, 2006, p.120). Uma educação sem coerção em uma sociedade consumista. Na sociedade de hiperconsumidores (LIPOVETSKY, 2006), a família é uma das principais fontes de consumo e de geração de novos consumidores.

Resumindo, segundo Sousa e Ramires:

As mudanças na família, no mundo ocidental, podem ser descritas como de duas ordens distintas, embora relacionadas: mudanças ideológicas, no sentido de um ideal democrático ou igualitário de relações; e estruturais, relativas ao aparecimento ou à saída da clandestinidade de uma variedade de arranjos como famílias (SOUSA; RAMIRES, 2006 p.12).

Para Peixoto, Singly e Cicchelli (2000) “a difusão progressiva da retórica democrática não simplificou a vida familiar, mas tornou-a historicamente mais complexa” (p.8). Tal complexidade acompanha os passos de um mundo mais globalizado, mais conectado e ao mesmo tempo com a ideologia do indivíduo autônomo cada vez mais disseminada (SAMPSON, 1993). Emergem dilemas e paradoxos para a vida familiar, para as relações conjugais e entre pais e filhos, para as novas relações que se inauguram a partir dos divórcios e novos casamentos. Porém, ao mesmo tempo em que famílias e casais refletem e sustentam os novos discursos e práticas em suas relações, são geradores de novas práticas relacionais e sociais que se tornarão presentes na sociedade mais ampla e incitarão novidades em um movimento de mão dupla.

Com a diminuição da importância de reguladores institucionais a família contemporânea torna-se cada vez mais um espaço relacional caracterizado pelo afeto e individualização de seus membros. O discurso sobre a família em vários âmbitos coloca o afeto conjugal como seu início. A maior mobilidade conjugal, expressa em separações e novas uniões, levam a uma refundação da ordem simbólica e de parentesco (SINGLY, 2007; DIAS, 2006). Além disso, leva a uma heterogeneidade nas possibilidades de experiência no seio da família, reafirmando a possibilidade de uma diversidade de trajetórias de vida. As crianças, por exemplo, vivem em diversos contextos de socialização possível: algumas têm pouco ou nenhum contato com o pai, outras tem à sua disposição várias referências masculinas, outras vivem com seus pais biológicos até que se vão de casa (SINGLY, 2007). Um dos desafios contemporâneos da família é conciliar a centralidade da criança e sua socialização com a importância da conjugalidade. Ou, dito de outra forma, a necessidade de estabilidade psíquica da criança, função atribuída à família e a necessidade de liberdade amorosa dos adultos. A tensão entre os interesses da criança e os dos adultos, ou entre os interesses dos filhos e

os dos pais é constante e crescente na família onde todos são cada vez mais socializados para a individuação.

Se a família nuclear tomou para si o cuidado com os filhos, com a mulher no papel de principal articuladora desta função, na pós-modernidade os grupos de pares, os outros espaços frequentados por adolescentes e mesmo crianças, modificam a feição da socialização dos filhos nas famílias. Os laços que unem as gerações são perturbados de forma diferente pela autonomia crescente dos filhos e pelas turbulências maiores ou menores desta independência. Por outro lado, as relações entre pais e filhos neste modelo se baseiam no afeto e são fundamentadas na compreensão e empatia, com menos valorização da hierarquia. Em lugar da disciplina e repressão, a família ganha espaço para reflexão e diálogo (FUKS, 2006). Com isso, alguns autores veem uma crise de autoridade na família, enquanto outros veem a oportunidade de que a família seja menos opressora para os jovens do que nos anos 60 (COSTA, 2006; FUKS, 2006).

Noções como intimidade, afinidade, além de uma série de conceitos relacionais e novas formas de conversar e interagir surgem como marca das relações conjugais e familiares. Não podemos esquecer que estilos comunicacionais são “algo mais que formas de expressão, sua função organizadora/construtora produz mundos relacionais nos quais se condensam valores e crenças, visões de mundo, etc.” (FUKS, 2006, p. 135). Portanto, as novas formas de comunicação familiar criam outras relações e maneiras de concebê-las. Ao mesmo tempo novos formatos nas relações demandam outras formas de comunicação. Enquanto relações mais tradicionais requerem modos mais padronizados de comunicação, os arranjos mais modernos e pós-modernos de família requerem a criação e prática de diferentes maneiras de comunicação. Atualmente, essas relações são vividas fundamentalmente como relações afetivas. Afetividade é o que deve ser mantido primordialmente na vida familiar. Segundo Bauman (2003) esses novos temas, especialmente a afinidade e a intimidade, questionam valores anteriores ligados ao parentesco. O valor do olhar, do contato físico, de ter espaços privados para si e com outros escolhidos, são expressões desejáveis do relacionamento contemporâneo e que legitimam um mundo relacional empático e baseado no pressuposto da compreensão mútua (FUKS, 2006; GIDDENS, 1993; LIPOVETSKY, 2006). O valor do amor na família tem cada vez mais intensidade (SINGLY, 2007). Da mesma forma, o valor do diálogo, da possibilidade de compartilhar sentimentos e

pensamentos ganham destaque como expressão de amor e intimidade. São maneiras de interagir relativamente novas e que tornam necessário o desenvolvimento de novas habilidades relacionais para as relações mais íntimas. O valor da intimidade, da afinidade e do diálogo não está restrito apenas à família, mas é parte de valores que estão presentes no social mais amplo.

As tensões e desafios enfrentados pela família contemporânea vêm, portanto, de sua pluralidade, de sua possibilidade de ser múltipla, de não estar associada a um único e padronizado modelo e dos novos discursos que a sustentam. As possibilidades atuais para a organização familiar trazem associações e disjunções novas e que exigem que utilizemos, ou mesmo criemos, novas formas de falar dela e de conceber sua organização e funcionamento.

Uma associação que, segundo vários autores, é responsável pela mudança na família tradicional é a de amor e casamento (COSTA, 1998; FUKS, 2008; SINGLY, 2007). Na contemporaneidade assistimos a continuidade dessa associação, enquanto temos a disjunção possível entre casamento e família, ou entre casal e família. A vida amorosa de um casal não é associada de forma unívoca à ideia de casamento e a vida do casal, quando parte de uma família, é cada vez mais um mundo com algumas interseções, mas não sobreposto ao outro. O casamento impregnado pela ordem moral da família afasta-se da relação amorosa do casal, baseada na ordem do desejo. Essa disjunção entre casal, casamento e família leva à outra que, com o aumento das taxas de divórcio e sua maior aceitação social, torna-se um desafio: a da conjugalidade e da parentalidade. O casal não necessita estar junto para cuidar de sua prole. Isto exige a criação de novos mundos relacionais que desafiam ideias anteriores sobre a educação das crianças unicamente dentro da família nuclear e primordialmente por pai e mãe biológicos. Começam a surgir termos como “pluriparentalidade” para tentar descrever as novas possibilidades de cuidado das crianças (FINE, 2000; UZIEL, 2000). Começa-se a pensar no fim da relação de casamento e da organização da família inaugurada por ele, como um dos possíveis destinos e não como um desvio de uma trajetória esperada.

As associações e disjunções às quais este trabalho se refere, em momentos diferentes, em aspectos ou mundos relacionais distintos em uma família, são caminhos possíveis para refletir sobre as organizações familiares atuais. Elas criam e desfazem tensões com as quais as pessoas, componentes das famílias se

deparam em seu dia a dia. Outros aspectos contemporâneos, que segundo autores na área são importantes para se pensar a família, são o individualismo como modo de vida, o consumo e o mercado e as relações de gênero.

Os discursos sobre as mudanças na família às quais nos referimos durante este capítulo não anulam a existência e, mesmo a resistência de outros calcados nos modelos mais tradicionais. Eles sobrevivem na aceitação da pluralidade, nas marcas das gerações que agora educam os filhos e que vêm de lares onde ainda se cultivavam aqueles valores e práticas. Há a persistência de elementos tradicionais coexistindo com comportamentos aparentemente modernos (VAITSMAN, 1994). Ou ainda, a convivência entre o arcaico e o moderno (FIGUEIRA, 1987). Pesquisas apontam que as mudanças nos papéis de gênero estão muito mais presentes no espaço público do que no doméstico, onde a mulher continua mais responsável, enquanto o homem se mantém como provedor principal, especialmente quando chegam os filhos (ROCHA-COUTINHO, 2009; JABLONSKI, 1998). Da mesma forma, podemos ver mais casais que optam por não ter filhos, pais que ficam em casa cuidando das crianças, mulheres que deixam de trabalhar para cuidar dos filhos ou a família extensa em ação com os avós cuidando dos netos (CARDOSO, 2010; ROCHA-COUTINHO, 2009). Os casamentos formais não param de diminuir, enquanto as festas de casamento são cada vez mais sofisticadas e caras. O modelo ideal de indivíduo é o jovem. O avanço da tecnologia e os ideais individualistas recriam e reelaboram as relações entre as gerações, os jovens influenciando a vida dos adultos e com isso aproximando de uma forma nova pais, filhos, avós e netos (BACIGALUPE, 2012).

Apesar de alguns autores referirem-se à crise da família (DUARTE, 1995), outros consideram que ela não desapareceu, nem mesmo enfraqueceu (ENRIQUEZ, 2006). Apenas transforma-se. Assume novas formas que, não são tão novas assim. Apenas mais visíveis e com mais flexibilidade. Atualmente discute-se o que seria uma família, afinal? Entre os discursos religiosos, em que ela é fruto da união divina entre um homem e uma mulher, os discursos jurídicos em que ela é formada por um casal e sua prole, ou um dos pais e seus filhos, ou por uma união de pessoas em qualquer combinação de gênero, os discursos psicológicos que tentam analisar sua estrutura e dinâmica, os discursos das próprias famílias sobre elas mesmas, ou na literatura, na mídia, etc. alcançar uma definição do que é “uma família” parece impossível. As pessoas vivendo em família fazem e refazem seu percurso, seus

limites e configurações de convivência ao longo do ciclo de vida de seus componentes. O que era desvio há algumas décadas, hoje convive com modelos que foram institucionalizados em outros momentos históricos. No entanto, apesar de valiosa e otimista a ideia da permissão de se viver de acordo com os próprios critérios e desenhar trajetórias para indivíduos e famílias, ainda há a necessidade de se reconhecer as poderosas forças em jogo que promovem desqualificação e desvalorização das formas de relacionamento que não são vistas como ideais e normais (FUKS, 2008; WHITE, 2005).

4.3 O casal: uma categoria recente

Um dos pontos mais importantes da transformação da família, segundo alguns autores (BOZON, 2003; FUKS, 2008; TORRES, 1999), é a conjugalidade assumir um lugar central e autônomo dentro do cenário familiar. Ao mesmo tempo, a sexualidade e a afetividade deixam de estar circunscritas ao casamento e ganham centralidade na vida individual.

O casal surge como organização social diferenciada da família há menos de 200 anos (FUKS, 2006). Segundo Torres (1999; 2002) nos últimos anos, no campo da sociologia da família, por exemplo, tem-se notado uma tendência para a autonomia do tema casamento ou conjugalidade na análise e na pesquisa empírica sobre dinâmicas familiares. Antes disso, o casamento era mais um ato político que tinha a ver com a função social e institucional da família. O surgimento do casal acompanha a desinstitucionalização da família e a dominância do amor romântico e da livre escolha amorosa como motor do casamento. Para Bozon (2003, p. 133), “as mudanças conjugais contemporâneas traduzem a passagem de uma definição institucional antiga do casamento para uma definição interna e amplamente subjetiva do casal”.

Segundo Priore (2006), para os historiadores europeus, por exemplo, o amor como base do casamento talvez seja a mais importante mudança nas mentalidades, ocorrida no limiar da Idade Moderna. Para Singly (2007), a associação do casamento com a livre escolha, fruto da permissão para escolher a quem se ama

como parceiro é uma revolução sem par. Essa associação origina-se, entre outras coisas, de uma mudança na ética sexual que conectava sexualidade com pecado. Enquanto essa ótica predominou, não houve espaço para que “amor e sexo dessem as mãos” (PRIORE, 2006, p. 14). A associação de amor e sexo e o confinamento da sexualidade ao casamento criam, necessariamente, o casamento por amor. Essa associação teve momentos distintos ao longo do tempo. De um amor regado e uma sexualidade controlada até os dias de hoje em que a autonomia e realização pessoal são metas tanto em relação à afetividade, quanto à sexualidade e às relações de casamento. Tensões, idas e vindas e diferenças em setores sociais tornam essa transição não linear. Ao mesmo tempo em que se aprovava o Código Civil de 1916, em que a mulher era considerada dependente de seu marido em quase tudo, o movimento anarquista defendia o amor livre e, junto à figura da rainha do lar burguesa, no proletariado surgiam as reivindicações quanto à possibilidade de divórcio. Ao mesmo tempo em que o homem poderia pedir a anulação do casamento por descobrir que sua esposa não era virgem, as primeiras feministas reivindicavam amor e sexo fora do casamento (PRIORE, 2006).

Atualmente, resultado da complexidade desses movimentos ao longo de quase um século, o casal constitui-se em uma organização cada vez mais autônoma da organização familiar, que vive e sobrevive do amor entre os cônjuges e, ao longo do tempo, notamos a decadência de noções como “amor eterno” e “unidos para sempre”, assim como de todas as outras noções ligadas à estabilidade, tornando o casal mais instável e menos duradouro (FUKS, 2008; VAITSMAN, 1994). Pesquisas estimam a duração média dos casamentos no Brasil em 11 anos. (JABLONSKI, 1998) enquanto as estatísticas do Registro Civil dizem que a média de tempo que duraram os casamentos que acabaram em divórcio em 2010 foi de 16 anos, embora 40,9% deles tenham durado no máximo 10. (IBGE, 2010b).

A exigência de que a relação conjugal seja coerente com as aspirações pessoais dos cônjuges a torna palco de constantes negociações e tensões entre a individualidade e o coletivo. Para alguns autores como Fuks (2008) tal tensão é a principal contradição da vida dos casais atuais. Embora, depois de 1970-80 o casamento legal venha perdendo cada vez mais seu valor social e os divórcios aumentando, o casal continua em alta cotação. É a possibilidade de escolha do cônjuge associada ao ideal do amor romântico que tornam o casal um ícone da felicidade dos nossos tempos. Algumas tendências observadas nos casais

contemporâneos são: a diminuição da natalidade, a recusa do casamento institucionalizado e a vontade de viver segundo os próprios sentimentos. O casal é uma das formas mais almejadas de realização pessoal na atualidade. No entanto, ao mesmo tempo, homens e mulheres reconhecem sua dificuldade em amar muito tempo e mostram-se céticos quanto à possibilidade de amar a mesma pessoa por toda a vida (LIPOVETSKY, 2006). Ao invés de uma história de casamento, feliz ou não, hoje temos uma multiplicação das próprias histórias amorosas ou novas formas de relacionamento como os “casais semi separados” de Bauman (2003), o “relacionamento puro” de Giddens (1993) ou ainda, a monogamia serial para definir o que seria a relação entre homens e mulheres contemporâneos. Mais recentemente proliferam os estudos e as reivindicações de direitos dos casais e famílias homo afetivas (UZIEL et al., 2006) e das famílias poli afetivas em que o casal é substituído por uma relação de mais pessoas, conhecido como “casal de n pessoas” (ALVES; CAVENAGHI, 2012). Porém, seja qual for a escolha no *menu* de possibilidades de relação amorosa e/ou conjugal, ela se depara com o desafio de conciliá-la com a ideia de manter a ideia da família como uma estrutura capaz de acolher e criar os filhos.

4.4 Casal e casamento; amor e sexo: conjunções e disjunções

Uma mudança importante ocorrida para os casais ao longo do último século dentro e fora da família foi a ampliação do papel da sexualidade no casal e a aliança desta com o amor. Ao mesmo tempo em que a conduta erótica pré-matrimonial foi se estendendo, a presença de sentimentos e sua expressão pública impregnaram a escolha dos casais, substituindo as considerações familiares ou comunitárias por argumentos baseados no “afeto”, na “atração” e no “romance” (FUKS, 2008). Se, anteriormente, a afinidade sexual não era um ponto importante na escolha do cônjuge, ela passa a ser alçada a primeiro plano, de mãos dadas com o amor.

O afeto e a sexualidade passam a ser vistos quase como lados diferentes de uma mesma moeda. Até pode-se ter relações sexuais com pessoas pelas quais não estamos apaixonados, mas na vida conjugal, amor e sexualidade caminham lado a

lado. A ausência de sexo em um casamento é vivida como ausência do amor. Bozon (2001, p.134) afirma:

A relação de dependência que ligava a sexualidade ao casamento foi completamente invertida: da instituição matrimonial que dava direito à atividade sexual passou-se ao intercâmbio sexual como motor interno da conjugalidade. A sexualidade, que era ontem um dos atributos do papel social do indivíduo casado, tornou-se uma experiência interpessoal indispensável à existência da união.

Mesmo com diferenças entre os gêneros, a sexualidade ganha centralidade na relação amorosa e conjugal como expressão e promoção de intimidade e satisfação pessoal. Além disso, junto com o aumento das rupturas conjugais a sexualidade se dissocia da obrigação conjugal, e se afetiviza e psicologiza cada vez mais. Uma das maiores molas propulsoras das mudanças em torno da sexualidade foi a conquista de maior autonomia feminina (SINGLY, 2007), mesmo que isso não se traduza com a mesma intensidade na divisão sexual das tarefas domésticas ou em uma igualdade sexual entre os gêneros. Não podemos deixar de mencionar aqui a associação da possibilidade de maior liberdade sexual com a entrada da pílula anticoncepcional no mercado. A dissociação entre a sexualidade e a reprodução também é ingrediente fundamental para a disseminação de uma nova ética sexual e relacional entre homens e mulheres.

Para Pais (1998), os jovens já adotam e difundem uma nova ética sexual, mais desinibida e tolerante, com valores mais individualistas. Dentro do ideário do individualismo isto significa uma ética sexual onde há lugar para relações fugazes e românticas, experiências pré-matrimoniais e coabitacionais, iniciações sexuais precoces e uma relativa tolerância a formas de sexualidade socialmente ou ideologicamente consideradas mais periféricas. Certamente, esta valorização da sexualidade não é a mesma em todas as idades, nichos sociais e gênero, mas no imaginário do casal moderno, ela não se dissocia do sentimento amoroso, mesmo que no cotidiano isso não seja tão óbvio.

Nas últimas décadas, o ideal do casamento por amor vem se transformando progressivamente no de casal por amor, em função do desprestígio da instituição do casamento, mas não das uniões. Estas uniões contemporâneas são caracterizadas, além da presença do sentimento amoroso, também pela presença dos interesses individuais dos que se unem e do papel fundamental que a sexualidade assume,

primeiro na constituição e depois na manutenção da união. Daí sua enorme instabilidade. O divórcio e a mobilidade conjugal decorrente dele tiram o casamento do papel de um dos principais organizadores da vida social (SINGLY, 2007). O casamento formal, como já vimos, não é mais a única via para se constituir uma família, permitindo a convivência com outros arranjos como as uniões livres, as famílias monoparentais, de recasamento e homossexuais.

O vínculo legal que caracteriza o casamento vem sendo cada vez menos valorizado e a ideia de que duas pessoas que moram juntas constituem um casal de fato e de direito, já não é surpreendente. As leis que criaram juridicamente a figura da união estável reforçaram a prática, já corriqueira, de casais que vivem juntos sem ter um vínculo legal e permite que tenham acesso a uma série de vantagens do casamento legal, impossíveis antes disso (BRASIL, 2002). Casais mais jovens, inclusive, utilizam de um estágio experimental de morar juntos antes de decidirem se querem casar ou não. Muitas vezes, a legalização da união acompanha o nascimento de filhos. Talvez, os filhos ainda tragam à tona o imaginário da família nuclear como expectativa.

No entanto, não podemos nos deixar levar pela tentação de definir “as novas formas da conjugalidade” (TORRES, 1999). As tendências de evolução do casamento e da conjugalidade ao longo do século XX e até ao século XXI não se traduzem necessariamente na existência de uma lógica homogênea quanto às expectativas ou às modalidades de encarar e de viver as experiências conjugais. Não há um “novo casal”, assim como não há uma “nova família”.

Dizer que se tende para uma determinada direção e que, para um conjunto cada vez mais significativo da população das chamadas sociedades desenvolvidas, o que passa a ser determinante são os sentimentos, não significa de forma alguma a eliminação da diversidade de lógicas em jogo na família e no casamento (TORRES, 2002, p.569).

De acordo com Vaitsman (1994), a pluralidade de formas de vida seria o melhor caminho para se entender a família e o casal contemporâneos. Vive-se um exercício de inventar formas de convivência que se adequem às exigências específicas do casal, seus filhos e as interfaces entre as histórias conjugais e familiares anteriores que envolvem um sem número de pessoas que continuam ou não a conviver. Como dizem Bajos, Beltzer e Bozon (2008, p. 203) “o contexto (das relações) evolui com as separações, mas não se simplifica nem um pouco”. Ao

contrário, atualmente, as relações familiares tendem à maior complexidade e variação de formas. Não se trata, portanto, de um desaparecimento da família ou uma extinção do casamento, mas da convivência de formas diversas de vida em família e em casal (SINGLY, 2007; SINGLY, 2000).

Segundo Bozon (2003), na França mais de quatro quintos dos indivíduos estabelece um relacionamento conjugal. No Brasil, as estatísticas do IBGE ainda apontam que a maioria das famílias é constituída por um casal com filhos e a nupcialidade mantém-se estável com aumento em algumas faixas etárias. Após separações e divórcios e mesmo com a queda das uniões formais relativamente a outras épocas, ainda é significativo o número das pessoas que voltam a se casar oficialmente. Atualmente, no Brasil, 18,3 % de todos os casamentos formais é de recasamento, ou seja, casamento em que um dos cônjuges, pelo menos, já foi casado. Em 1999 essa taxa era de 10,6% (IBGE, 2010a; IBGE, 2010b).

A valorização de certa fluidez, de certa flexibilidade e do princípio da eleição não tem por consequência a desvalorização da durabilidade e da solidez. Estas também são desejadas pela grande maioria dos indivíduos, com a condição de que a continuidade da relação esteja associada à continuidade da satisfação e não à obrigação com a instituição do matrimônio ou da família. Novamente aqui, entram em cena os discursos sobre o afeto e a realização pessoal como motores.

Na cultura ocidental o bem estar pessoal está intimamente ligado a uma relação amorosa bem sucedida. Ainda hoje o credo amoroso dominante na nossa cultura estaria sustentado por três afirmações básicas: a primeira, que estabelece o amor como um sentimento universal e natural, presente em todas as épocas e culturas; a segunda, que afirma que o amor é um sentimento irracional e não controlável pela força de vontade; e, finalmente, a afirmação do amor como condição *sine qua non* da máxima felicidade a que podemos aspirar (SOUZA; RAMIRES, 2006). Isto significa que a compatibilidade emocional e o amor tornaram-se cada vez mais importantes na avaliação dos cônjuges e de toda a sociedade sobre o casamento (PHILIPS, 1991).

A relação amorosa é fonte de reconhecimento, de prazer, de sentido na vida e ainda, a multiplicação das relações é vista como uma busca de um novo e “verdadeiro” amor. O “verdadeiro” não é, necessariamente, o eterno. Apesar da lógica do consumo e o desamparo gerado pelo individualismo contemporâneo, para a maioria de nós, as relações com os outros e a vida afetiva ainda são as fontes de

maior felicidade ou infortúnio. Em pesquisas citadas por Lipovetsky (2006), os europeus situam os filhos, o casal, a família e o amor em primeiro lugar entre os elementos componentes da felicidade; “o desejo das coisas está longe de ter colonizado inteiramente os ideais e os objetivos da existência”. (LIPOVETSKY, 2006, p. 187). Certamente que considerarmo-nos felizes relacionalmente, amorosamente, nos faz sentir mais integrados, menos desamparados e, são precisamente, os obstáculos à felicidade amorosa e familiar que enchem os consultórios e vendem best-sellers de autoajuda.

O casal menos instituição e mais amor, é instável, um contrato rescindível, mas ainda constitui um fim ideal. As exigências do amor são menos compatíveis com a ideia de contrato matrimonial. “A vida em casal se organiza em fases sucessivas, hoje o que conta é a autenticidade da relação vivida”. (FUKS, 2008, p. 23). Aí reside uma das grandes contradições do casal moderno, fundado no amor e na livre escolha. Embora o objetivo do amor moderno seja a reciprocidade e a complementaridade entre dois indivíduos, a individualidade de cada um ergue barreiras entre os dois, fazendo do outro algo de inatingível que é determinado pela individualidade. Ou seja, a contradição entre os discursos sobre o amor e o casamento modernos advém do próprio desenvolvimento da singularidade da individualidade como valores inegociáveis. “O amor moderno, partindo da individualidade e institucionalizando-se através do casamento e da família conjugal moderna, faz parte da ambiguidade entre o individual e o coletivo” (FUKS, 2008, p. 34-35). A expansão da individualidade entre homens e mulheres, implicando diferentes aspirações e projetos de vida entre um casal, atuou contra a estabilidade do casamento da família. Para muitos casais, isso dificultou a integração e a estabilidade fundada em algum projeto comum (VAITSMAN, 1994).

Nas circunstâncias históricas atuais, a noção de eternidade das relações e sentimentos foi abalada e isto se manifesta no fato de que lá onde o indivíduo encontrava maior estabilidade e segurança - casamentos e famílias - ele encontra atualmente incerteza.

Os pilares do amor moderno começaram a não trazer opções aos desafios propostos nos cenários sociais dos finais do século XX e, tal como entrou em crise, o modelo do “até que a morte nos separe”, também começou a se tornar evidente as fendas do ideal das “almas gêmeas” e da “metade da laranja”, que encarnaram a utopia do casal como uma unidade auto-suficiente (FUKS, 2008, p. 34).

No entanto, apesar do *zapping* amoroso (FUKS, 2006; LIPOVETSKY, 2006; BAUMAN, 2003), do início mais precoce da vida sexual, da fragilidade dos tabus, em pesquisas realizadas no início dos anos 2000, na Europa, 80% das pessoas teve apenas um parceiro ao longo dos últimos doze meses (LIPOVETSKY, 2006, p. 244).

Entra em cena outro conceito que é relevante para a compreensão das relações conjugais e também das relações familiares de forma geral: a intimidade. Desta forma, ao final do século XX, estão desenhadas as principais características e valores do “casal contemporâneo”: intimidade, autenticidade, afinidade, confiança, sexualidade plena exclusiva, amor exclusivo, satisfação pessoal, realização de fantasias amorosas, projetos comuns. Cada vez mais o casamento e/ou a relação amorosa é depositária de expectativas de felicidade. (FUKS, 2008; GIDDENS, 1993). Ainda é o sonho, segundo Fuks (2008), o elemento fundamental que inaugura a possibilidade de ser um casal.

E, para Gilles Lipovetsky (2006; p. 147), ao contrário do que se poderia pensar em uma sociedade marcada pelo hiperconsumo, tanto no casal como na família:

[...] o amor como valor, longe de declinar, continua a ser posto num pedestal. Nos filmes, nas canções, nos romances, na imprensa, por toda a parte o amor se apresenta como um ideal superior, a quintessência da vida, a imagem mais emblemática da felicidade. Dessentimentalização do mundo? Jamais o casal foi tão baseado no sentimento, jamais a ideia de “bom casamento” excluiu tanto o casamento de interesse. E, o que há de mais imperativo para nós que a afeição parental?

Todos os dramas íntimos e públicos, o sofrimento intenso após as rupturas das relações amorosas e das famílias e os sentimentos de fracasso e inadequação, revelam que o desejo de estar vivendo um amor e construir uma família baseada nele ainda não foi substituído por nada. Segundo Lipovetsky (2006, p. 295): “O ‘modelo fusional’ do amor está esgotado, não o ideal amoroso”.

Segundo Fuks (2007, 2008), as formas possíveis de relação de casal atual constituem-se em construções nas quais se conjugam o exercício da tolerância e o voluntarismo por uma parte e a aprendizagem do diálogo e dos pequenos prazeres cotidianos por outra. Segundo o autor, as novas formas de relação, de maneira geral, implicam no desenvolvimento de habilidades comunicacionais que não eram exigidas em outras formas de relação mais hierárquicas e autoritárias.

4.5 Intimidade: uma nova relação entre o público e o privado

A aceitação da intimidade como valor e aspiração nas relações é relativamente recente. Segundo Giddens (1993), a “construção da intimidade” é um dos núcleos mais relevantes entre os que organizam e caracterizam a identidade relacional amorosa. A experiência de intimidade não é algo específico do relacionamento de casal, já que é possível viver a intimidade no marco de uma amizade ou de relações familiares; “o que singulariza o tipo de intimidade que o casal constrói é a dimensão passional: o desejo sexual e o erotismo” (FUKS, 2007, p. 25).

Com o incremento dos discursos e práticas discursivas que valorizam o indivíduo e sua interiorização (SAMPSON, 1993), há uma mudança nas relações entre os espaços públicos e privados. Cada vez mais o espaço privado ganha valor e a fronteira entre o que é público e privado se move. Em algumas situações criam-se fronteiras nítidas onde não havia, enquanto em outras, elas se tornam mais fluidas. O indivíduo é instado a encontrar o sentido do mundo a partir de si próprio. Sem auxílio das tradições, das normas sociais, volta-se para a elaboração cada vez mais refinada de sua própria individualidade, fecha-se em sua particularidade, considerando liberdade a possibilidade de cultivar seus interesses privados. Esse fechamento do indivíduo em si esvazia o espaço público e faz emergir a ideia da intimidade, tanto consigo mesmo, como com o outro, próximo, significativo. A suposição de que o homem é, em sua constituição mais íntima, o centro e o fundamento de um mundo, cria o cultivo e respeito à sua interioridade por meio da proteção de sua privacidade e institui uma nítida separação entre as esferas públicas e privadas da vida (MANCEBO, 2004). Para autores como Bauman, esse esvaziamento do espaço público diminui as possibilidades de desenvolvimento de sociabilidades, de desenvolvimento de algumas potencialidades humanas, só alcançadas a partir da convivência com os iguais/diferentes, com a troca e a relativização que a heterogeneidade propicia. Além disso, a violência nos grandes centros urbanos é mais um ingrediente na desvalorização do espaço público em prol de um espaço privado, protegido, recolhido e íntimo. O espaço público passa a ser perigoso e os indivíduos necessitam de proteção e vigilância constante para permanecerem nele, corroborando a ideia de Sampson (1993) de que o “outro”

torna-se uma ameaça. Tais transformações legitimam novas formas de falar da vida, das expectativas em relação a ela. Na esteira destas novas concepções da vida e da pessoa, se anuncia uma valorização da intimidade e, concomitantemente, uma transformação de categorias, antes consideradas políticas em psicológicas, uma psicologização da vida e do indivíduo (BAUMAN, 2004; BAUMAN, 2007a; SENNET, 2006; MANCEBO, 2004).

Para Sennet (1995), a valorização do espaço e da experiência da intimidade é resultado de transformações das concepções do que é público e do que é privado. A intimidade traz em si a expectativa de que o outro pode ser desvendável e que uma verdadeira relação depende desse conhecimento do que é mais interior e privado. O desvendamento de si mesmo, o autoconhecimento, é uma busca incessante. O valor da autenticidade é equiparado ao da autonomia e se alimentam. Quanto mais autônomo um sujeito se deseja, mais próximo ele deve estar de seus verdadeiros desejos e necessidades. A autenticidade é uma afirmação de autonomia. O desafio da intimidade é que ela não se confunda com dependência. Assim, como diz Giddens (1993, p. 106), a intimidade “não significa ser absorvido pelo outro, mas conhecer suas características e tornar disponíveis as suas próprias”. A abertura para o outro implica em clareza dos limites pessoais. O autor se refere basicamente às relações mais íntimas e afetivas. No entanto, em todos os âmbitos relacionais, mais próximos ou mais amplos, complexos desafios se apresentam.

Pode-se, por exemplo, observar zonas onde aparece, contrariamente, uma fluidez entre as esferas públicas e privadas, fazendo-se política a partir de sentimentos e, como forma de exercitar a autenticidade, falar sobre tudo, em qualquer lugar (SZAPIRO, 2005). Especialmente nos espaços públicos, desvendar a intimidade não é um ato sob controle da vontade individual. Embora cada indivíduo possa cuidar de com quem gostaria de compartilhar essa intimidade, algo de secreto sempre pode ser descoberto apesar de máscaras e disfarces. (SZAPIRO, 2005; SENNET, 1995). Assim, enquanto a intimidade se valoriza, ela também se torna pública, engendrando um paradoxo. O processo de desregulamentação social produziu outra desregulamentação, agora no próprio sujeito. A privatização da vida pública e a publicização da vida privada são próprias à condição deste sujeito (SZAPIRO, 2005). Um exemplo disso é o fenômeno atual das redes sociais, como Facebook ou Twitter, em que pessoas compartilham sentimentos e o que acontece em suas vidas com riqueza de detalhes, imagens e com direito a comentários e

“curtidas”, além da possibilidade de ser “seguido”, tanto por amigos, como por interessados em saber a cada momento o que se passa na vida alheia. Por outro lado, nas famílias, a chegada maciça das tecnologias da informação e comunicação afasta pessoas que moram na mesma casa, enquanto permite a sustentação de vínculos e da intimidade entre membros da família que moram em partes distintas do mundo, em um fenômeno intitulado “virtualização da intimidade” (BACIGALUPE, 2011; 2012). Portanto, as definições de intimidade que incluem contato físico, face a face, sem intermediação, são substituídos por outros onde se pode, mesmo à distância, alcançar algo muito similar.

As instituições se enfraquecem, assim como as tradições, o discurso de valorização da privacidade é encarnado, inclusive na forma de morar em casal ou família. As casas necessitam dos espaços de convivência, tanto como dos espaços para que cada membro da família possa cultivar a intimidade consigo mesmo. No entanto, nunca se discutiu publicamente tanto sobre as relações íntimas e as agruras de ser humano como hoje. A luta pelos direitos humanos e individuais também cresce, assim como crescem as controvérsias sobre até onde vai o direito de um indivíduo e onde começa o do outro, quando eles podem se contradizer. E, se vivemos a valorização extrema da primazia da privacidade e da singularidade, a vida privada é cada vez mais regulamentada pelo poder público com leis e projetos de lei que incidem diretamente sobre afetos, intimidade e convivência entre as pessoas.

5 SEPARAÇÕES E DIVÓRCIOS: DESAFIO CONTEMPORÂNEO

O aumento das taxas de divórcio em todo o mundo ocidental, especialmente a partir da década de 60 do século XX, é expressão das transformações do casamento e da família conjugal moderna e desafia a legitimidade da aceitação de um modelo exclusivo de família (BAUMAN, 2003; FUKS, 2006; OUVRY-VIALL, 1989; PHILIPS, 1991; SINGLY, 2007; VAITSMAN, 1994). A fragmentação das relações e a primazia do indivíduo como organizador da vida social incorporaram-se à visão de mundo refletindo-se de forma intensa em todas as relações. A partir de tais mudanças perde-se parte da previsibilidade e linearidade nas trajetórias individuais, conjugais e familiares. Diminui a convicção de que duas e somente duas pessoas sejam feitas uma para outra. Os discursos atuais sobre o casamento e a vida a dois são baseados em noções como afinidade e amor e na construção de uma intimidade muito além da sexualidade. No entanto, mudanças nas relações de gênero em direção a uma maior igualdade, e os novos limites da individualidade incrementam nos casamentos contemporâneos o conflito entre o individual e o coletivo, entre o eu e o nós, colaborando para o aumento das separações conjugais.

No Brasil, segundo as estatísticas do Registro Civil de 2010 (IBGE, 2010b), as taxas de divórcio continuam aumentando na maior parte dos estados brasileiros, sendo que na região Sudeste registra-se a maior taxa de divórcios e separações judiciais. A maioria dos divórcios e separações é consensual. Preocupa, porém, a tendência de crescimento das separações não consensuais e decréscimo das consensuais, observada na análise das estatísticas do IBGE, desde o ano de 2002. O percentual de separações consensuais declinou de 79,1%, em 2002, para 76%, em 2006 (IBGE, 2008) e para 71,7% em 2008 (IBGE, 2010a) e para 71% em 2010 (IBGE, 2010b). No caso das separações não consensuais 70,5% foram requeridas pelas mulheres.

Para além das estatísticas, é grande a quantidade de casais que se une e separa informalmente, usando a intermediação da lei para a resolução de assuntos relativos aos filhos em comum, como processos de pensão de alimentos, guarda e visitação. Desta forma podemos pensar que junto ao crescimento do número de divórcios e separações, tem ocorrido um aumento dos conflitos relativos, especialmente à convivência entre pais e filhos e à administração econômica da

família. Podemos supor que, ao mesmo tempo em que a desburocratização do processo do divórcio e o acesso mais fácil a ele contribuem para esse aumento, os discursos mais ligados ao campo das disputas judiciais também se tornam mais presentes na sociedade, aumentando a busca por esse tipo de recurso e, de certa forma, naturalizando o divórcio como um campo de conflitos. O divórcio também é responsável por novas organizações familiares e por novas formas de parentalidade, como veremos no capítulo a seguir.

5.1 Um breve panorama

Segundo Philips (1991), a história do divórcio não pode ser entendida separadamente da história do casamento e de modificações políticas e econômicas na sociedade. A ampla possibilidade do divórcio e o aumento estrondoso de suas taxas, a partir da segunda metade do século XX, trouxeram mudanças para a família contemporânea que afetaram profundamente sua organização. Tais transformações, são consoantes com mudanças sociais de impacto geral na sociedade, como visto em capítulo anterior. Para alguns autores (FUKE, 2008; PHILIPS, 1991; PEIXOTO, 2007; SINGLY, 2000; TORRES, 1999), o declínio das tradições e moralidade tradicionais, das religiões, o crescimento do ideário individualista e mais igualitário, os efeitos do movimento feminista, a entrada em massa da mulher, especialmente a casada, no mercado de trabalho, a pílula anticoncepcional e o aumento de expectativas em relação ao casamento, são alguns dos muitos fatores que incidiram diretamente na possibilidade de aumento das taxas de separação conjugal.

O divórcio tem sido, há muito tempo, objeto de estudo em disciplinas que vão desde a psiquiatria até o direito, passando pela sociologia, gerando vários discursos distintos sobre ele. A palavra divórcio refere-se a um processo legal, onde o casal dissolve o vínculo do casamento, com todos os deveres e direitos que lhe são associados e adquire o direito a outro casamento. No entanto, as palavras divórcio e separação conjugal também se referem à dissolução de um vínculo social e afetivo. Atualmente, desde o reconhecimento das uniões estáveis e de sua equiparação em, termos de direitos, ao casamento, a formação e dissolução de um casal se dão também por outros processos que não os do casamento e divórcio. Na sociedade

contemporânea não existe uma única forma de se tornar um casal, nem de deixar de sê-lo. Segundo Lambert (2009), antigamente o casamento era praticamente a única forma de se viver em casal. Atualmente a maior proporção de casais que optam pela união estável ou pela coabitação sem formalidade alguma aumentou, o que leva também a novas formas de separação. Segundo a autora, hoje em dia surgem formas intermediárias entre o estar casado e não casado, entre estar solteiro e vivendo em casal, que abrem um novo campo de pesquisas sobre vida em casal e separações. Casais hoje podem não ser legalmente casados e coabitarem, ou ao contrário, terem o vínculo formal do casamento e não morarem juntos, por exemplo. Podem considerar-se casados e morarem em cidades ou mesmo países diferentes. Se as pessoas se denominam casados, namorados, companheiros, ou de outra forma qualquer, depende muito mais de um acordo entre elas. Como e o que compartilham também é particular de cada relação. Assim, se pode casar e, conseqüentemente separar, de diversas maneiras.

As estatísticas estão, geralmente, condicionadas aos processos formalizados, porém, ficam de fora delas as separações informais de casamentos não legalizados, mas que seguem caminhos parecidos com os divórcios e, muitas vezes, em algum momento, têm desdobramentos legais semelhantes, especialmente no que diz respeito aos filhos. Leis referentes à guarda, à visitação e à pensão alimentícia atendem a qualquer situação em que haja filhos, independente de haver vínculo legal de casamento, união estável ou não.

Assim, atualmente, existe uma variedade de situações que denominamos, de forma geral, de separações que englobam famílias constituídas de formas diferentes. Philips (1991), em sua história do divórcio, adverte que mesmo nos países onde não existe o divórcio, ou antes que ele fosse possível legalmente, os casais encontravam outras maneiras de romper a sociedade conjugal. Chama a atenção para o fato de que nos discursos sobre o casamento, o fracasso matrimonial sempre existiu e cada sociedade, em seu tempo, encontrou formas legais ou clandestinas de terminar casamentos e começar outros. De acordo com Philips (1991), a possibilidade do divórcio em uma sociedade está sempre ligada a fatores econômicos, sociais, ideológicos e morais. Assim, ao longo da história, alguns países da Europa, onde se localiza a maior parte de sua análise, passaram por períodos em que havia leis aprovando o divórcio, alternados com outros em que o divórcio voltava a ser proibido. Maior exemplo disso é a França que, à época da

Revolução, no século XVIII, tornou o divórcio um processo praticamente pessoal, com quase nenhuma interferência do Estado, enquanto algum tempo depois, com a subida de Napoleão ao poder, as leis se tornaram extremamente restritivas. Com isso, o autor chama a atenção para o risco de se considerar a situação atual do divórcio como prerrogativa de nossa época ou como uma progressão linear de uma situação menos liberal para outra com mais liberdade. Afirmar também que, as épocas e sociedades onde o aumento das taxas de divórcio teve maior aceleração, correspondem a momentos onde as liberdades e direitos individuais eram mais valorizados socialmente. Assim Philips também faz parte do grupo de autores que afirma que, em nossa sociedade complexa e pós-moderna, o individualismo como centro dos valores e da organização social, tem peso determinante para a ocorrência do divórcio e para outras tantas mudanças nas relações e estilos de vida que estão ligados a ele (PHILIPS, 1991). Segundo Singly (2000, 2007), o foco maior no indivíduo do que no nós ou na família autoriza mais facilmente a percepção de uma insatisfação conjugal de um lado, e a transformação desta em divórcio de outro. Juntamente com isso, o divórcio foi se tornando mais possível à medida que houve redução nas restrições legais que existiam na maioria dos países ocidentais.

Assim, na década de 70 do século XX, observam-se mudanças na legislação de vários países em direção a uma facilitação do divórcio, da admissão do divórcio por mútuo consentimento e da regulamentação dos processos derivados das separações conjugais. O divórcio por mútuo consentimento simplifica os procedimentos e cria numerosos caminhos para se chegar à separação. A possibilidade de pedir o divórcio sem justificativas, por livre escolha dos cônjuges, tem tido um impacto análogo, ou ao menos comparável historicamente, ao advento do casamento por livre escolha (PHILIPS, 1991).

Para alguns autores (SOUZA E RAMIRES 2006; JABLONSKI, 1998; VAITSMAN, 1994; TORRES, 1999; WHITEHEAD, 1997 entre outros), os anos 60 e 70 do século XX foram as décadas em que a relação entre divórcio e casamento se modificou, havendo um aumento do número de divórcios sem precedentes. E, mesmo com uma redução do ritmo de crescimento, as taxas de divórcio continuam crescendo no mundo ocidental (PHILIPS, 1991). Segundo Lambert (2009), há uma mudança fundamental nos lugares que o casamento e o divórcio ocupam na trajetória conjugal e pessoal. Até os anos 1960, o casamento era visto como o normal e o divórcio ora como um fracasso individual, ora como problema social.

Atualmente, contudo, as pessoas incluem a possibilidade de futura separação em seu universo cognitivo. Já na década de 70, alguns autores americanos na área da terapia de família americana incluem o divórcio como uma possível fase do ciclo de vida familiar (KASLOW; SCHWARTZ, 1995; MCGOLDRICK; CARTER, 2001).

Para alguns autores, de uma cultura do casamento começa a emergir uma “cultura do divórcio” (WHITEHEAD, 1997). Isso significa que o divórcio passa a fazer parte da vida social, organizando cada vez mais a convivência familiar e social, tanto quanto o casamento. Na “cultura do divórcio”, os cônjuges percebem o casamento como contingente e opcional, acreditam na igualdade de gênero e retratam o divórcio como uma saída para a insatisfação conjugal e realização pessoal (SOUZA; RAMIRES, 2006; WHITEHEAD, 1997). Socialmente, a cultura do divórcio não é dominante, mas afirma-se cada vez mais em alguns setores da sociedade. Surgem discursos e práticas ligadas ao divórcio que o admitem como parte do percurso de uma relação e da vida de indivíduos e famílias e não como um desvio.

A descrição da cultura do divórcio elaborada por Whitehead (1997), especialmente sobre a sociedade americana, pretende-se crítica em relação à banalização do divórcio. No entanto, ela diz saber que não será possível reverter as taxas de divórcio e que cada vez mais as pessoas irão conviver de perto com separações conjugais como parte da vida. Portanto, refletir sobre seus efeitos e desdobramentos faz-se extremamente necessário. Especialmente em relação aos filhos do divórcio e, de forma geral, sobre que organizações familiares favorecem mais às crianças em relação aos cuidados necessários para seu desenvolvimento.

No Brasil, em 1942, foi introduzido no Código Civil o artigo 315, que estabeleceu a separação sem dissolução do vínculo matrimonial, ou seja, o desquite. A primeira autorização legal para que, ainda que sem a dissolução do vínculo do casamento, a coabitação e outras obrigações conjugais pudessem ser extintas. No mesmo ano foi regulamentada a anulação do casamento civil (NOVAIS, 1997; PRIORE, 2006). O preconceito era grande, especialmente contra as mulheres separadas. Sua conduta ficava sob a mira da sociedade e a principal ameaça era a perda da guarda dos filhos. As suspeitas de conduta imoral das mulheres desquitadas eram comuns. Quanto aos filhos das uniões desfeitas, a impossibilidade de matrícula em escolas católicas e as proibições de relacionamento entre filhos de pais casados e separados eram algumas das dificuldades que se apresentavam. Também os homens que já haviam sido casados, não eram vistos como “bons

partidos” para moças solteiras (PRIORE, 2006). Muitas pessoas, naquela época, enfrentaram uma série de obstáculos e rompimentos em relações familiares e sociais para poderem sair de casamentos fracassados ou refazer a vida em outras relações. Nesta época, a separação em um casamento era vista como um recurso a ser evitado a todo custo, mas já possível.

Naquele período, as posições antivorcistas eram majoritárias. Mesmo assim, afirma Priore (2006), a proporção de separações cresceu nos censos demográficos entre as décadas de 40 e 60. Na classe média urbana também se tornou mais comum que cônjuges separados, constituíssem outras relações de conjugalidade mediante contratos informais ou uniões regularizadas no exterior. Tanto o divórcio como o casamento seguiam a trilha em direção à satisfação e à realização pessoal.

A lei que instituiu o divórcio no Brasil foi sancionada em 26 de dezembro de 1977, após pelo menos 26 anos de debates políticos e sociais, desde a primeira apresentação do projeto de lei do Senador, então deputado, Nelson Carneiro. A oposição veemente da igreja católica baseava-se na premissa da indissolubilidade do matrimônio aos olhos da religião e era fortalecida pela Constituição Federal que, embora laica, mantinha a ideia do casamento indissolúvel e da família como constituída apenas pelo casamento (ARCHANJO, 2006). A lei instituía a dissolução da sociedade matrimonial e permitia novos casamentos legais.

Após a aprovação da lei do divórcio, inúmeros casais que viviam juntos, sem a possibilidade de legalizar sua união e sua separação de cônjuges anteriores puderam fazê-lo, o que ocasionou um grande número de divórcios e recasamentos. A lei brasileira já trazia a ideia de um divórcio por consenso e sem necessidade de atribuir culpa a nenhum dos cônjuges. Se bem a aprovação da lei deveu-se à abertura social para tratar do tema, ela não pode ser atribuída a uma onda progressista em relação a comportamentos e vida familiar. Toda a argumentação em defesa da aprovação da lei se dava como forma de proteger famílias inteiras, especialmente filhos e mulheres que não podiam ter um “status” digno socialmente, devido a viverem em concubinato ou a serem considerados filhos ilegítimos (ARCHANJO, 2006). O divórcio era visto como uma estratégia para manter o formato da família tradicional funcionando. Ele foi pensado como uma maneira de inclusão das pessoas na mesma forma anterior, um retorno possível à normalidade

de pessoas que, por terem refeito relações afetivas e conjugais, viviam à margem da lei e quiçá da sociedade. Segundo Archanjo,(2006, p.4):

Os divorcistas também entendiam a família como célula fundamental da sociedade e buscavam protegê-la e mantê-la a partir do re-casamento, com a legalização das uniões concubinárias e a legitimação das organizações familiares reconstituídas.

Apesar disso, a aprovação da lei foi um auxílio enorme para as tentativas de superação de preconceitos muito arraigados contra filhos e mulheres que haviam vivido separações em suas famílias. Mesmo com seu caráter conservador, a permissão para o divórcio e novos casamentos trouxe benefícios e iniciou uma mudança de mentalidade na sociedade brasileira. Tanto porque ela revelava e, de certa forma, regulamentava, um caminho já percorrido por muitas pessoas, como porque a partir da lei, a possibilidade de terminar um casamento tornava-se mais próxima, mais acessível. Ao longo dos 36 anos que se passaram desde a promulgação da lei do divórcio, a sociedade brasileira vem lidando de forma cada vez menos preconceituosa com as separações e os divórcios.

Nos últimos anos especialmente, as relações familiares vêm cada vez mais se tornando objeto da regulamentação pública através de leis e de procedimentos que, em tese, visam assegurar direitos e deveres dos membros da família. Na área do divórcio e conseqüente relação pais e filhos há leis recentes, por exemplo, sobre a instituição da guarda compartilhada (Lei 11698/2008) ou a controvertida lei da Alienação Parental (Lei 11318/2010). Concebidas em nome, geralmente, do bem estar e defesa dos direitos ou melhores interesses dos filhos, tais leis, por um lado, facilitam algumas situações, regulamentando e garantindo direitos, por outro, podem ser usadas como armas e alimentarem disputas. Tornam-se cada vez mais frequentes nos processos de guarda, por exemplo, as denúncias de abuso sexual, falsos ou não e as queixas de alienação parental (AMENDOLA, 2006; SOUSA, 2010). A criação das leis tornou “concretas” determinadas situações e instituiu uma forma de lidar com elas.

Outras leis visam agilizar o processo do divórcio, simplificá-lo e torná-lo mais acessível. A lei 11.441/2007 permite a separação e/ou divórcio consensuais por via administrativa, no caso de não estarem envolvidos filhos menores. A emenda constitucional 66/2010, conhecida como a Nova Lei do Divórcio, institui o divórcio

direto, extinguindo a separação judicial, etapa anterior e necessária até então para o processo do divórcio. Todas essas leis necessitariam de muito mais espaço para discussão com a participação tanto da classe política, como de profissionais que trabalham com o tema, operadores do direito, psicólogos, setores ligados à Igreja católica ou evangélica e associações da sociedade civil. Nota-se que nenhuma delas tem aprovação unânime de todos esses setores e nem mesmo da sociedade, de forma geral. O que se pode ver, tanto em publicações dirigidas a profissionais como na imprensa em geral, são opiniões divergentes, mais conservadoras ou progressistas, que defendem com a mesma veemência pontos de vista opostos. Pode-se ver que as separações conjugais e quaisquer temas que atinjam a família como instituição causam sempre muita polêmica e revelam as contradições e as diversas ideologias e moralidades correntes em nossa sociedade.

Em outros países observa-se o mesmo movimento em que o Estado admite modelos que não o da família nuclear e ao mesmo tempo tenta regulamentar e garantir direitos individuais na convivência familiar. Singly (2007), comentando sobre o papel do Estado na França, diz que este vem substituindo o papel do pai e protegendo as famílias das consequências da fragilidade dos laços conjugais. Às vezes, no caso do auxílio às mulheres chefes de família, substitui o marido. Tais famílias, maioria oriunda de divórcios, já contam com leis que as protegem e subsidiam em países como a França, Portugal e Alemanha (SINGLY, 2007). Já as leis que regulamentam a guarda conjunta ou compartilhada como preferencial já existem em Portugal, Espanha, Suécia e Itália, entre outros países (BRITO, 2008; BRITO, 2003; CADOLLE, 2006; SINGLY, 2007; TORRES, 1999).

Muitos países tem buscado desenvolver apoio aos pais após o divórcio. Este, segundo Lambert (2009, p.465), tem sido um dos únicos meios do Estado “combater os riscos na família”, ou seja, para o Estado, o divórcio tem sido visto primordialmente do ponto de vista da parentalidade e como uma situação de risco. Segundo Singly (2007), o Estado intervém para garantir os direitos individuais e, portanto, para garantir a completa individualização. Desta forma estará cumprindo uma das funções socializadoras da família que é produzir sujeitos individualizados.

Os primeiros estudos norte-americanos acerca da separação e seus efeitos remontam aos anos 1930. Como aponta Brito (1993, p.111):

[...] as pesquisas psicológicas evoluíram de uma concepção inicial de que a separação conjugal seria danosa ao desenvolvimento dos filhos para a constatação de que a separação matrimonial, mal resolvida pode trazer sérias disfunções ao comportamento de todos os membros da família.

Ou ainda como nos dizem Souza e Ramires (2006, p.22-23):

Na maioria dos estudos sobre o divórcio que foram realizados até os anos 1970, predominava uma visão do divórcio como um mal em si, em geral conduzindo a consequências nefastas na vida de todos os envolvidos, principalmente crianças e adolescentes. Tais estudos eram norteados [...] por um modelo de trauma ou déficit, o qual privilegiava uma perspectiva patológica do divórcio e suas consequências.

Segundo Kaslow e Schwartz (1995), uma pesquisa realizada em 1948 com mulheres divorciadas na área metropolitana de Detroit, revelava a grande reprovação social ao divórcio e o preconceito sofrido pelas mulheres e famílias em tal situação. Segundo as autoras, a atmosfera moral da época era tão restrita e condenatória que os parentes ou amigos não sentiam a obrigação ética de proporcionar apoio emocional ou financeiro aos divorciados. O preconceito era um dos preços a se pagar pelo divórcio. As autoras fazem ainda uma crítica a várias pesquisas feitas na época sobre divórcio vistas por elas como tendenciosas e pouco claras conceitualmente, levando a confirmar os julgamentos morais à época sobre o divórcio.

No Brasil, em 1978, é publicado um livro, traduzido de original americano, com prefácio do autor da lei do divórcio então recém-aprovada, Nelson Carneiro. Neste livro, publicado originalmente em 1974, as autoras iniciam dizendo:

Nas páginas que se seguem assumimos uma visão positiva do divórcio e, portanto distinta da de outros autores que afirmam ser o divórcio na melhor das hipóteses, uma infeliz necessidade que possui efeitos colaterais catastróficos para as famílias. Nossa vivência como participantes na sociedade americana e também como psicoterapeutas nos diz que o divórcio pode ser, e frequentemente é, uma experiência totalmente liberadora e positiva (GETTLEMAN; MARKOWITZ, 1978, p. 3).

O debate, então, para além da arena da pesquisa científica, assume ares de debate moral. Segundo Torres (1999, p.78), muitos trabalhos realizados sobre divórcio sofreram do chamado “envieçamento ideológico”, partindo de perspectivas normativas que tendiam a considerar o divórcio como um desvio. Outros ainda podiam considerá-lo como uma panaceia (GETTLEMAN; MARKOWITZ, 1978), como

resultado de patologias ou como uma experiência de liberdade e realização pessoal. Para Lambert (2009), a família sempre foi um assunto político e social, portanto, o divórcio tem sido capturado em considerações políticas e ideológicas. Para exemplificar seu ponto de vista, a autora vai mais longe na história citando os trabalhos de Durkheim contra o divórcio por mútuo consentimento, usando estatísticas que correlacionavam o número de suicídios ao de separações. Segundo ela, na mesma época surgem pesquisas que correlacionam a separação conjugal à delinquência juvenil. Tais pesquisas, desde o início do século XX até as décadas de 60, provavam que uma parcela significativa da população carcerária era fruto de lares desfeitos. Esse ‘fato científico’ influenciou profundamente as áreas da psicologia e criminologia, por exemplo. Porém, é na década de 60 que a psicologia entra em cena estudando o impacto psicoafetivo do divórcio, entendendo o divórcio como produto de fragilidades individuais. Segundo Fuks (2007), outro viés de pesquisa na mesma época se orientou para a busca de correlações entre as personalidades e a felicidade ou infelicidade da relação de casal. Porém, apesar desses esforços, não foram encontradas evidências que demonstrassem alguma relação causal entre “perfis de personalidade” e felicidade / infelicidade marital (FUKS, 2007).

Mesmo assim, tais ideias no cotidiano continuam gerando estigmas e preconceitos sobre as escolhas de parceiro e o sucesso da relação, corroborando o discurso individualista em que o indivíduo é responsável, sozinho, pelo sucesso ou fracasso de suas escolhas. Pode-se dizer que, em um nível social mais amplo, mais concreto, de ações e comportamentos, existe atualmente muito menos preconceito e estigmatização contra pessoas e famílias que vivem separações conjugais. No entanto, na clínica, no cotidiano, percebe-se que as ideias de fracasso e julgamentos morais e normativos em relação à família e à separação mantêm-se em certo nível, gerando vivências de transgressão e desvio da norma para as pessoas que passam pelo divórcio. Embora seja permitida, e cada vez mais comum, para a sociedade de forma geral, o senso comum ainda diz que a separação não é o que é esperado, ou que ninguém se casa para se separar.

Em relação aos filhos, a maioria dos estudos até a década de 70 enfatizava o impacto negativo da separação parental no desenvolvimento emocional e social das crianças. Apenas no final da década de 70 surgem pesquisas, especialmente no âmbito da sociologia, tanto americana como francesa, que adotam uma perspectiva

crítica e destacam a importância de fatores socioeconômicos e culturais na emergência de comportamentos antes associados apenas a 'famílias desfeitas', como a delinquência. Tais pesquisas denunciam a normatividade dos estudos na área do divórcio, especialmente na psicologia clínica (LAMBERT, 2009). Segundo a autora, o foco das pesquisas que abordam o impacto da separação parental nos filhos passa da "delinquência" para a "performance escolar". Ela afirma que a intensidade deste debate até hoje, reflete a representação persistente do divórcio como desvio da norma para o público mais amplo. Para Singly (2007) também, se a estigmatização social de certos modos de organização doméstica diminuiu no nível da legislação ou em alguns países nas políticas sobre a distribuição de renda, ela se mantém em outros canais menos formais.

Os trabalhos mais recentes sobre divórcio, iniciados após os anos 1980, tendem a assumir outra perspectiva considerando que, sob uma situação de crise como a separação, alguns indivíduos não só podem se sair bem e enfrentá-la positivamente, como podem superar-se, gerando mecanismos e atualizando potenciais que não seriam possíveis sem ela (WALLERSTEIN; KELLY, 1998; SOUZA, 2000). Assim, ao invés de se evitar o divórcio poderia haver a preocupação em realizá-lo de maneira a trazer menos danos. Surge o discurso do "bom divórcio" como ideal (AHRONS, 1994) que, entre outras coisas, busca não destruir a parentalidade junto com a extinção da conjugalidade, ou seja, busca o gerenciamento pacífico do conflito e a coparentalidade. Surge a ideia da família indissolúvel

. O casal pode ser desfeito, mas a família resiste a tudo, mesmo ao divórcio (SINGLY, 2007; THERY, 1998), corroborando a disjunção entre casal e família e propondo outros sentidos possíveis para o termo. O homem e a mulher devem ficar unidos para sempre enquanto pais e seguir modelos de cooperação proposto pelas leis e pela psicologia. A norma é a do divórcio sem conflito (SINGLY, 2007). Para alcançar esse ideal, psicólogos, advogados e juízes são personagens cada vez mais importantes no percurso de uma família pela separação ou divórcio.

Após aproximadamente 30 anos de divórcio sem culpa¹³ em países como os Estados Unidos e mais ou menos o mesmo tempo de divórcio no Brasil, algumas pesquisas já avaliam o impacto do divórcio, especialmente na vida dos filhos

¹³ *No fault divorce*, como é mencionado em língua inglesa.

(WALLERSTEIN E KELLY, 1998; BRITO, 2007). No Brasil alguns trabalhos também têm sido feitos sobre esse tema (BRITO, 2008; BRITO, 2007; RAPIZO, et al., 2009). Cada vez menos aparece nas pesquisas a ideia de desvio, atribuída anteriormente ao divórcio, emergindo uma perspectiva, como já dito anteriormente, mais ligada à crise e ao ciclo vital. No entanto, não há uma unanimidade sobre esse aspecto e autores que, em algum momento chegaram a resultados como esse, hoje reveem seus achados. Wallerstein, Lewis e Blakeslee (2002), relatando resultados de estudo longitudinal, realizado ao longo de 20 anos com filhos do divórcio, revêm algumas das considerações de seu trabalho anterior (WALLERSTEIN; KELLY, 1998). Dizem as autoras que chegaram “a um consenso de que os filhos criados em famílias divorciadas ou em segundos casamentos não são tão bem ajustados quanto adultos criados em famílias intactas” (WALLERSTEIN; LEWIS; BLAKESLEE, 2002, p. 348). Segundo as autoras, neste trabalho em que entrevistam filhos do divórcio já adultos, eles são afetados em sua capacidade de confiar, nas expectativas em relação aos relacionamentos íntimos e amorosos e em sua capacidade de lidar com mudanças. Mesmo que o conflito seja um agravante e que os filhos cujos pais construíram vidas felizes após o divórcio tenham tido menos dificuldade, a conclusão do estudo é de que o divórcio, via de regra, atrapalha o desenvolvimento das crianças e que isso estará presente em suas vidas adultas.

Apesar de apontar dados de considerável relevância em relação a alguns desdobramentos do divórcio, algumas conclusões desse estudo parecem estar na contramão de outras pesquisas contemporâneas que afirmam que, embora o divórcio seja um elemento de vulnerabilidade para as crianças, é difícil estabelecer uma relação nítida entre os resultados escolares, distúrbios de comportamento, ou vida amorosa posterior e a separação dos pais (CADOLLE, 2006). Para Singly (2007), existe uma crença corroborada por pesquisas de que filhos de pais separados podem ter mais problemas escolares ou de comportamento. Segundo o autor, se relacionamos simplesmente a separação com problemas dos filhos, sem atenção a outros desdobramentos do divórcio que podem estar colaborando para esse dado, corremos o risco de estigmatizar e alimentar tal crença. O perigo para Singly (2007) é que, ao confirmarmos uma visão simplista de filhos de pais separados como problemáticos, corremos o risco de produzir isso na medida em que o olhar contribui para produzir aquilo que ele deve ver. Um conjunto de crenças media a percepção de si e de outros, tornando-se fundamental na construção da

identidade social. Assim, os próprios filhos, seus pais e todo o entorno podem participar dessa construção. Com isso, ignoramos os fatores mais amplos como a falta de políticas públicas que levem em conta a separação conjugal e a impossibilidade de discussão mais ampla sobre o tema pela sociedade em geral. Alerta o autor que muitas dessas pesquisas, nos países europeus e nos Estados Unidos, são usadas pelos governos como subsídios para políticas em relação à família e ao divórcio.

Por outro lado, Lambert (2009) questiona a impossibilidade de pesquisadores franceses estudarem as causas do divórcio. A autora atribui isso a um possível receio dos pesquisadores de serem interpretados como resistentes ao divórcio ou de terem suas pesquisas consideradas como formas de buscar maneiras de evitar ou prevenir a separação conjugal, ou seja, um sinal de tradicionalismo. Lambert (2009) observa também que autores que propõem o individualismo como uma das causas do aumento das taxas de divórcio tendem a atribuir a dissolução da união a fatores mais ligados à intrínseca fragilidade do modelo conjugal, como por exemplo, as expectativas atuais de realização pessoal em relação ao casamento. Não estariam considerando fatores importantes como a ligação entre a condição socioeconômica e o divórcio, nem questões culturais que possam estar ligadas a uma maior ou menor possibilidade de separação como a religião, formas culturais ou familiares de administração de conflitos, entre outras. Pesquisadores americanos, que vêm de uma tradição mais analítica, enfatizam o conflito marital e possível divórcio em termos das dificuldades relacionais do casal, sendo a conversação entre os parceiros uma ferramenta essencial para a construção conjunta de identidades. As pesquisas americanas focalizam primariamente nas causas que levam à separação, enquanto na França as pesquisas dirigem-se mais à vida pós-divórcio (LAMBERT, 2009). Além disso, uma outra dificuldade para a pesquisa no tema, aponta a autora, é que o divórcio, para aqueles que passam por ele, é considerado um assunto privado, o que, muitas vezes, dificulta o acesso dos pesquisadores às pessoas que se separaram.

Esta pequena mostra da discussão em torno do tema nos revela como o debate na pesquisa permanece e tem a ver com a perspectiva do pesquisador e com seu contexto sócio histórico e cultural. Assim, é necessário manter presente que não temos pesquisas neutras. Elas fazem parte de contextos e sustentam e são sustentadas por valores distintos. Há vários níveis de análise possível, que nos

remetem à complexidade e à impossibilidade de encontrar uma única explicação para qualquer realidade humana. Não há um divórcio a ser analisado e descoberto como objeto, uma única história ou descrição que seja privilegiada, um ponto de vista mais verdadeiro para tecer uma narrativa. Há, melhor dizendo, muitas narrativas possíveis e igualmente legítimas. Por isso, pode-se dizer que divórcios são criados e, conseqüentemente, os pais e filhos que passaram por ele, através das narrativas que emergem das pesquisas e estudos sobre o tema.

De qualquer forma, o divórcio nunca foi tão disseminado socialmente como hoje. Mesmo nos países em que a taxa de divórcio se estabilizou, isto se deu em patamares altíssimos (PHILIPS, 1991). Alguns observadores dizem que o aumento na taxa de divórcio prenuncia o desaparecimento da família. Outros concebem o crescimento como a emergência de um novo padrão de relações em que homens e mulheres se casarão mais de uma vez em suas vidas e que conviverão com diversas formas de organização familiar. Alguns percebem o divórcio como uma ameaça à estabilidade social, enquanto outros acreditam que a estrutura da família ocidental pode se acomodar perfeitamente a ele (PHILIPS, 1991).

Convivemos, em nossa sociedade, com olhares mais pessimistas e apocalípticos e outros mais otimistas e que apostam na renovação de estruturas sociais já anacrônicas. Segundo Souza e Ramires:

De uma perspectiva pessimista, o divórcio pode significar uma erosão dos vínculos sociais e, sobretudo, uma crescente falta de comprometimento e individualismo. O divórcio é uma opção individual, enquanto o casamento representa um comprometimento que sustenta os relacionamentos familiares intergeracionais, especialmente, a parentalidade. De uma perspectiva otimista, por outro lado, o que se argumenta não é que as famílias estão se fragmentando, mas simplesmente se transformando e se adaptando às novas condições sociais e econômicas. Seria necessário assumir a diversidade familiar e remover obstáculos estruturais para o bem-estar de todas as famílias (SOUZA; RAMIRES, 2006, p.14).

5.2 A reorganização das famílias pós-divórcio: um olhar sobre o cotidiano

Quando acontece a separação do casal, os membros do núcleo familiar envolvidos perdem referências, redes, estruturas de apoio, posicionamentos sociais habituais, etc.. Todas essas formas de pertinência fazem parte da construção da

identidade, do sentido de “quem somos” no mundo. Assim, as alterações que se verificam nas relações, em decorrência da decisão de um casal se separar, são vitais e não envolvem apenas o casal e seus filhos, mas toda a rede de relações que, ao longo do tempo, cada membro do casal e o casal como uma unidade, construíram. Temos observado na clínica e na vida cotidiana que tal reformulação da identidade e das redes sociais muitas vezes é lenta e pode ser dificultada ou facilitada por inúmeros fatores como: a autoria da decisão da separação, a idade, o gênero, a ocupação, a pré-existência de uma rede de apoio anterior, o tipo de participação da família de origem, entre outros.

O divórcio implica em uma reorganização da vida em todos os seus âmbitos. Desde os mais práticos até os mais simbólicos. Afeta a vida doméstica, social, afetiva, sexual, parental, as relações com as famílias de origem, a vida profissional, etc. Tudo isso indica que o divórcio não pode ser entendido como um episódio na vida pessoal ou mesmo familiar de alguém, mas como um processo que envolve uma rede de relações e afetos, além de novas organizações pragmáticas cotidianas.

A reorganização da família pós-divórcio é um processo que desalinha e embaralha a convivência habitual e esperada entre homens, mulheres, pais e filhos. As áreas ou temas que mais se destacam nas discussões, conflitos ou tensões após o divórcio têm sido a convivência entre pais e filhos, através das questões de guarda, visitação, responsabilidades e decisões sobre os filhos e o dinheiro, seja relacionado à pensão, seja em relação à partilha de bens. Filhos e finanças são as áreas que continuam exigindo que o casal mantenha uma troca, uma relação quase cotidiana após a separação. Dependendo da idade dos filhos, da condição econômica da família, da forma como estava organizada a situação do casal enquanto casado, há diferentes necessidades e maneiras de organizar essas áreas e essa convivência pós-separação. Por outro lado, como esses são exatamente os vínculos que permanecem entre o ex-casal, muitas questões de outros aspectos da relação só encontram possibilidade de aparecerem direta, ou indiretamente, através desses temas. Assim, questões relativas à convivência entre pais e filhos podem sofrer mudanças significativas dependendo da presença de novos parceiros dos pais e acordos financeiros e partilhas podem ser afetados por desejos de indenização que são originados por outros temas da relação. Enfim, acordos financeiros e filhos são os cenários onde desembocam praticamente todas as outras questões da relação do casal. A reorganização da relação entre pais e filhos, dependendo da

idade destes é atravessada de formas diferentes por todas essas e outras questões, algumas já existentes durante o casamento.

Mesmo sendo cada vez mais comum, o grau de tensão e sofrimento envolvido no percurso de uma separação conjugal não pode ser subestimado. Além disso, a separação nem sempre reduz o conflito conjugal. Muitas vezes ele permanece ou mesmo recrudesce, reeditado nos embates sobre guarda, convivência entre pais e filhos, pensão e partilha de bens, tornando todos os membros do sistema familiar reféns crônicos de litígios intermináveis (VAINER, 1999). Mesmo considerando o divórcio sob uma perspectiva de crise e que, com um andamento menos conflituoso pode trazer crescimento e benefícios para as pessoas envolvidas (SOUZA; RAMIRES, 2006), como qualquer crise, ele envolve perdas, dificuldades, aprendizados e surpresas. Portanto, é um momento de vulnerabilidade que traz muitos sentimentos simultâneos e muitas situações que deixam de ser vividas como previsíveis, trazendo uma necessidade de reflexão e tomadas de decisões muito frequentes.

Atualmente, com as modificações nas relações de forma geral, os vínculos são muito mais voláteis, líquidos, diria Bauman (2001; 2003). Antigamente a ideia de permanência das relações orientava a resolução de diferenças e impasses, não só nos casamentos, mas de forma geral. Hoje não mais. O resultado disso é outra maneira de se posicionar e agir em relação aos conflitos “em que se prefere a ruptura à necessidade de continuidade” (HAROCHE, 2008, p. 141). Em busca de maior igualdade entre os membros do casal e da família, o aumento de conflitos, inevitável, é regulado pela intervenção do poder público que diminui através da intervenção, o poder de decisão e escolha do indivíduo. Segundo autores como Lipovetsky (2006) e Haroche (2008), há uma democratização do dissenso e uma tendência à ruptura das relações, dada a maior liberdade e igualdade entre as pessoas e os conflitos de direitos contraditórios entre elas, levando a uma intervenção maior do Estado em situações consideradas até então privadas e valorizadas como tal pela família e pelo casal. Isso cria um paradoxo em nossa sociedade que ao mesmo tempo valoriza sobremaneira a liberdade e os direitos individuais e cada vez mais convive com a regulamentação desses direitos através de leis e normas, limitando assim, a autonomia individual em inúmeros aspectos.

Algumas pesquisas têm tentado apreender a visão de homens e mulheres sobre o divórcio e as novas formas de conjugalidade (SOUZA; RAMIRES, 2006;

RAPIZO et al, 1998, 2001, 2009; BRITO, 2007, 2008). Um dos maiores desafios para as pessoas e famílias que passam pelo processo do divórcio é a separação entre a conjugalidade e a parentalidade. Ou, nas palavras de Brito (2008, p.38), lembrando expressão de Michele Perrot, como “desatar o nó conjugal, sem desmorronar o ninho”.

Outros efeitos do divórcio têm sido estudados tais como o empobrecimento das mulheres (CASTRO, 1999; SINGLY, 2000), que, em sua maioria, ficam com a guarda dos filhos; as dificuldades nas relações nos novos casamentos após um divórcio (SOARES, 2008); arranjos de moradia, de tarefas e de sustento, que podem envolver avós, por exemplo, mais do que em outras famílias (CARDOSO, 2010). Segundo alguns autores como Bauman (2007a; 2001), o divórcio também contribui para o aumento do número de pessoas que moram sozinhas e para a situação de solidão tão presente nas análises de pensadores contemporâneos sobre as dificuldades de relacionamento na pós-modernidade.

Ainda sem modelos definidos para papéis que até 30 ou 40 anos atrás eram fixos, as pessoas ensaiam e experimentam, mas em sua maioria ainda tentam arremedos e simulacros de uma família nuclear tradicional, e aí reside em muitas situações a maior dificuldade. Como as linhas de parentesco e autoridade não existem como antes, as relações estão todas sob negociação e necessitam do desenvolvimento de habilidades de convivência baseadas em princípios diferentes daqueles anteriormente garantidos pela tradição nas famílias.

A separação causa perdas emocionais e econômicas, mas ao mesmo tempo, impele os indivíduos a buscar novas formas de ampliar os próprios recursos, a fim de lidar com a nova situação. [...] O núcleo original da família dissolve-se como grupo de residência, mas perduram as relações familiares (VAITSMAN, 1994, p. 167).

O processo do divórcio não é linear. E, embora alguns autores tenham tentado estabelecer fases ou uma generalização para a evolução dos processos emocionais, sociais ou relacionais após as separações conjugais (KASLOW; SCHWARTZ, 1995), elas são complexas e plenas de miríades e surpresas que nenhuma teoria pode apreender por completo. Alguns padrões que podem ser descritos, tem a ver com regularidades culturais, contextuais. Porém, cada casal e cada família tem sua história particular, sua crônica cotidiana. Além disso, cada um vive e transforma de forma diferente sua história e pode ter histórias diferentes para

si mesmo em cada relação, em cada momento. A separação de um homem não é a mesma se ele a descreve como pai ou como marido. A história do filho não poderá ser traduzida nos termos da narrativa da mãe. Portanto, em uma família, ou em um recorte que fizermos de uma família teremos sempre várias histórias que criam e recriam fatos, que vivem e constroem divórcios únicos e vários, contraditórios, situados em tempo e espaço com interfaces individuais e relacionais. Às vezes um mosaico de histórias, que remete a um tecido feito a muitas mãos. Outras vezes, fragmentos desconexos de relatos que não encontram pontos de conexão.

6 O TRABALHO COM / EM GRUPOS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O trabalho com grupos não é uma novidade como recurso terapêutico, nem como recurso para a investigação e pesquisa. Há vários tipos de grupo reconhecidos na literatura e que variam de denominação. Há tradicionalmente no campo da Saúde, os grupos de apoio, os grupos operativos, psicoeducativos, de autoajuda, reflexão, etc., cada um demarcando seus objetivos, campo de atuação e referências técnicas e teóricas. Na realização de pesquisas encontramos com frequência os grupos focais e aqueles ligados a metodologias qualitativas. Nas organizações há práticas com grupos em diversos âmbitos, desde a seleção e recrutamento até os grupos destinados à melhoria da eficiência dos trabalhos em equipe. Denominados terapia ou não, há uma ênfase no trabalho tradicional com grupos na partilha de experiências, na possibilidade de experimentar a interação e convivência com o outro. Podemos ter grupos organizados em torno a um tema, como obesidade, em torno a um local que os participantes frequentam como os grupos de sala de espera, ou organizados por pertinência a algum contexto, como pais de alunos de uma escola. Podem ser abertos ou fechados, com temas fixos ou não (ZUMA; RAPIZO, 2003). Também há a tradição de trabalho com grupos nas organizações, empresas e escolas. Na psicologia, especialmente, grande parte da formação de profissionais como terapeuta é feita em grupos.

Muitos caminhos foram trilhados pelos profissionais que criaram e difundiram o trabalho com e em grupos. Das experiências iniciais até agora o grupo tem sido considerado um potente recurso de mudança social e individual. Na sociedade contemporânea os trabalhos com grupos têm se multiplicado, despontando novas abordagens com ampliação do alcance dos grupos além da reinvenção de formatos e das maneiras de se pensar a prática. Existe, no entanto, um consenso na literatura sobre grupos, que a mudança está ligada à possibilidade dos grupos de promover a interação colaborativa, a troca de experiências, o suporte e a criação de redes (BLEGER, 1998; CARDOSO, 2010; GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007; ZUMA; RAPIZO, 2003) além da possibilidade de “se ver através dos olhos de outros” (PAKMAN, 1995).

6.1 Algumas matrizes presentes no trabalho com grupos

As matrizes, como mencionado anteriormente, são contextos para o surgimento e transformação de ideias (HACKING, 1999). Ao longo do tempo surgiram diversos repertórios e práticas vinculadas ao trabalho com grupos. Continham visões diferentes, usavam metáforas distintas e estavam ligadas a contextos, tradições de pensamento e prática diversas. Algumas ideias, metáforas, imagens, estão presentes há muito tempo no campo de estudo e trabalho com grupos, outras surgiram, mais recentemente, ao longo da história. As ideias sobre o que é um grupo e o que é a prática com e em grupos circulam e interagem nos diversos campos profissionais onde esse tipo de trabalho está presente. Algumas se tornaram tradicionais nos discursos sobre o tema a ponto de naturalizarem-se.

Segundo Barros (BARROS, 2007), o vocábulo *groppo* ou *gruppo*, surgiu no século XVII e designava uma forma artística de retratar um conjunto de pessoas. No século XVIII, ele passa a se referir a uma reunião de pessoas. Os significados encontrados para a palavra remetem às ideias de laço, coesão e também à ideia de círculo. A autora aponta que o aparecimento de vocábulos não se dá aleatoriamente, mas em consonância com movimentos no contexto da época.

Se concordamos com o fato de que a emergência de vocábulos é efeito de movimentos sócio-políticos, interessa-nos marcar que um retrato de grupo era a expressão de um laço social tirado da vida pública tipicamente burguesa do século XVII, ou seja, é na articulação de um conjunto de práticas sociais, econômicas, políticas, culturais da época que certas formas de arte podem se produzir (BARROS, 2007, p. 78).

Ainda segundo a autora, aquele era o momento da Revolução Industrial, de revalorização do homem, de nuclearização da família, de reposicionamento das relações até então mediadas pela Igreja. Um momento em que o indivíduo como modo de subjetivação ganha força. É esse o momento em que se fala da liberdade individual, da igualdade e se incrementa o valor do espaço privado em detrimento do espaço público. Dessa forma, vai se “engendrando um campo propício aos pequenos agrupamentos” (BARROS, 2007, p. 78).

A partir daí emergem inúmeros discursos sobre o grupo que deixa de ser um mero agrupamento de pessoas, adquirindo vários sentidos. Para Barros (1996), por

exemplo, o grupo se torna uma “instituição” que é produzida por valores e condições sociais e passa a produzi-los também. Segundo a autora, podemos dizer que o grupo é uma instituição, “porque ele condensa fluxos de toda ordem, aglutina forças que travam lutas pela definição de um determinado domínio, por um determinado campo de saber-poder, pelo desenho de um território” (BARROS, 1996, p. 9).

Algumas ideias têm se mantido quase que definindo significados e imagens do que é um grupo. Como exemplo, podemos pensar no círculo. O círculo, que está no vocábulo em sua origem, se mantém nos trabalhos com grupos e mesmo em grupos informais. Em geral, é metáfora de uma organização igualitária em termos de poder ou um facilitador do encontro dos olhares entre as pessoas, indicando que aquele é um lugar onde se espera vinculação e relações de maior intimidade. Freire (1983; 2004), por exemplo, tinha no “círculo de cultura” um dos fundamentos do seu método de alfabetização. O círculo mobilizava “a força criadora do diálogo e o aclaramento de consciências”. Além do que, era uma forma de afirmar que aprender não era algo individual ou passivo. Para o autor o que o círculo produz são modos próprios e novos, solidários, coletivos, de pensar (FREIRE, 1983; 2004). O posicionamento em círculo acaba também por definir as fronteiras entre o grupo e o “mundo lá fora”. Quem pertence naquele momento e quem não. Como na linguagem popular: quem “entra na roda”.

Segundo Barros (2007), o grupo foi durante muito tempo, e ainda é, considerado um intermediário entre a sociedade e o indivíduo. No dualismo entre o indivíduo e a sociedade, característico da modernidade, um discurso possível sobre o grupo o concebia como uma das possíveis “soluções para o impasse” entre esses dois polos (BARROS, 2007, p. 83). Porém, em muitos momentos, o grupo se torna palco dos conflitos entre o indivíduo e o coletivo, ou entre os desejos do indivíduo e a “mentalidade do grupo” (BION, 1970).

É a partir do início do século XX que começam a ser conhecidos os primeiros trabalhos com pequenos grupos. Na medicina, saúde mental ou indústrias, o grupo começa a ser visto como um recurso para mudança de comportamento. Em hospitais e indústrias, especialmente nos períodos pós e entre guerras, surgem várias experiências que redundam em novas práticas e concepções sobre o trabalho com grupos, como o trabalho de Pratt com tuberculosos, de Bion com soldados e, posteriormente na Clínica Tavistock em Londres, entre outros (BARROS, 2007; BION, 1970; SAIDON, 1983). Desde seu início até hoje e independente da sua

origem, os trabalhos com pequenos grupos são considerados potentes para promover a mudança. Algumas vezes essa mudança é individual dentro do grupo. Outras vezes também envolve mudanças sociais. Por exemplo, alguns autores apontam os grupos desenvolvidos no campo da Gestalt, como promovendo a mudança individual com suporte do grupo (SAIDON, 1983), enquanto alguns ramos da Psicologia Comunitária apostam no grupo como catalisador de mudanças sociais (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

No campo da psicologia ou da psicossociologia nomes como o de Kurt Lewin (LEWIN, 1965; 1970) se destacam propondo teorias sobre o funcionamento grupal e técnicas que foram agrupadas sob o nome de “dinâmicas de grupo”. Ele os analisa em termos de espaço topológico e de sistema de forças, procurando captar a dinâmica que ocorre quando pessoas estabelecem uma interdependência seja em relação a uma tarefa proposta (sócio-grupo), seja em relação aos próprios membros em termos de atração, afeição etc. (psico-grupo). A metáfora do “campo de forças” é o ponto inicial para a compreensão da dinâmica da relação e interdependência entre os elementos do grupo. Outra ideia fundamental para sua teoria e prática é a de que o “todo é maior que suas partes e que os atributos do todo não podem ser entendidos a partir do estudo das partes isoladamente” (OSORIO, 2000; LEWIN, 1965). Essa afirmação é até hoje central na definição do que se entende por grupo para diversos autores (FERNANDEZ, 1989; SAIDON, 1983). Está presente na ideia que um grupo não é apenas um ajuntamento de pessoas, mas uma totalidade em si (BARROS, 2007). Segundo Fuks (2009), Lewin tentava abordar, desde o microssocial, os desafios que enfrentavam as democracias do pós-guerra.

Outro personagem importante na história de trabalho com grupos é Moreno, criador do psicodrama, uma psicoterapia em grupo que junta o teatro e a psicologia e que, mais tarde, propõe também o sociograma, esquema para compreender e acessar as relações de simpatia, antipatia e indiferença em um grupo social. Traz a noção de papel, originalmente do teatro, para o grupo. O papel que o indivíduo assume no grupo, dependendo do referencial discursivo ao qual a teoria se remete, pode ser equiparado a uma função dentro do próprio funcionamento do grupo, pode ser uma repetição de papéis vividos em sua história, pode ser uma expressão de algo que o grupo inteiro estaria pensando, etc. (MORENO, 1965).

No campo das organizações de trabalho, mais ou menos na mesma época, para fazer frente ao desgaste da força de trabalho e o desinteresse frente às

exigências cada vez maiores da industrialização, em pesquisa realizada nos Estados Unidos, chega-se à conclusão que o grupo de convivência na organização é um dos fatores que influencia o rendimento no trabalho (LANE, 2001). Dessa forma, surge o grupo como instrumento para a solução de conflitos e uma tecnologia que passa a ser utilizada em organizações, escolas, etc. Neste viés do trabalho com grupos, busca-se modificações de comportamentos inadequados do indivíduo. A função do grupo é definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos; é garantir a sua produtividade social (LANE, 2001; BARROS, 2007). Até hoje, muito do trabalho com grupos feito em organizações tem por meta manter a produtividade em alta, porém, incluindo o bem estar dos funcionários. Segundo Fuks (FUKS, 2009a, p. 69), “na história dos trabalhos com agrupamentos sociais (especialmente nas organizações e comunidades) aumentar a eficácia dos grupos era uma meta explícita e valorizada” e legitimava o lugar do coordenador de grupo.

Outro objetivo do trabalho em grupos nas organizações e comunidades é o desenvolvimento de lideranças que possam, ao mesmo tempo, refletir os anseios do grupo e levá-lo às melhores condições de produção. Isso implica, muitas vezes, em dedicar parte do trabalho à solução ou gerenciamento de conflitos. Dentro das organizações, ganhou grande relevância o aporte de grupos derivado do trabalho de Rogers e que é conhecido como “técnicas de potencial humano” (SAIDON, 1983). A abordagem de grupos de Rogers foi expandida da psicoterapia para a educação e para as empresas onde obteve muito sucesso e derivou na Abordagem Centrada na Pessoa (ROGERS, 1978).

Segundo alguns autores (BARROS, 2007; FUKS, 2009a; LANE, 2001) no momento do surgimento do campo de pensamento e prática com e sobre grupos, este conserva uma lógica dualista que opõe indivíduo e sociedade e concebe o social como externo ao individual, mantendo as dicotomias interno-externo, indivíduo-grupo. Nas organizações e na educação, o trabalho em grupos torna-se um método de resolução de problemas para um melhor funcionamento institucional, sem questionamentos ao sistema social mais amplo. Além disso, afirmam que, embora o trabalho seja em grupos, o foco ainda é primariamente o indivíduo, reproduzindo os valores individualistas de harmonia e manutenção (LANE, 2001).

Na década de 40 e no pós-guerra os trabalhos com grupo se multiplicaram para atender às demandas geradas pela destruição física, moral e psíquica. Nessa época, consolida-se o que se conhece por terapias ou psicoterapias de grupo a

partir dos trabalhos dos pioneiros no campo. Elas passam a ser consideradas um recurso eficaz para atender um número de pessoas que, em atendimentos individuais, não seria possível. A utilidade do trabalho com grupos estava ligada, desta maneira, à possibilidade de atender uma quantidade maior de pessoas. Essa ideia é uma marca de várias discussões e questionamentos dentro do tema (BARROS, 1996; RASERA; ROCHA, 2010).

As terapias em grupo no Brasil, em todas as suas formulações tiveram um grande sucesso a partir da década de 70, diminuindo sua presença social no final dos anos 80 e início de 1990. Barros (2007) comenta reportagem do Jornal do Brasil de 1992 que, entrevistando usuários e terapeutas de grupo, conclui que o aumento da demanda inicial pela terapia de grupo estaria relacionado com a época de repressão política em que o grupo oferecia um sentido de liberdade de reunião que, em outros contextos, era proibida. A terapia de grupo era algo de vanguarda, que implicava um posicionamento crítico. No entanto, os debates entre o que era mais efetivo – a terapia individual ou a de grupo – sempre ocorreram e uma das razões que a autora relata para a diminuição das psicoterapias de grupo na década de 1990, era a sensação de desrespeito às individualidades, a falta de sigilo no grupo e o pouco desenvolvimento teórico na área. Tal prática era vista pelos especialistas na reportagem citada pela autora, como ultrapassada e inadequada para as necessidades do momento, que seria de espaços mais individualizados. Na dicotomia indivíduo-grupo, as práticas tendiam ao primeiro polo.

Saidon (1983, p.183) relata, a partir de pesquisa, que o grupo era visto pelos entrevistados como para “pessoas de segunda categoria” atendidas por “analistas de segunda categoria”. Por esta via de pensamento, o grupo aparece como “subproduto”, um atendimento mais barato para uma população com menos recursos financeiros. Ou ainda, para ser usado em situações e nos serviços para onde se dirige essa população e onde se busca atender o maior número de pessoas em menos tempo, como por exemplo, o serviço público de saúde (BARROS, 2007). Rasera e Rocha (2010), também em pesquisa, relatam que o grupo é visto como uma resposta a uma exigência do sistema público, que não tem condições de oferecer atendimento individual a todos que procuram o serviço. Portanto, seu foco é uma prática voltada ao cuidado do indivíduo e não voltada aos grupos, organizações ou comunidades. Além disso, havia e ainda há a questão sobre se o atendimento em grupo realmente oferece a mesma “profundidade” do que um atendimento individual

e se, efetivamente, o fato de apenas compartilhar experiências é terapêutico. Apesar disso, proliferaram, a partir da década de 80 e 90, os grupos de auto-ajuda ou ajuda mútua que apostam na troca de experiências e no apoio do grupo, tradição iniciada com os Alcoólicos Anônimos em 1935, multiplicada e diversificada ao longo dos anos. Nesse tipo de grupo, um dos pontos centrais é o agrupamento das pessoas em torno de situações-problema semelhantes, promovendo uma identificação entre os membros do grupo (CAMPOS, 1997).

Guanaes (2006) também aponta para uma hierarquização entre as práticas em terapia de grupo em que algumas modalidades como os grupos de apoio - nos quais os participantes compartilham experiências, apresentam informações e dão conselhos - são consideradas menos efetivas do que outras, como os grupos de psicoterapia, ou que os grupos de curta duração são menos “profundos” que os de longa. Apesar dessa discussão, compartilhar experiências, poder falar de si, a catarse e a solidariedade grupal continuam sendo relatadas por muitos autores como as maiores virtudes dos grupos e são parte das justificativas para se realizar trabalhos dessa natureza (BARROS, 2007; BION, 1970; CAMPOS, 1997; GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007; SAIDON, 1983; ZUMA e RAPIZO, 2003; ZUMA, BERGALLO e OLIVEIRA, 2009; RAPIZO et al., 1998; RAPIZO et al., 2001).

A psicanálise aparece no trabalho com grupos primeiramente através de Bion (1970) que formula ideias sobre a terapia em grupo presentes, até hoje, em muitas práticas. Ele traz o conceito de inconsciente para o grupo e o valor da emoção vivida ou revivida no vínculo grupal, atualizando fantasias infantis. Ao longo do tempo, a psicanálise de grupo, como campo de estudos e prática, traz novos conceitos, como o “aparelho psíquico grupal” e “fantasia grupal”, equivalentes a esses conceitos no nível individual (BARROS, 2007; ANZIEU, 1993). Esse tipo de conceito equipara o grupo a uma unidade ou totalidade com características semelhantes a um indivíduo. Assim, o inconsciente pode ser grupal, tal como o desejo. Por isso, alguns autores pensam a psicanálise em grupo como uma psicanálise individual na presença de outros (BARROS, 2007). O grupo torna-se essencializado, unificado e com vida própria. É o grupo-indivíduo ou o indivíduo-grupo. Os psicanalistas de grupo muitas vezes referem-se e interpretam o grupo como um indivíduo, com frases que se iniciam com “o grupo falou/pensou...” (BARROS, 2007; YALOM; VINOGRAD, 1989). O grupo ideal é coeso, harmônico e sem conflitos (LANE, 2001). O terapeuta deve maximizar a coesão e minimizar os conflitos (YALOM; VINOGRAD, 1989). Mais

recentemente, nas décadas de 60 e 70 do século XX, a psicanálise francesa também buscou uma forma diferenciada de trabalhar com grupos, concebendo-os como espaço onde são vividas e projetadas as imagens mais arcaicas do inconsciente. O grupo é um espaço projetivo de ansiedades e defesas infantis (BAREMBLITT, 1986; BARROS, 2007).

O trabalho de Pichón-Riviére, muito influente na América do Sul, toma o grupo como um conjunto de pessoas articuladas em torno a uma tarefa. A tarefa pode ser o próprio bem estar das pessoas no grupo, ou a realização de algum objetivo concreto do grupo, ou da instituição onde ele está inserido. Para ele, o “grupo operativo” tem como objetivos a resolução das dificuldades internas dos sujeitos, que provém de ansiedades geradas pelo medo da perda do equilíbrio alcançado anteriormente e do ataque de uma situação nova (desconhecida), medos estes que criam uma resistência à mudança, dificultando os processos de comunicação e aprendizagem (PICHON-RIVIÉRE, 2005; LANE, 2001). Usando a psicanálise de base kleiniana, a microssociologia de Lewin, a teoria da comunicação e, mais adiante, o materialismo histórico, o grupo operativo foi uma das maiores influências no trabalho com grupos, terapêuticos ou não. Sua estrutura de funcionamento - pré-tarefa, tarefa, elaboração – faz parte do repertório do trabalho com grupos até hoje, de forma importante. O conceito de tarefa tanto é o “tema que estrutura o grupo, quanto é um dos momentos pelo qual atravessa o grupo no desenvolvimento do tema.” (BARROS, 2007, p. 105). Pichón-Riviére valoriza a dialética, as contradições que surgem e os conflitos que paralisam o grupo, mas que, se trabalhados, podem fazê-lo chegar ao final da sua tarefa. Portanto, não se trata de minimizar, mas de fazer emergir o conflito para poder trabalhá-lo pelo bom andamento da tarefa grupal. Pichón-Riviére busca uma diferenciação da visão americana e trata o grupo, não como um agrupamento de pessoas isoladas, mas como um processo (BARROS, 2007; PICHON-RIVIÉRE, 2005). O autor é considerado um dos iniciadores da escola argentina de psicoterapia de grupos, muito influente no Brasil na década de 70, principalmente pela presença de vários psicanalistas argentinos que migraram para o Brasil por motivos, em geral, políticos. Os grupos na escola argentina são marcados pela ideia de servirem de instrumento de mediação, de desideologização e de conscientização, assumindo uma posição politizada com a união da psicanálise e do materialismo histórico. Embora o grupo operativo tenha surgido ligado à psicoterapia, constituiu-se em uma referência que se disseminou pela área da

Educação e pelas organizações, tendo inúmeros desdobramentos (SAIDON, 1983; BAREMBLITT, 1986).

A psicanálise francesa contribuiu para o campo das matrizes, presentes até hoje em trabalhos grupais, com a perspectiva da análise institucional, a socioanálise e a pedagogia institucional. A análise ultrapassa a psiquiatria e psicologia e passa a ser vista como dimensão de toda experimentação social (BARROS, 2007). Um dos expoentes dessa linha, Guattari (1972), toma a ideia de processos como mais relevante do que indivíduos ou compostos de indivíduos. Aqui o grupo é a instituição como um todo. É a terapia do grupo, ou seja, da instituição. Tanto a escola argentina como a francesa, tão influentes por aqui, fizeram parte em seus países da resistência político cultural da ditadura e disseminaram, através de seus trabalhos, ideais mais democráticos. O trabalho traz em seu bojo o questionamento de valores e políticas, além da própria instituição e, em última instância, da própria prática da psicanálise.

Por essa mesma época, os trabalhos em grupo na área da Gestalt (PERLS, HEFFERLINE; GOODMAN, 1997; RIBEIRO, 1994) e da bioenergética, proposta por Reich (REICH, 1975) e desenvolvida por Lowen (LOWEN, 1982), eram sucesso em alguns nichos sociais mais alternativos. Eram grupos que traziam para a prática as vivências e os jogos não verbais, assim como os exercícios corporais. Valorizavam a expressão emocional e a catarse. O grupo era o suporte para a expressão. Traziam metáforas ligadas à totalidade e organismo como possibilidades de aproximação ao fenômeno grupal. A concepção do grupo como um organismo-todo tem, para Fernandez (1989), algumas consequências importantes. Uma seria a tendência a entender e relacionar-se com o grupo como com uma pessoa em que cada membro do grupo faz parte de uma estrutura (todo) e tem uma função: o líder é equiparado ao cérebro, por exemplo. O coordenador do grupo, ou terapeuta, compreende o que acontece conectando essas partes em uma imagem integrada. Outra consequência é tomar o indivíduo-parte como sintoma de algo que acontece no todo. Todo emergente grupal é função do todo. O foco da terapia é o indivíduo e o grupo funciona como apoio e contenção para seu processo terapêutico (SAIDON, 1983). Aqui de novo aparece com outras feições a ideia do grupo como totalidade, assim como a do grupo como um indivíduo. Uma totalidade orgânica.

Expandindo a atuação da psicologia para contextos não tradicionais à época e trazendo uma veia política e libertária, a partir do final dos anos 70 se desenvolve

no Brasil e na América Latina a Psicologia Comunitária. O contexto brasileiro caracterizava-se pelo progressivo desgaste do período ditatorial e pelo surgimento de diferentes movimentos sociais que lutavam pelo estabelecimento de valores e práticas democráticas (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009). O modo de atuação nas comunidades é primordialmente com grupos, não necessariamente terapias de grupo, mas outros tipos de trabalho que promovem a participação da comunidade na reivindicação de direitos e melhorias de vida, a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica. O grupo é um lugar de questionamento e empoderamento. É nessa época que surgem trabalhos de grupo que extrapolam a comunidade, mas que mantêm sua característica crítica, como o caso dos grupos de mulheres, nos contextos feministas dos anos 70 e 80. São práticas que apostam na partilha de experiências e na criação do vínculo entre os participantes. Os grupos de mulheres adotam uma base conceitual feminista, a partir da perspectiva de gênero, que implica no direcionamento das intervenções realizadas no grupo para o empoderamento e a conscientização das mulheres sobre o valor de sua voz (COSTA, 1984). Tais grupos passaram também a ser realizados em instituições e mesmo em consultórios privados.

Surge também a discussão entre psicoterapia de grupo e o grupo com efeitos terapêuticos, mesmo sem ser caracterizado como terapia, estrito senso (OSORIO, 2007). A resposta padrão para essa questão que implica, inclusive, em decidir qual profissional é habilitado para coordenar o grupo, tem sido que, mesmo não sendo uma terapia de grupo, o grupo acaba sendo terapêutico no sentido em que traz mudanças em direção a um maior bem estar de seus participantes. Atualmente tais grupos realizam-se de forma distintas, por profissionais de várias áreas e com diferentes objetivos. Assim, um grupo de gestantes pode ser realizado com uma metodologia corporal por terapeutas ou por enfermeiros, com objetivos mais educativos. Ou, pode ainda, ter em sua metodologia várias influências e desenvolver trabalhos próprios e originais. Os grupos de mulheres, já sem a marca do feminismo dos anos 70, continuam acontecendo com temas diversos nas comunidades, instituições (PEDROSA; BRIGAGÃO, 2009) e mesmo em espaços privados. Os grupos no viés de gênero atendem atualmente também aos homens (ZUMA; BERGALLO; OLIVEIRA, 2009). Os grupos de apoio ou suporte, na área da saúde em geral e da saúde mental, são grupos que apresentam fatores terapêuticos (YALOM; VINOGRAD, 1989), mas não têm como objetivo uma psicoterapia,

apostando na troca de experiências e suporte do grupo como principais objetivos (SANTOS et al., 2012; GUANAES; JAPUR, 2001). Pesquisas relatam melhora nos sintomas físicos dos participantes e melhor adesão aos respectivos tratamentos para suas doenças (RAFACHO; MORAES; TONDRÁ, 2007). Mais recentemente começam a aparecer na literatura a realização de grupos *online* como dispositivo terapêutico (DONNAMARIA; TERZIS, 2011).

Os grupos também adentram a área da pesquisa. Alguns autores atribuem ao próprio Lewin a criação da pesquisa-ação, que une a pesquisa com a intervenção, gerando conhecimento e mudança ao mesmo tempo (TRIPP, 2005). O pesquisador é parte do campo de pesquisa. Inaugura-se aí uma outra relação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa e também entre a teoria e a prática. A pesquisa-ação usada por Lewin, e mais tarde nomeando todo um campo de investigação participativa, é feita primordialmente com grupos que têm a investigação e a mudança social como objetivos interligados (ARGYRIS; PUTNAM; SMITH, 1985; FUKS, 2010). Neste sentido, o próprio grupo torna-se campo e objeto de investigação, ao mesmo tempo em que é instrumento de mudança. Outro método grupal muito utilizado é o grupo focal, em que se reúnem pessoas para discutir e avaliar um determinado tema que pode ser parte de uma pesquisa acadêmica ou uma pesquisa de opinião. O grupo-focal não se presta apenas a uma investigação distanciada, mas apoia-se na interação dos participantes para enriquecer seus objetivos e resultados (DIAS, 2000). O grupo focal também é usado em pesquisas na área de marketing e publicidade.

Esta breve contextualização do trabalho com grupos, a partir da literatura, tem como pretensão entender os repertórios, as metáforas e imagens que têm, ainda hoje, guiado as práticas nesse campo. Para os profissionais que trabalham com grupos na atualidade, essas são matrizes que fundaram o campo, algumas permanecendo, ainda que invisíveis, e, mesmo, naturalizadas. Produziram uma infinidade de práticas, desdobraram-se em outras, mesclaram-se de forma intensa e foram parâmetros para a construção de um campo teórico sobre o tema, balizando os critérios de formação dos profissionais que trabalham com grupos. No entanto, longe de esgotar o que se poderia dizer sobre os vários sentidos presentes nas descrições e avaliações sobre a prática com grupos, devemos lembrar que, como todas, essa é uma narrativa recortada e que não tem a preocupação de refletir uma

história fatural, nem linear. As ideias estão em um constante movimento, inesgotável e inenarrável em nossa linguagem linear.

Ainda que as práticas possam ter fontes semelhantes, e algumas referências estejam presentes em trabalhos distintos como na organização, na comunidade ou na clínica, em cada contexto e com cada objetivo o grupo adquire um sentido. Os diversos tipos de trabalho em grupos produzem sentidos variados e participam de práticas discursivas diversificadas. Não se trata de definir “o que é um grupo”, mas de percorrer algumas das ideias matrizes do campo, reconhecê-las como forma de não naturalizá-las e acompanhar suas mudanças e permanências nos discursos presentes na prática atual. Guanaes (2006, p.82) alerta para as descrições das práticas de grupo serem feitas mais “em função de seus aspectos universais do que da especificidade promovida pela variedade de relacionamentos e trocas conversacionais que nela ocorrem”. Assim, ao buscar explicar o funcionamento do grupo de forma essencialista e determinista, perdem-se de vista os recursos múltiplos que se originam das práticas e da diversidade entre elas (GUANAES, 2006). Da mesma forma, Rasesa e Rocha (2010) encontram em pesquisa que, mesmo quando o trabalho é realizado com grupos, as tradições individualistas ainda são dominantes nas práticas em saúde. Segundo Japur (2004, p.151) as críticas ao trabalho com grupos apontam que apesar das inúmeras diferenças entre modelos, eles ainda compartilham o ideário individualista, “reproduzindo em sua concepção o mesmo padrão de totalidade unitária e indivisa que constituiu as categorias de indivíduo e sociedade”.

No entanto, a continuação do trabalho trouxe novas matrizes para a conversa sobre grupos. A pós-modernidade e suas transformações sociais também marcaram presença nos discursos e práticas grupais. As reflexões construcionistas alimentam, em vários campos das práticas com grupos, novos movimentos. Tais reflexões implicam em descrições contextualizadas e situadas do trabalho.

6.2 Construcionismo e o trabalho com grupos: discurso, diálogo e conversações

Foi a partir da terapia sistêmica de família que o construcionismo ganhou destaque como perspectiva que poderia informar novas formas do fazer terapêutico. Gerado nas tradições da Psicologia Social, o movimento construcionista não se dirigia a pensar uma técnica ou uma teoria psicológica para os problemas que aparecem na clínica. Então, a aproximação do construcionismo ao contexto clínico se deu, inicialmente, pelo questionamento das verdades estabelecidas, por uma desnaturalização da prática. Guanaes (2006, p.55) afirma:

[...] outras questões ganham lugar de destaque, como: o que o uso de termos psicológicos gera em termos de possibilidades de vida e relação? Que práticas sociais os discursos sobre doença mental, déficit ou problemas sustentam? Que formas de relacionamento eles promovem? Que identidades pessoais são construídas dessas formas de descrição?

Segundo McNamee (2004), propor e adotar teorias e práticas têm menos a ver com alcançar as habilidades adequadas, e mais com adotar um determinado vocabulário para ação. Com isso ela afirma, como outros autores (FUKS, 2009a; GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007), que o construcionismo social não é um método em si, seja para terapia ou qualquer outra prática. Não dita técnicas ou métodos específicos. Está mais próximo de uma teoria prática (SHOTTER, 1993). Seria mais coerente dizer que o construcionismo informa nossas atividades, tanto ao nível das conversações teóricas, como no âmbito de nossas práticas profissionais e na vida cotidiana (MCNAMEE, 2004). Assim, o construcionismo inspira práticas e está mais próximo de uma filosofia (FUKS, 2009a) ou de uma postura (ANDERSON, 2007a).

Gergen e McNamee (1998) apontam que as práticas terapêuticas já vinham sendo questionadas em outros campos, por seu caráter construído, assim como pelas noções que as informam como *self*, personalidade, memória, afetos, etc. Tais questionamentos, vindos de áreas tão diferentes como o movimento feminista e a filosofia hermenêutica, incluíam no *setting* terapêutico um terapeuta não neutro e apontavam a necessidade de entender o campo das terapias como político e moral,

sustentando e sustentado por compromissos ideológicos (GERGEN; MCNAMEE, 1998). Em alguns campos da prática, como a terapia de família sistêmica e a psicologia comunitária, esses questionamentos tiveram um impacto importante. Nesta visão, o sistema que é visto em terapia é aquele que se forma através das conversações sobre um problema e não é previamente definido como uma unidade social específica. A terapia é vista como um recurso conversacional ou como uma prática discursiva. Seu foco está no processo de conversação e não sobre objetivos predeterminados e problemas que são definidos anteriormente ao encontro com o cliente. A terapia é uma forma de conversação específica orientada para a mudança que, da mesma forma que o problema, é coconstruída com o cliente.

As propostas terapêuticas que surgem embaladas pelas reflexões construcionistas favorecem, segundo Rasera e Japur (2007, p. 79), uma prática “mais democrática e comprometida com sua própria reinvenção”. Segundo os autores há um convite para uma atividade profissional na qual “novos valores possam ser promovidos, levando o campo a repensar seus limites e fundamentos em direção a uma prática em permanente transformação” (RASERA; JAPUR, 2007, p. 79).

Segundo McNamee (1996), os terapeutas traduziram de forma singular a indeterminação, a multiplicidade e relatividade de sentidos e os valores e formas de ação em suas práticas. Mais do que isso, expandiram a reflexão sobre a prática da psicoterapia, incluindo questões políticas e públicas, contextos organizacionais, transformando o próprio sentido da palavra terapia. Ela torna-se um recurso disponível para a exploração de possibilidades relacionais. Desta forma, muitos dos recursos utilizados nas terapias de cunho construcionista, sejam elas de família, casal ou individuais, passam a ser usados em outros contextos que, embora sejam terapêuticos no sentido amplo do termo, ou seja, transformativos, não são tradicionalmente chamados de terapia.

Para aqueles, como eu, que fazem parte da comunidade de terapeutas sistêmicos, o construcionismo permitiu uma revitalização do trabalho com grupos (ZUMA; RAPIZO, 2003). Os questionamentos trazidos pelos aportes construcionistas levavam à conclusão de que, se trabalhávamos com a conversação, com o diálogo, não estávamos presos a uma unidade social específica como a família. Poderíamos trabalhar com as conversações de diversos sistemas sociais ou, como afirmam Anderson e Goolishian (1988), com “sistemas determinados por problemas”. Além

disso, o construcionismo social traz uma ênfase na transformação social e considera a terapia como um espaço de prática social e política. Daí a importância da criação de redes sociais e a ocupação com temas ligados a preconceitos, minorias e a grupos com menos poder e menos voz no cenário social (ZUMA; RAPIZO, 2003).

6.2.1 O grupo como prática discursiva

Na perspectiva do construcionismo, os grupos são campos privilegiados para a explicitação de discursos dominantes na cultura sobre os temas que nele circulam, assim como por sua possibilidade de diversidade, produção, desfamiliarização, experimentação e construção de novos sentidos (RASERA; JAPUR, 2007; SPINK, 2004a). Dentro desta forma de pensar, o grupo deixa de ser entendido como uma essência para se referir a um campo de práticas utilizadas para gerar determinadas condições de produção de sentido. Da mesma forma, compreensões generalistas sobre grupo e tentativas de explicitar sua dinâmica e funcionamento são menos relevantes do que o entendimento das realidades locais e contextos específicos onde as conversações do grupo acontecem. Segundo Rasera e Japur (2007) e Guanaes (2006) o grupo pode ser considerado uma prática discursiva o que significa “entendê-lo como uma forma de criar realidades relacionais” (RASERA; JAPUR, 2007 p.93).

Significa entendê-lo como uma construção ativa de contexto, não de um contexto homogêneo identificado como um modo de funcionamento grupal, mas de um processo heterogêneo de construção permanente de formas de conversar (RASERA; JAPUR, 2007, p. 204).

Seguindo uma perspectiva de construção social da realidade, as questões e temas trazidos pelos participantes são entendidos como construídos na linguagem. São determinadas formas de descrição, associadas a um conjunto de valores e discursos sociais. (RASERA; JAPUR, 2007). A possibilidade de dar sentido está sempre delimitada pelas condições sócio históricas dos sistemas de significação. Não é possível significar sozinho e livremente. Estamos sempre inseridos numa tradição cultural, sustentada por determinados vocabulários e formas de viver. (RASERA; JAPUR, 2007). As convenções de um discurso são frequentemente

sedimentadas, restritivas e enlaçadas com as práticas sociais de formas apelativas (GERGEN, 1994).

A maneira como os indivíduos contam e recontam suas histórias, o que eles enfatizam e omitem, sua posição como protagonista ou vítima, a relação que as histórias estabelecem entre o contador e sua audiência são os meios pelos quais a identidade é construída. (GERGEN, 1994). As histórias pessoais não são meramente uma forma de contar a alguém ou a si mesmo sobre a vida, são constitutivas dela (GERGEN, 1994). As convenções discursivas a respeito de separações, divórcios, famílias, filhos, amor, e inúmeros outros temas correlatos têm uma interseção e uma recursividade com as possibilidades de construção de identidades. No trabalho com grupos, é possível, então, fazer uma articulação entre a história produzida pelo grupo a respeito do problema em comum enfrentado pelos participantes e a história pessoal de cada um deles, buscando, conforme as diferenças e semelhanças entre os relatos dos participantes, produzir questionamentos que explicitem as características das narrativas socialmente dominantes (RASERA; JAPUR, 2007).

6.2.2 O grupo como espaço dialógico e conversacional

Como já dito anteriormente, o construcionismo social adota uma visão dialógica do *self*, da realidade que construímos em conjunto e da própria vida. O diálogo e a conversação são metáforas que se tornam populares dentro das abordagens inspiradas por essa perspectiva. Apesar dessa crença, também é apontado por diversos autores que em nossa cultura ocidental, urbana especialmente, são alimentadas propostas de relação e visão de mundo monológicas (BAKHTIN, 1986; PEARCE, 2001; SHOTTER, 1993; SAMPSON, 1993). Seguindo nesta linha, Stewart e Zediker (2000, p. 224-226) propõem uma diferenciação entre duas formas de entender o diálogo. Como uma descrição de “um aspecto pervasivo e definidor da humanidade [...] notadamente o aspecto irreduzivelmente relacional ou interacional de toda construção de significado humana” ou, “como um ideal a ser alcançado ou um objetivo a ser atingido” como resultado de escolhas éticas, ou seja, apontam para o aspecto prescritivo do diálogo.

Uma conversação com diálogo é diferenciada pela indagação compartilhada, pela ação coordenada de continuamente *responder a* e *interagir com*, de trocar e discutir ideias, opiniões, vieses, memórias, observações, sentimentos, emoções etc. (SHOTTER, 1993) Para o autor, é um espaço no qual a pessoa pode se sentir livre para percorrer uma ampla variedade de possibilidades. Importa que as pessoas genuinamente conversem em resposta ou à situação imediata ou ao que alguém acabou de dizer (MCNAMEE; SHOTTER, 2004).

Esses aspectos ou maneiras de se referir ou pensar sobre o diálogo não são excludentes, e, em muitos autores, ambos estão presentes. Tais autores pensam de que forma podem promover e propor conversações que tenham formas dialógicas e facilitem mudanças em um mundo social que vive em permanente tensão entre o monológico e o dialógico (SAMPSON, 1993). Dessa forma, os diálogos são considerados cenários facilitadores de transformações sociais. Porém, diálogos não são fluidos e harmônicos, mas repletos de dilemas, tensões, bifurcações. Mais do que entendimento, lidamos com acordos de coordenação mútua construídos em *settings* prático-morais. Mais do que o consenso, o contexto dialógico busca encontrar caminhos que sustentem a multiplicidade, ou que criem futuros possíveis para se viver juntos. (MCNAMEE; SHOTTER, 2004; SHOTTER, 1993). O espaço dialógico é crítico para o desenvolvimento de um processo gerador que promova ideias e ações fluidas e mutáveis.

Autores construcionistas têm se perguntado sobre que formas de conversação e diálogo podem ser favorecidas para a construção de relações dialógicas e transformadoras nos espaços grupais. Como nos alerta Guanaes (2006), o fato de no grupo conviverem diferentes vozes não é suficiente para fazer dele um recurso de transformação. “O grupo precisa ser construído conjuntamente como um espaço conversacional dialógico, em que os participantes possam responder uns aos outros de um modo responsivo e não valorativo” (GUANAES, 2006, p. 91).

Segundo Anderson (2007a), a criação de um espaço dialógico refere-se a abrir espaço para, tanto no grupo como para cada participante, entreter múltiplas ideias, crenças e opiniões. Não há a necessidade no espaço dialógico de se atingir o consenso, mas de conviver com a multiplicidade. A possibilidade de manter a pluralidade em ação é o que torna o espaço dialógico e, o desafio do facilitador do

grupo é manter a conversa neste espaço de diversidade de vozes. Nas palavras de Fuks (1995, p.7):

O diálogo implica o pré-conceito compartilhado de que existem intenções e condições para uma cooperação. Requer certas condições mínimas para ser construído, mas quando se organiza como tal possibilita não só a exploração mútua, mas o marco necessário para poder arriscar-se a investigar o incerto, o ignorado, o misterioso, o desconhecido.

6.2.3 O grupo como oportunidade de re-posicionamento

Um conceito útil e coerente com as ideias desenvolvidas até agora, é o de “posicionamento” descrito por Harré & Davies (1990) e já descrito anteriormente neste trabalho. De acordo com estes autores o sentido de si e do mundo é construído a partir de posições que cada um ocupa nos diversos processos discursivos ou, em outros termos, redes de conversação das quais faz parte. Assim sendo, o grupo considerado como processo discursivo ou como parte de uma rede de conversações tem a potência de interferir nestes processos, transformando a maneira como cada um participa de discursos sociais dominantes e não dominantes e pode servir para propor ou ensaiar novas formas de narrativas do mundo e de si mesmo. Segundo Raserá e Japur (2007),

[...] o grupo propicia o contato entre pessoas com histórias de vida marcadas por semelhanças e diferenças. Este jogo da semelhança e da diferença pode servir como uma mostra de como a vida poderia ser de outro jeito, ou de como apesar de diferentes situações os significados podem ser semelhantes.

Usando a ideia trazida pelo conceito de posicionamento entendemos que a composição de um grupo onde existem pessoas que ocupam posições diferentes no processo de divórcio, como é o caso do grupo realizado para a pesquisa empreendida, amplia a possibilidade de transformação narrativa a partir do contato e da reflexão a respeito de outras posições. A possibilidade de curiosidade a respeito de um posicionamento diferente em uma história semelhante traz complexidade e certa distância para os participantes do grupo na construção contínua de suas narrativas. Tal conceito implica no reconhecimento da força das ‘práticas

discursivas', das formas pelas quais as pessoas são 'posicionadas' através destas práticas e da forma pelas quais a subjetividade individual é gerada através desta aprendizagem (HARRÉ; DAVIES, 1990).

Algumas vezes a escuta de outras experiências e a conversação permitem um reposicionamento na própria história de relações. A emergência de novos significados proporciona outras compreensões de si e dos outros, permitindo a saída de situações antagônicas e desconstruindo conflitos. A reflexão e/ou uma certa distância reflexiva em relação ao próprio discurso é promovida pela conversa, pela escuta ou, além disso, no caso dos grupos, por dinâmicas que tornam mais visíveis e sedimentam alguns destes novos sentidos emergentes no tempo. O diálogo ou o fluxo conversacional no qual estamos inseridos no grupo não nos traz novas ideias, mas nos move de nossos posicionamentos (SHOTTER, 1993). A pessoa não só entende de outra forma, mas vê e se mostra de outra forma. Segundo Shotter (1993), move porque afeta não só o intelecto, mas o viver. Envolve sempre surpresa e aprendizado sobre o mundo e sobre si. É a linguagem corporificada ou encarnada e seu aspecto poético (SHOTTER, 1993). Desta maneira, outras conversas, com outras pessoas estarão fazendo parte desta conversa e usufruirão das novas possibilidades de posicionamento e das novas perspectivas surgidas.

.Consideramos, portanto, que o trabalho em grupo pode iluminar a interdependência entre a rede social e a re-construção da identidade e do sentido de si e da vida. Ou ainda, visibilizar a articulação entre as "linguagens sociais" e "gêneros de fala" (BAKHTIN, 1986) e as vivências individuais.

6.2.4 O grupo como contexto colaborativo

O termo colaborativo vem sendo usado em várias áreas da prática com grupos para definir mais um estilo relacional, ou mesmo de vida do que a um método ou técnica específica de trabalho. É uma forma de estar com os outros (STGEORGE e WULFF, 2007; ANDERSON, 2007b; GRANDESSO, 2009).

A noção de colaboração não é nova no campo das terapias, ou dos trabalhos sociais, porém nos últimos anos tem tido papel importante na revisão crítica no campo das práticas sistêmicas e na psicoterapia em geral (FUKS, 1995). As

propostas derivadas dos aportes construcionistas colocaram essa noção no centro de seus desenvolvimentos (ANDERSON, 2007a; FUKS, 1995). Ao expandir seu campo de atuação das psicoterapias e terapia de família para outras práticas sociais, como grupos, educação e organizações e treinamento profissional, configura-se o campo das práticas colaborativas (ANDERSON, 2011; ANDERSON; SWIM, 1993; LONDON; RODRÍGUEZ-JAZCILEVICH, 2007; GRANDESSO, 2009).

Reconhecidamente, as abordagens colaborativas, estão baseadas nas concepções dialógicas (BAKHTIN, 1986) e conversacionais (SHOTTER, 1993) presentes em algumas versões do construcionismo social (ANDERSON, 2007a). A colaboração é uma atitude ou posicionamento que reconhece que criamos conjuntamente nossa forma de viver, em atividades responsivas e dialógicas. A criação de sentido se dá através de nossas atividades colaborativas. Segundo Fuks (inédito, p.9), quando falamos de colaboração ou cooperação,

[...] das possíveis definições existentes, fazemos referência a ela como um estilo de vida, uma forma deliberada de relacionarmos-nos com outros, flexível e responsável, longe de ser uma técnica ou um conjunto de manobras instrumentais, se trata de um re-posicionamento existencial que implica em escolha, que demanda tempo, energia, dedicação, persistência conformando uma maneira de conduzir-nos na vida, uma mudança de visão de mundo

Dado que em nossa cultura a competição é um dos jogos de linguagem mais usuais, e a linguagem do déficit (GERGEN, 2010; GERGEN; GERGEN, 2010), muito presente nas práticas de educação e saúde, tanto o diálogo como a colaboração nem sempre ocorrem espontânea e “naturalmente”. Portanto, os profissionais que atuam nesses campos com essa proposta, perguntam-se como produzir diálogos colaborativos de forma que as práticas possam ser genuinamente transformadoras.

StGeorge e Wulff (2007) alertam para a banalização do termo colaboração que, às vezes é mal entendido como uma postura gentil e complacente do profissional com o cliente. Para eles, o termo colaborativo se refere à possibilidade de construção de uma agenda conjunta entre todos os que estarão participando do trabalho e, por outro lado, a crença de que o trabalho focaliza mais nas competências dos participantes. Também enfatizam que a colaboração não significa que todos são iguais ou precisam pensar de forma idêntica.

Colaboradores se reúnem empenhando-se mutuamente de tal forma que a contribuição de cada pessoa seja validada e usada para gerar ainda mais possibilidades para a ação ou mudança que resultarão em algum benefício para todos os envolvidos (STGEORGE; WULFF, 2007, p. 406).

Segundo Fuks (inédito), as relações de cooperação se configuram seguindo vários desenhos e, dentro deles, a colaboração relacional parece ser o tipo de processo que não é possível “fabricar” na medida de nossas intenções. Existem formas de facilitar o surgimento desse tipo de conexão, mas não parece factível planejar estratégias para que se movam as peças para conseguir produzir colaboração. A colaboração relacional, dada sua natureza complexa se assemelha mais a esses processos nos quais só é possível produzir “condições de possibilidades” para facilitar sua emergência: gerar condições para que possa acontecer, mas sem a garantia de que isso se dará ou, pelo menos que se dará da forma pré-planejada (FUKS, inédito). Nas práticas colaborativas tentamos nos mover para uma posição de valorização do outro que é caracterizado por uma intenção de aprender sobre o outro e sua originalidade (STGEORGE; WULFF, 2007). Nas práticas colaborativas o ideal é que os participantes possam desenvolver um senso de participação, pertinência e de co-propriedade do conhecimento (ANDERSON, 2007b).

6.3 Inspirações para a prática: mudanças e permanências

A tradução dos aportes descritos de grupo para a prática é um desafio para todos aqueles que trabalham com grupos. Como dito anteriormente nem o construcionismo social nem outros aportes correlatos como as práticas colaborativas definem um método de ação, mas estimulam uma postura do profissional. Usando o exemplo da terapia sistêmica de família, a entrada dos aportes construcionistas no campo promoveu uma revisão crítica dos recursos do terapeuta, re-contextualizando o que é considerado uma intervenção (RAPIZO, 1996). A sua “intervenção” é uma ação criativa e, de acordo com as tradições que o informam e com suas habilidades vai construir uma forma de estar no contexto com as pessoas. Recursos de outras formas de trabalho com grupos podem ser usados, como dinâmicas, exercícios

vivenciais e corporais, jogos, exercícios reflexivos e uma infinidade de outros originados em outras tradições de trabalho com grupos. A tentativa é sempre estar de acordo com os parâmetros dialógicos, colaborativos e conversacionais descritos na seção acima, que se pretendem sensíveis à cultura, ao vocabulário e à linguagem de seus membros, valorizando o contexto social (RASERA; ROCHA, 2010).

Alguns autores usam no trabalho com grupos ferramentas já utilizadas nos contextos terapêuticos construcionistas (GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007; ANDERSON, 2011), nos procedimentos reflexivos (ZUMA; BERGALLO; OLIVEIRA, 2009; RAPIZO et al., 1998; RAPIZO et al., 2001; ANDERSEN, 1996), nas práticas narrativas e colaborativas (GRANDESSO, 2009), no trabalho com grupos de empoderamento (PEDROSA; BRIGAGÃO, 2009) ou ainda criam novos contextos como os grupos auto-geridos na formação de profissionais (CRUZ, 2009). Há trabalhos que se denominam de terapia (ANDERSON, 2007a; GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007), outros não (RAPIZO et al., 2001; RAPIZO et al., 2009). Essa distinção também pode ser questionada.

Os campos de atuação têm sido tão variados quando os recursos utilizados. Podemos ver trabalhos com grupos na área da saúde pública (CAMARGO-BORGES; MISHIMA, 2009; CAMARGO-BORGES; MISHIMA; MCNAMEE, 2008), da saúde mental (GUANAES, 2006), da formação de profissionais (ANDERSON; SWIM, 1993), da otimização do trabalho em equipes (FUKS, 2009b), da educação e dos trabalhos comunitários (GRANDESSO, 2009) ou do trabalho com grandes grupos (BOJER et al., 2008; PUBLIC CONVERSATION PROJECT, 2004).

Toda uma tradição vinda do trabalho de grupos em organizações, com forte influência da teoria da comunicação contemporânea (PEARCE, 2001) e afinada com as propostas construcionistas também aparece como inspiração para o trabalho com grupos. Uma delas é a facilitação sistêmica de processos coletivos (FUKS, 2009a); outra a investigação apreciativa (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006) e ainda as propostas recentes das Conversações Públicas (PUBLIC CONVERSATION PROJECT, 2004), constituindo o que é atualmente conhecido como ferramentas para a construção de diálogos (BOJER et al., 2008)¹⁴. Trabalhos em contextos com

¹⁴ Não é parte do escopo desse trabalho descrever detalhadamente essas práticas, mas apontar sua influência no trabalho de pesquisa que será descrito adiante. Nessa oportunidade alguns recursos utilizados no grupo da pesquisa serão descritos com maior detalhamento.

grupos pequenos ou outros em contextos com grandes grupos, influenciam-se mutuamente gerando novos sentidos e novas lógicas.

6.3.1 O facilitador: exercício de uma postura

Nas propostas de trabalho de grupos inspiradas pelas abordagens construcionistas um dos pontos em comum é a visão sobre o lugar do facilitador, chamado de coordenador do grupo em algumas versões da prática. Agora ele é considerado como um facilitador da conversa, do diálogo. Essa postura implica, especialmente, em um contexto menos hierárquico em que os saberes específicos do(s) facilitador(es) não têm mais verdade do que os dos participantes, são apenas diferentes. O facilitador tem por tarefa a inclusão de todas as vozes no diálogo. Outra característica marcante desta postura está na posição de “não-saber” (ANDERSON; GOOLISHIAN, 1988) na qual o facilitador torna-se um curioso a respeito das várias histórias e narrativas presentes dentro do grupo e tem um saber geral sobre seu ofício de construção de contextos e diálogos, mas não sobre qual o rumo que o grupo ou qualquer dos participantes irá tomar. Segundo Fuks (2009^a, p.64),

Facilitar é liberar as dificuldades ou obstáculos, ou tornar mais fácil ou mais fluido, ou responsabilizar-se por um conjunto de funções ou atividades, antes, durante ou depois de um encontro ou reunião a fim de ajudar o grupo a alcançar seus próprios objetivos.

Desta forma, o facilitador permanece focado nos processos da conversação, no clima e no tom dos diálogos e menos no conteúdo das conversações. Entre as funções do facilitador está a de “desenhista de contextos, eventos e situações” (FUKS, 2009a, p. 66), assim como a de fornecer apoio e contenção, cuidar do clima dos encontros e garantir formas equilibradas de participação. Além disso, promove a criatividade dando destaque ao que é novo, diverso, no fluxo do grupo, permitindo espaço para a reflexividade e acompanhando a possibilidade dos participantes se apropriarem dos recursos grupais e individuais surgidos na conversação. O facilitador, para Fuks (inédito; 2009a) é um “artesão de contextos”, expressão usada

para designar um conjunto de habilidades e saberes que permitem o facilitador desenhar, mudar e propor desenhos relacionais dependendo das circunstâncias e dos objetivos do grupo. A referência ao artesão, tanto no sentido usado por Fuks (2009), como por Sennet (2009) refere-se à não padronização do trabalho, à tentativa de conceber cada encontro como único em sua singularidade ao invés de trabalhar a partir da reprodução ou repetição de técnicas. Ao invés disso, o artesão quer realizar um trabalho singular e com a melhor qualidade possível dentro de seus recursos e habilidades, há um “querer fazer bem” o trabalho. O artesão estabelece um diálogo com o “material” (SENNET, 2009). Segundo Sennet (2009) o artesão tem como marca distintiva de seu trabalho a capacidade de tolerar a bagunça, a incerteza e mesmo o erro, além de um tipo de envolvimento com a atividade que o permite aprimorar lentamente suas ferramentas, adaptando-as a cada contexto, repetindo suas atividades, porém não como autômato, mas como forma de desenvolver suas habilidades. O artesão, dessa forma torna-se uma metáfora útil para entender o trabalho do facilitador de grupos.

Para alcançar um posicionamento que possibilite essa forma de trabalho em um grupo, o facilitador necessita não só de uma formação teórica voltada para essa perspectiva. É necessário que ele desenvolva habilidades conversacionais que o permitam acompanhar o fluxo do processo sem tentar dirigi-lo, abandonando a tendência a controlar os rumos, os resultados, etc. Em lugar disso, precisa desenvolver a capacidade de reflexão na incerteza (FUKS, 2010). Um exercício constante de se distanciar de posturas mais tecnicistas e racionalistas em sua prática.

7 CONSTRUCIONISMO E INVESTIGAÇÃO: NOVAS PROPOSTAS METODOLÓGICAS

Para Gergen, a ciência, em uma perspectiva construcionista, é um empreendimento da cultura. Sua metodologia é pautada não em uma epistemologia dualista da distinção entre sujeito e objeto, mas em uma epistemologia social. O cientista, conhecedor individual, é substituído pela comunidade de cientistas, suas convenções e, a discussão desloca-se da verificabilidade ou veracidade do conhecimento produzido para a inteligibilidade, utilidade social e valores presentes nele (GERGEN, 1994; RASERA, GUANAES e JAPUR, 2004). Por isso, Rasera e Guanaes (2006, p. 77) apontam que: “É importante ressaltar que a aproximação entre o construcionismo social e a pesquisa é indicativa de um posicionamento epistemológico particular” Na epistemologia construcionista, a metodologia está irremediavelmente associada à hermenêutica, à interpretação. Assim, embora não excluindo as metodologias quantitativas, as redefine, e as metodologias qualitativas se alinham, não só tecnicamente, mas ética e epistemologicamente (SPINK; MENEGON, 2004).

A ênfase na natureza contingente da realidade e no caráter social de produção do conhecimento científico desafia “a proposição tanto de um objeto único, como de uma metodologia única para a Psicologia” (RASERA; GUANAES; JAPUR, 2004, p. 158). Ou, como afirmam Spink e Medrado (2004), com a aceitação da postura construcionista, concebemos fatos como construções sociais, portanto, os métodos não são focalizados em traduzir como os fatos são. Pressupõe-se que

[...] os métodos produzam, antes de tudo, versões de mundo, podendo ter maior ou menor poder performático dependendo do contexto de produção, do momento histórico, das relações sociais em que ocorre essa produção, aliados à intencionalidade de quem produz e do grau de conformidade de quem recebe. (SPINK; MEDRADO, 2004, p.61)

Assim, não se trata de uma metodologia cujo objetivo seja ‘descobrir’ ou ‘revelar’ algo, mas produzir sentidos sobre um campo, com o qual o pesquisador estabelece uma relação. Spink (2003, p. 25) se pergunta: “E, quando, como psicólogos sociais, fazemos pesquisa, o que fazemos?” E ele mesmo responde:

“Argumentamos que um tema, um campo, ou melhor, um campo-tema merece ser estudado, merece nossa atenção como psicólogos sociais. Propomos que é psicologicamente relevante”. Ou seja, a pesquisa é sempre uma proposta a respeito da relevância de um ou mais temas. Mas, além disso, segue o autor, também é uma declaração do pesquisador sobre seu posicionamento a respeito do tema, ou campo-tema.

No entanto, não se trata de um convite aberto ao relativismo, já que vivemos imersos nas convenções que estão desenhadas e das quais participamos. Se, como Rasera e Guanaes (2006) considerarmos a ciência um gênero de fala, implica que aqueles que participam da comunidade de cientistas e pesquisadores, atuam de acordo com uma série de determinações existentes sobre as regras linguísticas e com um tipo de retórica que conferem legitimidade e confiabilidade aos resultados da pesquisa. No entanto, a aceitação da natureza socialmente construída do conhecimento deve levar a um aprofundamento da crítica metodológica e à reflexão permanente sobre as metodologias utilizadas.

Segundo Spink e Menegon (2004, p.88), a reflexão sobre rigor e validação do conhecimento abandona a questão da fidedignidade, trazendo para o cenário a polissemia, a reflexividade e a ética. A pesquisa informada pelas abordagens construcionistas “transforma a subjetividade num recurso a mais” e não em um entrave ao rigor metodológico. O rigor da pesquisa passa a ter a ver com a transparência, com a explicitação da posição do pesquisador, garantindo a visibilidade dos procedimentos e a aceitação de que a dialogia é intrínseca à relação que se estabelece entre pesquisadores e participantes. Segundo as autoras, há três características relevantes ao considerarmos a pesquisa de uma perspectiva construcionista: a) a produção de sentido é sempre local e muda de acordo com as variações do contexto, o que as autoras chamam de indexicalidade; b) dada a complexidade do fenômeno social, a pesquisa é sempre inconclusiva, ou seja, não é possível chegar a uma conclusão que seja definitiva e generalizável para fora do contexto onde foi gerada; 3) Os efeitos da presença do pesquisador nos resultados da pesquisa precisam ser incluídos e explicitados, ou seja, a “subjetividade do pesquisador é considerada, constituindo um recurso fundamental no processo de produção do conhecimento” (RASERA; GUANAES, 2006, p. 79). Assim, a pesquisa é reflexiva. O pesquisador que adota uma postura reflexiva (SCHON, 1983) pode criar métodos de investigação apropriados para seu contexto específico.

Segundo Fuks (2010), a relação entre pesquisador e participante da pesquisa é de colaboração e reciprocidade. São metodologias participativas e colaborativas. O autor fala de coinvestigação e de cosujeitos, para definir que não há uma posição assimétrica entre os participantes da pesquisa e o pesquisador, ambos confluem em relação ao interesse e à curiosidade sobre as questões levantadas pelo pesquisador. A pesquisa, seus objetivos e caminhos estarão sempre abertos à participação de todos. A pesquisa é dialógica. “Através de um processo dialógico investigadores e participantes aprendem juntos, o que legitima este enfoque como uma autêntica forma de coinvestigação” (FUKS, 2010, p. 34). O desafio ao qual se propõe o pesquisador é a construção de “desenhos conversacionais” (FUKS, 2010, p. 40), que permitam a reflexão e, ao mesmo tempo, preservem o rigor metodológico, para que os conhecimentos gerados possam ser incorporados como conhecimento válido para uma comunidade científica.

Também podemos afirmar que as propostas de pesquisa neste viés são abordagens que focalizam as práticas discursivas e discursos. A análise de discurso em suas versões mais tradicionais, porém, focaliza prioritariamente a interpretação das palavras, as convenções linguísticas e estruturas da linguagem (CUNLIFFE, 2002). Tradicionalmente, segundo Shotter, pesquisadores ocupavam-se de descobrir padrões e ordem.

[...] pensávamos que só poderíamos entender as coisas encontrando as leis ocultas ou princípios determinantes de sua natureza. Estamos muito pouco acostumados à ideia de que os eventos de genuína importância em nossa investigação são de natureza única, são originais e não repetições (SHOTTER, 1997, p. 6).

A proposta de uma investigação construcionista, não é a explicação das regularidades do discurso, mas o que ele tem de polissêmico, indeterminado. Para isso, estabelecemos com as pessoas participantes da pesquisa um diálogo em que elas participam ativamente dos rumos que a pesquisa irá tomar.

Além disso, não podemos esquecer que estamos dentro de uma comunidade e de um tema ou, como propõe Spink (2003), em um campo-tema que se constitui com e constitui repertórios interpretativos (POTTER; WETHEREL, 1987), permitindo-nos entender algo da construção social dos conceitos que usamos no cotidiano. Para Spink (2003), o campo-tema é o complexo de redes de sentidos que se interconectam. É o argumento no qual estamos inseridos e que está presente na

nossa pergunta, na nossa curiosidade e em nossa motivação para a pesquisa. A forma como vamos investigá-lo, o como, aonde e quando, é o método.

A forma como delimitamos o problema, como resolvemos tratá-lo, com que procedimentos e como encaramos nossa relação com nossas descobertas revela nossas tendências e posicionamento diante de nossa curiosidade e do objeto de estudo. O pesquisador, ao propor um campo-tema, anuncia seu posicionamento neste campo-tema. “O restante é uma questão de lugares de encontro, de opções de engajamento e de possibilidades de diálogo” (SPINK, 2003, p. 26).

Podemos concluir, portanto, que o objetivo da pesquisa inspirada pelas abordagens construcionistas é produzir sentidos em uma ação conjunta de todos os participantes. O desafio de investigadores é criar formas de atuação e compreensão que sejam mais coerentes com a noção de conhecimento e ciência adotados dentro dessa perspectiva.

7.1 A poética social: uma proposta de metodologia dialógica

Partindo do exposto no item anterior, Shotter propõe um método de investigação prática que ele denomina “poética social” (SHOTTER; KATZ, 1996; SHOTTER, 1993). Essa prática pretende valorizar, especialmente, o aspecto relacional, o contexto microssocial onde ocorre a interação e a produção de sentidos. “O interesse dessa forma de investigação reside no espaço do *entre* no espaço relacional” (GUANAES, 2006, p. 96, grifo da autora), inserindo-se como uma prática que focaliza o discurso e a produção discursiva. Além do foco no microssocial, ela também dialoga com o contexto macrossocial “à medida que considera as pessoas como parte de um mesmo e único fluxo conversacional, que as coloca em contato com inúmeras vozes, *discursos sociais e gêneros de fala*” (GUANAES, 2006, p. 96, grifo da autora).

Tal metodologia focaliza eventos que ocorrem nas situações que nos rodeiam, das quais participamos, ou nas quais estamos envolvidos. Segundo Shotter & Katz (1996) é uma forma relacional-responsiva de entendimento, que não tem a ver com o que algo “é”, mas com um entendimento prático da mudança, das conexões momento a momento, e das relações entre tais eventos e seu meio

conforme eles se desdobram. A pergunta para o pesquisador é, como, a partir do que toca cada um, em sua experiência, ele pode refletir e construir novos caminhos para a continuação da conversa. O interesse está em ver conexões. Seguindo Wittgenstein, Shotter e Katz (1996) afirmam que a poética social não busca o que está oculto a nossos olhos, mas aquilo que está diante deles e que, no fluxo de conversação torna-se invisível. Novas conexões dão visibilidade àquilo que já está diante de nossos olhos. Assim, enfatiza-se os momentos marcantes, eventos singulares, diferenças entre um momento e outro, novas relações emergentes do diálogo, remetendo à antiga noção Batesoniana de que informação é diferença (BATESON, 1972). Tornando visíveis e disponíveis os recursos e fazendo novas conexões, projetamos novas formas de vida. Desta maneira, a poética social se insere na categoria de investigação que se pretende participativa e transformativa, porque se abre para novas possibilidades de construção de sentido na própria prática da pesquisa. Ao projetar novas formas de vida, a poética social é um método mais prospectivo do que retrospectivo (PAKMAN, 1995). Aponta para o futuro.

A poética social nos dá um conhecimento sobre os caminhos de nossas práticas e nos torna capaz de ver as sutilezas e detalhes e, possivelmente novos caminhos à frente, que, geralmente, estão obscurecidos por regras e princípios de boa organização. As conexões que surgem com a conversa são o principal recurso para o pesquisador. A ideia é uma avaliação apreciativa (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006) e uma elaboração de nossas práticas. O enfoque apreciativo, presente na pesquisa, implica em estar mais atento ao que faz com que a conversa continue, do que no que faz com que ela se interrompa. Os pesquisadores apostam na busca por aquilo que dá certo no que as pessoas fazem juntas (SOUZA; MCNAMEE; SANTOS, 2010).

Inspirada na metodologia de investigação de Wittgenstein a poética social trabalha:

- Capturando, interrompendo, desestabilizando ou desconstruindo o fluxo espontâneo, não consciente da atividade e dando destaque a distinções que nossas formas de linguagem facilmente tornam invisíveis.
- Selecionando imagens, metáforas, analogias, etc. que também sugerem novas formas de falar que não só nos orientam para

distinções e relações não notadas, mas também sugerem novas conexões e relações com o restante de nossos procedimentos.

- Usando a comparação com outras formas possíveis de falar e conversar.

A poética social chama a atenção para os fatos da linguagem através de similaridades e diferenças. Aqui, podemos dizer que ela também implica em uma desconstrução ou desfamiliarização (SPINK, 2004a) de discursos mais dominantes em relação ao tema que é tratado, de jogos de linguagem em uso em contextos sociais mais amplos que se revelam nas regularidades do discurso, apontando para linguagens sociais (BAKHTIN, 1986).

A opção por tal metodologia implica em assumir que nenhum destes métodos leva a um relato fixo e final do que algo realmente significa (RAPIZO, 2007; SHOTTER; KATZ, 1996). A investigação é um momento em um fluxo conversacional muito maior. O futuro sempre trará renovação e mudança, desdobramentos posteriores do diálogo atual.

Podemos concluir afirmando que a poética social constitui-se como método que aposta no diálogo entre pesquisador e participantes da pesquisa. Além de participativo e colaborativo, compromete a todos com seu andamento e, em busca da diversidade e não só das similaridades, se propõe, inevitavelmente a produzir sentidos a partir do diálogo gerado na investigação e a transformar cada um dos participantes, incluindo o pesquisador, de maneiras não previsíveis no início percurso.

7.2 Investigações construcionista e grupos: campo, objeto, ferramenta¹⁵?

Entendendo o grupo, como visto anteriormente, como um recurso conversacional ou discursivo, ou ainda, como espaço dialógico possível, consideramos que ele se afina com as propostas construcionistas sobre investigação. Estas estão relacionadas primordialmente com as práticas discursivas,

¹⁵ No contexto em que falo sobre o trabalho propriamente dito, uso o termo 'ferramenta' com sentido mais próximo do usado por Sennet (2009) em que a ferramenta do artesão é construída especificamente para ele, encaixa-se com sua mão e pretende-se parte do seu corpo, como na era pré-industrial e não como técnica.

a comunicação, a produção de sentidos e as diversas situações onde essas práticas ocorrem ou podem ocorrer. Conversar é um “espaço privilegiado de interação social e de produção de sentidos” (MENEGON, 2004, p. 215). Estamos todo o tempo conversando, espontaneamente, com outros. Estar em grupo, para um objetivo qualquer, organiza as conversas em torno a determinados objetivos. Ao facilitar a conversa do grupo, o investigador convida os participantes a algumas formas de conversar. Ao explicitar os objetivos de se estar em grupo, ele dá um tom inicial para a conversa, explicita sua curiosidade sobre o(s) tema(s) à volta do qual o grupo está reunido, propiciando a todos fazerem o mesmo. Nesse tipo de pesquisa, supõe-se que haverá transformação, não porque seja o objetivo principal, ou a direção da investigação, mas porque acredita-se que conversar, produz novidades, move as pessoas de seus posicionamentos. Porém, certamente, as pesquisas feitas com grupos, além da atenção aos sentidos produzidos sobre determinados temas, estão atentas a como o grupo promove movimento e traz uma qualidade para essa produção. O grupo, neste sentido não é um “lugar” onde se faz a pesquisa. Ele é uma rede de conversações da qual o pesquisador é parte integrante. Especialmente quando, além de pesquisar, ele facilita as conversas, está envolvido em argumentações e negociações em vários níveis distintos: o de cuidar do processo grupal e criar ferramentas que incentivem a participação, o de se deixar levar pela conversação e envolver-se nos diálogos e, ao mesmo tempo, o de ter, mesmo nestes momentos a consciência do seu posicionamento como pesquisador e de qual é a investigação a que se propõe. É, portanto, uma tarefa complexa. De acordo com Spink (2003, p.22), a noção de campo de pesquisa é vista não como um lugar onde acontece a pesquisa, o grupo, por exemplo, mas como a “situação atual de um assunto, a justaposição de sua materialidade e socialidade”. Ou ainda, o campo é um argumento em que estamos inseridos, que tem múltiplas faces e materialidades. “Os lugares fazem tanto parte do campo quanto as conversas” (SPINK, 2003, p.28), e podemos acrescentar as formas que propomos para elas, ou seja, as ferramentas conversacionais que utilizamos.

Como vimos em capítulo anterior, o grupo tem estado presente na área da pesquisa há muito tempo. No Brasil, alguns autores têm articulado a pesquisa construcionista com os trabalhos em grupo, tanto nas terapias de grupo (GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007), como em outros contextos, principalmente os ligados à saúde (CAMARGO-BORGES; MISHIMA, 2009). O interesse das pesquisas

construcionistas com grupos tem sido, não só a investigação sobre os sentidos produzidos no grupo, como também o próprio processo grupal, o processo de produção de sentidos. Neste sentido, o processo conversacional do grupo é objeto da investigação. Reflexivamente, a pesquisa volta-se para suas próprias condições de possibilidade.

Na pesquisa realizada neste trabalho, o processo grupal era ao mesmo tempo o 'lugar' onde se dava a pesquisa, o foco da investigação e a ferramenta para percorrer o caminho, tendo em vista os objetivos. O tema em torno do qual se deram as conversas do grupo realizado – o divórcio – era um pré-texto para as conversas. Isso não significa que o tema era apenas uma ilustração. Ele orientava várias das propostas de conversação e dinâmicas feitas no grupo. Por exemplo, o fato de que as pessoas estavam passando por conflitos, impossibilidade de conversar com seus ex-parceiros, levava a ações diferentes da equipe de facilitadores do que seriam se o grupo fosse de pessoas que estivessem sofrendo de alguma doença crônica, ou de pais de alunos de uma escola, por exemplo. Outros temas gerariam propostas diversas em relação à maneira como o grupo foi conduzido. No entanto, não era o objetivo da pesquisa traçar um panorama ou entender o divórcio e seus desdobramentos, mas acompanhar e aprender sobre o processo de produção de sentidos sobre o tema que acontecia no grupo. Também era um objetivo que as conversas no grupo pudessem ter repercussões em outras conversas dos participantes fora do grupo, especialmente com seus ex-cônjuges e filhos.

8 UM ESPAÇO DE CONVERSAS PARA MÃES, PAIS E FILHOS QUE PASSARAM PELO DIVÓRCIO: DESCRIÇÕES POSSÍVEIS EM UMA INVESTIGAÇÃO

8.1 Grupos e divórcio na literatura

Percorrendo a literatura disponível sobre a realização de grupos com pessoas que passaram pelo divórcio, percebemos que a maioria relata a formação de grupos destinados a pesquisas. Grupos são usados como método de investigação, dentro dos moldes da pesquisa-ação ou da pesquisa participativa (BRITO, 2007; BRITO, 2008; RAPIZO et al., 1998; BRITO, et al., 2010; SOUZA, 2000; CARDOSO, 2010; DECORET, 2001). Esses grupos funcionam, primariamente, não como intervenção em si, mas como recurso para o acesso do pesquisador ao conteúdo a respeito do tema, objeto de sua pesquisa. Como parte da pesquisa participativa ocorrem, e espera-se que ocorram, mudanças e o grupo tem sido relatado em todos estes trabalhos como potente forma de transformação de narrativas e de mudanças positivas dos participantes em relação a suas vivências no percurso de um divórcio.

Outra característica comum desses grupos é que são compostos, em sua maioria, por pais e mães separadamente, como apontam Brito, Cardoso e Oliveira (2010). Alguns reúnem pais e mães conjuntamente (BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2010; DECORET, 2001). E, outros, ainda em menor número são compostos por crianças e adolescentes cujos pais se separaram (RAPIZO, et al., 2001).

Todos os estudos, sem exceção, concluem que a possibilidade de transformação observada nos grupos está ancorada, especialmente, na possibilidade de troca de experiências e saberes e na possibilidade ampliada pela conversação de produção de alternativas para problemas trazidos pelos participantes ao grupo. Segundo Brito, Cardoso e Oliveira (2010), ao final do grupo, os pais e mães separados participantes avaliaram que a possibilidade de estar com pessoas que vivem situações semelhantes foi útil para ver a sua própria situação de outra maneira, assim como já o haviam referido Rapizo, Falcão et al (1998) e Rapizo, Costamilan et al (2001) com grupos com mães separadas e adolescentes filhos de pais separados.

No caso do divórcio, também é comum que os participantes dos grupos relatem que o assunto não é fácil de ser conversado com pessoas próximas de sua rede (BRITO et al., 2010; RAPIZO et al., 2001). Portanto, o grupo funciona como um espaço para que se possa ter uma conversa sobre um tema que, no cotidiano, tem menos possibilidades de reflexão e um compartilhamento mais espontâneo.

Na pesquisa empreendida por Brito, Cardoso e Oliveira (2010), as autoras relatam que alguns participantes do grupo que realizaram com pais e mães separados consideraram que o grupo ajudou-os a sair da posição de vítima a partir da convivência com outras pessoas que passaram pelas mesmas dificuldades. Neste e em outros trabalhos (SOUZA, 2000; KELLY; EMERY, 2003), os participantes enfatizaram a importância de se criarem contextos onde as pessoas que passam por separações possam compartilhar e ter orientações. Apontam também, que a implementação do trabalho com grupos seria um importante recurso para a redução da ocorrência de situações mais problemáticas e/ou da continuação de conflitos após o divórcio. Assim também concluem profissionais que trabalham o tema do divórcio. Segundo Souza (2000, p.210) é premente a

[...] necessidade de gerar condições para a separação e o divórcio, que realmente permitam a redução do conflito entre os cônjuges, o desenvolvimento de uma relação coparental positiva e o envolvimento de ambos os pais no cuidado dos filhos. Estas demandas reforçam, não só o papel dos trabalhos de mediação familiar, como evidenciam a necessidade de produção de alternativas de orientação de pais, trabalhos de grupos de apoio e produção de literatura popular.

Segundo a autora, tais procedimentos vêm ganhando espaço no mundo ocidental, mas ainda são pouco frequentes no Brasil (SOUZA, 2000). Nos Estados Unidos e Canadá, grupos já fazem parte de programas de suporte a famílias que passam pelo divórcio como parte de iniciativas ligadas, ou não, ao judiciário, como os programas do *Family in Transition Center*¹⁶ e do *Child of Divorce Intervention Program*¹⁷. A maior parte desses programas é constituída por grupos psicoeducativos com objetivo principal de orientar, informar e dar suporte à transição da família pelo divórcio e evitar litígios. Também fazem parte dos programas a terapia individual ou de família, a produção de material *online* e impresso sobre as principais questões da separação e grupos para crianças em escolas. Alguns

¹⁶ <http://www.bcfit.org/servprog.shtml>

¹⁷ <http://www.childrensstitute.net/programs/codip>

governos, como o do Canadá, têm programas na Justiça com diversos recursos para pais e filhos, impressos ou disponíveis pela internet¹⁸.

Em Portugal, Lamela, Castro e Figueiredo (2010) avaliam a eficácia do programa “Pais por inteiro”, para homens separados com filhos, desenvolvidos na Universidade do Minho. Os grupos realizados neste programa têm objetivos tanto psicoeducativos como psicoterapêuticos. Os autores chegaram a conclusões semelhantes a outros estudos como, por exemplo, que a eficácia está na possibilidade de partilha de experiências, treinamento de competências e habilidades em relação à coparentalidade e gestão de conflitos e, por último, pelo acesso à informação das etapas e consequências do divórcio.

Em pesquisa nos Estados Unidos sobre o impacto e o ajustamento das crianças ao divórcio, Kelly e Emery (2003) concluem que as intervenções que possuem o melhor potencial para beneficiar os filhos do divórcio são aquelas que podem promover uma coparentalidade mais eficaz, menor índice de conflitos e maior convivência entre as crianças e seus dois genitores. Destacam os programas que incluem grupos e que enfatizam aspectos sistêmicos e colaborativos para as famílias. Os autores advertem, no entanto, que há necessidade de se investir em mais pesquisas sobre recursos para suporte, especialmente os de prevenção, neste momento da vida das famílias.

Percorrendo a literatura sobre a realização de grupos ligados ao divórcio constata-se ainda a escassez de bibliografia sobre o tema. Tanto no âmbito da realização de pesquisas como no da assistência e suporte às famílias, percebe-se que existe muito a ser feito.

É dentro dessa ideia que o trabalho de pesquisa aqui realizado se insere. Para além de usar o grupo para ter acesso a informações e produzir conhecimento sobre o tema da pesquisa, os focos foram o próprio grupo e seu potencial como recurso de transformação discursiva e, portanto de posicionamento, para os participantes da pesquisa. Enfatiza-se, também, a importância de tomar o grupo como espaço de cuidado e/ou redução de conflitos nos desdobramentos do divórcio.

¹⁸ <http://www.justice.gc.ca/eng/pi/fcy-fea/div/index.html>

8.2 O grupo: composição e reflexões iniciais

O primeiro passo para a realização do grupo, objeto dessa pesquisa, foi iniciar um contato com a equipe que trabalhou comigo em outros momentos. Dessas pessoas, duas se dispuseram a participar – Maria Beatriz Costamilan e Nadia Moritz. Todas duas são pessoas muito próximas profissional e pessoalmente e partilhamos uma série de contextos profissionais, passamos por vários tipos de treinamento juntas e trabalhamos em vários tipos de grupo, inclusive de formação de profissionais para o trabalho com grupos.

Para iniciar o grupo foi feita uma divulgação, principalmente por meio da internet, e-mails para colegas profissionais, amigos e participantes dos grupos anteriores (APÊNDICE A). Em menor escala também se divulgou por cartazes, na universidade e consultório da pesquisadora (APÊNDICE B).

Na divulgação foram colocados os critérios para participar do grupo:

- Mulheres que estejam passando ou tenham passado por uma separação e/ou divórcio e que tenham filhos desta união.
- Homens que estejam passando ou tenham passado por uma separação e/ou divórcio e que tenham filhos desta união.
- Jovens entre 18 e 25 anos cujos pais tenham se separado.

Era necessário ter pelo menos dois participantes de cada categoria e, preferencialmente, que a proporção entre as três posições fosse a mais equilibrada possível. Do ponto de vista da investigação, isso facilitaria a possibilidade de promover diálogos que permitissem variar entre o trabalho com a diferença e o compartilhar experiências semelhantes.

Não era relevante, para a participação no grupo, o tempo de separação, idade dos homens e mulheres ou o número de filhos que tenham de seus casamentos, já que a proposta do grupo e da metodologia envolvia a convivência e instrumentalização da diferença, e da diversidade de vivências como recurso de transformação. Também não era importante para o trabalho se os participantes estavam em processo legal de separação, se haviam feito qualquer acordo judicial,

ou mesmo se eram divorciados legalmente, já que a investigação estava centrada nos aspectos e conversações cotidianas pós-separação e nos recursos ou dificuldades e conflitos para lidar com elas. Também não era relevante, para o tipo de trabalho realizado, se o participante morava ou não com os filhos (no caso dos pais e mães), ou com qual dos pais residia (no caso dos jovens). De novo, a diversidade atua a favor de uma maior amplitude e, conseqüentemente, de movimento para as conversas no grupo. Não era necessário sentir-se com um problema, conflito ou impasse na situação de divórcio para se candidatar à participação no grupo, mas ter interesse em discutir e trocar experiências com pessoas que vivem ou viveram situação semelhante. Este ponto demanda uma maior atenção porque aí reside um diferencial da pesquisa proposta.

Optamos, como por ocasião de outros trabalhos com grupos (RAPIZO et al., 1998; RAPIZO et al., 2001; RAPIZO et al., 2009), por não chamar nem descrever este trabalho como terapia. Pelo exposto anteriormente sobre a transformação que ocorreu no campo da terapia com a chegada dos aportes construcionistas, a própria ideia do que seria terapia é abalada em suas certezas e se torna objeto de questionamento. Tradicionalmente, a palavra terapia carrega uma série de sentidos que evidenciam sua conexão com a área de saúde e o modelo médico, como por exemplo, diagnóstico e tratamento de problemas. Isso deriva em determinada posição do terapeuta como um *expert*, que tem um saber sobre como ajudar o seu cliente. Alguns autores da área da terapia de família, especialmente desde o final dos anos 1980, afinados com a perspectiva construcionista, questionam o uso da palavra “terapia” de uma forma geral. Indagam se não seria mais coerente simplesmente parar de usar tal palavra para definir o trabalho que fazem. O contexto terapêutico estaria mais afinado com a produção de sentidos através do diálogo do que com a ideia de um tratamento para alguma doença (ANDERSON, 2007; ANDERSON; GOOLISHIAN, 1988; ANDERSEN, 1996; WHITE; EPSTON, 1990). Esse questionamento, radical em certa medida, aponta para o cuidado necessário ao usar palavras carregadas de tradição, com sentidos gerados em contextos com valores diferentes daqueles que as perspectivas construcionistas propõem para o trabalho clínico e social. Como afirma Tom Andersen (2004) a “linguagem não é inocente”. Para os autores que fazem esse questionamento, as terapias, em geral, estão ligadas à ideia de déficit (GERGEN;MCNAMEE, 1998; GERGEN; GERGEN, 2010). Ou seja, os diagnósticos, terapias e afins, são parte de discursos que se

referem a dificuldades como deficiências e patologias (GERGEN, 2010). Além disso, a tradição das terapias de várias ordens está muito identificada com a ideia de indivíduo e mudança individual o que também passa a ser questionado. Apesar destes questionamentos, e das ressalvas sobre o uso do termo, quase todos continuam usando-o em seus trabalhos, especialmente com famílias e indivíduos. Porém, como já mencionado, o campo de atuação inspirado no construcionismo social se expande para as práticas grupais de forma geral, com organizações, com equipes, com comunidades, etc.. Todos esses trabalhos têm em comum a ideia de promover conversas transformativas ou de promover a construção de novos sentidos através do diálogo. Nossa opção, portanto, é a de usar “espaço de conversas” para definir o trabalho. Com isso, não pretendemos negar que um dos objetivos seja que a mudança, mas pretendemos distanciarmo-nos dos discursos que descrevem tanto o divórcio como o grupo a partir de problemas ou deficiências.

Logo após a divulgação do grupo referente à pesquisa, apareceram vários interessados. A maioria dos contatos foi por e-mail. De todos os que vieram, um desistiu pelo número de encontros que achou excessivo. Duas outras pessoas desistiram por não terem disponibilidade de horário. Uma pessoa entrou em contato dizendo-se interessada, mas depois não respondeu mais os e-mails e outro candidato não pode participar, pois sua esposa atual também estava interessada e eles resolveram que ela permaneceria no grupo. Dos 21 participantes que mostraram interesse inicial, 17 foram entrevistados individualmente antes do início dos encontros. Desses, 16 fizeram parte do grupo. O único entrevistado que não fez parte do grupo, avisou antes do início que por problemas inesperados de horário não poderia participar. Todas as entrevistas individuais foram feitas por mim.

As entrevistas individuais não contavam com roteiro pré-definido e seus objetivos eram:

- Informar sobre o trabalho, propostas e expectativas da pesquisa.
- Esclarecer que o grupo não seria um grupo terapêutico no sentido estrito do termo, mas um grupo que se proporia à reflexão, questionamento e a compartilhar experiências.
- Explicitar a vinculação do trabalho com a pesquisa e expor os objetivos desta. Ressaltar que o grupo obedeceria a critérios éticos de sigilo e que nem no trabalho final nem em qualquer apresentação dele, os

participantes seriam identificados, tomando-se os cuidados necessários para isso.

- Informar sobre a duração do grupo e de cada encontro.
- Conversar com o participante sobre seu interesse em participar do projeto, sua possibilidade de se comprometer com ele e se, tanto do ponto de vista da pesquisadora, como do candidato, ele estava incluído no público-alvo previsto no projeto.
- Obter informações sobre a situação atual do candidato em relação à sua separação conjugal o que auxiliaria na sua inclusão ou não nos critérios para o público-alvo.
- Responder a qualquer dúvida e esclarecimento que o candidato achasse necessário ou importante antes de se comprometer a participar.

As entrevistas duraram em média 30 minutos. Procurei saber sobre o tempo de separação, se havia casamentos anteriores ou atuais, quantos filhos, de qual idade e de qual casamento. A não ser pela exigência de ter filhos de uma união que já não existia, nenhum outro critério era eliminatório para a participação no grupo. As pessoas, em geral, se mostraram interessadas em saber quem frequentaria o grupo, mostravam-se curiosas por poderem conversar sobre o tema e também com muita disponibilidade de contribuir contando a sua experiência para os outros. A proposta de participar de um grupo com pais, mães e filhos que passaram por divórcios, foi acolhida com entusiasmo e as pessoas percebiam como algo bom o fato de que, além da utilidade que o grupo poderia ter para elas, teriam a possibilidade de contribuir com sua experiência para outras pessoas e para uma pesquisa. Assim, da posição de “sujeito-objeto” da investigação se posicionavam como copesquisadores, participantes de um empreendimento colaborativo (FUKS, 2010; SOUZA; MCNAMEE; SANTOS, 2010). Das pessoas entrevistadas, dois homens já haviam participado de grupos desse tipo anteriormente, com parte da equipe atual e ficaram muito entusiasmados de poder voltar a participar. De todas as pessoas entrevistadas, apenas um homem suscitou dúvidas se seria adequada ou não sua participação. Isso porque, com oito meses de separação, encontrava-se muito mobilizado, com vários sintomas de ansiedade e depressão. Conversei com a equipe e decidimos mantê-lo no grupo, já que poderia ser de grande ajuda e ele encontrava-se com suporte de atendimento psicoterápico e psiquiátrico. Expliquei

para ele, em nossa entrevista, minhas dúvidas para que ele pudesse se posicionar e decidimos que, se ele precisasse em algum momento de uma conversa individual ou esclarecimento, a equipe estaria à disposição para isso. Por trabalhar em equipe, sabia que teríamos recursos para cuidar de alguma situação que fosse mais emergente.

Depois de todas as entrevistas, iniciamos o primeiro encontro com 16 pessoas confirmadas, embora três avisassem com antecedência que não poderiam comparecer naquele dia. Portanto, no primeiro encontro tivemos 16 pessoas presentes, sendo três da equipe e 13 participantes¹⁹.

Entre o primeiro e o segundo encontros surgiram mais dois interessados que foram entrevistados antes do grupo. Desta forma, no segundo encontro fechamos o grupo em 18 pessoas assim distribuídas: três jovens, oito mulheres e sete homens.

O grupo teve 10 encontros realizados uma vez por semana, que ocorreram nas segundas feiras, no horário de 18:30 às 20:00, em espaço amplo em uma casa na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Das 18 pessoas que participaram do grupo, apenas uma desistiu e não avisou, tendo ido a quatro encontros e não entrou mais em contato. Foi exatamente Murilo, o homem sobre o qual fiquei em dúvida em aceitar a participação. A jovem Julia, também deixou de frequentar o grupo, mas diferentemente de Murilo, sempre mandava recados que vinha à próxima reunião, mas, na hora, não aparecia. De acordo com a Tabela 1, podemos ver que a média de frequência dos participantes foi de oito encontros, sendo que dois deles compareceram a todos. A maioria das ausências era justificada e avisada. Assim, tivemos em média 14 pessoas em cada reunião, fora a equipe, e como as faltas eram revezadas, contávamos sempre com alguém que havia vindo ao último encontro e outros que não. O número de participantes esperado é importante no planejamento, já que algumas dinâmicas funcionam melhor com um número maior pessoas e outras, ao contrário, apenas com poucas. Além disso, o espaço físico e o trabalho da equipe têm demandas diferentes de acordo com o número de pessoas presentes. Por isso pedíamos aos participantes que nos avisassem caso não pudessem vir, o que foi feito em grande parte das vezes.

¹⁹ Apenas para facilitar a compreensão do texto, chamarei participantes aos convidados para o grupo e equipe as pessoas que tinham a responsabilidade de conduzir o grupo e os registros. Embora em uma pesquisa desse tipo possamos afirmar que todos participam, essa diferenciação denota responsabilidades distintas em relação aos encontros do grupo.

Tabela 1 - Frequência dos participantes aos encontros

Encontro / Participantes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total de encontros por participante
ANGELA	x	x		x	x		x	x	x		7
CLARA	x	x	x	x	x	x	x	x	x		9
CRISTINA	x	x		x	x	x	x	x			8
DIEGO		x	x	x	x	x		x		x	7
EMILIA	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
FERNANDA	x	x	x	x		x	x				6
FRANCISCO	x		x	x	x	x	x	x	x		8
JOÃO		x	x	x	x	x		x	x	x	8
JORGE	x	x	x	x	x	x	x		x	x	9
JULIA	x	x		x	x		x				5
MARCIO		x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
MARCOS	x	x	x	x	x		x	x	x	x	9
MARIANA	x	x		x	x	x	x		x	x	8
MONICA	x	x	x	x	x	x		x		x	8
MURILO,		x	x	x	x						4
RODRIGO		x	x	x	x	x	x	x	x	x	10
SELMA	x	x	x		x	x	x	x	x	x	9
SILVIA	x	x	x		x	x	x		x	x	8
Total de pessoas por encontro	13	17	13	16	16	15	14	12	12	11	

8.3 Os participantes²⁰

Mães

1. Angela: 45 anos, assistente social. Casada durante nove anos, separada há cinco. Casada de novo há dois. Dois filhos do primeiro casamento com 13 e 10 anos. Sem filhos no casamento atual. Não tem a guarda dos filhos, que perdeu na separação por ter que se mudar de cidade e, até hoje, tem diversas ações na Justiça para reaver a guarda, além de ações de partilha e alimentos (que ela provê aos filhos). Está em processo de mediação na Justiça com o ex-marido. Considera-se vítima de alienação parental. Foi indicada por amiga que recebeu o e-mail de divulgação e conhece o trabalho. Motivo do interesse: Quer falar sobre o assunto, pois não conhece espaços onde possa conversar sobre ele. Quer, quem sabe, ter outras ideias. Tem muitas questões sobre como agir daqui para frente. Quer também compartilhar sua experiência com o grupo.
2. Clara: 38 anos, psicóloga. Casada durante 12 anos. Separada há seis meses. Tem uma filha de 11 anos. Tomou a iniciativa da separação. Enfrenta no momento da entrevista ações na justiça, sem acordo sobre questões financeiras. Ela tem a guarda da filha, e nesta área está em acordo com ex-marido. Recebeu o e-mail de divulgação por constar da minha mala direta. Fez terapia de casal antes da separação. Motivo do interesse: quer conversar sobre o assunto.
3. Cristina: 43 anos, no momento não trabalha fora. Ficou 14 anos casada, está separada desde maio 2010. Um casal de filhos, 10 e oito anos. Separação por iniciativa do marido, mas segundo ela, para ela foi muito bom. Tem guarda compartilhada dos filhos e a convivência é bastante igualitária das crianças com o pai e a mãe. Assistiu a uma palestra realizada por mim na

²⁰ Além dos dados objetivos como idade e profissão, tentei descrever as situações dos participantes usando a forma como eles as descreveram na entrevista. Os nomes e outras informações que pudessem permitir que eles fossem identificados foram trocados.

- escola dos filhos. Acredita que sua experiência é interessante e que pode ouvir coisas interessantes também.
4. Emilia, 59 anos, psicóloga. Foi casada duas vezes. Na primeira vez durante 10 anos. Separada há 24 anos. Um filho, atualmente com 32 anos. Casada pela segunda vez, por três anos, separada há 13 anos. Tomou a iniciativa das duas separações. Indicada por uma amiga que recebeu o e-mail de divulgação do e enviou a ela. Motivo do interesse em participar: até hoje não entendeu sua primeira separação. Queria ouvir outras pessoas para ver se entende melhor.
 5. Mariana: 37 anos, advogada. Casada durante cinco anos, separada há três. Tem uma filha de quatro anos. Não tomou a iniciativa da separação. Seus pais também são separados. Tem várias ações em curso na Justiça. Divórcio ainda muito conturbado. Indicada por sua terapeuta individual. Motivo do interesse: quer ouvir as outras pessoas. Pensar se há outras formas de agir e entender o que o ex-marido faz.
 6. Monica: 52 anos, fisioterapeuta. Dois casamentos. Do primeiro ficou viúva, e teve uma filha hoje com 24 anos. No segundo, ficou casada quatro anos e está separada há oito. Nesta união teve uma filha, atualmente com 12 anos. Os pais dela também separaram-se depois de 30 anos de casamento, ela já tinha sua primeira filha. Tomou a iniciativa da separação. A relação é conturbada até hoje. O pai da filha não tem quase nenhum contato com ela (a filha). Indicada por amiga que recebeu o e-mail. Motivo do interesse: conversar sobre o assunto com outras pessoas com experiências diferentes.
 7. Selma, 52 anos, antropóloga. Foi casada durante 14 anos, está separada há 11. Dois filhos, 23 e 19 anos. Morou seis anos em outra cidade e os filhos ficaram com o pai. Voltou há três anos e os filhos voltaram a morar com ela. Motivo do interesse: quer ouvir outras pessoas sobre o assunto, especialmente os jovens.
 8. Silvia, 42 anos, advogada. Após 10 anos de casamento, separou-se há dois anos e meio. Tem duas filhas de nove e sete anos. Separação bastante conflituosa. Marido tomou a iniciativa após descobrir traição dela. Indicada por uma amiga e por sua terapeuta individual. Motivo do interesse: conversar com outras pessoas sobre o assunto.

Pais

- 1 Francisco: 48 anos, advogado. Está separado há 10 anos, ficou casado durante onze. Tem um filho com 12 anos. Fica duas vezes por semana com ele. Está se separando de um segundo casamento de cinco anos agora, sem filhos. Já participou de um trabalho anterior de grupo e considera que foi fundamental para resolver as questões de sua primeira separação. Quer voltar a ter a experiência de estar em grupo de novo e contribuir para a experiência dos outros.
- 2 João: 58 anos, engenheiro aposentado. Foi casado durante 29 nove anos e está separado há sete meses. Tem uma filha de 30 anos e um neto. Não tomou a decisão da separação. Tem muita raiva da ex-mulher e ainda briga na justiça. Chegou entre o primeiro e o segundo encontro. Indicado por uma participante de um grupo anterior sobre o tema.
- 3 Jorge: 51 anos, redator. Casado durante um ano, separado há nove anos. Tomou a iniciativa da separação. A relação permanece conturbada. Há processos de guarda e alimentos correndo na Justiça. Tem a guarda compartilhada do filho. Casou-se de novo e tem outro filho de um ano. Soube do trabalho por mim, em conversa no consultório. Motivo do interesse: adquirir ferramentas para conversar melhor.
- 4 Marcio: 47 anos, administrador. Está separado há quatro anos, e foi casado durante 12. Tem um filho de nove anos. Relação muito conflituosa com a ex-mulher. Não tomou a iniciativa do divórcio. Houve traição da ex-mulher e ela quis a separação. Fica com o filho nas quartas e fins de semana alternados. Objetivo maior de sua participação é ouvir os jovens, para pensar no filho. Chegou entre o primeiro e o segundo encontro. Foi indicado por uma das participantes do grupo que tem os filhos na mesma escola.
- 5 Marcos: 30 anos, designer. Casado durante cinco anos, separado há três. Uma filha de seis anos. Relação conturbada ainda com a ex-mulher que não aceitou a separação. Ele que tomou a iniciativa da separação. Indicado por familiares que conheciam o trabalho. Motivo do interesse: quer falar, 'se resolver'.

- 6 Murilo: 42 anos, administrador. Foi casado durante 14 anos, está separado há oito meses. Tem três filhos entre 10 e 7 anos. A mulher descobriu um relacionamento extraconjugal eventual dele e decidiu se separar. Indicado pela terapeuta da filha mais velha. Quer conversar sobre o assunto, pois ainda está sofrendo muito. Tem muita culpa, e perplexidade diante do que aconteceu.
- 7 Rodrigo: 50 anos, webmaster. Foi casado durante 11 anos, e está separado há 10. Tem um filho com 19 anos. Inicialmente tinha a guarda compartilhada do filho, porém algum tempo depois a mãe foi morar no exterior e o filho ficou durante seis anos com ele. Atualmente o filho mora há um ano fora do país com a mãe e por desentendimentos com o pai não quis voltar e não tem se comunicado com ele. Mora com a mãe e o atual marido dela. Rodrigo está se separando de outro relacionamento sem filhos, mas com enteados. Interesse em conversar sobre a sua situação com o filho. Participou de outros grupos do mesmo tema com parte da equipe do grupo atual e considerou que nesse momento poderia ser importante voltar.

Filhos

1. Diego: 19 anos, estudante universitário e músico. Seus pais estão separados há nove meses e foram casados durante 23 anos. Mora com a mãe vê o pai uma vez por semana. A separação dos pais não tem maiores conflitos. Filho único. Indicado pela mãe, profissional da área de terapia.
2. Fernanda: 25 anos, professora. Os pais separaram-se em 2002, depois de 19 anos de casados. O pai tem problemas com álcool e havia uma relação violenta entre os pais e do pai com os filhos. Tem duas irmãs (26 e 23 anos) e um irmão (17). Tem contato superficial com a mãe, com quem morou até ano passado e praticamente nenhum com o pai que voltou à terra natal, fora do Brasil. Casou-se ano passado com um homem separado que já tinha uma filha de cinco anos. Foi indicada por uma pessoa de suas relações profissionais que conhecia o trabalho.
3. Julia, 19 anos, estudante universitária. Seus pais separaram-se em 2006 após 26 anos de casamento. Mora com a mãe. Vê o pai eventualmente. Há um

mês ele foi morar em outro estado. Quer conversar sobre o assunto com outras pessoas. Está preocupada com a mãe. Tem um irmão de 22 anos. Indicada pelo tio, profissional da área.

O grupo, portanto, reunia pessoas com experiências diferentes em vários aspectos da separação. Além disso, também tínhamos pessoas no grupo que viveram a experiência da separação conjugal de lugares diferentes, por exemplo, como mães e como filhas, e como filhas e madrasta. Alguns eram filhos de pais separados que estão também separados agora, que estão casados, que estão separados dos primeiros casamentos ou até do terceiro e que tem filhos de idades muito diferentes e em momentos de separação também diferentes. Assim, além da posição que cada um ocupava na família na qual ocorreu o divórcio, muitos outros fatores estavam relacionados. Esse foi um diferencial na constituição do grupo que não havia sido previsto, mas que foi considerado como mais uma possível ferramenta para trabalhar com a diferença durante o processo do grupo. Apesar disso, havia algumas redundâncias, como o fato de serem todos, em sua maioria, pessoas com certo padrão social de classe média, urbana, zona sul do Rio de Janeiro e com escolaridade correspondente ao 3º. grau.

8.4 A equipe²¹

A prática com grupos, em várias de suas versões, tem valorizado o trabalho em equipes. Tanto em duplas, como em equipes maiores, no caso dos grupos que atuam com equipes reflexivas (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2001; RAPIZO et al., 2009). A equipe é um dos pontos importantes na metodologia do trabalho. Esta prática é tradicional, especialmente nos trabalhos que se dão em organizações e na tradição da facilitação sistêmica (FUKS, 2009). Segundo o autor, a equipe é a principal rede de sustentação dos facilitadores. Considera-se que dessa forma incentiva-se também na dimensão destes a diversidade de ideias, opiniões, posições

²¹ A partir desse momento no texto, onde inicio o relato do trabalho propriamente dito, uso a primeira pessoa do singular, denotando o envolvimento e a autoria particular dessa narrativa sobre o trabalho. Apenas uma entre muitas possíveis. No entanto, em muitos momentos utilizo a primeira pessoa do plural, denotando decisões e conversações feitas com a equipe de trabalho.

e o aumento de possibilidades de conexão com os participantes dos grupos. Além disso, as dinâmicas propostas muitas vezes exigem a divisão em pequenos grupos, que demandam a presença de mais de uma pessoa na organização das conversas.

No tipo de abordagem em que o processo é um foco mais relevante do que o conteúdo (FUKS, 2009), existem vários níveis dos quais os facilitadores necessitam cuidar. Níveis emocionais, fluxos de conversa e comunicações não verbais, tensões, movimentações, temporalidade, por exemplo. O trabalho em equipe, quando possível, possibilita uma maior divisão das responsabilidades e tarefas, ao mesmo tempo em que a interlocução da equipe permite manter uma postura reflexiva e colaborativa no processo de condução dos encontros do grupo. No entanto, uma equipe não acontece naturalmente. Implica na passagem dos recursos individuais para um conjunto. Essa passagem também não é natural. Muitas vezes um facilitador utiliza algumas habilidades suas para trabalhar sozinho que, não consegue acessar, quando é parte de uma equipe. Por exemplo, pode ter uma boa capacidade de síntese que pode usar em momentos específicos do grupo, mas não ter a iniciativa de se colocar, ou ficar com seus movimentos restringidos quando está trabalhando com mais pessoas. Assim, a construção do trabalho em equipe é parte do aprendizado do trabalho com grupos, sendo a própria equipe vista como um grupo.

A equipe que realizou o grupo objeto da pesquisa já havia trabalhado junta em inúmeras ocasiões. Tanto em grupos com o mesmo tema, quanto em equipes de facilitação de trabalhos em outros contextos, inclusive o de formação de pessoas que trabalham com grupos. Quando ficou decidido que o campo da pesquisa seria a realização de um grupo, fiz a proposta às pessoas com as quais já havia trabalhado antes. A possibilidade que tive de contar com a “minha equipe” foi inestimável. Trouxe uma tranquilidade para o contexto da realização dos encontros e uma possibilidade de troca e criatividade que não seria possível com o trabalho solo, ou mesmo com outra equipe, menos afinada. No entanto, a proposta do grupo ser parte de uma pesquisa, incluiu algumas variáveis com as quais nunca tínhamos nos preocupado em outros trabalhos, como o registro dos encontros, por exemplo. Além disso, neste grupo eu teria uma posição diferenciada, já que como pesquisadora e no curso do doutorado, teria responsabilidades em relação ao grupo diferentes das delas. Além da questão relativa aos registros, consideramos que eu deveria realizar todas as entrevistas individuais, por exemplo. Também ficou acertado que eu estaria

na condução da conversa grupal, embora em alguns encontros outra integrante da equipe tenha conduzido as dinâmicas. Isso foi decidido avaliando conjuntamente as habilidades e condições necessárias ao momento e quem considerávamos mais adequada para cada tarefa. De forma geral, ainda que haja uma pessoa da equipe que esteja encarregada de conduzir as conversas do encontro, a participação das outras integrantes é livre, podendo sempre pedir a palavra para algum comentário, observação ou complementação que considerar necessária. Compartilhei com elas os objetivos da pesquisa, os prazos e as questões práticas em relação ao grupo como horário, divulgação, etc. para que elas estivessem com as informações que considere necessárias sobre o projeto e a pesquisa, e para que pudessemos trabalhar “afinadas”.

Um dos aspectos importantes do trabalho em grupo é como a equipe imagina e constrói cada encontro. Quais seus objetivos, quais dinâmicas vai propor e como distribui o tempo, entre outras coisas. Assim, como parte do método de trabalho, a equipe participou do planejamento, da execução e da avaliação dos encontros. Reuníamos-me meia hora antes do encontro do grupo e meia hora depois para o planejamento e avaliação dos encontros e, durante a semana, nos falávamos por e-mail ou pessoalmente compartilhando as ideias sobre temas, conversas possíveis e dinâmicas que, por fim, eram organizadas em um roteiro.

O fato de que as facilitadoras já tinham experiência de trabalho em conjunto foi um fator influente na fluidez com que puderam planejar e executar os encontros. No entanto, isso não significa que uma equipe que não tenha ainda a experiência do trabalho conjunto não possa ter sucesso na tarefa de facilitar um grupo. Talvez exija mais atenção a alguns pontos da própria relação entre a equipe, assim como a características singulares de cada membro da equipe que podem contribuir e enriquecer o trabalho, ao mesmo tempo em que se aprende a dançar conjuntamente sem “pisar no pé” do parceiro. No caso da equipe desse trabalho, o tempo de convivência e experiência conjunta foi uma importante contribuição no sentido do planejamento, da confiança e da possibilidade de contar com a presença e com as habilidades conhecidas de cada uma, no planejamento e execução de cada encontro.

Devido às necessidades especiais do registro deste grupo, procurei também uma pessoa que pudesse fazer o relato escrito dos encontros. Divulguei essa necessidade para colegas de trabalho, alunos e ex-alunos meus. Foi assim,

incorporada à equipe uma relatora, indicada por uma colega de trabalho. Ela participou dos momentos anteriores a cada encontro, de planejamento e aquecimento e posteriores, de avaliação e planejamento do seguinte. Sua postura foi bastante colaborativa atendendo às solicitações da equipe, explicitando suas opiniões e sensações e, ao mesmo tempo, curiosa, pois não tinha experiência de trabalho com esse tipo de grupo. Sua tarefa era anotar o mais que pudesse dos encontros, das conversas e também de suas observações durante os encontros. Ela não participou da condução do grupo ou das conversas, permanecendo em silêncio durante os encontros, apenas escrevendo.

Portanto, a equipe deste trabalho contou com:

- Maria Beatriz Costamilan, psicóloga, terapeuta de família, facilitadora de grupos e terapeuta comunitária.
- Nadia Moritz, psicóloga, terapeuta de família, facilitadora de grupos.
- Isadora Ramos, psicóloga, terapeuta de família, relatora. Foi a única participante do grupo que não havia estado em nenhum outro trabalho de grupo com essa equipe.

8.5 A construção do trabalho

8.5.1 O roteiro: preparação para o encontro

Como dito anteriormente, a equipe se reunia antes dos encontros para planejar o que seria feito. Dessa conversa surgia um plano para o encontro. Assim, cada encontro teve um roteiro prévio. Esse roteiro era flexível e serviu como guia para a equipe, mas a qualquer momento ele poderia ser modificado. Seguindo a distinção feita por Shotter e McNamee (2004), o roteiro tem mais o caráter de preparação, do que de planejamento. A partir da conversa da equipe sobre os últimos encontros, nossas expectativas e observações, criávamos uma espécie de sensibilidade ao contexto daquele momento. Era um movimento de conexão e foco para o trabalho. Recuperava-se a experiência do(s) encontro(s) anterior(es), compartilhava-se ideias que ressoaram para cada membro da equipe e imaginava-

se que desdobramentos podem ser propostos. Portanto, o roteiro nos dava uma certa organização para o encontro e nos preparava para estar presentes nele. Embora ele nos organizasse, era importante poder ter a liberdade de modifica-lo a qualquer momento, seguindo os movimentos do grupo. As modificações que ocorreram em nossos roteiros prévios não os inutilizaram, ao contrário, nos davam a medida das possibilidades do grupo, nos ajudavam a pensar melhor as suas características, o que funcionava melhor e imaginar o tempo que gastaríamos em cada atividade. Portanto, o roteiro é uma ferramenta para o facilitador que pode ser modificado, em qualquer dos seus aspectos. Isso aconteceu em vários momentos do grupo, tanto em aspectos pequenos, como perceber que o tempo imaginado no roteiro não seria suficiente para a atividade proposta, como ao decidirmos que não faríamos alguma atividade que pensamos, pois algo emergiu em alguma conversa que consideramos mais importante do que o que estava planejado. Isso exige que a equipe, durante os encontros, esteja sempre aberta, flexível e em constante comunicação sobre o andamento do encontro.

Em geral, o roteiro é feito tendo em conta o objetivo inicial imaginado do encontro. A partir do objetivo são pensadas possíveis dinâmicas e ações que possam servir para estimular ou propor determinados tipos de conversa, favorecer determinados tipos de interação, etc. Por exemplo, em um primeiro encontro, é necessária alguma ação que promova uma interação entre pessoas que não se conhecem, uma apresentação, um “quebra-gelo”, para que a conversa possa fluir, reconhecendo-se que as pessoas estão mais tímidas, menos à vontade e com receios do que possa acontecer. Já em outro encontro, pode-se propor conversas em duplas que favoreçam a intimidade, ou dinâmicas mais agitadas ou mais calmas, dependendo do clima e do tema que se pretende trabalhar. Dessa forma, com isso em mente, pensamos uma ou mais possibilidades de roteiro. Após alguns encontros, o “objetivo” daquele momento, em geral, está ligado ao que aconteceu antes e em como está o fluxo da conversa em nossa observação. Ou seja, não é um “objetivo” em termos de resultado a ser alcançado, mas em termos de manter a conversa fluindo ao longo dos encontros.

Com o roteiro pensamos também os tempos das atividades ou que serão destinados à fala de todos juntos ou de cada um, tentando um equilíbrio entre as falas de todos, as conversas mais íntimas e a reflexão individual. Ele também ajuda o facilitador a não ser capturado pelo conteúdo que emerge das conversas e a não

se perder dos objetivos do encontro e do grupo. Mantendo sua função de cuidar do processo das conversações para que o grupo chegue aonde quer chegar.

Porém, o encontro do grupo é sempre uma surpresa. Muitas decisões são tomadas na hora e seus critérios são bastante difíceis de explicitar. Segundo Schon (1983), há um conhecimento tácito, contextual, que usamos no momento da prática, “sem pensar”. Uma reflexão-em-ação, que muitas vezes é percebida como “intuição”, mas consiste na articulação, pelo profissional, de vários tipos de conhecimento, na hora mesmo em que está atuando.

O trabalho com grupos é um trabalho artesanal (FUKS, 2009; SENNET, 2009), diferente da aplicação de um conjunto de técnicas. A cada momento, o facilitador ou equipe de facilitadores, sente o “pulso”, o “clima” do grupo, checa suas expectativas e as dos participantes, consulta com a equipe ou com eles e decide qual o próximo passo. O que acontece no grupo é, sempre, um misto entre o que estava previamente planejado, situações emergentes, decisões da equipe etc. Os rumos que cada conversa vai tomar, as participações de cada um, e como elas vão ser respondidas, são o substrato do encontro e não podem ser planejadas.

O grupo reunido para a pesquisa era um grupo numeroso e heterogêneo. A ideia do trabalho foi sempre a de aproveitar as diferenças como ferramentas para a conversa. Portanto, tínhamos isso em mente, ao nos prepararmos para os encontros e para a proposta de dinâmicas. Logo percebemos que era um grupo falante, em sua maioria, e que, mesmo os menos falantes no grupo maior, participavam com entusiasmo das conversas em pequenos grupos. Por outro lado, por serem numerosos e falarem muito, gostarem de contar suas histórias, foi muito importante cuidar do horário e do contexto para que as conversas não se tornassem incompreensíveis, por todos estarem falando ao mesmo tempo, em conversas paralelas, ou que as conversas em subgrupos não interferissem umas nas outras. Tivemos a condição física muito privilegiada de podermos em alguns momentos usar outras salas da casa para a divisão dos grupos. O conforto, o nível de ruído das outras conversas, a disposição de cadeiras e o acesso a material necessário, são também tarefas do facilitador e ajudam a construir e cuidar do contexto para que o processo do grupo possa fluir.

8.5.2 As dinâmicas: diferentes formas de conversar

As dinâmicas, embora estejam presentes em muitos tipos de trabalho em grupo, têm para nós um sentido bem específico. Consideramos que a descrição e conceituação feitas por Fuks (2009, p. 72) aproximam-se do modo como as pensamos, planejamos e utilizamos. Segundo o autor, as dinâmicas são:

[...] um momento de encontro em que se começa - de forma ativa - a construção do 'comunitário'. Inventamos sequências, jogos, cenas, nas quais, dentro de um clima seguro, criativo e informal, se promove a reflexão-em-ação sobre o 'comum' (e, portanto, sobre o diferente) e se facilita o reconhecimento do saber-fazer de cada participante que é legitimado pelos outros

Interessante sublinhar a palavra “inventamos”, empregada pelo autor citado, pois nossas dinâmicas, em sua maioria, são inventadas a cada encontro com o grupo, são modificadas, às vezes inspiradas em fatos cotidianos, às vezes em dinâmicas que vivemos em algum treinamento, ou que aprendemos em outros métodos de trabalho. Algumas, usamos há muito, em várias versões e suas origens se perdem no tempo, sendo conhecidas e reconhecidas como de uso comum, uma espécie de domínio público e de tradição oral na comunidade de facilitadores e coordenadores de grupos. Várias publicações relatam e descrevem dinâmicas para serem usadas em inúmeras situações grupais. Pode-se encontrar um grande número desses recursos na internet, onde estão cada vez mais disponíveis, embora, em grande parte das vezes, sem referências de origem²².

As dinâmicas propostas neste grupo tinham como objetivo principal promover conversas entre os participantes e estimular a reflexão. Assim, nossas dinâmicas se deram em torno do processo de conversar. Foram imaginadas juntando o objetivo do encontro, quando ele existia claramente, já que nem todo encontro tem um objetivo tão claro como um primeiro ou último encontro. Também foram propostas levando em conta o momento do grupo, o encontro anterior, o tema que estava mais presente no momento, temas que eles listaram no início e não haviam sido discutidos, ou ainda, algo específico que os facilitadores pensaram que era importante trabalhar com o grupo.

²² No relato do grupo, procurei citar, quando conhecia, ou pude ter acesso, as referências em que as dinâmicas foram baseadas ou inspiradas.

Como exemplo, no quinto encontro, a dinâmica usada – mapa de redes – foi um eco das conversas após a dinâmica do encontro anterior. E, isso é explicitado para o grupo como parte da criação de contexto para a dinâmica como podemos ver no extrato a seguir:

Rosana: Um eco que ficou para nós das conversas e que apareceu de várias maneiras. Eu fui anotando um pouco as ideias que um dava para os outros... Tinham a ver com a rede social... Isso de quem está perto, que a gente pede ajuda, conversa, bota a boca no trombone. Os recursos que a gente vai buscar nas outras pessoas. E, a gente resolveu fazer um trabalho com vocês hoje que se chama mapa de redes.

De novo, como em um trabalho artesanal não é possível antecipar as dinâmicas ou mesmo estabelecer uma série delas a serem repetidas em outros grupos. Na experiência da equipe poucas vezes conseguimos repetir uma dinâmica de um grupo em outro, pois sempre é importante considerar a especificidade daquele grupo e adaptar recursos já conhecidos para aquele momento, ou criar outros. Apesar do planejamento prévio, o mais importante, não é que os participantes do grupo cumpram as instruções das dinâmicas, mas que elas sejam disparadoras de reflexão e conversas. Assim, não se busca resultados previamente esperados, mas imaginamos que as atividades possam desencadear determinados processos. No grupo em questão, as dinâmicas tinham um foco na diferença de olhares possíveis, nas possibilidades de pensar em temas ligados ao divórcio, sempre levando em conta que o grupo era constituído por pessoas que haviam vivido a situação em posições diferentes. Portanto, sempre nos perguntávamos: como poderíamos criar um contexto para a conversa em que os participantes pudessem se ouvir e se sentir beneficiados, tanto pelo que ouvissem, como pelo que falassem. Da mesma forma, os participantes do grupo, ao se engajarem nas dinâmicas, poderiam refletir e sentirem-se, ao mesmo tempo, contribuindo com a reflexão conjunta.

Além da dinâmica, no roteiro do encontro, é importante deixar algum tempo para a conversa livre e a conversa sobre o processo da conversa. Para os facilitadores é esse o foco do trabalho: o processo da conversa. Durante muitas dinâmicas o grupo se divide em subgrupos ou duplas. Estes subgrupos conversam

separadamente e os facilitadores cuidam do processo, do tempo, da fluidez e asseguram aos participantes um contexto que permita as conversações. Os facilitadores são “cuidadores do processo” (FUKS, 2009). Não é necessário que eles conheçam todo o conteúdo que os participantes conversam entre si. Em outro momento, quando o grupo todo está reunido, são feitas sínteses em que cada subgrupo decide o que quer compartilhar da conversa que teve em separado. Mas, é garantido a todos, que só precisam falar se quiserem e o que quiserem. Essa é uma característica que diferencia esse trabalho de grupo de muitos outros, em que o conteúdo é importante para a condução do grupo e, portanto, o facilitador precisa saber o conteúdo das conversas para poder seguir com o trabalho. Durante nossos encontros, o mais importante, foi que o processo das conversações se desse com fluidez e que os participantes avaliassem que esse processo estava produzindo os resultados desejados por eles. Neste ponto, é importante notar que, dentro desta visão do trabalho com grupos, procuramos os recursos dos participantes. Esse olhar dirigido aos recursos e não aos déficits (GERGEN; GERGEN, 2010) implica uma postura política, ética e gera intervenções e uso de técnicas de forma diferenciada. Por exemplo, neste tipo de trabalho, consideramos importante salientar o saber de cada participante como parte integrante do saber do grupo. Não é o facilitador que promove ou traz as soluções e caminhos para as questões levantadas, mas favorece que, a partir das trocas no grupo, novas ideias e significados possam ser gerados. Acredita-se que, o saber que as pessoas construíram em suas experiências, possa ser útil, para outros e para si mesmos, ao lidar com dificuldades. Assim, propusemos algumas dinâmicas em que os participantes eram convidados a dar opiniões ou imaginar cursos de ação diferentes sobre questões levantadas por outros. Com isso metacomunicamos que não existe uma solução acertada, mas diversas soluções para contextos diferentes e pessoas diferentes. Algumas dessas dinâmicas foram consideradas, na avaliação final feita pelos participantes, como pontos importantes do processo, por possibilitarem novas ideias e reflexões. Como exemplos, podemos citar a dinâmica do oitavo encontro com Monica ou a dinâmica de troca de problemas usada no quinto encontro, que serão descritas mais detalhadamente adiante.

As dinâmicas são as ferramentas de trabalho do facilitador. São também os momentos em que ele exercita a criação, a improvisação. Na literatura sobre grupos temos várias referências ao uso de dinâmicas. Em geral são exercícios, jogos

metafóricos e que auxiliam a promover e facilitar conversas. Elas ajudam o facilitador a perceber determinadas condições do grupo, assim como ajudam ao próprio grupo e a cada participante a se perceberem. No entanto, no tipo de trabalho que realizamos neste grupo, nossa forma de lidar com as dinâmicas tem alguns diferenciais importantes de serem mencionados. Um deles, é que a dinâmica, como já foi dito, de outra maneira, é parte da singularidade daquele momento do grupo. Ela torna-se uma metáfora, uma expressão de uma forma de realizar um objetivo, como por exemplo, ter contato com visões diferentes de um mesmo tema. Portanto, no caso do grupo da pesquisa, as dinâmicas foram escolhidas pelo que a equipe acreditava ser o potencial que elas traziam para as conversas e para as diferenças que essas conversas pudessem trazer, aproveitando a diversidade e multiplicidade de olhares existentes no grupo. São também oportunidades para a experiência. Algumas são orientadas a tentar perceber e experimentar outras perspectivas. Algumas propõem tentativas de novos posicionamentos. Podem usar a imaginação, recorrer a outras linguagens como a corporal e a música. Poderia dizer que são propostas de “jogos de linguagem” (WITTGENSTEIN, 1979) alternativos ou ainda possibilidades de experimentar “gêneros de fala” (BAKHTIN, 1986) menos habituais.

Cada facilitador, em cada grupo, costuma dar o seu tom às dinâmicas e adaptá-las ao objetivo do grupo e a suas habilidades e formação profissional. No caso desse grupo, algumas características das dinâmicas podem ser ressaltadas. Como todas as facilitadoras têm características de formação em comum, isso nos remetia a algumas tradições de trabalho com grupos que nos eram mais familiares e que nos inspiravam mais. Por exemplo, os processos reflexivos, a organização de conversas sobre conversas, descrita por Andersen (1987, 1996) e, popularizada na terapia de família, no formato da equipe reflexiva. Embora não usássemos essa ferramenta no sentido estrito do termo, havia uma intenção de que as conversas propostas aos participantes tivessem um desdobramento em que se conversasse sobre as conversas em um movimento reflexivo. Por isso, algumas vezes começamos uma dinâmica em dupla, e depois juntamos as duplas para que, os agora, quatro participantes juntos pudessem conversar sobre como foi o processo de conversar a dois. Esses movimentos permitem que a conversa saia de um formato apenas de relatos de experiência e possa ser, de alguma forma, transformada em aprendizado para outras situações e pessoas.

Outra característica das dinâmicas que usamos no grupo é que elas tornam o facilitador uma figura menos central em relação ao conteúdo das conversas do grupo. Ele ou eles são centrais na organização do processo, porém o conteúdo é de responsabilidade dos participantes (FUKS, 2009). Dessa forma, os facilitadores não participam das conversas dos subgrupos, apenas das conversas do grupo todo reunido. Com isso, incentivamos relações mais autônomas entre os participantes, e valorizamos seus recursos de mútua ajuda. Durante os encontros do grupo, por exemplo, a equipe ficava reunida, tomando algumas decisões sobre os próximos passos do grupo, atenta ao ritmo da conversa, a alguma situação que merecesse atenção especial, ou a algum pedido dos participantes. Em um dos encontros, o segundo, uma das participantes, durante a conversa em um dos subgrupos, emocionou-se muito. Na passagem da conversa do pequeno grupo para o grupão, uma das facilitadoras tomou um tempo para decidir junto com ela, se ela gostaria de continuar na conversa e como. Ela decidiu continuar no grupo para a conversa final e então pôde agradecer a acolhida dada pelo seu pequeno grupo naquele momento difícil. Dessa forma, o grupo também se responsabiliza e fica atento a cuidados, necessidades e fragilidades uns dos outros, não dependendo apenas dos facilitadores para estimular ou “resolver os problemas” que possam surgir durante uma conversa.

A criação das dinâmicas, durante a preparação para o encontro, é sempre um momento de muito prazer, onde exercitamos o lúdico e a imaginação. É onde tentamos várias traduções de nossos objetivos para outras linguagens, outros desenhos possíveis.

Durante o grupo, estiveram presentes dinâmicas inspiradas na facilitação sistêmica de processos coletivos (FUKS, 2009), nos processos reflexivos (ANDERSEN, 1996), nos processos colaborativos (ANDERSON, 2007a), nos formatos de diálogo das conversações públicas (PUBLIC CONVERSATION PROJECT, 2004), nas propostas da Avaliação Apreciativa (COOPERRIDER; WHITNEY, 2005), nas terapias narrativas (WHITE; EPSTON, 1990) e na terapia comunitária integrativa (BARRETO, 2008). Todos faziam parte do treinamento profissional e da experiência das facilitadoras. As habilidades e recursos dos facilitadores, em todas as áreas, nesse sentido, são importantes de serem mobilizados. Por exemplo, uma das nossas facilitadoras é atuante no campo da terapia comunitária, que possui uma série de dinâmicas de aquecimento, lúdicas e

de integração. Usamos dinâmicas inspiradas nessa metodologia, embora acrescentássemos ou modificássemos alguns aspectos, para torna-las mais coerentes com o contexto e o tipo de grupo que estávamos realizando. Uma das dinâmicas utilizadas, no quinto encontro, foi uma forma de apresentação em que a pessoa fala seu nome e acrescenta a ele uma qualidade sua que comece com a mesma letra de seu nome. No meio do percurso do grupo, a dinâmica permitiu uma integração menos tímida, mais ligada ao humor e às qualidades das pessoas do que aos problemas. Como o grupo já estava com um bom nível de intimidade, uns sugeriam qualidades aos que ficavam mais em dúvida sobre o que dizer, e isso proporcionou um início de encontro muito leve e divertido. Essas dinâmicas trazem um “tom” ao encontro. Podem ter uma intenção de trazer mais humor, mais emoção e menos razão, de usar uma linguagem não verbal, de integrar, etc. Na seção que relata os encontros em sequência, as dinâmicas usadas em cada um estão descritas detalhadamente.

Outro ponto que consideramos importante para o processo do grupo é a existência de um espaço informal, em que os participantes do grupo possam interagir (ZUMA; RAPIZO, 2003; PUBLIC CONVERSATION PROJECT, 2004). Isso leva em conta a possibilidade das pessoas se conhecerem melhor, conversarem sobre outros temas e criarem outros tipos de laços, atendendo a um dos objetivos esperados em um grupo desse tipo que é o de ativação/criação de redes sociais. A relação que se estabelece entre os participantes do grupo favorece que eles possam fazer parte da rede uns dos outros, ampliando a rede social e fazendo do grupo um polo para a formação de novas redes. Por isso, no roteiro do encontro, procuramos ter tempo antes ou depois, para esse momento informal, paralelo ao encontro do grupo. Durante nossos encontros, servíamos um café com alguns biscoitos e refrigerantes, no meio do grupo, ou ao final, dependendo de como fluía o encontro. Alguns participantes ficavam mais um pouco, à volta desse “lanche”, após o fim do encontro, conversando entre si, algumas vezes com e outras vezes sem, a participação dos facilitadores.

Em todos esses aspectos, o facilitador do grupo assume uma posição menos central e funciona, como já mencionado, menos como um técnico e mais como um “artesão” de contextos para a conversação (FUKS, 2009).

8.6 Construindo um relato das conversações: os desafios do registro e da construção narrativa

Ao iniciar o grupo, percebi que um dos maiores desafios seria o registro das conversas. Havia decidido que seriam feitos dois tipos de registros: o de áudio e o escrito. O de áudio por um gravador digital, que ficava no meio da sala, e o escrito feito por Isadora, uma psicóloga e terapeuta de família que passou a integrar a equipe. Ela não fazia parte da equipe original, que conhecia o método, e participou de oito sessões anotando em silêncio as conversas do grupo. No penúltimo encontro, eu anotei e Maria Beatriz ficou à frente da condução do grupo, e no último, Nadia anotou e eu voltei à condução das conversas. A ideia inicial era de que as duas fontes articuladas contribuiriam para que “nada se perdesse” do ocorrido no grupo. Já no primeiro encontro, percebemos que não seria assim. A própria metodologia utilizada, com a divisão do grupo em subgrupos, a conversa mais livre e simultânea dos pequenos grupos, tornava muito mais difícil a ideia de registrar “tudo o que era falado”. Desta forma, a reflexão sobre o que significa “registrar” algo se fez necessária.

Ainda que se tenham vários registros, de várias ordens, a articulação deles, o trabalho sobre as dificuldades de recuperar e entender o que foi registrado, já nos lança no terreno da criação. Logo ficou claro, que o “registro” torna-se o contar uma história e, como toda história tem inúmeras versões possíveis. O registro escrito tem a marca daquele que escreve. O que seleciona, o que omite, o que pode e não pode ouvir e ao ouvir, escolhe, na velocidade da mão, diferente da do ouvido, registrar.

O registro de áudio tem as confusões, falas atropeladas, risos e movimentos, impossíveis de serem escritos na forma como são ouvidos. A transcrição da fala para a escrita já cria outra história. Como contar na escrita, os movimentos de cabeça, os olhares, os incômodos na cadeira e os alívios no rosto de cada um? Como passar o clima, o humor, a emoção nos diferentes momentos? Para além da ideia de que todo relato é necessariamente uma interpretação, fica a sensação da impossibilidade de transpor para o papel toda a emoção, o clima e as flutuações deste, durante os encontros. Registros de impressões, pensamentos, dúvidas, etc. eram feitos pela equipe e os participantes do grupo entregavam seguidamente o que haviam escrito durante o grupo, tendo isso sido pedido ou não. Com isso, o material

para que fosse composto um relato do que aconteceu no grupo é complexo e mais difuso do que o imaginado. Assim, o que está posto como registro, nada mais é do que a forma pela qual eu consegui dialogar com o material, articular os fragmentos e contar a minha história sobre o grupo que foi realizado.

Uma das fontes materiais que usei para compor o relato, como mencionado, são as gravações em áudio das conversas coletivas do grupo. Optei, já no primeiro encontro, diante da constatação da impossibilidade de registrar o que ocorria nos diversos subgrupos simultaneamente, por registrar apenas o que era falado no “grupão”, ou seja, nas reflexões grupais antes e depois das dinâmicas, onde estávamos todos juntos no mesmo espaço. Esta forma se mostrou mais coerente com a própria ideia e método de condução do grupo, em que os facilitadores têm o foco no processo e não no conteúdo (FUKS, 2009). Assim, não seria importante para a análise do processo conversacional do grupo, que eu soubesse todo o conteúdo das conversas simultâneas, da mesma forma que os facilitadores não participam dessas conversas. Elas são momentos de intimidade das duplas e subgrupos, que não são relatados, em sua maioria, nas reflexões posteriores, como será mais bem visto na seção dedicada à metodologia de condução do grupo.

Durante os encontros, fiz um diário de campo, onde eram anotadas as minhas impressões, ressonâncias e momentos que me chamavam particularmente atenção, e onde eram relatados os momentos de preparação de cada encontro e o roteiro guia dele. Recebi também anotações de sentimentos, impressões, pensamentos e dúvidas realizadas pela equipe que facilitava a conversa do grupo.

Ao realizar essa articulação entre esses vários registros, foi-se criando, ao mesmo tempo, um sentido. Ele não estava, a priori, pensado e reconhecido, mas surge, ao mesmo tempo em que, se mergulha e se reescreve uma história sobre o que aconteceu. Esses registros foram mesclados e ordenados, com a ideia de chegar a um relato que pudesse ser lido e compreendido por outras pessoas sobre o que vivemos durante os encontros. Assim, como Shotter (2012), penso que o trabalho com o *corpus* gerado na pesquisa aproxima-se mais de uma articulação do que de uma análise. E é, também nesse sentido, de que é mais uma criação do que uma reprodução, que é uma atividade poética (SHOTTER; KATZ, 1996; PAKMAN, 2010).

A forma que escolhi de trabalhar com o material das conversações do grupo, não pode ser separada das formas como escolhi trabalhar com o próprio grupo.

Ambas fazem parte da minha posição no mundo, como profissional e como pessoa, e de minhas crenças. Como afirmam Passos e Barros (2009, p. 150) as maneiras de narrar do pesquisador se dão segundo “certa posição narrativa” (). Tal posição implica o pesquisador não só teoricamente como politicamente. É uma política da narratividade que pode ser descrita “como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo ou a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece” (PASSOS; BARROS, 2009, p.151). As decisões que tomei, na edição das falas, tentaram seguir as ideias da responsividade presente em Bakhtin (1997a; 1997b; 1986) e Shotter (1993), apresentando sequências de conversa, ao invés de falas isoladas, tentando expressar o caráter de conexão das falas, dos enunciados e situá-los em um contexto mais amplo (SPINK, 2004a). Também por esse motivo, optei por modificar o menos possível das falas. Acrescentei parênteses com palavras que tentavam preencher alguma lacuna de entendimento no enunciado. Porém procurei manter a fala, mesmo que muitas vezes cortada, interrompida e com características da linguagem falada que não são tão aceitáveis na escrita. Fazendo isso, mesmo que ilusoriamente, procurei incluir a fala dos participantes do grupo à minha narrativa. Não imagino ter conseguido um relato que corresponda ao que aconteceu, mas ter expressado um pouco do clima e da energia que apareciam em cada encontro.

Por outro lado, busquei me incluir e a minhas ideias sobre as conversas sempre que considerei que, no sentido proposto por Spink e Lima (2004), isso servia para explicitar meu processo de interpretação na pesquisa, e/ou como forma de ampliar o contexto para que se tornassem explícitas as sequências de interação onde eu, ou alguma das facilitadoras participava. Desta forma, tentei me manter coerente com a ideia de abrir mão da ideia de “objetividade”, ou de uma análise que “corresponda à realidade dos fatos” e entender o rigor da pesquisa como a explicitação e visibilização dos processos interpretativos e escolhas narrativas do pesquisador (SPINK; LIMA, 2004).

Durante os encontros do grupo, as conversas giraram à volta de muitos temas, tendo, claro, a separação conjugal e seus desdobramentos como o tema guia. Isso se viu, tanto na organização das dinâmicas, conectadas sempre ao tema do grupo, como no interesse dos participantes. Transformar a multiplicidade de visões, experiências e posicionamentos dos participantes em relação ao tema em ferramenta de transformação era a proposta do trabalho e foi o desafio da equipe.

As dinâmicas, portanto, buscavam mais a diferença do que a identificação, embora ela tenha feito parte de todo o processo do grupo, tanto espontaneamente como gerada pelas dinâmicas.

Ao interagir com o *corpus* gerado do registro dos encontros, fui, inicialmente, selecionando as falas, trechos de diálogos e conversas que mais me capturaram, dentro do espírito da poética social proposta por Shotter (1996). Segundo o autor, isso significa a atenção aos momentos marcantes e singulares e à forma como os enunciados se relacionam responsivamente entre si. Minha busca foi de momentos de abertura e mudança nos discursos que, do meu ponto de vista, como pesquisadora e facilitadora, considerei relevantes para os objetivos do trabalho como um todo, ou que trouxeram, também para mim, novos sentidos. Percebi que alguns trechos me capturavam por apontarem para os objetivos da pesquisa, relacionados aos efeitos do diálogo, aos ganhos que a convivência com a diferença trazia. Outros já apontavam mais para alguma observação que me levava a pensar no método de concepção e condução do grupo e outras falas, ainda, remetiam às linguagens sociais presentes em nosso contexto sobre o divórcio e seus desdobramentos. Na atividade de ler e reler as anotações, ouvir as gravações em áudio e o material escrito pelos participantes, foram emergindo temas, categorias, campos de sentido que, inicialmente, de forma pouco nítida, promoveram outros recortes e edições da narrativa e deram início à minha articulação dos sentidos da conversação ou do processo conversacional, ocorrido durante os encontros do grupo, com os objetivos da pesquisa. Muitas vezes, a sensação era de que as diversas leituras, as tentativas de construir um relato, faziam com que “aparecessem” sentidos, conexões não esperadas ou antecipadas por mim. Aos poucos, fui construindo e reconstruindo as categorias que surgiam e cheguei à forma que aqui está apresentada. Cheguei, quero dizer, porque o tempo foi uma variável limite. Houvesse mais tempo e, os sentidos, categorias, modos de me relacionar com o campo-tema onde estava mergulhada, continuariam mudando, comudando, Existiriam muitas, talvez infinitas, outras formas de construir as narrativas ou as categorias. Considero que, alguns trechos, poderiam estar em vários outros lugares além do que estavam. Outros, poderiam estar em vários lugares, mas procurei não repeti-los. Fui fazendo escolhas, priorizando e eliminando possibilidades. Dessa forma, mais do que analisando o processo do grupo, fui articulando, criando

conexões entre o registro das falas, ideias provenientes de conceituações teóricas e observações minhas sobre o processo, alinhadas com os objetivos desta tese.

Como resultado desse processo, dividi o corpus em duas grandes categorias:

1) Um relato que torna visível o método que emergiu nos encontros do grupo. O contato intenso com o material das conversações e a análise dos encontros em ordem fez com que fossem ficando mais claros para mim aspectos do método, o sentido de algumas das ações que tivemos enquanto equipe que, se bem no momento da ação, não estivessem prescritas explicitamente por uma teoria do método, estavam encarnadas e apareciam, como diria Schon (1993), no conhecimento tácito, oriundo da reflexão na prática, ou no que Shotter (1983) chamou de “conhecimento de terceiro tipo” ou “conhecimento desde dentro”²³. Um conhecimento da, e na, prática. Ao reler, rever e remexer o relato derivado dos registros, foram emergindo sentidos para as ações, e em uma visão retrospectiva, foi possível, para mim, visualizar e sintetizar as ações em um método. Isso permitiu a construção de uma série de reflexões sobre o uso de determinadas ferramentas, sobre determinados formatos relacionais, usados ou estimulados durante os encontros, sobre o fluxo das conversas e sobre as condições de possibilidade para que o processo conversacional fluísse da maneira como fluiu. Acredito que essa explicitação da proposta e das ações da equipe no processo, poderão ser muito úteis para a compreensão do tipo de trabalho que foi feito e para a possibilidade de realização de outros trabalhos dentro de parâmetros semelhantes.

2) A articulação do processo conversacional propriamente dito. Nessa seção, incluí os momentos em que pude perceber como o processo de conversação do grupo promoveu negociações de sentidos, surgimento de novas possibilidades de entendimento, novidades relatadas pelos participantes em relação a isso. Essa categoria está bastante ligada aos objetivos do trabalho. Durante o diálogo com o material, foi sendo possível “ver” de que forma a realização do grupo atendia aos objetivos da tese. Neste ponto, estão relatados momentos que capturaram minha atenção, que traziam aberturas, inflexões, novidades, surpresas e que me mostravam como a conversa podia realizar seus objetivos. Aqui, criei algumas categorias, ou melhor, dei um sentido para sequências conversacionais, assim como enfatizei algumas histórias de participantes, que considere marcantes, no sentido de

²³ *Knowing- from- the- third- kind e knowing-from-within*, no original.

trazer a contribuição do grupo para mudanças em seus percursos, de acordo com os objetivos da tese. Em especial, as categorias referem-se à importância da conversação, a momentos de transformação, à negociação de sentidos, à criação de metáforas pelo grupo e à discussão sobre temas importantes das separações conjugais, que revelavam tanto a permanência de algumas linguagens sociais a respeito, como as diversas possibilidades de transformação.

8.7 Produzindo sentidos para a prática: tornando visível um método

Para realizar um trabalho como este, são necessárias algumas condições que possibilitem, que facilitem que o contexto seja dialógico, permitindo alcançar os objetivos propostos para o grupo. O início do trabalho tem a ver com o que se chama “criação de contextos” (FUKS, 2009, p. 71). Trata-se da criação de condições que tornem possível o trabalho. Dentre essas “condições de possibilidade” (FUKS, 2009, p.71) estão, além da logística das condições físicas, as negociações iniciais sobre que temas são relevantes, os acordos sobre como o grupo funcionará, como poderão ser avaliados seus caminhos e com quais critérios. O autor se pergunta: onde começa o trabalho? Em que momento pode-se demarcar o início do grupo? Muito antes dos encontros, como se viu nas seções anteriores, temos a divulgação, os encontros da equipe, as conversas individuais com os participantes. Antes ainda, foram imaginados os objetivos do grupo, foram desenhados cenários, muitas conversas formais e informais se deram, até que, no primeiro encontro ‘presencial’ entre participantes e equipe se possa dizer que o grupo teve início. No relato a seguir, a narrativa se centra nos encontros em sequência e no desenho de cada um. Discorro também sobre as dinâmicas propostas além de algumas observações e reflexões sobre o método usado.

1º. Encontro: O início - quem somos, a que viemos e primeiras negociações

O primeiro encontro tem uma importância fundamental em todo o processo do grupo. É o primeiro momento em que se concretiza e se catalisam todas as

conversas que aconteceram até aquele instante. É quando, por primeira vez, todos estão juntos, todas as experiências e expectativas ali reunidas, os receios, os medos, os desejos e objetivos de cada um. Segundo (FUKS, 2009),

[...] quando se chega ao ponto em que os participantes se reúnem fisicamente com os facilitadores, já há muito caminho percorrido que, com frequência é invisível, mas que será intuído pela maneira com a qual são acolhidos pela equipe e, inclusive, pela distribuição do espaço físico que encontram ao chegar (p.71).

Ao entrarem na sala os participantes encontraram cadeiras em círculo e receberam um crachá para colocarem o nome. Isso facilita os primeiros encontros em que os participantes e a equipe ainda não se conhecem uns aos outros. O fato de se solicitar, a cada um, que confeccione o seu crachá, também tem um objetivo. A pessoa pode escolher ser chamada da maneira que quiser. Algumas pessoas têm nomes duplos, ou apelidos com os quais se sentem mais confortáveis. Sendo assim, cada um se autodenomina.

O primeiro encontro do grupo teve início com a apresentação do trabalho e da equipe: Nadia Moritz, que esteve comigo no planejamento e condução do grupo e Maria Beatriz Costamilan, que não esteve presente neste dia, mas foi mencionada Isadora Ramos, relatora. Apesar de todos os participantes já terem conhecimento de que o trabalho faria parte de uma pesquisa acadêmica, foram dadas as informações sobre o registro dos encontros que seria feito em áudio, com um gravador digital e por escrito. A seguir, foi lido, em conjunto, o termo de consentimento para a pesquisa e assinado por todos em duas cópias. Uma ficou com a equipe e a outra com cada participante. (ver APÊNDICE C).

Dinâmica 1: Apresentação

A equipe propôs uma dinâmica simples e rápida para que as pessoas pudessem se apresentar. Nesse início, as pessoas muitas vezes estão tímidas e tem dificuldades de falar para o grupo todo. Por outro lado, com um grupo grande, pode-se ter uma apresentação longa e que seja desinteressante. Por isso pensamos²⁴ em uma dinâmica que chamamos 'apresentação cruzada'. Os participantes reúnem-se em duplas com seu colega do lado esquerdo e conversam durante 10 minutos, apresentando-se uns aos outros. Após esse tempo, voltamos ao grupão e cada um

²⁴ O uso da primeira pessoa do plural no relato dos encontros refere-se ao fato de que todo o planejamento e condução do grupo, assim como a discussão antes e depois deles foi realizada em equipe.

faz a apresentação do outro. Por isso, também é dito que combinem o que cada um vai dizer do outro. Assim, cada um apresenta seu parceiro do lado esquerdo incluindo alguma informação sobre o tema do grupo e “uma nota” para a empolgação em estar aqui hoje. Essa dinâmica pode ser considerada mais um ‘quebra-gelo’, do que uma apresentação de forma estrita. O que interessa, não é que a pessoa se apresente de forma completa, mas que possa ter um primeiro contato com alguém que esteja mais próximo, estabelecer uma conexão, sem ter que falar de si na frente do grupo inteiro. Também ajuda a descontrair e dá um tom leve ao encontro do grupo. Quando um apresenta o outro, fazendo um resumo da conversa que tiveram em dupla, também metacomunica um dos objetivos do grupo, que é a ideia de “ver-se através dos olhos de outros” (PAKMAN, 1995). Faz uma diferença interessante e gera curiosidade ouvir a fala de outra pessoa sobre a minha pessoa.

O tema do grupo guiou as apresentações, já colocando em pauta questões que iriam ser de interesse para as conversas e discussões. Rodrigo, por exemplo, em poucas palavras, já explicitou sua posição sobre o tema da convivência entre pais e filhos após a separação e foi apresentado, na sequência, por sua dupla, o Marcos.

Rodrigo apresenta Marcos: Meu companheiro é o Marcos. Ele é pai separado e ele tem uma filha de seis anos. É um relacionamento recém-terminado, há uns dois anos, não é isso? (olhando para o Marcos). O caso dele é que ele casou com a mãe (da criança) grávida e foi assim uma tentativa de consertar uma coisa que já começou meio mal, o casamento não estava dando muito certo logo no início, empurrou com a barriga, empurrou com a barriga dois anos e separou. Vê a filha no esquema, infelizmente, no padrão (que) hoje ainda continua sendo nos finais de semana e o pernoite de quarta-feira, final de semana de quinze em quinze. E, além disso, ele também tem uma enteada. E, a gente conversou sobre esse tema, se existe a palavra ex-enteada, que hoje em dia não se dá bem, hoje em dia não tem uma convivência com ele. E a empolgação dele, eu não sei medir direito, mas eu diria um oito.

Marcos apresenta Rodrigo: Esse é o Rodrigo. Ele já se separou três vezes. A terceira faz pouco tempo. E, ele tem uma situação que eu acredito o deixa um pouco

intranquilo, né? Tem um filho de 19 anos e atualmente eles não estão se falando por conta de alguns desentendimentos. E, já posso falar da empolgação? Risos e afirmativa das facilitadoras. Empolgação, vou dar um sete.

Primeiros movimentos: A curiosidade sobre a diferença e a busca de pares

Já no início do grupo, foi possível observar, como as histórias e situações atuais de cada um são diferentes e como isso impacta quem está chegando. Todavia, esse impacto nem sempre acontece de forma positiva, pois, como diz Mariana:

Mariana apresentando Angela: O que me chamou a atenção foi que, mesmo com 5 anos, que é mais tempo do que o meu, não é uma recém separação, eles ainda vivem um conflito muito grande. Um litígio, né? Então, isso me assusta um pouco. (Alguns risos dos outros participantes) Porque a gente sempre escuta que tem aquele prazo, e que com 5 anos já passou... Então eu, confesso que fiquei um pouco assustada, mas...

Também já aparece que a diferença entre o que vivem e pensam as pessoas do grupo é um grande foco de curiosidade. A ideia de ter pessoas que ocupam lugares diferentes na família – pais, mães e filhos - e, portanto, pensam as mesmas questões de maneiras diferentes, aparece como um atrativo para a presença no grupo.

Selma apresentando Julia: A Julia tem 19 anos, os pais se separaram quando ela era pré-adolescente, entrando na adolescência, tem uns 5, 6 anos. Ela veio para saber o que outras pessoas pensam sobre o assunto. Quem já passou por isso, quem está passando nesse momento. Quem é filho, como que os pais pensam, como que os homens pensam, porque é muito difícil a gente saber o que os homens pensam, as mulheres falam mais né? Então é mais difícil saber qual o sentimento dos homens e relação à separação, em relação aos filhos ou mesmo como homens.

Julia apresentando Selma: Sandra não é mais casada. Ela se separou há onze anos. Tem dois filhos homens: um já está formado, outro entrando na faculdade Ela veio para conhecer exatamente o que ela falou, tanto o lado masculino, como dos filhos e das mulheres em outras situações.

Porém, a busca do semelhante, da identificação, como um dos pontos fortes do pertencimento a um grupo, também aparece.

Silvia apresentando Mariana: Bom, Mariana tá separada também há uns dois anos.

Mariana: quase três.

Silvia: quase três... Tem uma filha de quatro e... Tá atravessando e... Quer dizer, esse período todo está sendo bastante difícil. Ela e o ex-marido brigam bastante. Não conseguem se entender. Então ela achou que vir aqui seria uma oportunidade de ouvir a experiência de outras pessoas, e até... Ela não usou esse termo, mas talvez um consolo de ouvir que outras pessoas têm problemas similares ou até piores, muitas vezes.

Dinâmica 2: Expectativas e acordos iniciais

Uma das tarefas do início de um grupo é explorar as expectativas, construir os objetivos, começar a tecer algo conjunto, como um repertório compartilhado. Nesta forma de trabalho, a opção é fazer isso de maneira participativa. Portanto, após esse momento de apresentação e descontração, convidamos o grupo a pensar nos temas que gostariam que constassem nas conversas durante o encontro, e de que forma gostariam de conversar sobre eles. No entanto, para chegarmos a essas respostas e a uma síntese do que o grupo gostaria nesses encontros, organizamos a conversa em subgrupos e oferecemos perguntas que guiassem a discussão. Privilegiou-se, com essa dinâmica, que o grupo pudesse criar suas próprias regras e, a partir de sua singularidade, que os participantes pudessem conhecer uns aos outros, saber sobre os medos e fantasias que poderiam estar presentes nesse início. Com isso estávamos trabalhando ao mesmo tempo um levantamento de temas possíveis, a construção de um acordo mínimo de convivência e contribuindo para a integração entre os participantes. A ideia era propor uma conversa sobre os motivos de estarmos juntos e sobre como assegurar que nossos encontros se mantivessem

próximos dos objetivos traçados pelo grupo e pela equipe. A opção de fazermos esse trabalho de forma participativa, permitiu que todos pudessem sentir-se autores, responsáveis pelo cuidado com as regras, acordos e pelo caminho do grupo, assegurando o cuidado com processo e com o resultado do trabalho. Propusemos a seguinte forma de conversar:

O grupo se divide em três subgrupos por categorias: pais, mães e filhos. Cada grupo conversa durante 30 minutos sobre as seguintes perguntas:

- *Que temas vocês gostariam de discutir nesse grupo?*
- *Que perguntas fariam a partir dos temas levantados?*
- *O que vocês **não** gostariam que acontecesse neste espaço?*

Ao final do tempo dado para a conversa nos pequenos grupos, os participantes voltam ao grande círculo. Inicialmente cada grupo apresentou uma síntese da conversa e as perguntas que fizeram e que gostariam de ver discutidas ao longo dos encontros (segunda pergunta). Costumamos chamar este momento informalmente de “grupão”. É quando acontece a “re-união” do grupo, após uma dinâmica. É parte importante do método e está presente em todos os encontros. O grupão é o momento em que, terminada a experiência proposta pela dinâmica ou pelas conversas em pequenos grupos, é proposta uma reflexão sobre o processo. As sínteses apresentadas pelos grupos foram:

Jorge (pelo grupo de homens): A gente topa conversar sobre qualquer coisa, desde que a gente não fique também na superficialidade, ou no silêncio, como alguém levantou. Assunto a ser discutido, a gente levantou, um, dois, três, quatro. A guarda compartilhada e/ou alternada. O que as pessoas não querem na próxima relação, o que já viveram e já sabem: ó! Isso aqui eu não quero mais! Como lidar com o filho que não conversa com o pai, é isso né? (pergunta ao grupo). E, novas relações com preconceito contra separados, tipo assim, você conhece uma mulher nova: Ah! Homem separado com filho, nem pensar! – (risos de todos)

Cristina (pelo grupo de mulheres): O que não quero: sem críticas, coração aberto, sem acusações, julgamentos. Não dizer o que o outro tem que fazer; cuidar da privacidade alheia, ter delicadeza na abordagem dos temas (muitos risos). É isso

aí... Pega leve... Bem lado feminino... Perguntas, dúvidas, são duas perguntas: O que sentem, quais são as expectativas dos homens em relação à separação, no que diz respeito aos filhos e à ex-mulher? De forma abrangente...

A fala/síntese do grupo dos jovens traz curiosidade e interesse em ouvir a voz de outras pessoas, em outros posicionamentos, a respeito das suas questões:

Fernanda: Bom, em relação ao assunto, eu acho que a gente tá pra falar sobre tudo. O que a gente só não gostaria é que tivesse assim, falta de respeito, e... Porque com certeza, a gente vai discordar. São três posicionamentos diferentes. Diante de um caso, né? Só que, tipo assim, não ter falta de respeito, não ter discussões, querendo... Acho que cada um, aqui, tem que falar o que quer e o outro tem que respeitar a posição, né? Agora, em relação à gente, o que os filhos sentem a gente já sabe! Então a gente faz perguntas mais em relação ao casal que tá separando, tá? É... Qual a preferência dos pais, no caso os homens, em relação à visita dos filhos, de quinze em quinze dias, enfim... A casa da mãe... E outro na casa do pai... Enfim, qual é a preferência dos pais? A outra: até que ponto vocês, homens e mulheres cedem, para ter um bom relacionamento com sua, seu ex, em prol do seu filho? Até que ponto cada um já cedeu? Eu acho legal essa questão assim... E, se antes, durante, depois da separação, falavam mal do seu ex na frente ou para o seu filho. E, quais são as suas ações para se aproximar ou se reconciliar com seu filho? O que - tanto as mães quanto os pais - porque às vezes na separação, o filho fica um pouco afastado de um ou de outro, dos dois mesmo, né? Então, o que vocês fazem pra tentar essa reaproximação do filho. Ou, se caso o filho não fala com vocês, o que vocês já tentaram fazer ou o que vocês gostariam de fazer pra esse filho voltar a ter um relacionamento com vocês. É isso!

Pudemos observar na fala de Fernanda, representando os jovens, que também aparece o tema da convivência entre pais e filhos após a separação. Aparece, também, a consciência da diferença que faz estar em posicionamentos distintos na história. Interessante é a noção de que a discordância é possível. Não se espera uma conversa apenas harmônica, mas com diferenças e divergências. Então, é necessário apontar a possibilidade de respeito a isso.

Em seguida, a partir dos “**não** quero que aconteça”, fizemos uma lista com algumas diretrizes para a convivência do grupo, ao longo do processo. No encontro seguinte, todos receberam uma cópia do que foi acordado neste dia. (Ver APÊNDICES D e E).

A palavra final: Recuperando a experiência

Chegamos assim, ao final do primeiro encontro. Consideramos que o encerramento de um encontro é um momento muito importante para o grupo e para a equipe. Para o grupo, funciona muitas vezes como um momento de reflexão, de recuperação da experiência e síntese. Promove um primeiro momento de distanciamento do mergulho nas conversas e experiências, e permite um olhar comparativo e apreciativo para o encontro e para a singularidade de cada participante em relação a ele. Entendemos que isso é assim para todos os encontros e procuramos dar uma atenção especial a esse momento. Para finalizar o encontro, pedimos a cada um que refletisse por alguns minutos e respondesse em “uma palavra ou expressão”: Como cheguei aqui e como estou saindo daqui hoje? Em outros encontros, a pergunta se resume a como cada um está saindo, ou o que sintetiza o encontro. Não importa o conteúdo, mas a ideia de que este seja o momento em que a experiência única é recuperada e pode ser transformada em aprendizado, em ressonância.

Em algumas das sínteses desponta a dança entre a semelhança e a diferença no grupo e a importância de cada uma:

Emília: Eu me senti acompanhada. Eu pensava que essas encrencas eu tinha passado sozinha. Essas encrencas, eu dizia, foram demais! Mas aí, eu me senti assim, é... Acompanhada. Cada um vivendo uma coisa, mas ao mesmo tempo...

Cristina: Cheguei tranquila, ávida por participar e contribuir e saio na expectativa de quanto isso pode contribuir pra mim. Trazer novos focos e novos olhares pras coisas.

E a jovem Julia já percebe que o conhecimento de cada um é útil para os outros:

Eu também cheguei curiosa e acho que vai ser muito construtivo, sim. Não só pra mim, mas eu posso trazer para os outros. Acho isso legal. Minha opinião poder ajudar outras pessoas.

Nesta fala podemos ver também como ela se apropria e valoriza seu saber. Dentro de uma visão marcada pela poética social de Shotter, a jovem Julia não aprendeu algo que não sabia, mas algo que já sabia, e a conversa possibilitou tornar visível. Isso também se encaixa em uma visão apreciativa do conhecimento, que nos leva a valorizar o que as pessoas já sabem. Esta ideia, inevitavelmente me refere a Paulo Freire (1992; 2004) e seu método de ensinar a partir do que as pessoas já sabem. E, para isso, precisamos saber o que as pessoas sabem, o que significa que, as pessoas que acham que não sabem nada, tornam-se professores do professor. Como em uma fala de um participante de um dos “círculos de cultura”: “Em certo momento não apenas *vivíamos*, mas começamos a *saber* que vivíamos, daí que nos tivesse sido possível *saber* que sabíamos e, portanto, saber que poderíamos saber mais” (FREIRE, 1992, p. 51, grifo do autor).

Esse breve ritual de encerramento do encontro dá aos facilitadores e ao grupo o tom em que fluiu o encontro. Por isso, dá pistas aos facilitadores sobre possíveis próximos passos e cuidados necessários. A comparação entre como cheguei e como estou saindo, ajuda cada um a recuperar, sintetizar e se apropriar da experiência, além de torna-la coletiva, e, portanto, parte do grupo.

Algumas palavras/expressões que também apareceram como resposta:

- *Cheguei hoje: ansiosa (o), curioso (a), sem expectativa, com expectativas com vontade de discutir sobre o assunto, medrosa (o), reticente, longe, neutra(o), tranquila(o), ávido(a) por participar,*
- *Estou saindo: com expectativa positiva, curioso (a), mexida (o), feliz de estar aqui e compartilhar, esperançoso (a), acompanhada (o), achando que vai contribuir pra mim, achando que vai ajudar às pessoas.*

2º. Encontro: Promovendo a integração do grupo

No segundo encontro tivemos quatro participantes novos, um jovem que já estava inscrito, mas não pôde comparecer antes, outros dois homens que se apresentaram durante a semana e Maria Beatriz, da equipe, que, como foi

mencionado, não pôde estar presente no encontro anterior. Começamos o encontro recebendo os participantes novos e suas apresentações, pedindo que nos dissessem: nome, idade, situação (filhos, tempo de separação, etc.), e porque resolveram participar do grupo.

Iniciamos a reunião trazendo impressas as sínteses das conversas do encontro anterior (APÊNDICES D e E). Assim, os participantes novos tomaram conhecimento dos temas da discussão e dos acordos para a convivência no grupo. Entregamos a todos as cópias, lemos em voz alta, pedimos que fizessem uma revisão e pensassem se gostariam de acrescentar alguma coisa. A equipe de facilitação acrescentou, durante a semana, um ponto ao acordo. E, neste momento, foram acrescentados dois pontos pelos participantes (ver APÊNDICE E). Houve, ainda, o esclarecimento de alguns pontos para os participantes que chegaram naquele dia. Nesse momento, também se informou que, caso alguém avaliasse que precisaria conversar com algum membro da equipe, estaríamos disponíveis. Acreditamos que o grupo é um ótimo recurso para a conversa, mas sabemos que alguns temas e situações podem ser mais mobilizantes para algumas pessoas e nos colocamos à disposição para conversar.

A seguir, explicamos para o grupo que costumamos trabalhar com atividades que organizam as conversas de determinadas formas, que propõem a divisão deles em subgrupos e duplas. Propomos, então, uma dinâmica para o dia. Explicamos que o objetivo desta, seria promover uma integração e a possibilidade de se conhecerem um pouco mais.

Dinâmica de integração: A fila anda...

São formadas duas filas de cadeiras, uma de frente para a outra. Os participantes sentam-se nelas, ficando, portanto, de frente para um outro. Podem fazer uma pergunta para quem está diante de si. A cada cinco minutos, interrompemos a conversa, em uma fila as pessoas trocam de cadeiras e a outra fila fica parada e as duplas, então, são trocadas. Fizemos três rodadas, desta forma cada um conversou com três pessoas diferentes. A mesma pergunta ou variação dela foi usada em todas as rodadas. Ou seja, a pessoa muda de lugar e de dupla, mas a pergunta se mantém ou pelo menos o tema. Cada rodada de conversas de cada dupla dura cinco minutos.

Explicamos a dinâmica e damos alguns exemplos de perguntas para ilustrar: quero saber sobre como os pais/homens lidam com os filhos após a separação? Se eu sentar com uma mulher posso perguntar: quero saber como, do seu ponto de vista, seu ex lida com seus filhos?

Foi uma dinâmica ruidosa e todos participaram bastante. A equipe ficou cuidando do tempo e ajudando as mudanças de lugares. Como foi dito antes na seção sobre o registro dos encontros, as dinâmicas em subgrupos e duplas não foram registradas.

Escolhemos essa forma de trabalhar por considerar que ela favoreceria uma interação leve e rápida para um grupo ainda sem intimidade. Também ajudaria os participantes a terem ideia das diferenças e identificações que poderiam encontrar e explorar no grupo, mantendo um clima descontraído e estimulando a curiosidade dos participantes sobre os outros.

O grupão: Tornando coletivo o aprendizado

Ao final, pedimos que cada um ficasse um minuto em silêncio e fizesse um resumo da conversa, com uma pergunta para compartilhar depois com todos: *Qual a coisa mais importante que aprendi nas conversas de hoje?* Após esse momento individual de reflexão, o grupo se reúne todo de novo, comentam o exercício e falam do seu resumo no grupão. As dinâmicas e conversas propostas resultaram em diversas experiências para cada um dos participantes. Ao se reunirem novamente, não são as experiências em si que são compartilhadas, mas a reflexão sobre elas. Assim, pode-se ampliar a visão sobre a experiência e transforma-la em novas possibilidades e recursos. É um momento onde se dão as construções e negociações de novos sentidos, onde se fala de mudanças, de novidades, ao mesmo tempo em que se revelam as linguagens sociais (BAKHTIN, 1986) sobre os temas em questão. Para mantermo-nos mais próximos do processo e permitir que os participantes do grupo se apropriem do aprendizado, das reflexões e conexões que fizeram, o grupão sempre começa por uma pergunta que guia a conversa, embora não fique restrito a ela. Essa pergunta, em geral é dirigida à recuperação da experiência, síntese e produção de novos sentidos para cada um e para o grupo como um todo. A ideia não é re-contar a experiência apenas, mas ao refletir sobre ela e sintetiza-la, abrir a possibilidade de prestar atenção ao processo da conversa,

e não só a seu conteúdo, e com isso transformar a experiência em aprendizado. Durante a conversa do grupão, o grupo ao mesmo tempo constrói uma identidade e se depara com as diferenças. Constrói-se um conhecimento comum e compartilhado. Em nosso grupo, as conversas do grupão trouxeram a riqueza de cada um, os diferentes caminhos, as identificações, as avaliações de percurso e como os participantes começavam a se mover na conversação grupal. Neste segundo encontro, as conversas do grupão giraram em torno de muitos temas: o tempo, as novas relações, dificuldades de relação com os ex, experiências iguais e diferentes em relação à separação, etc. Surgiram nas conversas, tanto as formas já tradicionais de conversar certos temas, como novas ideias e percepções a partir da dinâmica. Por exemplo, na conversa entre Marcos e Cristina que aconteceu neste momento:

Marcos: Eu tava pensando nesse lance de “a fila anda”... Uma coisa que eu percebo é que o pessoal que se separa fica um pouco com medo de novos relacionamentos. Mais fácil é você começar e ficar só no começo... Terminar logo e começar outro. Eu fico com medo às vezes. Foi isso que eu pensei.

Cristina: É, cria muita expectativa. Não é pelo fato de você ter filhos, não é só isso. É arrumar alguém que queira de fato estabelecer um vínculo e... Antes eu falava que estava na adolescência. Hoje as coisas estão mais... É difícil se abrir, é difícil estar a fim, estar com saco para investir num relacionamento que vai dar muito trabalho. Eu fico bem sozinha. O negócio é ficar bem sozinha.

Marcos: Eu penso ao contrário...

Para finalizar, uma palavra sobre como estão saindo do encontro. Aparecem as expressões: *confuso, feliz, vontade de aprender para não repetir, sensibilizada (o), tocada (o), mexido (a), surpreso (a), delicadeza.*

Entre o segundo e o terceiro encontro, Angela pediu uma conversa individual como estava no acordo. Pedimos a ela que chegasse mais cedo e conversei com ela individualmente. Ela estava muito mobilizada porque era a única mulher que não morava com os filhos e, além disso, havia perdido a guarda deles na Justiça. Estava se considerando diferente demais. Em nossa conversa, além de acolhê-la e tentar

entender o que estava sentindo, repensamos juntas o que poderia ser útil na sua participação no grupo, já que ela vinha, há tempos, tentando conversar sobre o tema, tendo inclusive construído um blog na internet sobre isso. Ela queria muito participar, mas tinha medo do olhar dos outros sobre ela. Tratamos de tranquilizá-la e dizer que estaríamos cuidando do clima do grupo, para que os acordos de convivência fossem cumpridos e que ela poderia regular sua participação, expondo-se até onde achasse confortável, e não participando do que achasse que traria desconforto. Não precisaria em nenhum momento explicar porque escolheu participar ou não da atividade. Desta forma, mais tranquila, ela continuou sua participação no grupo.

Terceiro encontro: Do meu ponto de vista...

Ecos do encontro anterior

Rosana: Alguma coisa do encontro da semana passada ficou ecoando para vocês, levou vocês a pensarem sobre algo diferente?

Os 'ecos do encontro anterior' são uma maneira de começar um encontro, nos conectando ao anterior e com as reverberações dele para os participantes durante a semana ou no período entre os encontros. É uma forma de conversar que, traz um aquecimento para o novo encontro, ao mesmo tempo que permite à equipe perceber o clima daquele dia, como o encontro anterior ressoou para as pessoas e se o caminho pensado para aquela data estaria em sintonia. Também é um momento em que os participantes trazem reflexões, novidades, diferenças e mudanças. Nesse encontro, por exemplo, após a pergunta surgem algumas falas:

Rodrigo: Achei que foi bem legal, me fez pensar em bastante coisas... A gente devia parar de falar em perdas e falar mais em ganhos. Li um reportagem em uma revista... Transmissão de sentimentos... Trouxe aqui pro nosso grupo... A gente falando e pensando em ganhos, pode ajudar.

Marcio: Tô separado há quatro anos, fiquei dois dias muito mal e pensando se voltaria... Cogitei não voltar mais. Achei que já tivesse virado a página.

Marcos: Coloquei em prática aquele plano de ficar sem ver minha esposa... Foi bom...

Clara: Eu pensei muito na recomendação de não encontrar, mas para mim é difícil porque tenho que receber ele em casa toda vez que ele vem de SP... Então é difícil.

Dinâmica 1: Um olhar apreciativo

Os participantes se reuniram em três grupos (pais, mães e filhos). Foram formuladas duas perguntas para iniciar a conversa. “O que do processo de separação você gostaria de levar com você?” “E o que você gostaria de deixar?” Ficaram conversando durante 20 minutos. Depois desse tempo, os grupos se misturaram e continuaram a falar sobre o que estavam conversando em seus grupos anteriores. Depois de mais 20 minutos todos voltam ao grupão e a conversa tem como guia a pergunta: Para mim, qual foi o ponto alto das conversas das quais participei? Nesta conversa surgem algumas metáforas que os participantes do grupo passam a usar para se referir a situações da separação: *olho do furacão, imã, repuxo*.

Explorando mais o tema da separação, essa dinâmica favorece um mergulho no tema, mas, ao mesmo tempo uma reflexão. As perguntas para guiar a conversa, servem para que não se fixem exclusivamente no conteúdo ou na necessidade de contar toda a sua história, mas selecionem aspectos que consideram relevantes. Em nossa experiência, esse exercício reflexivo e apreciativo, no sentido dado por Cooperrider & Whitney (2006) favorece um contato diferente com uma história narrada, em geral, linearmente. Segundo os autores, a abordagem apreciativa “é uma busca cooperativa, co-evolucionária pelo melhor nas pessoas, suas organizações e pelo mundo que as rodeia” (COOPERRIDER e WHITNEY, 2006, p. 10). Através dessa abordagem procuramos tornar visível o potencial, “os pontos fortes” o aprendizado, olhando os problemas ou temas por um outro lado e evitando uma linguagem calcada em dificuldades ou déficits (GERGEN e GERGEN, 2010).

O segundo tempo do exercício, misturando os grupos, introduz a diferença de posições e vivências e seu objetivo não é contar de novo a história, mas conversar sobre as conversas que os participantes estavam tendo no primeiro grupo.

A pergunta guia para o grupão, facilita um distanciamento reflexivo da própria experiência e uma síntese do aprendido que poderá constituir-se em recurso para a vida. Permite aos participantes se apropriarem de conhecimentos, recursos e saberes que podem não ser reconhecidos por eles tão explicitamente. Essa dinâmica trouxe muita emoção, especialmente no grupo das mães. E, no grupão, uma das conversas que surgem é:

Rosana: Alguém mais queria falar qual foi o seu ponto alto das conversas?

Marcos: Eu gostei de uma coisa que o Diego falou. Ele disse que os pais dele diziam para ele... Eles separavam: aqui é o casal, aqui é o filho. A gente não mistura. Tentavam...

João: Chamavam ele de fruto.

Marcos: Fruto, é... Você é o fruto (olhando para Diego).

Diego: É... Eu falei que sou o fruto. Eles são meus pais, mas eu não tenho nada a ver com o relacionamento deles. O problema deles é deles. Meu problema com meu pai é com meu pai. Meu problema com a minha mãe é com a minha mãe. Qualquer coisa dela que ele fala pra mim. Eu: vai conversar com ela, não é comigo... E pra ela também...

Rosana: E teve alguma coisa nas conversas que te chamou a atenção (para Diego)?

Diego: Cara, eu coletei muita informação das pessoas para eu não repetir... Não cair nisso, entendeu? Na reunião de segunda feira influenciou muito no relacionamento que eu tinha e que eu terminei na quinta...

Muitos risos e vários comentários ininteligíveis, porque todos falam ao mesmo tempo admirados com a fala do jovem.

Para finalizar o grupo pedimos para que cada um respondesse à pergunta: Como estou saindo hoje, em uma palavra. A pergunta feita, como já vimos, tem por objetivo resumir o que cada participante leva desse encontro. O que aprendeu, o que destaca de sua experiência. Nesse momento, buscando a síntese, ele se distancia da experiência em si e pode começar a trilhar o caminho para tornar a

experiência não só uma experiência única, mas algo que pode levar para outras situações da vida.

Rosana: E alguém quer deixar uma palavra pra gente, de como foi o encontro?

Selma: Eu sempre entro curiosa, porque com minha distância da separação já não estou no furacão... Mas, eu sempre me surpreendo com as várias histórias e como a gente pode compartilhar e quem está no olho do furacão e quem já está mais distante e essa troca de informações e de delicadezas também. Eu acho isso bastante legal. Cada segunda feira é mais isso e isso é muito bacana.

Diego: Posso falar a palavra que veio hoje pra mim?

Rosana: Pode!

Diego: Tanto para as pessoas que estão precisando de uma ajuda, quanto para as pessoas que estão bem, mas ainda lembram, tanto pras pessoas que estão no olho do furacão. Pra todas essas pessoas, é tranquilidade. Pra resolver o problema, pra encarar o problema, e para ter a tranquilidade de esperar o tempo que você vai ter que pensar na solução pra esse problema. A palavra que define hoje, pra mim, é tranquilidade.

João: Ainda falta muita coisa para a gente aprender.

Esse é um momento que torna visível os temas, metáforas e singularidades de cada encontro. E, em um comentário final, marcante para mim, como facilitadora, Rodrigo descreve seu aprendizado do dia em uma palavra:

Rodrigo: Técnica.

João: Não entendi.

Rodrigo: Pra mim hoje ficou bem claro a força da técnica do trabalho em grupo. As pessoas virem e falarem e fazerem metáforas, usarem a metáfora do outro. Acolhimento. Técnica. Hoje eu vi a sua técnica (para Rosana).

Rosana: A nossa, não? As metáforas foram de vocês.

Rodrigo: Não, mas eu vi claramente a técnica...

Quarto encontro: Calçando os sapatos do outro

Dinâmica: Ficando presente no encontro.

Foi colocada no meio da sala uma cesta. Cada participante recebeu pequenos pedaços de papel e canetas. Foi pedido a cada um que pensasse:

Para estar aqui hoje, para poder aproveitar o encontro, poder escutar, poder se conectar consigo mesmo e com as pessoas que estão em volta, o que preciso deixar de fora, colocar na cesta? O que não pode estar comigo para eu estar inteiramente presente aqui hoje? Uma preocupação, um sentimento, um problema, uma vontade, qualquer coisa que eu imagine que possa “atrapalhar” a minha presença aqui hoje.

Cada um escreveu nos pequenos pedaços de papel, dobraram e depositaram na cesta, sem colocarem nenhuma identificação no papel. Depois disso, a cesta ficou guardada e ao final do grupo perguntamos se alguém gostaria de levar o seu papel de volta. O que foi veementemente negado por todos.

Essa dinâmica aponta para a necessidade/dificuldade de se estar presente muitas vezes em um espaço reflexivo, que nos insta a sair do cotidiano. Ao mesmo tempo, acolhe essa condição. Os exercícios que facilitam a presença no grupo, em geral também são parte da reconexão naquele encontro, após um intervalo entre um encontro e outro. São um momento em que, de alguma forma, se ritualiza o início do grupo, tornando-o não automático, não banal. Também se ajuda no reconhecimento de que, naquele momento, cria-se um contexto diferenciado para a conversa, que é distinta de uma conversa informal entre amigos, por exemplo. A equipe não vê os conteúdos escritos nos papéis, deixando-os em segredo. De forma lúdica e metafórica, valorizamos a presença e a conexão para o início do grupo.

Após esse início seguimos para os ecos do encontro anterior, onde surgem questões a respeito da importância de conversar com os outros e não tentar resolver tudo sozinho, além de várias reflexões sobre a importância do tempo ao lidar com a separação. Alguns trechos dessa conversa estão nas seções seguintes relativas ao processo conversacional.

Dinâmica 2: Situação problema.

Cada um escreve em um papel, com letra legível e sem se identificar, uma situação que esteja incomodando, preocupando, um dilema que não saiba como resolver, como lidar com ele. Todos colocam seu papel dobrado em um recipiente. Depois cada um sorteia um papel que não seja o seu. Após lerem a situação, pensam em como imaginam poder lidar com ela. De volta ao grupão, cada um lê a situação que sorteou como se fosse sua, em primeira pessoa e diz o que pensou em relação a ela, que passos daria, que ações teria, como se fosse o “autor” daquele dilema. É um exercício de imaginação, não precisam “resolver” a situação, mas pensar que caminhos imaginariam trilhar.

Todos juntos, no círculo, cada um lê a situação que recebeu, diz o que pensou e todos conversam sobre as ideias que surgiram. Quem escreveu a situação, eventualmente se identifica e participa da discussão, outras vezes, não. A dinâmica deu oportunidade a todos de conhecerem várias histórias diferentes, darem a sua opinião sobre vários dilemas e ouvirem diversos pontos de vista sobre a sua e todas as outras situações.

Esse exercício convida as pessoas a se colocarem no lugar dos outros e a mobilizarem seus recursos para lidar com situações de conflito e dilemas. Ao mesmo tempo em que cada um precisa acessar seus recursos, o “dono” do problema tem contato com várias opções possíveis, sem ter que “responder” ou opinar sobre elas. A ênfase no uso da primeira pessoa ajuda a criar um contexto sem juízos de valor das atitudes ou sentimentos dos outros. Favorece a todos o contato com a diversidade de possibilidades de olhar as situações.

Abaixo um trecho selecionado de uma conversa sobre uma das situações levadas para discussão:

Jorge: Vou ler essa aqui. Quero ajudar mais minha filha em termos de saúde, mas a mãe não me deixa acompanhá-la nas consultas e nem me informa nada. Só me dá as receitas para comprar os remédios. Quero que ela tente estudar numa escola boa como o Pedro II, mas ela não move uma palha nem concorda com minhas sugestões. O que fazer quando não há diálogo para juntos chegarmos a um denominador comum para ajudar os filhos? Muito difícil... Eu passei por umas coisas

que não são assim, mas passei por não poder decidir coisas que a mãe decide por conta própria.

Francisco: Tem uma certa hora que o homem não vale nada...

Risos

Jorge: O que eu pensaria aqui de sugestões? Porque esse é um caso oposto ao meu. Eu sempre fui muito participante. Ao contrário, eu ia mais aos médicos do que a ex. Ao contrário. Então, teve isso, mas em outras áreas. Eu pensaria em aparecer na consulta, tentar descobrir quando vai ser a consulta.

Fernanda: Pode ligar pro médico, para o pediatra.

Falam todos juntos, dando opiniões, protestando em relação a algumas, etc..

Cristina: Mas aí, você está passando a bola para o médico.

Jorge: Pelo que eu entendi a mãe escondia dele, era esquisito. Eu tentaria descobrir, aparecer lá no médico.

Marcio: É isso mesmo.

Pessoas falam juntas de novo.

Jorge: Aparecer lá na hora e ver o que vai acontecer. Pode dar uma grande merda.

Risos. Pessoas falam juntas concordando e discordando entre si.

Rosana: É uma sugestão arriscada?

Cristina: Não, não.

Jorge: Não faria isso?

Cristina: É constrangedor pra criança, para o pai, para a mãe.

Homem não identificado na gravação: Mas qual seria a outra opção?

Cristina: Estou pensando aqui.

Emilia: como tem a rede dos parentes, ou eu falaria com a avó da criança, a sogra, ou com a cunhada e explicava um pouco essa situação para ver se essa pessoa poderia fazer uma conexão, conversar com a pessoa para amolecer um pouco mais.

Jorge: Tentar, no caso amigos...

Rosana: A rede de pessoas.

Maria Beatriz: Mais uma vez a rede, os terceiros.

Rodrigo: Mas eu acho que tem uma rede que é maior aí dos terceiros. Eu acho que essa é uma questão de direito. Não de direito do pai ou da mãe, mas

direito da criança. De saúde, de educação. Me parece que é uma questão de justiça. Tem que estender essa rede a uma rede social.

Jorge: Mas eu acho que assim, antes de ir para a justiça tem que se tentar algumas coisas. A justiça eu acho que é sempre o último...

Por esse pequeno trecho pode-se notar que a discussão foi rica, acalorada e tocou em temas variados, promovendo a possibilidade de, com liberdade, as pessoas poderem dar opiniões, discutir possibilidades. Como a pessoa que escreveu a situação não se identificou, pôde ouvir todas as sugestões e refletir sobre elas, sem ter que responder às sugestões, nem justificar sua forma atual de agir, tampouco ter que escolher alguma das ideias como a melhor. Aparece também um dos temas mais importantes nos desdobramentos do divórcio com filhos que é a coparentalidade, e que recursos usar para consegui-la e mantê-la.

A conversa nesse encontro foi mais longa do que o habitual e terminamos sem tempo para fazer a finalização.

Quinto encontro: Iluminando nossas redes, dos nós aos laços

Ecoss do encontro anterior: Entre os ecos que surgiram neste início de encontro, destaco o que foi marcante para a equipe. A partir da ressonância de um tema que emergiu no grupo no encontro anterior, a equipe pensou em uma dinâmica para esse dia e conta isso para o restante do grupo.

Rosana: Um eco que ficou para nós das conversas e que apareceu de várias maneiras tinha a ver com a rede social. Eu fui anotando um pouco as ideias que um dava para os outros... Isso de quem está perto, a quem a gente pede ajuda, conversa, bota a boca no trombone. Os recursos que a gente vai buscar nas outras pessoas. E, a gente resolveu fazer um trabalho com vocês hoje que se chama mapa de redes.

Dinâmica: Mapa de rede

Nesta dinâmica cada participante confeccionou, com base em um mapa básico, o seu mapa de rede social pessoal. Este mapa encontra-se em Sluzki (1997)

(Ver APÊNDICE F). Cada um localiza no mapa as pessoas tanto em relação à proximidade quanto à esfera da vida onde essa pessoa está presente. O centro do círculo é a própria pessoa.

Depois que cada um realizou o seu mapa, juntaram-se em grupos de quatro e compartilharam o que fizeram e conversaram sobre a pergunta: *das pessoas que eu incluí na minha rede, com quem posso contar e para que?*

Realizar o mapa de rede tem por objetivo iluminar a rede social significativa do indivíduo (Sluzki, 1997) e refletir sobre ela. A conversa em grupo sobre a rede e a pergunta guia ampliam o exercício, incluindo outras vozes e histórias. Na questão incluída por nós (com quem eu conto e para que) a ideia é diferenciar na rede social, além das questões afetivas e de intimidade, as pessoas que efetivamente estão presentes como recursos para a vida cotidiana de cada um. A partir do exercício surgiram novas ideias, significados, e maneiras de encarar as redes e sua utilidade. O divórcio é um dos acontecimentos da vida das pessoas em que a rede social é transformada, em um primeiro momento, pode ser inclusive bem reduzida, seja em função das mudanças relativas à própria separação como ao estado emocional da pessoa nesse momento e sua indisponibilidade para relacionar-se.

Na volta ao grupo perguntamos sobre como foi a conversa nos grupos e o processo. A conversa é extensa e rica e mereceu um tópico separado no relato sobre o processo conversacional do grupo mais adiante.

Ao final a pergunta foi: *alguma coisa sobre alguém chamou a atenção?* Neste momento aparecem comentários que, se por um lado são apreciativos, e trazem uma visão de admiração para uma participante do grupo, por outro revelam as formas mais habituais de pensar em nosso cotidiano sobre um tema fundamental nas separações conjugais: a convivência com os filhos. Com isso podemos ver a negociação e produção de novos sentidos para o tema, que havia sido colocado por Angela anteriormente como uma dificuldade.

Rosana: Se tiver alguma coisa que chamou atenção e que vocês queiram compartilhar antes de terminarmos...

Cristina: Eu falo para a Selma e Angela, as duas que não convivem com os filhos... Isso me faz admirar as duas. Não sei se conseguiria...

Jorge: Tem preconceito quando a mãe não está com os filhos.

E também um comentário de admiração para o jovem Diego, que propõe, a partir do olhar de Selma, um posicionamento diferente para ele.

Selma: O Diego sempre me admira... Ele destacou a pessoa que trabalha em casa. Ele listou 5 amigos que ele pode contar Ele sai do papel de filho único. Quero meus filhos assim.

Sexto encontro: Olhando mais de perto a separação

Dinâmica de chegada: Batizado mineiro²⁵.

Nessa dinâmica, inspirada em um exercício semelhante conhecido na Terapia Comunitária Integrativa (BARRETO, 2008) e no Teatro do Oprimido (BOAL, 2008), cada um fala seu nome e uma característica/qualidade que acha que tem que comece com a letra inicial do seu nome. Por exemplo: Eu sou Rosana, risonha. A equipe também participa. A dinâmica é descontraída e todos dão opiniões, principalmente quando alguém não consegue lembrar nenhuma qualidade com sua inicial. Essa dinâmica além de promover uma re-apresentação lúdica e mais leve, tem a possibilidade de ser apreciativa, no sentido em que cada um, muitas vezes ajudado pelos outros, precisa “descobrir” e “anunciar” uma qualidade sua.

Qualidades que apareceram: *amiga; honesto; alegre; sincero; normal; macho; persistente; feliz; rápida; mãezona; racional; vitoriosa; inteligente; bondosa; pezão; educado; sensata; relativo; maravilhosa.*

Como essa dinâmica trouxe muito movimento e brincadeiras, optamos por passar direto à dinâmica seguinte e não conversarmos sobre os ecos do último encontro. Esse tipo de decisão do facilitador faz parte da sensibilidade que ele e/ou a equipe precisam ter. A partir do que ele sente, de como percebe o clima do grupo e se considera que o que estava planejado pode interromper algo importante que está acontecendo naquele momento, ou quebrar a sinergia do grupo, ele, em conversa com a equipe, muda o que estava planejado. Nesse momento, a equipe avaliou que o clima de humor e intimidade que se estabeleceu com a dinâmica

²⁵ Essa dinâmica possui muitas variações, e através de pesquisa na internet pude encontrar algumas referências de uso dela em variados contextos.
http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sexualidade_saude.pdf
<http://www.transasdocorpo.org.br/uploads/1ea6ab4d95788a35a5795f42a4481f3c.pdf> Acessado em 08/09/2012.

poderia ser mais aproveitado com o exercício reflexivo a seguir do que com a realização dos ecos. Nesses momentos do grupo a equipe precisa ouvir as sutilezas presentes em vários níveis: sinergia, emoção, integração, etc.. A sinergia versa sobre a harmonia do fluir do grupo e a qualidade do trabalho conjunto e da cooperação (FUKS, 2009). É sobre a ação coordenada e sobre serem inspirados uns pelos outros e sentirem-se conectados. Perceber e favorecer a sinergia grupal são algumas das principais habilidades necessárias para o trabalho com um método desse tipo. E também podemos dizer que aí ficou claro a diferença entre preparar-se para estar no grupo e planejar o encontro (MCNAMEE & SHOTTER, 2004). Para os autores, planejar tem a ver com estabelecer regras ou programas a serem cumpridos. Preparar-se para o encontro tem a ver com a orientação do facilitador, com uma sensibilidade ao contexto onde vai trabalhar, com seu envolvimento nos jogos de linguagem como um todo. Os autores resumem a preparação com a pergunta: “Como convidamos os participantes a se engajar no diálogo com diferentes vozes e conseguimos que ele se mantenha vivo”? (MCNAMEE e SHOTTER, 2004, p. 93). Desta forma, mesmo o aspecto mais importante do método pode ser modificado de acordo com o que emerge naquele momento.

Dinâmica 2: Refletindo sobre a separação.

Primeiro individualmente, cada um pensa e responde três perguntas:

- *O que faria diferente no processo de separação?*
- *O que faria da mesma forma?*
- *Nesse processo, do que você se orgulha?*

Depois que responderam individualmente os participantes se reuniram em duplas e conversaram sobre suas respostas. Para o grupão um participante da dupla fez um resumo da conversa e de pontos em comum e diferentes entre um e outro. Os temas da separação foram debatidos com maior profundidade e várias ideias aparecem, concordâncias e discordâncias.

Nessa dinâmica a passagem do trabalho íntimo, individual para a conversa a dois e depois no grupo grande, favorece vários níveis de reflexão, de contato com outras visões e de mudanças na forma de se entender e se apropriar dos próprios recursos e construir alternativas. Em cada um dos momentos da conversa

apareceram sentidos diferentes e que foram se modificando conforme o contexto também ia mudando. Assim, ao chegar ao grupão, todos passaram por vários momentos de conversas internas e externas²⁶ (ANDERSEN, 1996), negociaram sentidos em diversos contextos e tomaram contato com diversas formas de lidar com a separação. Além disso, as perguntas favoreceram um olhar retrospectivo tanto para o que foi vivido como “faria diferente” “não gostei”, como para o que poderia ser vivido como positivo, no sentido de aprendizagem e crescimento. Mais uma vez, o uso de um olhar apreciativo (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006) pode mobilizar recursos e sentidos não pensados antes.

Jorge. (dupla com Diego): Deixa eu começar então. Foi legal porque era um pai e um filho. Então são visões diferentes. O que faria diferente: eu coloquei não ceder demais, principalmente quando você não concorda com alguma coisa, tipo não ceder para não brigar, não ceder por causa do filho, essas coisas. E o Diego colocou: não deixar a distância física prejudicar a proximidade com o pai. Ele achou que depois da separação se afastou um pouco do pai pelo fato do pai ter saído de casa. Quer acrescentar alguma coisa? (para Diego, que faz não com a cabeça). O que faria igual: no meu caso foi a firmeza na minha decisão de separar que eu nunca duvidei. Se bem que, por outro lado não adiantou nada... Mas, eu achei legal. E o Diego colocou ele ter mantido a individualidade dele entendendo que ele é um ser independente do casal e apesar de o casal não existir mais, são o pai e a mãe dele e ele mantém uma relação com cada um. Do que eu me orgulho é de ter conseguido manter a proximidade, a intimidade e o carinho com meu filho. Não deixei a separação nos afastar. E o Diego colocou que foi ele não ter tomado partido na separação dos pais. Não ficou nem do lado do pai nem do da mãe. Apesar de que ele teve essa coisa raríssima de ter uma separação que foi tranquila. Então, o orgulho dele é não ter ficado do lado de ninguém contra o outro.

Marcio: É um exemplo a separação desse casal.

Jorge: É engraçado falar que a separação foi boa e o casamento foi ruim, não sei...

Diego: Nem eu sei por que separou.

²⁶ Para Andersen (1996) as conversas ou falas internas são aquelas em que a pessoa em silêncio ou em uma posição de escuta tem consigo mesmo. As conversas ou falas externas, ao contrário, são os momentos expressivos em que a pessoa fala com outra(s) pessoa (s). Tais momentos se alternam nos diálogos e se transformam mutuamente.

Cristina: Eles sabem?

Diego: Não, eu não sei... Chegou um dia e pum! Separou!

Fernanda: Cada uma aqui teve respostas diferentes Ela (Emilia) teria uma melhor comunicação, conversaria mais, porque ela resolveu separar e não conversou. Então ela teria uma melhor comunicação com os ex-maridos. Só que ao mesmo tempo ela se orgulha por ter dado força para os ex profissionalmente. Disso ela se orgulha.

Emilia: Eu dei força profissionalmente. Mas, não...

Fernanda: Ela apontava os pontos fortes, dava força.

Emilia: Participando de decisões profissionais, dando a maior força sempre. Se eu tivesse que abrir mão de alguma coisa eu abria, enfim... Eles estão super bem hoje e isso é uma coisa que eu me orgulho.

Fernanda: O que faria de novo é que ela sempre tinha um lar acolhedor. Ela faz questão que a casa dela seja aconchegante, não luxuosa, mas com aconchego.

Emilia: Faltou uma coisa: uma casa acolhedora e com boa estrutura para o cotidiano. Eu faço questão de ter uma estrutura de casa.

Silvia: O que eu faria igual seria poupar as minhas filhas. Claro que elas sofreram, porque o casamento se desfez, mas elas nunca presenciaram nenhuma briga, nenhuma discussão nem nada disso.

Fernanda: O que eu gostaria de fazer diferente na separação dos meus pais seria ter dado mais atenção ao irmão caçula que acho que foi o que sofreu mais, foi o mais rejeitado pelo meu pai. Teria sido mais amiga dele porque quando acontece tudo você quer pensar no seu, né? Você quer se livrar daquilo e eu acho que, então o que eu faria diferente era cuidar mais do meu irmão que ainda era criança. O que eu faria de novo é ter me enfiado nos livros pra chegar no meu objetivo e até esquecer um pouco dos problemas de casa. E o que me orgulho por ter passado pelo processo sem traumas, ter uma cabeça boa, ter conseguido meu objetivo que era passar no vestibular mesmo com um clima péssimo em casa. É isso...

Marcio: Eu faria diferente, evitar conflito que envolva os filhos. Que tenham a ponte e envolvam os filhos.

Monica: Orgulho, nesse caso, foi sair da cidade onde morava e a coragem de voltar para o Rio, para o mercado de trabalho, depois de quatro anos. (para Marcio) Do que você se orgulha?

Marcio: Me orgulho de reaver a minha vida. É a mesma coisa, mas o conteúdo é diferente.

Mariana: Tive dificuldade de escrever e não deu muito tempo de falar de mim pra ela. Por isso que eu insisti se não era do casamento, porque se fosse, acho que eu conseguira responder melhor. Não teve processo de separação, foi tudo bem abrupto. Vou falar o dela. A Selma teria refletido mais e balanceado mais os defeitos e qualidades do outro, preparado melhor os filhos para a separação. O que teria feito igual foi conversar sobre o relacionamento, se preparar financeiramente, resolver logo a questão legal e negociar com o ex-marido sobre a liberdade dos filhos, que eles ficassem livres para ir e vir das casas desde que não atrapalhasse o ritmo de estudo. O que ela se orgulha é a sensatez, firmeza e olhar para trás e não se arrepender de nada da decisão. Eu vou falar de mim porque eu falei pouco para ela. Quando eu comecei a falar não deu tempo. O que eu faria diferente no processo de separação é difícil para mim porque foi muito... Eu acho que eu tenho que prestar mais atenção nos sentimentos e atitude do outro e entender o meu processo de separação. Eu demorei muito para aceitar meu processo de separação. Aceitar de uma forma mais rápida, mais... O que faria igual que eu fiz é ter me esforçado e buscado o equilíbrio para preservar a relação com a minha filha. Ela era muito pequena quando eu me separei. Então foi muito difícil, mas ter tentado isso. Me orgulho disso e de ter estado do lado dela o melhor possível.

Selma: E das amizades?

Mariana: Com certeza, eu me orgulho de todas que fiz depois da separação. Foi muito importante.

Clara: O que você faria diferente do que fez até agora: ser menos personagem, ser menos reativa e entrar com advogado antes, mais rápido. O que você faria da mesma forma: a gente chegou de que era a própria separação. Do que você se orgulha? De renascer das cinzas e de não confundir infidelidade com deslealdade.

Francisco: Nessa segunda aí da separação eu acho que eu fui vendo cada vez mais que eu tinha uma certeza assim de que foi muito bom. Sem ela eu não teria tido a vida que eu tive. Tudo o que eu tive nesse tempo não seria possível se eu não tivesse me separado. No início foi meio traumático, mas depois eu percebi que eu não estava sentindo falta da pessoa, era do casamento, filho pequeno, não sei que... Depois eu vi que coisa ótima! Viva a separação!

Rodrigo: No meu resumo, eu coloquei assim, que eu acho que todo mundo que separa deveria fazer é dar uma festa de despedida, sem o outro! Chamar os amigos a ex-família, falar: Valeu! Muito obrigada! Daqui pra frente... Isso eu gostaria de fazer diferente. (burburinho, perguntas e comentários e risos ao mesmo tempo) Um rito de passagem.

Selma: Mas, ninguém vai ficar falando no assunto. É festa, né?

Rodrigo: É festa de separação!

Todos falam ao mesmo tempo, animadamente sobre quem convidariam, como seria a festa, riem bastante.

Rodrigo: A coisa que a gente faria da mesma forma, a gente privilegiaria os filhos. Uma coisa em comum da gente. E, o que a gente se orgulha, é de manter uma admiração pela pessoa que a gente se separou, que é uma coisa legal. Separou, a gente não vai chamar pra festa, e tal, mas a pessoa tá lá num lugar especial na vida da gente.

Cristina: Isso é da primeira (separação)?

Ricardo: No caso, das quatro: três minhas e uma do Murilo...

Risos

Cristina: Do que eu me orgulho: Eu me remeti ao meu processo de separação e coloquei aqui, não ter segurado a onda dos meus sentimentos, toda a frustração, decepção, tristeza. Chorei estrebuchei, vivi intensamente todos os sentimentos e não segurei, nem disfarcei. Todo mundo sabia. Advogado é uma coisa que já estou fazendo. Está tudo muito claro. Organizar a vida das crianças logo. Não tem nada litigioso, mas são coisas práticas. Lealdade ao que foi a relação. Respeito ao que foi a relação. No meio do caos, ainda assim acho que a gente, eu especialmente consegui fazer isso.

Em termos de conteúdo pudemos observar a presença de alguns dos temas mais importantes das separações. Quando o conflito dos pais transborda para os filhos, quando os filhos já conseguem lidar com esse conflito e se diferenciar dele. As aproximações e afastamentos entre pais e filhos. Apareceram aí alguns valores contemporâneos relativos à separação como a retomada da individualidade, a preservação dos filhos, e da relação com eles, a possibilidade de conversar mais e reagir menos, além do tema do “ceder” que analisamos em outro momento deste trabalho.

Ao final a pergunta sobre se algo chamou a atenção naquele dia, evoca muitas reflexões sobre o sentido de algumas palavras que surgiram na discussão, como “ceder”, “deslealdade”, “infidelidade” e sobre os vários aspectos negativos e positivos da separação. Neste momento, depois de várias conversas, algumas pessoas trazem reflexões individuais. Uma nova conversa surge: Quando se sabe que um casamento está acabando? Percebemos sinais?

Selma: Sobre o comentário de algumas pessoas sobre o entendimento do que o outro lado, os sinais que o outro emite de que o casamento está acabando. E, a gente dentro do casamento não vê. A mulher quer sentar e conversar sobre a relação. O que são esses sinais. Porque uma acusação que é frequente do outro lado é: você não entendeu que eu estava dando sinais. Como eu vou saber que são sinais? Se você senta pra conversar como adulto. Diz o que pensa; tá difícil. É difícil... Há sinais que o outro dá. Neste momento perceber que há sinais e a pessoa não percebeu. Você não percebeu. E não conseguiu lidar com o que veio depois.

João: Minha ex-mulher reclamava que eu não era curioso. Ela vira e mexe dizia: você não percebeu isso ou aquilo? Eu dizia: Não!

Selma: Há sinais. O outro diz: eu falei, avisei e você não olhou. Essa sensibilidade, né? O que são esses sinais?

Várias pessoas falam ao mesmo tempo.

Rodrigo: Isso me chamou atenção, o que você está falando (para Selma). Quando começa a separação? Você (para Cristina) falou que foi viajar no meio da separação. Eu também fui viajar no meio da separação. Só que para mim não era separação. Só que já era, e eu que não sabia! Então deu ruído. Depois você fica pensando: deu sinal, não deu sinal? Uma pergunta. Quando começa? E pensando isso tem outra coisa que eu faria diferente...

Selma: Mas, a minha pergunta é a seguinte: se a gente sabe quando começa, é possível reverter? Se a gente consegue. Ou você não quer nada. Mas, a grande dificuldade é dizer quando começa para saber se pode voltar atrás ou não.

Rodrigo e Selma falam ao mesmo tempo sobre o tema.

Marcio: O difícil é descobrir esse momento.

O encontro termina após essa conversa que deixa todos muito mobilizados e é difícil interromper. O tema remete à ideia de que em um momento contamos uma história e depois retrospectivamente podemos incluir nela muitos elementos que não estavam incluídos anteriormente, transformando seu significado. Aparece também a dificuldade de entendimento do outro e a percepção disso. E, a pergunta que fica é sobre se seria possível perceber o que se vê agora antes e, se isso fosse possível, o que teria mudado? São perguntas, certamente impossíveis de uma resposta, mas que levam à reflexões importantes e tocam a emoção de todos.

Sétimo encontro: Conversando sobre conversas

Ecoss do encontro anterior

Neste encontro os ecos trazem questões emergentes na semana e o acolhimento do grupo através de “estamos no mesmo barco”, mesmo que as situações fossem diferentes.

Clara: Queria falar de uma sensação... Percebi uma diferença entre as pessoas que já passaram pelo processo e quem não. Eu... Algumas pessoas como você, Rodrigo, falam de coisas/ganhos do processo... E eu estou no olho do furacão... É difícil para mim e queria falar um pouco disso.

Rodrigo: Eu entendo isso... Já passei por isso, só que eu já estou na terceira separação... De eco, eu vejo que o que era... Eu tô no meio também...

Clara: Ah, tá, eu não tinha entendido.

Rosana: Você sente em relação ao espaço?

Clara: É, porque o grupo está num outro momento...

Francisco: Não é isso não... Eu também estou na mesma que o Rodrigo... Eu vejo que agora está muito complicado. O bom é não cometer os mesmos erros... Para outras coisas eu ainda não tenho penicilina...

Clara: É... Mas hoje eu estou com raiva, não vou chorar.

Angela: Essa coisa do grupo heterogêneo é bom também porque apesar de estar separada há 5 anos, ainda estou vivendo os processos Você aprende com o outro aqui.

Clara: Está complicado por que... Gostei de ter o grupo hoje, porque tem audiência essa semana e tem isso dele entrar a qualquer hora em casa... Ele chegou ontem, sem avisar e vai ficar até quinta feira. Para mim é insuportável isso.

Todos falam ao mesmo tempo, fazendo questionamentos, dando sugestões e conselhos.

Clara: A situação tá muito complicada nesse momento. Não é um ataque físico, mas psicológico.

Rosana: Voltando ao que você falou... O fato de você estar falando isso é algo que te incomoda?

Clara: Não quero ficar achando que estou inadequada... Agora estou melhor, depois de ter falado.

Rodrigo: O grupo é isso... Faz parte da contribuição de cada um.

Clara chegou agitada, desabafou e foi acolhida pelo grupo, mostrando sentir-se melhor para se abrir. Parecia estar se sentindo um estorvo, como se atrapalhasse o grupo com seus sentimentos. Como se esperassem que ela estivesse melhor e vendo pontos positivos. Referiu-se ao Rodrigo, pois este em especial costuma levantar os pontos positivos da separação.

Dinâmica: Ingredientes para uma boa conversa.

Cada um individualmente, em silêncio, tentou lembrar uma conversa que teve com alguém em sua vida, qualquer pessoa, e considerou uma boa e proveitosa conversa. Depois se reuniram em duplas e conversaram sobre quais “ingredientes”, presentes nessas conversas, eles consideravam importantes para se alcançar uma boa conversa. Após dez minutos, as duplas se reuniram em três grupos de quatro e um de seis pessoas e continuaram a mesma conversa. As dinâmicas baseadas em

procurar as “melhores experiências” são comuns nas abordagens colaborativas (ANDERSON, 2011) e apreciativas (COOPERRIDER & WHITNEY, 2006). Segundo essas abordagens, nossa cultura nos insta a procurar a causa dos problemas para resolvê-los e, com isso, focaliza-se excessivamente nas experiências de fracasso. As abordagens apreciativas buscam construir o aprendizado a partir de experiências de sucesso. Focalizando os contextos e fatores que facilitaram tais experiências podemos criar e relembrar recursos para outras.

Na volta ao grupão, cada grupo apresentou seus “ingredientes”:

- *Grupo 1: Acolhimento, abrir o coração, sinceridade, tranquilidade, parceria, colaboração, clareza dos seus limites, franqueza, foco no conteúdo.*
- *Grupo 2: Foco no conteúdo, deixar de lado as desavenças, torpedo e e-mails, postura pró ativa, dar limites ao outro, manter a cordialidade.*
- *Grupo 3: Saber ouvir, saber falar na 1ª. pessoa, sinceridade (quando ser ou não), respeito, questionar (fazer perguntas), dar abertura para ser questionado, foco no conteúdo.*

Conversar sobre conversas, em duplas e depois em pequenos grupos, possibilita que os participantes se movam em um fluxo de conversação onde são compartilhadas histórias individuais e delas extraídas sínteses e imagens que poderão tornar-se recursos para novas conversas. Ao refletir e depois compartilhar o que caracteriza uma boa conversa, ao mesmo tempo, se reflete sobre as suas próprias conversas, sobre como alcançar essas características e que recursos já têm ou precisam desenvolver para isso. Esse exercício reflexivo implica em tomar uma distância crítica do ato de conversar em geral, assim como das experiências de conversa que cada um teve em sua vida. Compartilhar essas experiências e encontrar semelhanças e diferenças com os outros participantes auxilia na reflexão. Envolver-se nessa conversa implica em não tomar o ato de conversar como espontâneo e compreender que a participação de cada um nessa relação é fundamental. Implica também em procurar um posicionamento mais ativo, como autor e não como vítima e, por último em uma sensibilidade relacional (MCNAMEE; SHOTTER, 2004).

Os grupos apresentaram seus resumos e a conversa sobre a conversa vai até o fim do encontro. Uma reflexão e análise das conversações sobre o tema “conversar” encontra-se em outra seção desse trabalho.

Ao final, o encerramento do encontro eu lembro a todos que não haverá encontro na próxima semana e despedimo-nos.

Oitavo encontro: Um ponto de vista é a vista de um ponto²⁷

Reconectando: Como estão chegando hoje?

Nesse dia chovia muito na cidade e, portanto, começamos o encontro bastante atrasados. Depois de duas semanas do último encontro, a pergunta inicial remete à reconexão do grupo, dos participantes e à abertura de um momento em que notícias podem aparecer depois de um intervalo maior. Ao invés de ecos do último encontro, procuramos por formas de nos conectarmos de novo entre nós. Marcos e Clara trazem notícias sobre suas audiências em processos relativos à separação.

Rosana: Como estão chegando?

Marcos: Carregado. Hoje teve audiência. Não consegui me livrar ainda. Mas deu certo.

Rosana: De que?

Marcos: Da agressão física... Tenho fé em Deus que vou conseguir sair. Tenho que descobrir onde está o erro, né? (Marcos responde a uma ação por agressão física movida pela ex-esposa que, segundo ele, inventou toda a situação)

Rosana: Mas já foi uma etapa...

Maria Beatriz: O primeiro alívio!

Rosana: (repetindo a pergunta) E aí, como estamos chegando hoje?

²⁷ Expressão derivada da usada por Boff (1997, p. 9), “Todo ponto de vista é a vista de um ponto”.

Clara: Eu também tive a primeira audiência, mas foi bom. Eu tô um pouco mais tranquila porque agora, pelo menos, eu tenho pensão estipulada.

Continuando com a pergunta “como estão chegando hoje” aparecem ainda as palavras: *aliviado(a), tranquilo(a), normal, intensa(o), conturbado(a), pensando muito no que tem acontecido aqui, atrasada(o), passei uma semana me trabalhando.*

A palavra ou expressão que responde à pergunta, muitas vezes é precedida de uma conversa, uma narrativa que pode ter o tom de desabafo, reflexão, contar uma novidade, etc. A palavra resulta de uma síntese, porém ao contar algo é que as pessoas se reconectam com o grupo, com elas mesmas e com o tema. Ao falar estão ao mesmo tempo construindo um pensamento (ANDERSEN, 1996). A seguir um exemplo:

Angela: Eu tenho pensado bastante sobre o que temos conversado aqui. Algumas coisas ficam martelando na minha cabeça. Uma é o prolongamento dessas milhares de ações e audiências. Quando eu ouço o Jorge dizendo que está há nove anos assim, eu entro em pânico. Eu já tô mais do que saturada. De ficar com essa expectativa que eles (referindo-se à Clara e Marcos) tiveram hoje de que vai resolver hoje. E aí é uma e depois outra, e tempo e estudo e... ufa! Encheu! É um tema que eu quero passar, mas não depende só de mim.

Para Angela, a síntese foi: *Estou chegando pensando muito no que tem acontecido aqui.*

Dinâmica: Que temas estão inquietando vocês neste momento? Quem gostaria de ter seu tema discutido melhor pelo grupo?

Pedimos aos participantes, a partir das perguntas acima que se “candidatem” a trazer um tema que os inquieta no momento para a discussão por todo o grupo. Três pessoas se candidatam a ter seu tema discutido:

- *Marcos: “Alienação parental, quando um (pai ou mãe) fala mal do outro”. Não só o pai e mãe, mas outras pessoas da família também.*
- *Rodrigo: “Desapego, quando um quer e outro não” Em vários níveis, tanto operacional como emocional.*

- *Monica: “Não sei lidar com minha filha em relação ao pai” O pai tem um transtorno mental e mora em outro estado. Ela tem medo de deixar a filha ir visitar o pai.*

Depois de breve exposição dos temas, os participantes do grupo votaram em qual tema gostariam de explorar mais no encontro.

O tema de Monica sobre o medo dela em relação às visitas da filha ao pai foi escolhido. A partir daí, ela foi convidada a expor mais detalhadamente a situação. Apenas a equipe poderia fazer alguma pergunta, caso achasse necessário esclarecer algo.

Até esse ponto a estrutura da dinâmica é inspirada no método usado nas rodas de terapia comunitária, em que pessoas propõem os temas que os inquietam e o restante do grupo vota em qual deles tem mais identificação ou gostaria de aprofundar (BARRETO, 2008).

O grupo escutou o relato da questão escolhida, porém com a instrução de escolher um dos personagens da história, no caso – pai, mãe e filha – para “calçar os sapatos”, ou seja, tentar ouvir desse ponto de vista, tentar imaginar o que uma pessoa que estivesse nessa posição poderia pensar, sentir ou querer. Cada um escolheu uma posição diferente da que ocupa na “vida real”. Por exemplo, um homem, tentou ouvir como mãe ou filha. Essa parte da dinâmica é um recurso que conhecemos sendo usado em supervisão de casos clínicos (GOOLISHIAN, 1991).

Monica então expôs seu tema fazendo uma narrativa com detalhes da história de sua preocupação.

Monica: Ele não está bem... A filha mais velha falou que ele não está bem, que era melhor não ir. Ela também tem medo. Disse que esteve lá e que o pai estava isolado dentro da casa, com o mato alto, a barba grande. Que o pai não estava bem. Mas ela vai agora em Janeiro, perguntou se eu queria que levasse a Maria e eu deixei ela ir... Mas depois meu irmão falou que é uma loucura, é perigoso... E eu não sei o que fazer. Meu irmão me assustou, disse que eu não podia deixar. Que ele podia matar a menina e se matar. É difícil enxergar isso. Eu queria tanto que ela tivesse um pai... Por mais ausente, mas ele tá lá. Não é um maluco, um doido. Dói demais isso. Não posso falar com ela agora: seu pai é maluco. Eu digo que ele não está bem, que tem que se tratar, que não está podendo

receber ela. Mas, tem o bombardeio dele por telefone. Uma loucura isso. Eu senti que está na hora de ter uma ajuda com ela. E agora ela quer ir, não quer ouvir. Não quer conversar sobre isso. Não quer tocar no assunto. Só diz que quer ir. E ela já tem 12 anos, pode escolher e eu não sei como agir.

Em seguida, Monica foi convidada a permanecer apenas escutando e o restante do grupo é convidado a compartilhar o que pensou e de que posição. Pedimos que falassem na primeira pessoa como se fossem o personagem que escolheram. As pessoas falaram livre e espontaneamente o que pensaram enquanto ouviram da posição que escolheram. Todos se envolveram muito com a conversa. Surgiram inicialmente os sentimentos e falas imaginados por cada um para seu personagem, Abaixo alguns trechos desse momento:

Selma: Como filha eu pensaria “se minha irmã mais velha vai, por que eu não posso ir? Porque eu não posso ir com a minha irmã? Ela é mais velha, vai tomar conta de mim e eu já conheço o lugar. Você pode ficar tranquila. Você está me proibindo de ver meu pai! Por que eu não vejo meu pai?”.

Marcio: (Começa a falar de fora. O grupo, Rosana e Maria Beatriz pedem pra ele falar na primeira pessoa) “Eu, Maria, me sentiria traída de você ter uma informação... eu não entendi o que está acontecendo. Antes eu era criança e não tinha essa percepção. Mas, com 12 anos, acho que eu já conseguiria entender. Se eu for, eu não vou ter surpresas. Abre o jogo e me diz por que eu não posso ir”.

Cristina: Visão do pai. “Eu preciso de ajuda, socorro! Quero minha filha também, eu não estou sabendo lidar. Não tenho família nem ninguém aqui que possa fazer nada. Estou lidando com a minha própria solidão”.

Francisco: Sendo Monica “se eu sentir que mesmo que ele precise de ajuda, mesmo que com 12 anos ela queira muito ir para lá e tenha coisas boas... Se eu, mãe, sentir qualquer risco, eu jamais deixaria.” Se eu sentisse esse perigo, eu jamais deixaria, tentaria conversar... Se eu sentir perigo, é um limite! Jamais! Tentaria começar a conversar com ela, bem vinda ao mundo!

Diego: Eu sou Monica, eu não arredaria o pé. Precisaria de uma terceira pessoa de fora da família para intermediar, um terapeuta, para entender tanto o meu lado quanto o lado dele e achar, não sei se achar, uma solução. Não sei se tem uma solução isso tudo, mas sempre tem uma solução. Tentaria mostrar sem ser direto, não contar toda a verdade, para não deixar a menina sem chão, mas com uma terapeuta, para saber como falar com a filha, “Eu, Monica, tô confusa!”.

Todos riem muito

Rodrigo: Acho muito delicada a situação que você está vivendo. Muita responsabilidade falar qualquer coisa, mas... “Eu, Maria, tenho um pai, ele é cabeludo, é diferente, mas eu tenho um pai. Minhas amigas tem pai! Eu quero ver meu pai, poxa! Eu gosto dele, às vezes ele fica meio maluco, confuso, mas é meu pai! Eu gosto da cidade, eu quero ver meu pai, deixa eu ir! Poxa o que é que tem meu pai? Eu te ligo todo dia, na internet. Me deixa ir!”

Burburinhos e emoção

Emilia: Eu sou Victor (o pai) “A gente não entra num acordo porque até hoje eu não entendi o que houve, porque a gente se separou. Você fugiu da cidade e isso me deixa com raiva até hoje. A gente não disse tudo o que tinha par dizer. Eu não mudo minha posição. Eu quero ver a criança. Estou impositivo porque você também foi quando saiu daqui. Enquanto a gente não conversar, não tem jogo!”

João: Eu sou Monica. Eu já propus várias vezes de conversar com você. Você sempre se negou. Você tem que mudar!

Clara: Eu quero falar no lugar da Maria: “Mãe, eu amo você, eu gosto de morar com você e eu quero visitar você, mas eu preciso visitar o meu pai.”

Silêncio

Angela: Eu passo, não quero falar. Passo porque essa situação é muito minha e aí não dá!

Marcos: Eu como Monica, queria seguir o exemplo da ex do Marcos. O pai da primeira filha dela tem um problema semelhante. Então durante um tempo,

judicialmente ela marcava os encontros no shopping. Ela levava a filha pro pai ver. Depois ele deixou pra lá. Foi se distanciando, mas ele tem esquizofrenia. Um problema parecido.

Rosana: Então você como Monica, ouviu de alguém essa possibilidade.

Marcos: É e pensei que poderia levar a minha filha para encontrar o pai em um lugar público. Seria uma maneira.

Neste momento, não havia a preocupação de pensar ou compartilhar uma solução para a questão, mas imaginar os sentimentos que cada um poderia estar vivendo. Se, por um lado “brincamos” com a ideia de trocar de lugar e poder experimentar outras formas de ver e pensar de outros pontos de vista, por outro observamos que algumas falas eram tingidas pela história de cada um. Assim, Marcio colocou uma dúvida semelhante a que tinha sobre o quanto o filho conseguiria entender da situação da separação. Emilia falou sobre não entender o motivo da separação, que foi o tema que a trouxe para o grupo, João falou sobre as tentativas inúteis de conversa entre os ex-cônjuges que era sua principal queixa em relação à ex-esposa. Desta forma, cada um se emprestou para pensar na situação relatada, misturando em diferentes proporções seu posicionamento em sua vida e aquele que escolheu para o exercício.

Depois disso, a conversa voltou-se para Monica, para que ela pudesse compartilhar o que pensou enquanto ouvia todas as ideias que foram surgindo. As perguntas de início foram: O que te tocou do que ouviu? Para onde te levou? A partir daí o grupo também fez perguntas a ela. Ao mesmo tempo a conversa foi trazendo várias alternativas para a situação que Monica ia respondendo, ou refletindo sobre elas. A conversa foi muito rica e com muita participação e curiosidade de todos sobre os dilemas que Monica estava enfrentando.

Essa dinâmica alterna a fala e a escuta dos participantes, e incentiva a participação de todos de forma não julgadora e que permita abrir caminhos para a pessoa que expõe seu dilema. É uma proposta de um procedimento reflexivo nos moldes de Andersen (1996). O exercício de ter que se colocar no lugar de um dos personagens que não o seu, favorece a criação de uma distância reflexiva e o ver-se através dos olhos de outros (PAKMAN, 1995). Favorece também a que a pessoa que conta o dilema possa entrar em contato com as possibilidades de visões diferentes de posições diferentes na situação, de compreender a racionalidade

dessas posições em um contexto menos ameaçador para sua própria condição e para a sua versão da história, já que não se trata de contestar uma visão, mas de imaginar possibilidades em que aquele que contou a história vai, semelhante à família diante da equipe reflexiva²⁸ (ANDERSEN, 1996), aproveitar as ideias que fizeram mais ressonância para si. Todo o tempo ficou claro que a ideia do exercício não era chegar a alguma conclusão ou que Monica saísse com alguma proposta, mas que a multiplicidade de possibilidades fosse o ganho. Ao final do encontro, Monica foi convidada a falar como estava saindo.

Monica: Eu agradeço a vocês. Eu tô precisando falar disso. Pra eu chegar a uma decisão. Obrigada. Eu tô pensando em falar com a Maria, eu sei o que vocês, Victors (referindo-se às pessoas que “encarnaram” o personagem do pai), me disseram.

Nesse encontro tivemos a despedida de Cristina que ia viajar e não poderia estar presente nos dois últimos encontros.

Isadora, nossa relatora, também se despediu do grupo nesse encontro pelo mesmo motivo.

Nono encontro: De volta ao futuro

Neste encontro Isadora não está. Nadia também avisou que estava gripada e não poderá vir. Assim, eu e Maria Beatriz estivemos com o grupo. Decidimos que eu ficaria no registro escrito e Maria Beatriz conduziria as conversas.

Ecoss do encontro anterior

Desta vez perguntamos especialmente para Monica sobre a dinâmica do encontro passado.

Monica: Eu tentei conversar com ela essa semana (com a filha), mas foi difícil. Ontem ela foi dormir e fui dar um beijinho e ela estava com o travesseiro em cima da cabeça. Tinha acabado de falar com o pai. Eu perguntei ‘o que é que foi?’ Ela disse

²⁸ Procedimento criado por Andersen (1996) no contexto das terapias de família.

'nada, nada!' Aí eu falei: 'Você tá com saudade do seu pai, né?' ela desabou de chorar! Eu tô com medo, mas tô pensando em ligar pra ele e tentar conversar... Se ele me atender, né? Como vocês falaram...

Dinâmica: Encontro comigo mesmo no futuro.

Maria Beatriz: A proposta é de fazermos uma viagem ao futuro. Para daqui a cinco anos.

- 1) *O primeiro momento é individual. Por mais ou menos cinco minutos cada um tentará se imaginar no melhor quadro que puderem se imaginar daqui a cinco anos. Se precisar, fechem os olhos, relaxem. Algumas perguntas para ajudar a imaginação: Qual o melhor cenário daqui a cinco anos? Com quem vão estar morando? Como vão estar as relações, novas, com o ex, com os filhos, o trabalho? No melhor quadro da imaginação. O que vocês vão ter conseguido? Tudo em uma visão otimista.*
- 2) *Agora, vocês vão imaginar que esse você daqui a cinco anos, encontra você hoje. Que conselhos vocês dariam para vocês hoje, para daqui a cinco anos, vocês estarem como vocês querem? Que conversas? Com quem? Que temas emocionais vocês precisam cuidar? Que ações materiais vocês precisam tomar? Esse você mais cinco diz 'olha, eu quero estar assim e para isso você precisa cuidar disso, daquilo...' Que dicas vocês dariam para vocês hoje? Imaginem esse diálogo.*
- 3) *Agora, tentem transformar essas reflexões em um símbolo, uma metáfora, uma imagem, uma música, um poema, que vocês possam acessar para lembrar vocês, ajudar vocês, a passar esses cinco anos e chegar aonde vocês querem. Pode ser absolutamente qualquer coisa, um lembrete que vocês levem para ajudar a chegar lá.*
- 4) *Agora vocês vão formar duplas e podem sair da sala para outra sala para maior privacidade. Vocês vão conversar uns com os outros como esse ideal. Rodrigo. mais cinco e Francisco mais cinco. Digamos que vocês se encontrem daqui a cinco anos. Rodrigo. ideal e Francisco ideal vão conversar depois de cinco anos sem se ver. Vocês vão ter um diálogo. Como vocês estão, como está o relacionamento com seus filhos. Vão conversar 10*

minutos, então cuidem para que cada um possa ter tempo de falar. Cada um ansioso sobre o outro.

Entre cada uma das instruções foi dado um tempo para que todos pudessem pensar e anotar, se quisessem. De volta ao grupão, os participantes são convidados a compartilhar algo sobre o processo do exercício e da conversa e compartilhar a imagem, música, etc. que vão usar como lembrete.

Pensamos nesta dinâmica por estarmos perto do final do grupo. Além de introduzir a possibilidade de pensar em um futuro esperançoso, essa dinâmica possibilita a transformação da experiência em recurso, favorecendo que as pessoas percebam seus próprios recursos e possam se perceber com potência para chegar ao seu objetivo. Desta forma, o final do grupo também é vivido como um começo.

Além disso, a metáfora sintetiza as falas e conversas, podendo ser facilmente acessada como um “lembrete” de um contexto mais amplo e mais complexo da experiência.

Selma: Eu posso começar. Não houve dificuldade de lembrar do que cada um pensava pra frente.

Maria Beatriz: Já fazia parte da vida, pensar no futuro?

Selma: Não, a gente começou a pensar na conversa. Para o Marcos, o símbolo dele é independência. E o que ele considerou como símbolo para ele é tirar uma carteira de motorista. Dirigir significa para ele independência, mas é mais do que isso. É uma necessidade para a vida dele como um todo; a independência.

Marcos: Eu li uma história que dizia que os filhos devem sair do banco de trás do carro dos seus pais para o controle de suas vidas, sabe? Quando eu li esse texto, eu pensei nisso.

Ricardo: Nem precisa do carro, só da carteira já tá valendo!

Em outra dupla surge a música, que foi um ponto forte desse encontro.

Adriana: Foi muito bom, temos muito em comum.

Maria Beatriz: Vocês gostaram de se encontrar depois de cinco anos?

Angela: Foi muito leve, estávamos muito bem!

Maria Beatriz: Vocês se reconheceram?

Angela: Sim! Nós nos reconhecemos! Fomos bem musicais. A conversa fluiu tranquilamente. Resolvemos nossos conflitos numa boa.

Monica: Os filhos bem também. A (música) dela é (canta) “Acho que eu mereço ganhar o prêmio Nobel da Paz”.

Todos riem muito

Angela: Fixei tanto na minha que esqueci a dela!

Monica: (canta de novo) “Que a vida pode ser maravilhosa”. Ir além dos meus limites.

Em outra dupla:

Silvia: Não consegui pensar em nada, nem um conselho porque se eu soubesse né? Não consigo imaginar que conselho eu me daria. Mas eu acho que estou no caminho certo.

Rodrigo: A minha imagem foi bem legal, me emocionei. Uma ciranda. Uma das coisas que o Rodrigo de hoje gostou de ver daqui a cinco anos foi que ele conseguiu reunir todas as redes dele. Fortaleceu as redes. Essa imagem da ciranda. Também tinha a ver com desapego que é um tema que eu estou trabalhando. Tem a ver com meu filho. Vejo a ciranda como uma dança em que pode entrar e sair a hora que quer, não é uma valsa ou uma quadrilha, mas ao mesmo tempo fortalece a rede. O trecho da ciranda fala assim: “Passa o dia, passa a noite, passa o tempo. Só não passa o movimento do cirandeiro a rodar.” A imagem ficou o anel do cirandeiro. Gostei da brincadeira.

E ainda em outra:

Marcio: A nossa conversa foi ótima. Foi muito curta. A Emilia é bastante comunicativa. Queria mais tempo para ouvir mais.

Risos e comentários de vários ao mesmo tempo de que Emilia fala muito

Marcio: Foram idas e vindas pra poder sintonizar, mas a verdade é que... Nos encontramos lá fora porque o grande desejo dela é morar fora.

Mariana: É, nos encontramos lá fora, Eu, grávida, casada. Emilia morando fora, de preferência na Europa e ele (Marcio) dizendo pra gente que o filho dele está morando com ele; o que é um sonho dele.

Emilia: Eu achei interessante porque o filme que coloquei pra mim... Porque desde os 12 anos eu tenho essa ideia. De passar meio tempo no Brasil, meio tempo no exterior. Sempre existiu em mim. Aí eu disse assim: 'Nossa! Tanta coisa já se passou'. Meus pais não deixaram eu fazer intercâmbio, casei, atrelada com marido, tive filho, fiquei atrelada com filho. Agora o filho casou. Agora é minha vez! Aí ele (Marcio): 'como é o nome desse seu momento daqui a cinco anos?' Momento 'Odisseia no Espaço', (risos) Aí, ele falou assim: 'Não, pode ser aquele filme 'Comer, Rezar e Amar'. Isso me deu muita paz porque eu já fiz tanto esforço pra ir e não consegui ir que quando ele falou isso me pareceu uma coisa mais leve, me pareceu mais viável, mais real. Eu não preciso ir pra outra galáxia pra conseguir fazer isso.

Maria Beatriz: Você gostou da imagem que ele te emprestou, então?

Emilia: Gostei!

Todos falam ao mesmo tempo

Emilia: Eles têm uma história muito parecida. Com o cônjuge muito difícil, criando empecilhos. E o que eles querem é ficar mais em paz, não ficar brigando...

Mariana: Acho muito difícil, mas...: Ele pensou em uma música que ele achava que era do Frejat.

Vários conversam sobre a música tentando identificar pelo pouco que Marcio se lembra da letra. Chegam a conclusão de qual é.

Mariana: Então, na verdade é do Titãs. Epitáfio.

Vários cantarolam a música e outros falam ao mesmo tempo. Risos.

Mariana: Eu não consegui nenhuma imagem, nem música nenhuma, mas o que falaram sobre comunicação eu tomaria emprestado, como 'quem não se comunica, se trumbica'. Mas lembrei daquela música do sol, 'é pra lá que eu vou'. Alguém conhece?

De novo vários tentam saber qual é a música, cantam, etc.

Mariana: É, Jota Quest. Aonde houver sol, é pra lá que eu vou!

Vários cantam de novo o estribilho da música.

Esponaneamente a cada música lembrada algumas pessoas cantarolavam o que gerou um momento com emoção e leveza. Um momento em que as pessoas se sentiram conectadas em que se potencializou a sinergia grupal.

Finalização do encontro

Para Angela e Clara, esse será o último encontro. Algumas pessoas viajaram aproveitando que na semana do último encontro havia um feriado na quarta feira. Então, peço para aqueles que não estarão no encerramento do grupo que possam me enviar por escrito uma avaliação. Combino de enviar as mesmas perguntas que fizesse para o grupo todo, incluindo Cristina que já havia se despedido no último encontro.

Em resposta à pergunta: “Como estou saindo hoje?” Já aparece claramente a despedida:

Marcos: Tô ficando triste porque vai acabar.

João: Esperando a próxima.

Emilia: A meditação já faz parte da minha segunda feira. Ótimo. Acho que o tempo foi pouco pras pessoas falarem...

Rodrigo: Se fossem 5 horas seria pouco. Com pena de ter acabado o trabalho. Devíamos trocar e-mails.

Angela: Estou me sentindo mais leve hoje depois de cinco anos. Mas também com certa pena de ter acabado o trabalho. Foi um tempo curto. A ideia de dar continuidade através do blog²⁹ é legal.

Selma: O tempo foi pouco.

Marcio: Isso é um exercício para você ir dentro de você. O dia a dia é uma rotina atropelada então essa hora e meia que seja é boa para você refletir e vocês instigam. Porque aqueles assuntos mais complicados a gente não quer encarar. Eu estou aqui até hoje por conta disso, porque no primeiro dia que eu vim aqui eu tinha decidido não voltar mais e aí descobri que eu tinha que voltar. Por isso voltei.

Monica: Feliz. Gostei muito de projetar lá na frente. De me sentir lá.

Rodrigo: Leve e musical.

Selma: Esperançosa. Pensar o futuro bom, se projeta, é mais leve.

²⁹ Rodrigo havia proposto em outro momento a criação de um blog para que nós continuemos em contato.

Mariana: Monte de gente falou que acha que está no caminho certo. Quando vocês falaram em cinco anos, lá atrás, todo mundo me falava se você quiser pensar no seu problema pensa daqui a um ano, mas me falaram que o que o tempo ideal para acontecer é cinco anos. Só que três anos da minha vida voaram e vi que as coisas estão ainda estranhas. Isso me assusta muito. Por isso eu acho que não estava no caminho certo. Acho que agora estou. Agora que eu consigo perceber que tudo pode ser muito diferente.

Selma: Ainda tem dois anos para correr atrás.

Clara pede para se despedir e resume seu agradecimento ao grupo:

Clara: Queria agradecer o grupo porque muita coisa que eu ouvi aqui ficou ecoando. Muitas histórias que eu ouvi. Como tem histórias no grupo! Até meu ex-marido me disse assim: 'Esse seu advogado que fica te enchendo a cabeça!' Mal sabe ele! Quantas histórias eu ouvi aqui! Foi ótimo, me deu força, me ajudou a ter o espaço para falar. Tô com pena de estar acabando. Não sei quais serão os próximos capítulos. Queria agradecer pela força, pelas histórias parecidas e pelas diferentes.

Angela também se despede e reflete sobre o trabalho com o futuro e sobre nossa intenção ao propor esse trabalho.

Angela: Tenho que me despedir do grupo porque semana que vem vou estar viajando a trabalho e agradecer pela escuta de vocês e pelo apoio e por terem compartilhado esse crescimento nesses encontros. Foi um período curto, mas muito intenso e pudemos passar por uma série de coisas muito interessantes pra esse trabalho com a gente mesmo. E até achei que esse exercício de hoje faz parte disso, desse planejamento que vocês fizeram pra gente poder vivenciar todas as etapas e se imaginar lá na frente. Isso dá uma ajuda e tanto pra sair desse grupo mais fortalecido. Com esperança. Eu acho que vai valer muito a pena. Tem até um trequinho de uma música: 'Valeu a pena, ê, ê!'. Eu acho que estar aqui hoje é esse tempo. E a gente continua compartilhando as nossas histórias e nossos sucessos também.

Décimo e último encontro: Despedir, olhar para trás e para frente.

O encontro começa mais atrasado porque chove e é véspera de feriado, o que torna o trânsito muito ruim. Além das pessoas que já haviam avisado que não viriam Francisco e Fernanda não conseguem chegar por causa do trânsito. Iniciamos o encontro com uma proposta de avaliação.

Rosana: Então, hoje é nosso último encontro e a gente ficou pensando como dar conta das várias tarefas: de despedir, de poder avaliar para nós mesmos e de poder cumprir a minha avaliação para a tese. Disso resultaram algumas perguntas que imaginamos, em princípio, poder fazer pra vocês e vocês pensarem um pouquinho, se quiserem escrever e depois a gente ir compartilhando e encerrar. Foi mais ou menos isso que a gente pensou para poder dar conta de todas as tarefas que tínhamos para fazer hoje. Vou escrever as perguntas no quadro, mais para guiar nossa conversa. Como sempre não é para mostrar. Quem quiser pode escrever só para se conectar, mas não é para entregar... As perguntas são mais para estimular uma conversa de avaliação, de fechamento, para dar um contorno para esse momento.

As perguntas propostas:

- *Que diferença fez para você participar desse grupo?*
- *O que tocou você de forma especial? Destaque um ou dois momentos.*
- *Há algo na forma pela qual o grupo foi conduzido que você gostaria de comentar?*
- *O que você considera que leva do grupo para sua vida?*
- *O que você gostaria de deixar para o grupo?*
- *Se houvesse outro grupo desses, o que você considera que poderia ser diferente?*

A avaliação focaliza no processo do grupo e não no seu conteúdo. No que cada pessoa pode transformar daquilo tudo para si e no que considera que contribuiu para o processo como um todo. Também abre espaço para uma crítica que permite a equipe avaliar o trabalho e abrir alternativas para os próximos. Também busca, no espírito da poética social (SHOTTER & KATZ, 1996), a

iluminação de momentos interativos marcantes e originais que fizeram diferença para os participantes.

Em relação à primeira pergunta aparece o valor da multiplicidade de histórias. É considerada importante tanto pela diferença como pela possibilidade de identificação.

Monica: Na primeira (pergunta) fez muita diferença sim encontrar pessoas em diferentes situações, o tema ser o mesmo, mas... Poder conversar sobre este tema. Nunca conversei com ninguém mais assim diretamente sobre isso, ou vi pessoas com histórias semelhantes. E também acompanhar os relatos, as histórias. Porque nesse pouco tempo, as coisas foram acontecendo. Foi interessante como às vezes um trazia uma novidade: Ó, aconteceu isso!

Jorge: Na primeira pergunta achei interessante compartilhar e conhecer histórias de separação de cada um. Apesar de não ter dado pra conhecer de todo mundo, deu para conhecer a de algumas pessoas e achei interessante porque assim, tem muita coisa parecida, e muita coisa diferente também. Acho que foi legal ver essa maratona de separações ao mesmo tempo, tudo junto.

João: A (pergunta) número um é poder compartilhar esse sentimento, ver como os outros olham suas dificuldades. E ver como vão pensar suas saídas. A gente sempre aprende alguma coisa com isso.

Selma: Então, essas experiências diferenciadas é que são a riqueza. A troca de informações e poder um contribuir na reflexão, se colocando no lugar do outro e pode auxiliar o grupo.

Mariana: Bom, eu faço minhas as palavras de todos. Eu acho que a diferença que fez pra mim foi a possibilidade de perceber que eu não era a única que vivia a minha situação. Durante muito tempo eu achei que eu fosse a única. Todos os lugares que eu ia, eu era a única. Não sei se eu tava indo no lugar errado. Mas enfim... (risos) A única separada, única com que tava com filho pequeno. Então, perceber que não sou só eu. Muitas pessoas vivem situações piores, melhores, iguais às minhas. Foi uma riqueza muito grande poder perceber isso. Isso foi a

diferença que fez pra mim. Sempre ouvia da minha terapeuta, que foi quem me indicou pra vir aqui que o que mais tinha era isso. Consegui enxergar, a quantidade de pessoas passando por esse mesmo problema que a gente tá especificamente tratando aqui.

Rodrigo: Bom, a diferença que fez pra mim é que foi ótimo porque suavizou o meu processo de separação. Tava bem doído. Era recente. Deu uma suavizada bem boa. Teve um efeito pronto-socorro. Embora uns e outros não tenham percebido isso e achado que eu sou tranquilo, falo bastante, tento ver as coisas de uma forma bem positiva, mas estava difícil. E o grupo, o processo, o falar, ajudou bastante.

Marcio: Olha, a experiência de cada um aqui, é rica. A gente acha que é um pouco melhor ou um pouco pior, ou semelhante no dia a dia. Isso é muito positivo, sobretudo por essa troca de informações. Porque em uma análise você tem que chegar a uma conclusão própria, mas aqui é uma coisa que você coloca e o feedback é imediato. Isso eu achei muito positivo. Acho até que esse período foi uma coisa muito mais positiva pra mim do que em outras experiências.

A multiplicidade também amplia a possibilidade de olhares:

Fernanda: Consegui enxergar todos os lados de uma separação as questões não só dos filhos, mas do casal em si. Isso é importantíssimo por que eu fiquei mais sensível nessa questão e isso leva a pensar duas vezes antes de julgar.

Marcos: (Lê a pergunta) que diferença fez pra você participar desse grupo? Eu pensei um pouco. Muita né? Porque eu cresci e aprendi a ver também pelo outro lado da moeda. Ver através da outra visão, que seria o lado da minha ex. Tentar entender algumas vezes.

Diego: Agora eu enxergo vários fatos de outra maneira, sabe? É esquisito, mas é legal. Às vezes meu pai me pede conselho. Eu falo: pera aí, deixa eu pensar. Deixa eu pensar do lado da menina, do lado do cara...

Alguns se referem também ao que aprenderam como marcante. Tanto a diferença que fez a participação no grupo, mas também o que levam para a vida. No caso de alguns é o valor do positivo:

Silvia: O que eu achei positivo foi pensar o lado bom, quer dizer o lado bom... O que você aprendeu com o processo de separação. O que você leva dali, o que você pode aproveitar dessa sua experiência. Porque a gente fica sempre achando que é tudo negativo. Tudo bem, que você vai começar uma vida nova que você acha que vai ser melhor, mas o processo em si, filhos, suas atitudes, acho que foi legal pensar sobre isso. O que eu fiz de bom e o que eu não fiz. E, levar para a vida.

Rodrigo: Algumas coisas que eu falei em algum momento e que tem a ver com isso que eu estou dizendo, que é pra gente focar nos ganhos. Tudo na vida tem seus ônus e bônus e por conta das esquinas da vida e por conta do sofrimento, lá pelas tantas a gente só consegue ficar se apegando lá, batendo na quina das coisas e não tem jeito, a quina continua lá, mas dá pra gente passar de ladinho. E eu queria deixar isso. Isso é uma coisa que eu queria deixar. Que a gente tivesse perdas e ganhos ao invés de só perdas e danos. Focar nos ganhos. E eu tô levando isso também. Isso também encaixaria no que eu tô levando do grupo. É esse aprendizado de deixar as coisas passarem. Não é esquecer as coisas ruins, a tristeza, os problemas de ordem prática, financeira, papelada, mas que essas coisas possam passar pela gente, a gente arcar com essas consequências, mas deixar elas irem embora também.

Diego: O que eu levo? Bom, espero poder ter contato com vocês e até com outras pessoas também, mais velhos, que possam conversar sempre comigo sobre isso, porque é uma coisa muito complicada pra vida. São duas pessoas pensando coisas totalmente diferentes, e as duas pessoas estão certas. Isso que é o mais engraçado. Porque olhando aqui, todo mundo tá certo. A história de todo mundo é a história correta. E o outro não acha isso, entendeu? Isso é esquisito. De conversar. Mas, o que eu vou levar é essa conversa toda que a gente teve pra poder usar nos meus relacionamentos para que eu possa nem falhar, nem tomar nenhuma decisão errada. Não, vou falhar, mas buscar uma opção correta nisso tudo. O que eu gostaria de deixar pro grupo? Cara, eu quero deixar uma coisa que é sobre meus

pais porque eu não me separei. Que é possível ter uma separação boa, de uma forma legal, amiga. Depende da outra pessoa, né? (rindo) Porque tudo é na base da conversa ou não. Mas uma hora vai chegar numa conclusão que vai ser boa. Não sei, na minha concepção, tudo tem o lado positivo e tem o lado negativo. Mas o lado positivo sempre vai prevalecer. Pra mim, para os outros pode estar errado, mas é isso! E, agradecer a vocês porque foi uma lição de vida. Sei lá quando eu vou ser chamado para outro encontro de divórcio...

Fernanda: O que vc considera que leva do grupo para sua vida? O respeito ao próximo, principalmente neste caso às pessoas que estão passando ou passaram por uma separação e principalmente o não julgamento a elas. As questões pais e filhos foi o que mais me tocou, ver o sofrimento de um membro em especial pelo seu afastamento do filho devido a sua ex mulher que estava “comandando” a situação. Dava pra ver que ele quer muito fazer parte da vida do filho, coisa que na minha experiência não aconteceu. Outra coisa que me tocou foi a dor que alguns dos membros ainda sentiam com as suas (separações), algo que um dia tão valioso para eles se acabou.

Em alguns casos o que levam é a sensação de que a grama do vizinho é menos verde... Em outras palavras, o grupo também opera pela diferença no sentido de algumas pessoas poderem relativizar seu sofrimento ao se depararem com situações que consideram piores do que as suas:

Rodrigo: Em retrospectiva, eu vejo como ajudou. Ajudou nos dois processos: da separação e do distanciamento do meu filho. E tem uma coisa politicamente incorreta que é olhar o problema do outro e ver que é tão grande. Ah, que o meu é pequenininho. (risos) Um, o marido aparece em casa, o outro a mulher está processando, o outro não fala com o ex, só fala por meio do juiz, O meu, é tranquilo (rindo).

Selma: Eu emendo porque sou do grupo politicamente incorreto aqui. Como já me separei há muito tempo e já está resolvido, o impacto de estar em um grupo que o processo de separação ainda é muito forte pra algumas pessoas, com dificuldade mesmo de enfrentar, e eu já estou numa distância grande. Quer dizer já em outro estágio. Eu achei interessante poder trazer que é possível, né? Na separação, lá na frente as coisas serem acertadas de maneira equilibrada. De pai e mãe em relação

aos filhos. *Eu acho legal isso. A experiência diferente de quem já passou, de quem tá passando, quem é filho que sofreu a separação. Viu a separação, mas conseguiu entender de maneira positiva. O Diego, por exemplo.*

Mariana: Bom o que me tocou de forma especial foi um caso ou outro específico aqui. Uma pessoa principalmente. Porque a gente sempre acha que a nossa situação é a pior. Mas, a gente sempre vê situações de um ângulo ou outro piores. A dela (Marcia) todo muito falou muito, mas acho que foi a única sessão que eu perdi. Eu confesso que eu não me lembro do caso dela. Mas, deve ter sido bem legal essa dinâmica que fizeram, enfim... Mas, especialmente o caso daquela que não tinha a guarda dos filhos.

Várias vozes: Angela.

Mariana: É uma coisa que mexe muito comigo. Eu acho que pra mim é o que pode haver de pior. Uma situação dessas.

Ou ainda:

Jorge: Duas coisas que me tocaram muito e eu levei um susto; foram dois episódios: um, a mulher do Marcos simular que foi agredida. Pra mim foi um susto. Caraca! Como é que alguém faz isso? A gente sabe que faz, mas quando acontece perto da gente, você fala: Opa! Caraca! Como é que pode? E outra coisa também que me tocou foi a história da Clara. Aquela separação maluca em que o cara podia chegar a qualquer hora na casa dela. Ela vivia em pânico porque ele podia aparecer. Como é que alguém deixa chegar nessa situação, né? Foram coisas que me assustaram muito. E, depois, eu fiquei pensando assim: Pô, assim como eu me assusto com algumas coisas, talvez os outros também podem ter se assustado na minha história com coisas que eu não me assustei e pra mim passaram e as pessoas podem perguntar assim: Caraca! Como você deixou fazer isso? Então foi interessante esse susto. Como é que acontece um negócio desses? E, ao mesmo tempo começar a pensar: será que na minha história não tem coisas que as outras pessoas vão falar a mesma coisa: como é que você deixa um negócio desses, como é que você faz um negócio desses?

Rosana: O que é inusitado na história do outro e que na sua pode ser “normal”.

João: É que a gente tá acostumado com aquilo.

Jorge: É, e de repente você vê um outro olhar e pensa: Cara, você tá louco.. Tem um texto do Brecht que fala isso, “sobre o familiar descubra o insólito”, sobre o que é dito, o natural causa inquietação, não sei bem como é a história... Mas, quer dizer que coisas que são naturais, às vezes, familiares, às vezes são coisas malucas. Tudo varia de pessoa para pessoa, de cultura pra cultura... De situação.

Emilia: ainda bem que existiu Nelson Rodrigues pra lembrar a gente disso...

Risos

Também é marcante o valor de participar de um espaço reflexivo: O reconhecimento do que já se sabe. Como apontam Shotter e Katz (SHOTTER; KATZ, 1996), a poética social não se destina a revelar significados ocultos, mas chamar a atenção para o que está diante dos nossos olhos. Ao mover-nos de posição, podemos ver diferente. Assim, não se trata de explicar ou entender significados, mas de nos depararmos com o que está diante de nossos olhos, porém ao mesmo tempo, é original porque emerge de novas conexões e relações.

Jorge: E, o que eu levo é que muitas coisas que foram faladas, são coisas que a gente sabe. Parece que com a correria da vida, a gente esquece. Eu lembro muito bem de uma coisa que falaram: procurar os amigos que possam... Você tem um problema, não sabe como resolver, então buscar os parentes, os primos, aquele negócio... Buscar outras pessoas, a rede. Isso é uma coisa óbvia, mas na minha história, pouquíssimas vezes eu pensei nisso. Posso usar isso. É uma coisa que eu sei, todo mundo sabe, mas no meio da confusão você não para e pensa: vou procurar a mãe dela. O pai dele com quem eu tenho uma relação legal, então vou.... Várias coisas que várias pessoas falaram. Bateu assim pra mim: Ah, isso aí eu sei, mas eu nem lembrava. Não me tocava que eu podia.

E também o valor da escuta respeitosa que se exercita no grupo, dos outros, mas também de si mesmo:

Emilia: Porque você também se reporta à sua história. Você vai vendo de um ângulo, vai ouvindo a história do outro, vai te acrescentando. O que eu levo do grupo: a experiência de todo mundo. Principalmente essa coisa da sensibilidade com o outro pra você conversar. Adorei o respeito de todos com a história do outro,

a colaboração. Achei isso o máximo! Muitas vezes a gente não tem isso com o marido, né? Procurar fazer isto dentro da família pra ver se ajuda.

Monica: Ah, preciso ouvir, falar um pouquinho. Ter essa disponibilidade eu acho bem legal também. É um momento bem íntimo, a gente falava coisas difíceis. Teve fortes emoções no grupo. Foi muito bom, gostei bastante.

Novas conversas surgem e, como um presente, são oferecidas ao grupo neste último encontro:

Marcio: Dei uma amadurecida e foi um amadurecimento daqui. Os assuntos que me deixaram realmente tocado, foi o dele ali (Marcos), que foi até um choque pra mim. Quando eu estive a primeira vez aqui e veio à tona todo um assunto que eu já tinha, supostamente enterrado, virado a página e na verdade e veio um espelho aqui que, na verdade... É bem desagradável. Nessas nove sessões eu reavaliei vários pontos. Com quatro anos e meio de separados, um péssimo relacionamento com a ex-mulher e tudo mais... Nessa história toda eu resolvi fazer umas mudanças e achar que meu filho de nove anos não tinha ainda uma capacidade, achava eu né. E fui de uma maneira progressiva, incentivado por aqui, evoluindo no assunto e vendo até que ponto... Apesar de que eu ia indo para não sobrecarregar ele. Se não fosse por aqui, eu não teria tentado isso. E acho que foi super positivo. Em contrapartida, virou muito esse meu eu com ele e eu com a ex pessoalmente. Porque eu precisava dela pra me encontrar com ele, então resolvi que ele já tem uma maturidade pra conversar e entender um pouco mais do que era poupado, na minha cabeça, poupado de falar pra ele. Eu era um há nove semanas atrás e agora sou outro. Bem melhor... Em várias situações, não só aquelas...

Fernando: Isso porque ele disse que não ia voltar mais.

Marcio: Aquilo foi uma quebra de barreiras. E meu agradecimento a todos vocês que contribuíram muito com meu eu (risos).

Mais uma vez, os momentos que capturam a atenção a aspectos que nunca foram notados e que “saltam aos olhos” no processo conversacional:

Emilia: Olha só, nesse da diferença que fez pra mim participar desse grupo, é... O que me chamou mais atenção foi, no processo de separação, como que isto

dói nas pessoas. E, como a gente se deu tão bem, eu fiquei assim pensando: como que essas pessoas conseguem brigar tanto com os cônjuges? (risos). Isso me chamou a atenção aqui. Eu acho que eu, eu revi isso. Eu acho que a gente tem que ter um pouco mais de cuidado com o sentimento do outro. Porque muitas vezes a gente abre o verbo, diz o que quer e o que não quer e aquilo fere muito as pessoas. Foi o que eu peguei do grupo pra mim. Daqui pra frente, né? Eu já estou usando isso. Ter muito cuidado com o outro quando você quiser dizer uma coisa mais difícil pra outra pessoa, você escolher um pouco mais as palavras. Como você vai dizer. Não é omitir, mas você escolher um pouco o momento. Você ter um pouco mais de cuidado com o sentimento do outro. Acho que isso serviu pra mim.

As diferenças propostas nas formas de conversar, a partir da variedade de exercícios e dinâmicas propostas também são avaliadas como positivas pelos participantes:

Mariana: A forma que vocês escolheram as dinâmicas. Cada dia era uma dinâmica diferente. Bem legal! Acho que fez com que eu viesse pra cá a cada dia, tipo: O que vai ter de diferente, né? Realmente mexia de uma forma diferente, especial, bem enriquecedora. Você ouvir as várias pessoas, a forma como cada um encara o seu problema, o caminho que cada um escolheu pra lidar com seu problema. Às vezes bate num dia em que você está precisando ouvir aquilo. Foi o que me tocou. . O que eu considero que levo do grupo pra minha vida: acho que é a experiência de cada um. A forma que cada um falou aqui que estava podendo lidar com o problema. Eu acho que isso realmente foi importante pra mim.

Fernanda: No geral foi ótimo, cada encontro algo diferente. Eu sempre estava na expectativa de qual atividade teríamos que encarar...

Emília: Eu achei a condução da pesquisa excelente. Foi gradativa, variada. Ela abordou todos os lados. Sempre tinha uma novidade. Eu vinha pra cá: Será o que é hoje? Qual vai ser o exercício de hoje?

As dinâmicas mais lembradas como marcantes na avaliação foram a das redes sociais, da situação em que cada um se colocava no lugar do outro e a da projeção ao futuro.

Emilia: Eu adorei aquele exercício das redes sociais. Acho que aquilo a gente tem que sempre ter na cabeça porque muitas vezes a gente não recorre ou de repente a gente nem tem rede social. A gente tá tão enfiado dentro da gente mesmo que nem se lembra a quem recorrer. Eu achei aquilo ótimo. Gostei do exercício que a gente fez do quem é quem. Porque a gente se colocou dentro da sua história e viu como era difícil você estar dentro de todos os personagens. A filha tá do lado do marido, como que responde. Adorei.

Monica: O da rede social também foi bem legal. Quem está a nossa volta, com quem a gente pode contar... O que leva do grupo para sua vida... Ah, tem tanta coisa, um pouquinho da história de cada um, da vivência de cada um e esse conhecimento que a gente teve aqui e que pode ser multiplicado em todos os momentos e...

Marcos: Aquele exercício em que a gente se colocou no lugar da Monica, o do futuro falando com a gente, e o que a gente teria que saber para chegar lá.

Rodrigo: Olha, eu acho que o que me tocou e foi bem legal foi o “conte seu drama e ouça dicas”. Achei legal, foi bom ouvir. Tinha a ver com o tema filhos que é um tema muito sensível pra mim. Foi legal ouvir de novo a mesma coisa. O que eu ouvi não é nada diferente do que eu ouço o que já ouvi aí fora, mas ouvir de quem não conhece a história, com aquela coisa do anonimato. Jogaram tintas peculiares e diferentes do que eu estava ouvindo por aí. Achei muito bom.

Monica: Aquela em que cada um faz um papel.

Maria Beatriz: Aquela em que você falou de você e cada um incorporou um personagem?

Marcia: É, é! Estavam todos aqui! Foi bem legal!

Risos

Rodrigo: Baixou um monte de entidades aqui!

Monica: Foi muito bom ouvir cada um dentro do papel.

A escuta se transforma, incluindo o silêncio, tema que apareceu no primeiro encontro como não desejado, de outra forma:

Rodrigo: Deixa eu comentar um negócio. O legal do que você (Emilia) falou de respeitar o que fala com o outro e também respeitar o outro quando às vezes ele não fala. Por que ele não me liga? Não fala nada? Porque às vezes ele tá nesse momento. De, pô, vou respeitar o momento da outra. Muitas vezes a gente também fica querendo que alguém cutuque a nossa ferida e o outro tá lá na dele. Já tá em outra... A fila já andou... E a gente fica: e aí? É. Respeitar isso. Que às vezes o outro não tá querendo falar.

E os caminhos para aproveitar a participação no grupo, mesmo depois e em outras conversas:

Rodrigo: Finalmente, eu queria agradecer bastante, agradecer muito à Rosana, ao grupo todo. Eu acho que eu aproveitei bastante. Acho bacana também que a gente possa multiplicar isso. Isso já deve estar acontecendo com os amigos... Lá pelas tantas você vai ver uma história parecida com uma que a gente viu aqui. Pô, mas sabe, eu passei por um grupo que apontou pra esse lado... Pra essa direção... Acho que isso também é uma responsabilidade. Uma coisa boa que a gente pode fazer com essa experiência.

Surgem as observações sobre o que poderia ter sido diferente e nesse item, o pouco tempo é o mais citado. Tanto o tempo do encontro, de 1 h e meia como o tempo no total para conversas.

João: 1h30min é muito curto. Porque na hora em que você tá começando a se entrosar, tá na hora de dizer, tchau!

Selma: Principalmente nas primeiras vezes que vocês não disseram exatamente o tempo, é quando a gente tá se conhecendo. Então todo mundo fala, quer saber do outro. Esses primeiros momentos poderiam ter um tempo maior. O horário pra mim era ótimo, o dia também! É o tempo mesmo!

Rodrigo: O que eu gostaria de ter feito e é uma sugestão, é que eu gostaria de ter ouvido a história de mais gente. Algumas pessoas que eu conheço pouco a história. Outras eu conheci mais e melhor. Tem a ver com o tempo. Mas, tem a ver

também com que vocês provoquem que os grupos não se repitam. Que as duplas, as parcerias não se repitam.

Fernando: Mas isso elas fizeram.

Ricardo M.: Foi, depois de determinado tempo.

E a despedida:

Diego: quero saber quem vai contar história na segunda feira pra mim, pô... Só tô pensando, domingo eu já ficava pensando: segunda-feira eu vou lá...

Rodrigo: Deixa eu falar uma coisa. Agora a gente vai exercitar o que a gente aprendeu aqui. Vamos nos separar

Ao final desse último encontro, o lanche se prolonga um pouco mais com ainda muita conversa e clima de despedida.

Depois...

Depois do último encontro as comunicações continuaram. Eu havia me comprometido ao final dele a enviar para todos a lista de e-mails dos participantes, o que fiz logo em seguida. Rodrigo continuou tentando o blog, mas sem muito sucesso. Com os e-mails todos os participantes continuam se comunicando e “conversando” sobre como manter a conexão. Logo alguém se lembra de que o final do ano pode ser um bom motivo para um novo encontro. Dessa vez, organizado por eles. Inicia-se intensa movimentação de mensagens, com muitas participações, embora alguns se mantenham em silêncio. A equipe está incluída na lista de e-mails e vê as mensagens, mas só se manifesta quando solicitada. Por exemplo, eles perguntam se o local de encontro dos grupos estaria disponível para a confraternização. Organizamos para que estivesse. Ricardo pergunta se poderíamos passar o vídeo que fizemos do outro grupo em que ele havia participado para esse. Assentimos com esse pedido e dizemos que o material para passar o vídeo e a estrutura para o encontro ficaria por nossa conta. Eles se organizam com comida e bebida.

Temos um encontro muito gostoso. Com a presença maciça de pessoas do grupo e da equipe.

Bem informal, brincam sobre que neste dia não será permitida qualquer gravação.

Porém, pergunto se há alguma novidade e Marcos conta que na próxima semana irá ao pediatra levando a filha e com a ex-esposa. Diz que conseguiu isso com muita conversa e sem perder a calma. Está feliz e o grupo comemora. Depois alguns brincam perguntando se alguém está namorando, mas fica claro que é porque alguns já sabem que Clara está namorando. Ela fica envergonhada e confirma. Depois de assistir ao vídeo, alguns comentam falas e sobre nossa aparência já que o vídeo é de alguns anos atrás. Mas, voltam à conversa, tomando um vinho e uma cerveja, comendo e rindo.

Ao longo do tempo em que venho trabalhando nesta tese, o “grupo” continua em movimento. Alguns participantes se comunicam com frequência, e o jovem Diego que participa de uma banda, convida a todos para seus shows, que tem sido um ponto de encontro para alguns elementos do grupo. Alguns se tornaram amigos no Facebook, o que permite a eles manterem contato e saberem de novidades. Alguns se aproximaram por fazerem esportes em comum ou se identificarem por outros aspectos. Como em todos os grupos e todas as redes sociais, o grau de intensidade e influência desses contatos e da relação varia ao longo do tempo e de participante para participante, mas após um ano de encerramento do grupo, ainda temos notícias de conversas que continuam acontecendo.

8.8 Processo conversacional: momentos marcantes, conexões

Usando a poética social como método de investigação, o foco é o processo conversacional. Porém, não se destina a revelar aspectos essenciais e universais, mas “busca pela diversidade que a caracteriza como prática conversacional e relacional” (GUANAES e JAPUR, 2008, p. 119). Não busca padrões de relacionamento entre pessoas ou a descrição da dinâmica do grupo. As categorias usadas na análise não são escolhidas a priori, mas surgem na interação do pesquisador com o material das conversas. Resumindo, a ideia é privilegiar a forma

como as ideias se relacionam entre si, como as pessoas constroem em uma ação conjunta determinadas realidades conversacionais. Em outras palavras, investigar como se dá o processo de produção de sentidos. Isso é feito através de dar destaque ao original, ao inusitado no fluxo da conversa. Nesta seção estão os momentos, trechos do diálogo que eu considereei que eram momentos marcantes do fluxo conversacional. Marcantes no sentido usado por Shotter e Katz que capturaram minha atenção por trazerem uma novidade, uma abertura para outros sentidos. Tais momentos me chamaram atenção de várias maneiras e por diferentes motivos. Como pesquisadora durante o processo do grupo e depois ao analisar as conversas eu estava orientada especialmente pelos objetivos propostos da pesquisa. Como apontam Guanaes e Japur (2008, p. 119) “o pesquisador é parte inseparável do processo de produção de sentidos” e “a pesquisa é caracterizada como um processo vivo de construção e reconstrução de sentidos de mundo [...]”. Fui dividindo em categorias e subcategorias temáticas e editando o material, de acordo com isso em um movimento de ir e vir, em que cada movimento abria possibilidades e/ou restringia-as. E, nesse sentido, como diz Shotter (2012), o trabalho com a poética social é mais de articulação entre discursos do que de análise. Um trabalho de ver conexões (SHOTTER, 2005a; SHOTTER e KATZ, 1996). Meu interesse, de acordo com esses parâmetros e com os objetivos do trabalho, foi nas possibilidades emergentes de produção e negociação de novos sentidos, de movimentos nos posicionamentos e de aumento da diversidade de ideias e ações tanto nas relações entre as pessoas do grupo como nos relatos que elas trouxeram de diferenças nas relações com outras pessoas significativas. Dessa forma emergiram da transcrição do áudio, da leitura do material escrito e de minhas anotações no diário de campo as categorias que estão nesta seção.

8.8.1 A dança dos posicionamentos

Como vimos anteriormente o conceito de posicionamento implica em uma visão não estática da produção de subjetividades. Harré e Davies (1990) consideram o posicionamento um conceito eminentemente relacional. Assim, posições subjetivas são relações e não atributos de um indivíduo. Envolvem repertórios preferenciais e

um ponto de vista adquirido de determinado posicionamento em termos das imagens, metáforas, linhas de narrativas e conceitos que são relevantes dentro da prática discursiva particular na qual os sujeitos estão posicionados. No grupo valorizamos, tanto em sua constituição como no método de condução dos encontros, a visibilidade de diferentes posicionamentos e a utilização desta diferença como motor para a mudança ou para possíveis re-posicionamentos. As pessoas ocupam diversas posições em diversos contextos de suas vidas. No entanto, focalizamos no grupo e na construção de algumas dinâmicas as posições que tinham relação ao processo da separação conjugal. Por isso, constituímos o grupo e nos referimos a seus participantes como pais, mães e filhos de famílias que viveram o divórcio. O tema do grupo já posicionava as pessoas de determinada maneira que trazia à tona um repertório particular de conceitos, pré-conceitos e formas de ver a vida e as relações marcadas não só pelas biografias singulares de cada um, mas pelos discursos sociais sobre o tema ou por linguagens sociais (SPINK, 2004b). A participação de cada um no grupo implicava de certa forma, em aceitar esse tipo de posicionamento e seu repertório como relevante para sua história, ou para aquele momento dela. Porém também ocorreram interações em que outras posições subjetivas eram explicitadas, sugeridas e até mesmo negociadas.

8.8.1.1 Homens e mulheres se posicionam

Em uma conversa inicial, entre homens e mulheres, o que toca são os sentidos de gênero. Surgem repertórios mais usuais e outros nem tanto. Aparecem os estereótipos sociais e os receios e expectativas sobre o “outro”.

Considerei a sequência a seguir um momento importante porque surgiu como uma delimitação inicial, ou negociação de como vamos nos relacionar, como serão nossas fronteiras e como vamos nos posicionar. Nesse sentido, foi como se uma outra “apresentação”, espontânea, emergisse nesses primeiros momentos do grupo. Na síntese do grupo de homens sobre o que não gostariam que acontecesse nos encontros eles disseram que não gostariam de silêncios e superficialidade nas conversas. Respondendo à minha pergunta sobre o que havia chamado atenção nas

sínteses do grupo, Cristina responde e inicia-se uma conversa em que o gênero aparece na forma das expectativas, mas também da surpresa:

Cristina: Eu gostaria de comentar o silêncio. De forma geral, os homens, não sei, têm dificuldades de acessar os sentimentos (fala meio timidamente), é difícil pra eles falar, etc. Mas, de fato, o não falar é tão prejudicial, né? Não sei o que é pior... Falar e falar agressivamente, falar coisas que não sirvam pra uma construção, ou o não falar... Achei perfeito o aprofundar e o não falar. Acho que eu nem pensei e são absolutamente fundamentais, então, me chamou a atenção. Achei bacana, vocês, especialmente...

Rodrigo: Ponto para os meninos! (Risos e torcida dos homens) (Rodrigo continua) Achei que teve bastante congruência nas questões que as mulheres colocam para os homens, assim da presença dos homens como pais, o que pensam... Assim como as meninas também colocaram diferente, de saber como que os pais se posicionam com os filhos e tal... E do masculino, uma grande preocupação é essa em relação aos filhos. Então, eu achei que teve congruência entre as questões dos três grupos.

Francisco: É só um comentário: o tipo de homem que vem para cá conversar é... O movimento que a gente faz, quer dizer, a gente faz, com o mesmo interesse que as mulheres... Mas, é uma diferença tão grande do que a gente vê de quem fica na sua posição de origem, não se aproxima, não conversa. Que existe um abismo de ideias que as pessoas não levam...

Rodrigo: Você não acha que isso é a mesma coisa que poderíamos falar das mulheres e filhos também?

Francisco: Não... Mas as mulheres tem uma inclinação maior e o número é maior e os homens tem uma visão assim meio discriminatória de não achar, de não ver nada positivo de prático na vida... Ah, isso é uma conversa (gesto com a mão, demonstrando que é uma conversa longa)... Se você não procurar entender e não procurar se aproximar, e (pensar) que tá todo mundo querendo a mesma coisa, é uma concepção assim, anacrônica de uma coisa que é dos dois... Tá ali tudo misturado... Então, eu acho que a gente, vocês também (para as mulheres), mas é mais fácil, vocês já tem uma predisposição maior, e a gente faz um movimento de sair daquele estereótipo que muitos ainda não conseguem enxergar. Ahhh, falam fulano é um ogro, mas ele tem outras qualidades, só não gosta de conversar, mas no resto ele é ótimo... Mas, depois vem a conta... Tô fazendo aqui uma

propaganda... (Risos dos outros homens. Alguma mulher fala: plim, plim! Como no comercial de televisão) Nosso intento é se aproximar pra conversar. Não é ficar ali achando, ah, tá errado, tá certo, porque há uma diferença que não pode ser vencida.

Selma: Por um lado é bom que vocês já passaram por isso porque tá vendo que tem mulher pra caramba aqui, né?

Cristina: Rapazes, tem que segurar o tranco...

Selma: É, não dá... Com essas perguntas e questões, vocês segurem o tranco... Vocês estão em desvantagem...

(Homens riem... Várias pessoas falam ao mesmo tempo...).

A conversa pode ter sido também uma tentativa de diluir uma tensão inicial do encontro entre homens e mulheres separados, teoricamente disponíveis para outras relações. Ao mesmo tempo em que isso gera curiosidade, também gera medo e insegurança. A curiosidade tanto das mães como das jovens nesse encontro foi sobre o homem. O que ele pensa? É uma oportunidade que encontram de saber desse que fala pouco, que não gosta de conversar como diz o estereótipo mais comum sobre o masculino. Essa é a grande surpresa. Eles estão presentes e dispostos a conversar “profundamente” sobre o tema do grupo.

8.8.1.2 Posicionamentos no divórcio: complexidade em ação

Um dos impactos esperados das conversas era que as pessoas ao ouvir outras pessoas em posicionamentos diferentes em relação à situação do divórcio, pudessem mover-se de suas ideias e vislumbrar outras. Isso, já no primeiro encontro é um dos focos da curiosidade dos participantes. O simples fato de essa diversidade estar presente na constituição do grupo já despertava o interesse dos participantes pelo “outro lugar”. Além disso, as próprias apresentações já incluíam que posição cada um ocupava em sua família e, no caso de algumas pessoas, elas ocupavam posições diversas em momentos diferentes da sua história, o que trouxe uma complexidade a mais para essa dança dos posicionamentos. No primeiro encontro, Cristina se apresenta incluindo esse aspecto: além de mãe, ela também é filha de pais separados.

Cristina: Eu sou filha de pais separados. Isso é bem importante. Eu jogo nos dois, entendeu?

No segundo encontro, pode-se ver como essa situação é complexa quando a posição de filha de pais separados de Cristina, além da de mãe, é que se destaca em sua reflexão:

Cristina: Eu tenho uma coisa que me chamou a atenção na conversa. E eu falo também na condição e filha de pais separados, da pior categoria... Essa questão de, como é desequilibrado alguém que só fica com o pai ou só fica com a mãe. Eu fico um pouco pasma. Primeiro porque eu acho uma sobrecarga pra quem fica com a criança, é um dar, é trabalhoso, não só o dia a dia, mas emocionalmente demandante e como a criança é penalizada pela ausência do outro. Sei que isso vai muito contra. E é muito difícil desapegar... Eu sei na condição de mãe, mas...

E, continuando a sua fala, também se refere à posição do próprio pai:

Cristina: Falo na condição de filha. Meu pai era médico. Ginecologista obstetra. Não tinha nem esquema de 15 em 15, entendeu? Era um almoço ou jantar... Eu acho incrível! Incrível um homem abrir mão disso...

Desta forma Cristina com sua fala me fez pensar sobre as possibilidades de uma só pessoa poder ver uma situação de várias maneiras diferentes em diversos momentos da vida e em como essas formas se relacionam entre si. A forma como hoje se pensa e age no mundo tem a ver com todo esse percurso e o entrecruzamento de diversas histórias de momentos diferentes de sua vida e de conceitos e práticas socialmente mais comuns em relação ao divórcio, como a convivência quinzenal com o genitor não residente, muitas vezes o pai. Ao longo do grupo vamos ver esse tipo de situação em vários momentos de reflexão.

Ao fazer sua reflexão nesse mesmo encontro, Fernanda comenta do seu ponto de vista como filha, em sua história particular, sobre o discurso que ouviu dos pais e mães:

Fernanda: Senti uma intensa preocupação com os filhos, que eu não vivi isso, então achei legal. Então, eu acho legal ouvir, até porque eu não ouvi do meu pai. O que ele pensava, o que ele sentia, pra ele simplesmente... Então, é legal essa troca. Aqui você vê múltiplas situações e você, eu pelo menos admiro os homens que estão aqui e estão aqui expondo, né?

Fernanda, apesar de não ter ouvido de seu pai o que ele sentia, ao ouvir os outros homens, pode imaginar o sentimento de seu pai, embora sua história fosse

diferente das que foram contadas, e ao invés de lamentar por não ter ouvido, pode dar outro sentido ao que escuta e preencher alguma lacuna do seu entendimento sobre o que pode sentir um pai.

Em conversa posterior desse mesmo encontro, sobre o que chamou a atenção de cada um, Monica, diz que ficou tocada com a fala das jovens:

Monica: Duas coisas que vocês falaram ali (para as jovens) que pegou pra mim assim... Até que ponto ceder numa relação que... Eu vivi isso no relacionamento com meus pais. Minha mãe cedeu demais, foram 30 anos e acabou ficando uma farsa, entendeu? Muito esquisito... E também até que ponto falar, quanto você tem que se segurar pra não falar mal do outro na frente da criança, né? Porque isso é muito ruim. É difícil às vezes! Muito difícil! Muito difícil...

Mariana: (em tom baixo...) É muuuito difícil! Mas, é muito importante...

Silêncio. A conversa continua em um tom mais emocional, todos ouvindo, sem conversas paralelas, ou risos. O tema continua se referindo às diferenças entre os posicionamentos de filhos e pais. Mesmo tendo vivido como filhos a separação dos pais e considerar que preservar os filhos é fundamental, Mariana, Monica e Cristina acham muito difícil conseguir isso na posição de pais.

Além de Cristina, outros pais e mães separados também foram filhos de pais que se separaram, tiveram que lidar com conflitos e viveram situações do ponto de vista de filhos. Isso aparece de várias formas durante as conversas do grupo, como mais um olhar que, não estava no *script* inicial, mas enriquece o diálogo. Assim também percebemos que as distinções entre que olhar cada um pode ter, que posição ocupa e de onde fala, é menos definido e mais complexo. Como apontam Rasesa, Guanaes e Japur (2004):

A partir dela [Teoria do Posicionamento], se concebe que as pessoas estão ativamente se posicionando nas práticas discursivas de que participam e assim construindo conjuntamente seu senso de self. Aqui a diversidade do que é ser uma pessoa pode ser melhor evidenciada uma vez que as pessoas podem ocupar diversas posições de acordo com os jogos de posicionamento em curso, que irão variar em função do contexto, do tipo de relacionamento e das pessoas envolvidas (P. 162).

As histórias e seu entrelaçamento com as posições subjetivas de cada um não são lineares e coesas, formando muitas vezes um tecido fragmentado e contraditório. Ao experimentarem, contando pedaços de sua história vários posicionamentos possíveis, cada pessoa também entra em contato com os

significados culturais, sociais e políticos que estão agregados a essas posições e com possíveis contradições entre elas.

[...] Há um complexo entrelaçamento das posições (e os sentidos culturais/sociais e políticos conectados a elas) que estão disponíveis nos vários discursos; do significado emocional agregado a cada uma dessas posições que se desenvolveram como um resultado de experiências pessoais de ser localizado em cada posição ou de se relacionar com alguém nessa posição; das histórias através das quais tais categorias e emoções ganham sentido e do sistema moral que liga e legitima as escolhas que são feitas (DAVIES e HARRÉ, 1990, p. 57).

8.8.2 Reverberações das conversas no grupo em outras conversas

Um dos objetivos da pesquisa era observar se as conversas geradas no grupo influenciavam de alguma forma em diálogos que as pessoas tinham fora do grupo, e em que sentido se dava essa reverberação. Em vários momentos as conversas no grupo eram citadas como inspirando, influenciando e auxiliando conversas fora do grupo. Durante os encontros alguns participantes trouxeram impasses que estavam vivendo nas relações pós-separações. Esses impasses eram expressos pela dificuldade de conversar, tomar decisões ou se sentir impotente diante do outro. No processo do grupo, algumas histórias se destacaram por sua evolução e os participantes traziam para o grupo como novidades que precisavam ser contadas para todos, já que em parte, pelo menos, as novidades tinham relação com as conversas do grupo. Portanto dentro dessa seção sobre as reverberações das conversas em outras conversas, estão exemplos que se destacaram para mim de pessoas que, a partir das conversas do grupo, experimentavam caminhos diferentes em suas ações e relações. Além de trechos variados de conversas entre os participantes, em diferentes momentos, escolhi destacar duas histórias de dois participantes específicos que considereei que melhor exemplificam o que está dito acima. Esses dois participantes, Marcos e Monica, trouxeram impasses importantes que se re-configuraram ao longo de vários encontros e se constituíram em linhas narrativas que se destacaram como ilustrações do desdobramento do trabalho.

8.8.2.1 Experimentando e encontrando novos caminhos

No terceiro encontro, o jovem Diego, conta como as conversas no grupo eram fonte de conversas com ele mesmo³⁰ e o ajudavam a tomar decisões sobre outras relações.

Rosana: E teve alguma coisa nas conversas que te chamou a atenção?

Diego: Cara, eu coletei muita informação das pessoas para eu não repetir... Não cair nisso, entendeu? Na reunião de segunda feira influenciou muito no relacionamento que eu tinha e que eu terminei na quinta...

Muitos risos e comentários ininteligíveis ao mesmo tempo.

Diego: Eu namorei um ano e dois meses. Tenho 19 anos, então não tô nem perto de vocês...

Vários: Tá quase...

Diego: E ajudou muito na segunda feira que eu vim aqui, tirei minhas conclusões. Não tive ideia de nada, mas acordei na quinta feira e disse: cara, não é isso que eu quero pra minha vida. Eu quero que ela seja feliz e eu também. E assim não tá dando pra eu ser feliz, então acho que ela prá lá e eu pra cá. E cada um curtindo a sua vida. No meu ponto de adolescente.

Diego utiliza suas reflexões para realizar uma mudança, um movimento diferente em seu namoro. Aproveita as conversas não como filho de pais separados, mas como parceiro em uma relação amorosa, embora declarando-se adolescente. E também imagina um futuro para ele em que possa usar o aprendizado a partir das conversas do grupo em diversos contextos e ocupando diversas posições subjetivas. Inclui outros reais e imaginados em seu diálogo consigo mesmo (SAMPSON, 1993). Sobre um dos temas do encontro ele reflete, tentando se imaginar na posição de pai.

Diego: Nunca vivi isso e não sei como eu vou lidar. Eu posso acabar falando mal pro meu filho das coisas da minha ex-mulher... Não sei como vai ser a vida, mas vou fazer o possível pra controlar essas...

O tema da influência das conversas na vida de Diego retorna no último encontro, na avaliação:

³⁰ No sentido das conversas internas descritas por Andersen (1996) em que o pensamento se equipara a um diálogo interior.

Diego: que diferença fez participar desse grupo? Eu estar sendo preparado para ter um relacionamento. (Risos, muitos risos, todos falam ao mesmo tempo). É claro que nunca vai sair da maneira com eu quero, né? Porque a vida não vai ser da maneira como eu quero. A gente vai ter que batalhar por isso tudo, mas eu espero que tudo que eu tenha captado aqui eu consiga usar durante a minha vida. É isso. Tocou de forma especial? Tudo, cara... Não tem como dar um exemplo porque é muita coisa que eu tô escutando aqui e tal. Eu chego em casa e fico, sem sacanagem, umas duas horas olhando para o teto lembrando de cada história e tentando lembrar de tudo o que aconteceu. Isso tudo acontece mesmo! Não é só porque a gente tá aqui ouvindo essas histórias. A gente olha pro lado e acontece mesmo.

Várias vozes ao mesmo tempo: Não é novela, não... Não é ficção...

Diego: Não, é verdade! Isso pra mim é ruim estar acontecendo com os outros sim, mas é especial porque eu tô tendo contato com isso e eu espero não ter contato... Não sei... Eu e a pessoa, sacou? Sofrer isso.

Jorge: Mas, você teve um ensaio, uma história que você contou que terminou um namoro, não?

Diego: Pois é, terminei. Mas, eu... Aliás, eu terminei um outro hoje.

Muitos risos e falas de todos, admirados e brincando com Diego.

Diego: Posso contar o que aconteceu?

Muitas vozes: Pode! Por favor! Nosso mascote...

Diego: O seguinte: eu namorei um ano e três meses com uma pessoa, mas só que antes desse namoro eu namorei com uma primeira pessoa. Namorei um mês com ela e ela terminou comigo e aí eu namorei esse de um ano e 3 meses e aí eu terminei já fazendo o grupo. Foi o dia que eu cheguei e disse: ah, terminei e tal... E aí eu voltei pra primeira e fiquei, sei lá, cinco dias com ela e falei: cara, não é isso que eu quero pra minha vida e meu grupo está me fortalecendo indiretamente...

Muitos risos, muitas vozes ao mesmo tempo.

Rodrigo: Bem vindo...

Nesse extrato de conversa, aparece a influência do grupo em outras conversas e, além disso, como Diego aproveita as reflexões oriundas das conversas, não só na posição de filho de pais separados, mas como parceiro amoroso. Ou seja, assume outra posição diante do grupo e de si mesmo. O que é ratificado pelo acolhimento de Rodrigo. Ao dizer para Diego, “bem vindo”, ele

reconhece o posicionamento dele como homem e parceiro amoroso, além de como filho. Desta forma, a partir do diálogo, emerge uma trama complexa de posições subjetivas que nos remete à ideia de um self multifacetado e em movimento constante de construção e reconstrução (DAVIES e HARRÉ, 1990; SAMPSON, 1993).

No quinto encontro, nos ecos do encontro anterior, Rodrigo também conta ter, a partir da última conversa do grupo, feito um movimento diferente em relação a seu filho:

Rodrigo: Para mim foi bem legal... Achei interessante ter contato com as questões das outras pessoas. O fato de ser anônimo³¹, ou razoavelmente anônimo, acho que facilitou assim pra algumas pessoas. Tanto pra pessoa que estava colocando a questão, como pra gente que ficou mais á vontade pra comentar as coisas. E, no meu processo foi legal. Eu abri um espaço com meu filho. Saí daqui e mandei um e-mail para ele e funcionou, ele teve uma reação positiva e ficou tudo bem. Eu queria agradecer as pessoas que se pronunciaram e eu fiquei com a impressão que, assim como me ajudou, o processo foi um ganho.

Pensando em uma visão performativa da linguagem, aqui, o diálogo e a ação são entrelaçados. Como diz Shotter (1993), não só mudamos nossas ideias, mas nos movemos de forma diferente.

Já Cristina no oitavo encontro relata que tem repensado sua postura diante do ex-marido e conversado com ele de forma diferente.

Cristina: Tenho tido conversas com meu ex-marido, em outro nível, sem bate boca. É um outro momento. Comecei a pensar, caraca, não é possível que não possa estabelecer uma outra relação, né? Não posso ficar com raiva pra sempre, depender pra sempre, ficar escutando aquilo pra sempre, e aquilo vai fazer efeito em mim pra sempre. De repente comecei a acordar. Começar a olhar, deixar ele falar, porque falo muito, até porque não quero ouvir. E ele tem mil discursos, mil explicações. E aí eu acho que vale a pena ouvir. Só isso.

Cristina em suas conversas internas (ANDERSEN, 1996), a partir das conversas do grupo, se implica no resultado da relação com seu ex-marido. Interessante que em nenhum momento se coloca a questão para ela, da forma como ele conversa, mas sim da forma como ela participa das conversas. Recusa uma

³¹ Refere-se ao exercício de troca de situações problema no quarto encontro.

posição passiva e vitimada na relação e acredita que pode mudar a partir de mover-se de um lugar estagnado, de não ouvir o outro. Algo nas conversas do grupo fez com que ela começasse a “acordar”, que eu entendo como tornar visível algo que no fluxo das conversas com seu ex-marido e com ela mesma, ficava invisível até aquele momento.

8.8.2.2 O percurso de Marcos

Um percurso que merece destaque é o de Marcos. Ele está separado há mais ou menos dois anos e tem uma filha de seis anos. Desde o início do grupo traz as dificuldades que tem de conversar com a ex-mulher e como isso tem atrapalhado sua relação com sua filha. A ex-mulher denunciou-o por violência, segundo ele, injustamente. Inventou que ele a agrediu. Por outro lado, eles fazem parte da mesma igreja o que faz com que se encontrem com frequência e o conflito se acirre. Várias vezes Marcos se mostrou intimidado pela ex-mulher, não só pela denúncia como por outras coisas que ela poderia fazer, já que não tem mais confiança nela. Sentia-se à mercê dela, com medo de escândalos e mentiras que ela podia contar e comprometer-lo mais ainda. Além disso, aparece em algumas conversas que a rede social do casal e do próprio Marcos se divide antagonicamente apoiando um ou outro. Essa situação mobiliza muito vários participantes do grupo que em vários momentos relatam sua surpresa, ou mesmo indignação com a atitude da ex-mulher de Marcos. As reflexões dele a partir das conversas no grupo tem um impacto importante neste antagonismo entre ele e a ex-mulher que acompanha sua participação em todo seu percurso. Logo no segundo encontro, Marcos resolve, a partir de uma fala de Murilo sobre como foi importante para ele ficar sem ver a ex-mulher, tomar outro rumo na sua relação.

Murilo, logo ao chegar ao grupo no segundo encontro conta que após um período em que à sua revelia ficou sem ver a ex-mulher por oito meses, porque ela não aceitava encontra-lo, ao acaso, vindo para o grupo encontra com ela na rua. Reflete na conversa como percebeu que esse tempo sem ver pode ter sido importante. Marcos depois de ouvir Murilo tem a ideia de deixar de se encontrar tanto com a sua ex-mulher. “*Ficar um tempo sem ver*”, ele diz, “*pode ser bom*”. A

partir daí, ele começa uma trajetória de mudança nessa relação até o final dos encontros. Ao final desse encontro ele diz:

Marcos: Estou com uma ideia. Eu vou colocar em prática uma coisa que eu ouvi aqui hoje que acho que vai ajudar: é ficar um tempo sem ver.

Maria Beatriz: Uma ideia...

Marcos: Acho que vai melhorar! O relacionamento.

Jorge: Às vezes tá difícil!

João: Ele falou que encontra ela na igreja. Troca o horário.

Fernanda: Troca o horário!

Marcos: Vou trocar de igreja.

Selma: É os amigos são os mesmos, acabam dando recado.

Marcos: E tomam partido, né? Conhecem a gente desde criança. Tem gente que parou de falar comigo. Toma partido dela. Outros estão do meu lado. Uma guerra!

No encontro seguinte Marcos conta que já “colocou em prática” o plano. Vencendo uma timidez inicial, ele participa ativamente do grupo e a cada encontro traz uma notícia da sua trajetória em relação à ex-mulher. De início ele se coloca em uma posição muito vitimada e a ex-mulher é vista como controladora, dominadora, etc.

Marcos: Até me separar eu nunca tinha ido ao Mcdonalds com a minha filha. Porque ela (a ex-mulher) não deixava. Eu estou conseguindo ser pai, agora.

Emilia: Ela mudou muito com o casamento?

Marcos: Ela era controladora e só piorou.

Emilia: E o que você aprendeu?

Marcos: A não confiar tanto. O que era bom é que ela era carinhosa, coisa que minha mãe não era.

Em outro momento já aparece a implicação dele na relação. De vítima ele se vê como cúmplice:

Marcos: Eu além de ceder, era cúmplice dela. Eu defendia, sabendo que ela tava errada.

No encontro seguinte ele traz outro movimento, ajudando a um amigo que se separou:

Marcos: Eu estou ajudando um colega meu que se separou essa semana.

Rosana: Ah, é?

Marcos: Colocando em prática...

Rodrigo: Um multiplicador.

Risos.

Maria Beatriz: Um expert.

Marcos: Quando ele se separou da mulher dele, liguei para ele para dar uma força para ele, né? Porque ele fez a mesma coisa que eu, voltou para a casa da mãe até poder se reerguer um pouco para poder rearrumar a vida dele. Eu tô me vendo nele.

Nos trechos acima destacados foi marcante a mudança gradativa de um posicionamento amedrontado e vitimado de Marcos para uma possibilidade de se ver com mais força e ao mesmo tempo como participante da situação. Neste mesmo encontro a questão sobre não poder participar da vida da filha, especialmente acompanhar suas consultas ao pediatra é colocada como um dos dilemas a serem discutidos pelo grupo. Neste dia vários homens se identificam com Marcos, sentindo-se desvalorizados no cuidado com os filhos.

No quinto encontro surge outro tema com o qual ele se preocupa.

Marcos: Surgiu um assunto hoje, que não estava no foco do dia, que eram as redes sociais. Foram as saias justas que a gente passa com os ex. Por exemplo, eu vou fazer o aniversário da minha filha. Mas, se eu chamar a minha ex, posso ter algum problema. Ela pode me destratar na frente das pessoas. Aí, ela (Mariana) falou da experiência dela e eu falei da minha, né?

No sétimo encontro em que tratamos sobre o tema “conversas”, a reflexão de Marcos foi: *Vou refletir sobre as conversas inúteis...*

No oitavo encontro, ele conta da audiência sobre o processo de agressão física que a ex-mulher moveu contra ele. Foi apenas uma primeira audiência, teve um bom resultado, mas ainda havia muito caminho a percorrer. O grupo mais uma vez se mobiliza com o assunto. Eu pergunto se está mais tranquilo depois da audiência e ele responde:

Marcos: Mais ou menos, achei que ia resolver logo.

Marcio: O caso dele é complicado, porque ele é culpado até que prove que é inocente. Devia ser o contrário, né?

Cristina: Não deve ser incomum isso das pessoas alegarem violência.

Marcio: Me impressiona a farsa. O desgaste. Mas, acho que ele está com a faca e o queijo na mão. Pode fazer um processo de calúnia.

Cristina: Se você entrar numa de entrar nisso...

Rosana: É a escolha de um caminho.

Francisco: No máximo você vai pagar uma cesta básica ou fazer uma benfeitoria para alguma comunidade.

Marcos: Mas, eu não fiz nada.

Francisco: Mas, alguém pode falar que viu...

No encontro seguinte ele sugere a conversa sobre alienação parental, que ele também já havia sugerido antes como tema, no início do grupo. Embora não seja uma conversa que se desenvolva muito dentro do grupo naquele dia, alguns comentários são feitos:

Marcos: Eu queria falar da alienação parental. O pai ou mãe falam mal pro filho do outro.

Rosana: Acontece com você?

Marcos: É, essa semana tive um problema desses. Ela fala mal de mim. E a minha sogra também, minha ex-sogra.

Angela comenta sobre o tema:

Angela: O dele (o dilema de Marcos) tem a ver comigo, mas no fundo tudo isso tá no mesmo bolo... Porque na verdade, a alienação parental só acontece porque tem essa disputa. Ninguém quer se desprender. Aí fica essa briga!

Nos trechos acima, percebi como os participantes do grupo oscilavam entre lidar com o conflito “respondendo na mesma moeda” entrando com ações judiciais, por exemplo, ou questionando entrar na disputa também. E, “ficar preso” na situação.

Nesse encontro e no seguinte, Marcos tem algumas falas sobre si mesmo. Vai percebendo a sua mágoa, como ele mesmo não consegue ficar longe da ex-mulher, não consegue se “desapegar”. Um tema que também surge nas conversas de outros participantes do grupo, com se vê na fala acima, de Angela. É o penúltimo encontro e Marcos fala mais dele do que da ex-mulher. O que é uma novidade. Em parte de sua reflexão sobre a dinâmica proposta no grupo, ele diz:

Marcos: Quando eu era casado diziam que eu era agarrado na saia da minha mãe. Que eu não conseguia crescer como pessoa. Acho que fazer essas coisas, tirar a carteira, ter a minha casa própria, eu vou me sentir independente.

Por outro lado se dá conta de como nos dois anos em que está separado, alguns aspectos de sua vida mudaram para melhor, tocando em outro tema que sempre voltava no grupo que eram os “ganhos” da separação:

Marcos: No meu [caso] já foram dois anos. Mas muita coisa mudou. Principalmente a parte profissional.

E refere-se ao amadurecimento que vem tendo nesses dois anos após o divórcio e em como se torna a cada dia menos dependente das pessoas e mesmo da ex-mulher. No último encontro, Marcos tem uma fala respondendo as perguntas da avaliação que emociona todo o grupo:

Marcos: (Lê a pergunta) que diferença fez pra você participar desse grupo? Eu pensei um pouco. Muita, né? Porque eu cresci e aprendi a ver também pelo outro lado da moeda. Ver a através da outra visão, que seria o lado da minha ex. Tentar entender algumas vezes. O que mais? O que tocou você de forma especial? Aquele exercício em que a gente se colocou no lugar da Monica, o do futuro falando com a gente, e o que a gente teria que saber para chegar lá. Mas eu também lembrei uma coisa que me marcou: quando a gente falou sobre o olho do furacão. Naquela situação daquela brigalhada quando você se separa. Aquela confusão toda que com o tempo vai se dissipando. Isso também marcou um pouco. Terceira: o que você leva do grupo para a vida? Várias situações que eu aprendi. Até aquelas que eu não passei, mas que posso passar um dia. Até me lembrei de uma conversa com ela (aponta para Mariana). A gente estava falando sobre a festa dos filhos.

Vários perguntam: Festa de aniversário?

Marcos: Isso. Se chama o ex, se não chama, né? Ela até me contou o exemplo dela que já aconteceu algumas vezes. No meu caso, eu penso que não dá pra fazer isso. Mas, acho que o ideal seria chamar, né? Pra poder a criança estar com os dois ali, naquele momento. (Silêncio, Marcos fica emocionado) Até esqueci o que eu estava falando... Ah, o que você leva do grupo. As lições que eu aprendi. Esperando usá-las, né? O quarto: é o que você deixa para o grupo. Eu coloquei aqui uma frase do Pequeno Príncipe que eu tô lendo agora. Fala que o essencial é invisível para os olhos. É no capítulo da árvore que ele fala isso. Acho que essa frase resume tudo. Acho que tudo que eu escutei tem a ver com essa frase. A gente sempre tem que tentar ver o principal.

Ao final do último encontro, quando falávamos sobre sugestões que eles teriam a fazer sobre o trabalho, Marcos em tom de brincadeira comenta:

Marcos: *Eu tenho uma sugestão, mas é muito louca! Seria chamar os ex...*

Esse comentário gera muitas brincadeiras, risos e piadas, mas entendemos que Marcos está procurando uma forma de se comunicar melhor com a sua ex-mulher e que pensa em que recursos poderia usar para isso.

Quando o grupo se encontra para uma confraternização algumas semanas após o último encontro, Marcos conta que conseguiu ir ao pediatra da filha com a ex-mulher. E que, mais importante para ele, conseguiu isso com muita conversa e paciência e sem brigar e que a mãe da menina aparentemente tinha gostado da situação. Trouxe esse fato como um ganho vindo do grupo e com muita alegria, sentindo que havia superado uma dificuldade.

8.8.2.3 O percurso de Monica

Monica chega ao primeiro encontro atrasada e se apresenta ao final.

Monica: Eu sou filha de pais separados depois de 30 anos de casamento, e não ouvia brigas, era silêncio. Então, não posso falar... Eu tive uma vida paralela. Tive dois casamentos, do primeiro fiquei viúva, e do segundo tem oito anos que eu estou separada. E, também uma situação em que eu não consigo lidar com o pai da minha filha. Ele não fala comigo, mora em Mato Grosso, e é muito difícil.

Segundo Monica o pai de sua filha tem muitas dificuldades e ela suspeita que ele tenha algum transtorno. É uma pessoa que, por um lado se orgulha de ter conseguido deixar o interior depois do casamento desfeito e retomar a vida, inclusive profissional, mas por outro se ressentido de não conseguir que a filha tenha um melhor contato com o pai. A filha morou com o pai durante dois anos, mas quando ela começou a achar que o pai não estava bem, decidiu trazer a menina de volta. As comunicações com ele estão interrompidas desde então. Mesmo que ela atenda ao telefone quando ele liga para a filha, ele fica mudo e não fala com ela. Recorda esse momento com muita emoção porque se descreve como uma pessoa pacata e que tem dificuldades de falar. Como na sua história de silêncio entre seu pai e sua mãe, também não consegue conversar com o pai da sua filha. A emoção que descreve é o medo, mas não sabe de que.

No exercício do sexto encontro, respondendo à pergunta sobre o que faria diferente no seu processo de divórcio diz:

Monica: Diferente pra mim seria a postura, mais firmeza nos acordos. Eu buscaria acordos legais. Seria não abrir mão, não ceder e procurar ajuda legal.

Monica se vê como alguém “fraco” que não consegue negociar, portanto se afasta. Também não pede ajuda. No encontro de número oito, no entanto, Monica pede ajuda, aproveitando a dinâmica e diz que gostaria de ter sua situação discutida na dinâmica do grupo.

Monica: Eu tenho uma questão que ficou bem clara essa semana. Eu não sei lidar com minha filha em relação ao pai. Vai chegando as férias e ela quer ir e eu não sei como falar que ele não está bem, tá maluco... E ele liga três vezes por dia para falar com ela. Uma coisa excessiva. É difícil, porque eu tenho que dar alguma razão a ela e como vou falar? Seu pai tá maluco! Eu não sei como lidar com isso.

Sua história é escolhida para um exercício reflexivo em que todos dão suas opiniões tentando se colocar como algum dos personagens da história. Ela conta mais detalhes da sua história:

Monica: Eu fui embora de Mato Grosso, ela tinha três anos. Eu saí numa situação de medo. Ele era muito obsessivo, ameaçava. Falava que se eu fosse embora ele ia pegar a menina, sumir com ela... Vim para o Rio e quando ela tinha sete anos ela tinha aquela coisa de menina apaixonada pelo pai e queria muito morar com ele. Eu deixei, estava fazendo uma pós, então combinei com ele de ela morar com ele um ano. Ela ficou dois anos. No segundo ano já teve uma situação complicada. Eu fui lá em abril e ela estava muito angustiada. Eu achava estranho que ligava pra ela e perguntava se estava tudo bem e ela me respondia sempre com a mesma frase. Aí em abril eu fui e ela falou que tava com dor no peito, disse que o pai mandava ela falar que era bom morar lá, não era espontâneo... Ela chorou um pouco e eu voltei. Fiquei muito mal... Desesperada com essa situação, ela foi até Brasília comigo e com ele. Eu não sabia o que fazer com ela. E ele fazendo pressão. Em junho eu fiquei uma semana com ela e em julho peguei de férias. No final do ano eu busquei ela. Eu ligava pra lá e pedia pras pessoas que eu conhecia para ver. Liguei para a escola e ela estava faltando muito. Ele não atendia telefone... Aí eu fui lá. Cheguei um dia de surpresa, ela disse que queria ficar comigo... Ficamos numa pousada de uma amiga. Ela só passou em casa, viu o pai, mas no dia seguinte nem

quis mais ver o pai. Eu não podia ficar mais de uma semana. Fui ao conselho tutelar, já tinha queixa porque ela faltava aula, uma professora denunciou.

Monica consegue trazer a filha de volta, o pai passa a falar só com a menina e não mais com ela. Há três anos a filha não vê o pai. Durante o exercício muitas ideias são levantadas sobre como lidar com a situação. Vários pontos de vista e mesmo sugestões são trazidos pelos outros participantes:

Monica: Como mãe, eu sei que ele precisa saber da filha, que ele tem direitos, mas que direito é esse, até que ponto? Eu gostaria que ela visse o pai, mas é lá em Mato Grosso. Eu não sei como fazer isso...

Selma: Ele não vem pra cá?

Monica: Não, ele não vem nunca ao Rio. E, essa irmã (outra filha do pai que iria também), ela não vai ficar o tempo todo do lado da minha filha. Ela conhece pessoas, vai pra cachoeira. Ele vai fazer pressão para ela ficar lá.

Selma: Por que você não vai e fica uma semana numa pousada? É um tempo para a sua menina se ajustar lá com o pai. Você tá lá. Se não der certo, você volta. Deixa ela na casa dele, mas fica na pousada.

Francisco: Acho que ele tem o direito e você conhece ele, mas se há risco, quem deixaria? Se tivesse a avaliação de um psiquiatra...

Emília: Não dá pra ela conversar com o pai antes por Skype?

Monica: Ele não tem computador.

Rodrigo: Na dinâmica era para pensar nos outros lados da história. Cabia aqui pensar nesses três lados. Agora, no teu lado, acho que tá muito pesado para você a Maria querendo ver o pai, mas a minha ideia seria você procurar ajuda, até ajuda terapêutica pra você e a Maria poderem dialogar com um terceiro e essas questões ficarem mais claras, para aliviar sua barra. O meu filho ficou distante da mãe um tempo, um ano e meio, praticamente, e foi bem difícil tudo. E durante esse processo eu entrei numa que eu consegui ultrapassar isso tudo, e que a mãe era isso e aquilo e o que ela podia botar na cabeça do filho e tal. Mas é mãe dele, para o bem e para o mal. Agora ele está lá e eu acho que não fez bem, não tá fazendo bem, mas... É o quinhão dele. Então, o Victor é o pai da Maria. Cada um tem a sua história e na história da Maria, ela tem um pai assim. Ele é como é. E do lado do Victor, eu vejo um cara muito triste, muito solitário. Precisando muito desse contato com a filha. Talvez fosse bom para ele e para ela ter esse contato. Claro que com todas as

restrições que você acha cabíveis. Mas, acho opinar sobre isso uma responsabilidade absurda. Por isso que talvez fosse bom você procurar uma ajuda profissional.

Monica: Eu quis dar essa possibilidade dela conviver com o pai. Tirando esse lado da gente, marido e mulher, porque ela não tem nada a ver com isso. Ela ia conhecer o pai. Mas ele tava pisando muito na bola. Acabei indo no Conselho e me disseram para levar ela de volta. Aí passa o tempo, a coisa fica meio morna e eu fico também de coração mole, mas quando eu olho de verdade, ele não é normal!

Rodrigo: Mas agora é outro momento. Outra possibilidade. É férias...

Monica: Ele tem uma coisa agressiva que eu tenho medo... E ele não fala mais comigo. Isso eu digo pra ela. Não tem como eu deixar você ir pra lá se seu pai não fala comigo. Quando eu atendo o telefone ele fica mudo. Eu já sei que é ele. Chamo ela. Falo com ele, mas ele não responde.

Monica agradece ao final a escuta e diz que vai pensar muito no assunto, mas a situação parece sem saída.

Após esse encontro, Monica começa a fazer algumas tentativas para lidar com a situação de forma diferente. Já no encontro seguinte, nos ecos do anterior, conta uma conversa com a filha sobre o pai e sobre as saudades que ela tem dele. Fala com o grupo sobre seu medo de tentar conversar com o pai da menina, mas que achava que ia tentar mesmo assim.

No exercício em que se falava do futuro, no nono encontro, Monica escolhe uma música que fala em “ir além dos limites”. É isso que ela gostaria de alcançar no futuro. Estar além dos limites atuais. Na avaliação final no décimo encontro Monica traz uma “novidade”.

Monica: Na primeira (pergunta da avaliação) fez muita diferença sim encontrar pessoas em diferentes situações, o tema ser o mesmo, mas... Poder conversar sobre este tema. Nunca conversei com ninguém mais assim diretamente sobre isso, ou vi pessoas com histórias semelhantes. E também acompanhar os relatos, as histórias. Porque nesse pouco tempo, as coisas foram acontecendo. Foi interessante como às vezes um trazia uma novidade: Oh, aconteceu isso! Eu tenho uma novidade hoje: que ontem eu conversei com o pai da minha filha e foi tranquilo.

Rosana: Que legal!

Monica: Foi, bem legal.

Rosana: Você que ligou?

Monica: Não, ele ligou para falar com ela, eu atendi. Ele disse: Por gentileza, a Maria? Eu disse: Victor, você pode conversar comigo? Ele: Tá bom... Ela estava no banheiro e aí, fiquei mais de uma hora no telefone com ele. Perguntou: Porque você não vem aqui, enfim... Foi muito bom. Porque ela estava chorando muito porque ele ligou e falou com ela e depois ligou de novo e nesse meio tempo ela veio me perguntar: Por que eu não posso passar férias com meu pai? Eu disse: Não dá, filha... E ela foi para o banheiro e começou a chorar, chorar. Aí eu conversei com ele e depois no final, ela olhou pra mim e disse: E então? Vocês conversaram? Conversamos. Eu achei bem legal conversar pra você ficar bem. Ela ficou meio assim. Eu fui pra cozinha, ela foi atrás de mim e ficou me olhando assim, olhou bem nos olhos. Foi tão forte isso! Falou: Obrigada mãe, obrigada por vocês terem conversado. Achei tão bonitinho...

Jorge: Ela tem quantos anos?

Monica: Doze. Abriu uma porta bem legal. Então fez uma diferença grande ouvir todo mundo. As histórias de todos ajudaram. Você vai pegando um pouquinho de cada um. Responde todas as perguntas (da avaliação) de uma vez?

Rosana: Como quiser.

Monica: Do que me tocou, aquela em que cada um faz um papel.

Maria Beatriz: Aquela em que você falou de você e cada um incorporou um personagem?

Monica: É, é! Estavam todos aqui! Foi bem legal!

Risos.

Rodrigo: Baixou um monte de entidades aqui!

Monica: Foi muito bom ouvir cada um dentro do papel.

Emilia: Já decidi se ela pode passar as férias lá?

Monica: Não, falei que ele tem que vir aqui. Falei que a gente precisa conversar, quero ver e que ele veja a escola dela, conheça a vidinha dela também. Acho importante isso. Então falei: Uma das condições para você ter esse contato com ela é você vir aqui. Tenho amigos que poderiam emprestar um quarto pra você ficar. Aí a gente vai conversando...

A conexão das conversas do grupo com as novas conversas na vida de Monica, para ela era clara. Monica termina o grupo com “menos um peso” para carregar. Sente-se mais capaz de sustentar suas opiniões tanto com a filha como com o ex-marido.

Ao longo do tempo, uma situação vivida como sem saída, foi se abrindo e as conversas com os outros significativos envolvidos no dilema, vão se transformando também. Monica, seu ex-marido e sua filha todos mudam de posicionamentos antagônicos e sem comunicação para “abrir portas” para novas conversas.

8.8.3 Metáforas: momentos de referência comum

Bateson (1972) considerava que nossa linguagem era metafórica por excelência. Para ele as metáforas são a linguagem da relação. Também Lakoff e Johnson (1980) afirmam que:

Metáforas são pervasivas na vida cotidiana, não só na linguagem falada, mas no pensamento e na ação. Nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico em sua natureza (p.3)

Durante as conversações no grupo em vários momentos surgem metáforas. São expressões que se tornam parte da conversa e são códigos que o grupo cria e que permitem uma condensação de significados, por um lado, e um desdobramento deles, por outro. As metáforas criam conversas e vice-versa que, de certa forma, apenas os participantes dela compreendem. E, embora o significado delas seja flutuante, por assim dizer, parece que todos entendem do que se está falando e se alguém de fora do grupo chegasse, não entenderia nada. As metáforas expressam um terreno comum, no sentido de compartilhado e podem ser levadas como lembranças de aprendizados importantes conseguidos no grupo. Tomam formas variadas, transformando-se, mas permanecendo como um símbolo de pertinência. Segundo Shotter (2009; 2005a), seguindo Wittgenstein, as metáforas “tanto revelam como ocultam” e ao usar novas metáforas revelamos possíveis conexões que não eram aparentes no fluxo comum da conversa. Não necessariamente revelam algo novo, mas algo que já estava presente, porém “esquecido” e que é lembrado pelo uso da metáfora. No trecho a seguir destaquei o desdobramento de algumas das metáforas que surgiram no grupo e a minha participação como facilitadora nessa parte do processo de conversação. Tal participação, ilumina, destaca a

importância das metáforas e incrementa o uso delas na conversação, além de fazer uma síntese da produção do grupo.

A primeira metáfora que aparece e que o grupo passa a usar é o “*olho do furacão*”. Clara utiliza a expressão no terceiro encontro durante uma conversa no pequeno grupo só com as mães e depois ela aparece quando na dinâmica os grupos são misturados, voltando a aparecer no grupão. Ela diz:

Clara: Eu acho que estou no meio do olho do furacão (chora muito) Eu tô cheia de contas para pagar e ele foi pra SP. Minha filha se machucou na escola, eu tive que cuidar dela. Ele fala “não é isso que você queria?” Tem vingança.

No grupão, Marcos comenta:

Marcos: A gente falou em olho do furacão. Logo que acontece a separação. Os primeiros dias são os piores, as primeiras semanas são as piores. Depois vai passando o tempo e as coisas vão se acalmando. Principalmente judicialmente também. O tempo vai curando as coisas.

Selma: Mas a gente conversou que o olho do furacão não é só o tempo. Mas você contar com algumas pessoas que vão estar do seu lado, que vão... Não estando no olho do furacão junto com você, vão poder aconselhar, dar o ombro e poder, naquele momento em que está mais pesado, poder ajudar. Isso também é importante para poder sair do olho do furacão.

O “olho do furacão” é usado para descrever o momento mais agudo da separação, o momento em que não se consegue pensar, em que tudo está fora do lugar e da ordem. Em que não se tem controle. Segundo Lakoff e Johnson (1980) a metáfora é a descrição de uma coisa em termos de outra. Assim, descrever o momento inicial do divórcio desta forma, revela uma série de conceitos, valores e maneiras de entender a separação conjugal. Como algo que desestabiliza, “tira o chão”, etc. Porém algumas vezes a metáfora porta inconsistências em relação àquilo que está sendo descrito. No grupo, o “olho do furacão” refere-se à dificuldade de viver o início da separação, a fase em que tudo parece “ir pelos ares”, como em um furacão. Porém, a expressão “olho do furacão” que, em muitos contextos pode ser usada desta forma, é descrita literalmente como a região mais calma de um furacão. Como aparece no dicionário online citado abaixo:

Região central de uma forte tempestade tropical, na qual, no entanto, persiste tempo calmo, podendo-se mesmo avistar céu limpo; como figura de

linguagem, deve designar um ponto de calma e tranquilidade em meio à confusão, à pressa ou tensão³².

Essa incongruência entre o sentido literal e o sentido criado localmente no uso da expressão, é frequente e aponta para a ideia de linguagem em uso (GUANAES, 2006). Neste contexto o significado de “olho do furacão” como o pior lugar da tempestade, é aceito e não questionado pelo grupo em nenhum momento, dado como entendido. A partir daí várias pessoas passam a usar a expressão como parte da conversa e com esse significado aparentemente em acordo, um terreno comum, compartilhado. A metáfora ainda aparece em vários encontros como um código do grupo sobre o pior momento da separação.

Neste mesmo encontro, Rodrigo traz outra metáfora que o grupo passa a usar. O “repuxo”. Em uma fala também no momento do grupão ele diz:

*Rodrigo: Pra mim o ponto alto foi constatar a força da baixa vibração... Isso me chamou **muito** atenção.*

Mulher não identificada na gravação: O que é baixa vibração?

Rodrigo: É assim: eu comecei hoje falando sobre perdas e ganhos e que eu gostaria muito de falar sobre ganhos e foi bem difícil. Em todas as conversas a gente ia rapidamente para falar mal, atacar... Uma espécie de repuxo, entendeu? Você tá no mar, vem aquela onda e é muito forte esse efeito. Depois que fura uma onda e vem outra onda e você pensa: Ah, passei. Daqui a pouco vem o repuxo e te puxa pra baixo da onda. Então, pra mim o ponto alto foi constatar isso em todas as conversas e, mesmo às vezes a gente falando: Não! Vamos falar de coisas boas! Do que ganhou, do que quer permanecer... Daqui a pouco vinha... A referência é sempre a coisa ruim.

Selma: O mar estava brabo...

Mais adiante no mesmo encontro:

Emilia: Se não a gente não põe outra coisa nova na vida. Não abre outras frentes. Fica ocupada com coisas velhas. Coisa que já cansou. Já devia ter passado. Eu penso assim.

Rodrigo: Esse é o poder do repuxo que eu estava falando...

O “repuxo”, mais uma vez fala da sensação de perda de controle, que acompanha o divórcio. Não é um percurso linear, mas algo que, mesmo que você se

³² <http://www.dicionarioinformal.com.br/o%20olho%20do%20fura%C3%A7%C3%A3o/>, acessado em janeiro 2013

esforce, acaba sendo “puxado” de volta para o fundo. Por outro lado, fala também do apego, segundo Rodrigo e Emilia, por exemplo, às situações de sofrimento e perda e da dificuldade de ver ganhos através da situação do divórcio. No grupão a conversa continua utilizando as metáforas que surgiram nesse encontro. Eu incluo uma reflexão na conversa:

Rosana: Eu fiquei pensando um pouco também. Pegando algumas metáforas que foram aparecendo aqui: o olho do furacão, o repuxo da onda. Algumas vezes já ouvi isso nos grupos, ou às vezes de mim mesma, ou de amigos, clientes. Quando você está num momento desses, do repuxo. Tudo o que você pensa é que você queria sair dali. “Quero sair daqui!” E, como de alguma forma não está ainda no ponto de sair, você faz aquela força pra sair e alguma coisa te puxa. E acho que todos nós já vivemos em outras situações da nossa vida, seja de separação ou não, momentos ruins, em que algum momento você percebe que foi... Saiu dali. Não é que não fez esforço, não foi espontâneo... Nada disso, mas é que esse movimento de ir e vir, esse repuxo que vai, pega onda, e volta... Quando você vê: Meu Deus, ainda estou aqui! Puxa! Achei que já estava lá... Levei um caixote de novo! Você olha, às vezes, pra trás e não consegue traçar exatamente como você chegou ali. Mas, o que a gente estava conversando e ouvindo era sobre essas dificuldades de sair desse ponto. E, parece que é isso. São muitas tentativas. Vai e volta, vai e volta e dá a volta. E, em algum momento isso vai... Em algum momento isso se dissolve.

Rodrigo: Quem já pegou onda, sabe como é. Se você for contra a onda, ela vai te pegar.

Rosana: Exatamente.

Rodrigo: O negócio é você sair na diagonal. Porque você vai usar a própria força do repuxo, ou parte dela, mas ela vai te jogar pra fora.

Marcio: Racionalmente, é isso aí. Mas emocionalmente você não consegue.

Rodrigo: Não... É isso aí! Exatamente! Por isso que as pessoas se afogam. Porque elas não conseguem ter o discernimento naquela hora. A onda está puxando pra lá, então eu quero ir pra cá! Qualquer pessoa que nada razoavelmente não vai se afogar no Rio de Janeiro. Mas, as pessoas se afogam no Rio de Janeiro... Porque as pessoas entram em pânico.

Selma: São situações diferentes. Uma é a pessoa não saber como sair. Outra é a pessoa saber como e o repuxo é tão forte... Ela pode ficar mais tranquila, e desce no redemoinho e sai por baixo dele que ele perde a força lá em baixo. Deixa

te jogar e sai pro lado. Mas se a pessoa não sabe, ela não vai se jogar. Ela sabendo já é um grande caminho pra não se afogar. Uma coisa é ter o conhecimento. Outra é ter a tranquilidade na hora. Isso também é difícil. Você se convencer que você tem que fazer aquilo até você se acalmar.

As metáforas usadas, olho do furacão, repuxo, fazem pensar em fenômenos da natureza, dos quais você não tem controle. Falam do susto, da surpresa e desorganização trazida pela separação e de como se readquirir o rumo da própria vida. Falam do processo de separação, e de recuperação. Não como um processo linear, mas como um processo com idas e voltas. Cada metáfora aponta caminhos e conceitos diferentes sobre como se posicionar nesse momento. No caso do furacão, esperando ele passar, no caso do repuxo da onda, sendo tranquilo e sábio para não lutar contra algo que não se pode lutar: a dor, o medo e a sensação de falta de sentido e controle. Uma metáfora fala de algo contra o qual você não pode lutar e a outra, fala de algo em que você pode ativamente aprender e criar formas de “não se afogar”; Assim, vai surgindo uma forma de falar dos momentos críticos da separação, das possibilidades de aprender a “driblar” as ondas e de que depende de você e não de outra pessoa a retomada da vida. Nessas duas metáforas, vê-se um pouco de como os participantes do grupo entendem a separação em termos de conceito e em termos de valores. Como apontam Lakoff e Johnson (1980) e Shotter (2004) as metáforas não são apenas palavras ou figuras de linguagem, mas tem um papel fundamental em nossa vida cotidiana, revelando e ocultando aspectos e conexões que fazemos a partir de nossas experiências. Nessa conversa do terceiro encontro, o uso das metáforas conta uma história de experiências que vão de uma ausência total de controle à possibilidade de aprendizado, embora nada fácil, de lidar com as situações e desdobramentos das separações.

Além do surgimento espontâneo das metáforas em um grupo, elas também são ferramentas para a facilitação. No nono encontro a dinâmica pedia que, ao final, cada um pudesse pensar em uma metáfora, imagem, música que representasse o que gostaria para o seu futuro. Neste caso, apesar da conversa ter sido feita em dupla inicialmente, a ideia era que a metáfora fosse individual, um lembrete de algo que fora do espaço reflexivo pode ficar esquecido, como no trecho a seguir:

Jorge: Pode ser a gente aqui. Nossa conversa foi ótima até porque a Clara teve uma grande vitória esse fim de semana. Então ela tava muito animada. Foi uma conversa bastante alegre.

Maria Beatriz: A vitória já é um passo pro futuro da Clara?

Jorge: Com certeza! E ela usou uma imagem de uma sala grande com um janelão aberto, uma brisa gostosa na janela. Ela de branco, a casa branca. Tava tudo em paz! Tudo tranquilo. O papo foi legal porque nossa história é muito parecida. Nossos ex são parecidos. Tem estilos e áreas de problemas parecidos. A minha imagem foi uma frase do Chacrinha “Quem não se comunica, se trumbica”. Porque essa coisa ruim de passado, porque eu sou muito na minha. Eu sou muito fechado e perco muitas coisas por isso. É uma frase que venho usando há algum tempo e que seria uma forma de atingir todos os... O Jorge que eu quero daqui a cinco anos. Foi um bom encontro, tivemos que voltar cinco anos atrás para entender o que aconteceu pra gente chegar lá. A gente não se conhecia bem então teve que voltar pra ir pra frente.

Risos

Maria Beatriz: E vocês gostaram de se encontrar daqui a cinco anos?

Clara: Achei interessante falar que eu fiz contas, minha idade da minha filha, fiz uma contextualização, olimpíada. Eu queria ver a casa, o branco, a paz. Eu consegui contextualizar tudo. Ele disse: ‘Nossa, quanta coisa que dá pra se entender aí!’ Pra ele muitas coisas se abriram. Eu não quero ir muito. Eu não quero muita coisa. A minha imagem é de paz. E ele já trouxe preocupação com filho, várias coisas.

Maria Beatriz: Deu pra vc, então, um movimento, Jorge.

Jorge: Na correria da vida, na confusão a gente não pensa. E, quando tem esses momentos em que você para e pensa, nossa! Como eu quero fazer coisas ainda! Planos, sonhos. Eu já sou um senhor de idade, tenho 51 anos, mas ainda quero muita coisa daqui a cinco anos! Tem que ter esse momento que você para. Realmente eu pensei muita coisa. Foi curioso.

Nesse exercício, o uso da metáfora, implica em uma reflexão, ao mesmo tempo em uma síntese. A partir da síntese pode-se ver o sentido do futuro para cada um. Assim como, cada um pode criar um sentido para si, para seu futuro e isso, ao final é avaliado como positivo. Pois traz a ideia de que o futuro sempre será melhor do que o presente. O que em nossa cultura é um valor importante de se ter. Como diz a música de Chico Buarque: “Amanhã será outro dia...”.

A reflexão era voltada para o desejo de futuro. E, nesse sentido, coerente com a ideia de pensar em cenários melhores, em possibilidades mais ricas do que

as do presente. A sensação tanto nesse encontro como na referência de alguns participantes a ele na avaliação foi de que essa reflexão trouxe certa “leveza” ao presente, por poder imaginar que no futuro ele será transformado. Além disso, o pedido por metáforas, imagens ou músicas, promove conexões mais ligadas à emoção e menos às explicações e transformou o encontro em um espaço lúdico com possibilidade de conversas mais ligadas ao sentir do que ao explicar e descrever.

8.8.4 Perdas e Ganhos: um olhar apreciativo

No segundo encontro, Angela, em sua fala, abre um caminho que será explorado de diversas formas pelo grupo e pela equipe. Ela tem uma experiência bem difícil com sua separação, inclusive tendo perdido a guarda dos dois filhos e permanecendo ainda em disputas judiciais após cinco anos de separação. Em uma de suas primeiras falas no grupo, o que chama sua atenção é que há divórcios menos difíceis. É uma diferença em relação à sua história com a qual ela se surpreende:

Angela: O que eu observei, na verdade, foi de outras experiências que eram menos negativas que a minha, algumas positivas, onde a definição de espaços existe. Isso foi uma coisa que eu sempre briguei por isso, mas eu vejo, pude ver hoje que existe essa possibilidade. Em que o filho tem o espaço dele, o ex também. Porque a gente discutiu: o processo de separação é muito complicado! Todas as emoções estão afloradas. As das mulheres, as dos homens e as dos filhos também. Então, ter que, poder compartilhar a vida apesar do processo de separação, onde o pai pode estar presente, a mãe pode estar presente. O filho ter o espaço dele de vida. Eu acho que isso é muito legal!

Ao que Mariana continua também surpresa com a situação. Ela também ainda vive um processo de divórcio com muitos conflitos:

Mariana: Eu queria acrescentar ao que ela falou. A gente conversou com a mesma pessoa e me chamou a atenção e a gente chegou à conclusão que ele tem a situação ideal. Eu perguntava: mas não tem problema? Não, é tudo ótimo, tudo perfeito! Isso me chamou a atenção. Eu acho que é muito difícil numa separação

você conseguir, conseguir tudo, né? De achar boa e o que ele falou, a gente achou que ele vive a situação ideal. Não tem problema, todo mundo tá feliz. Me chamou a atenção porque eu acho um pouquinho difícil, mas... Existe!

Neste momento, no segundo encontro do grupo, abre-se uma oportunidade para se explorar no grupo um olhar apreciativo (COOPERRIDER e WHITNEY, 2005). Aqui vale notar a opção por uma “linguagem apreciativa” (COOPERRIDER e WHITNEY, 2005; SOUZA, MCNAMEE e SANTOS, 2010) em contraposição a uma “linguagem do déficit” (GERGEN, 2010) em alguns dos trabalhos inspirados pelo construcionismo social. Gergen (2010) faz uma crítica à linguagem usada no campo da psicologia e afins, que ele chama de calcada no déficit, onde o que se busca é um diagnóstico do problema para poder encontrar um tratamento/solução/conserto. No movimento construcionista social, alguns autores apontam para a possibilidade de usar uma linguagem apreciativa, em que os pesquisadores apostam na busca por aquilo que está sendo valorizado e que de algum modo dá certo naquilo que as pessoas fazem juntas. Tanto na pesquisa (SOUZA; MCNAMEE; SANTOS, 2010), como no trabalho em organizações (COOPERRIDER; WHITNEY, 2005) e construção de diálogos (PUBLIC CONVERSATIONS PROJECT) o trabalho passa a incluir as experiências bem sucedidas que as pessoas possam relembrar. Dessa forma, ao buscarem esses relatos de sucesso, realidades de sucesso podem ser construídas.

No segundo encontro, esse movimento de prestar atenção ao positivo e com isso relativizar sua própria condição aparece espontaneamente. E, essa percepção de que há realidades diferentes e “melhores”, traz “luz no fim do túnel” e demonstra para alguns que existem situações em que as pessoas conseguem lidar melhor com os problemas e dilemas da separação. Em outros momentos, a equipe propôs um olhar apreciativo através da escolha de determinadas dinâmicas ou perguntas, como, por exemplo, no sexto e no sétimo encontros.

No mesmo segundo encontro Rodrigo fala de um olhar para o positivo como um exercício que propõe para si mesmo e para o grupo:

Rodrigo: Eu quero falar. O que me chamou a atenção foi um pouco do que as pessoas disseram, mas muito do que bateu em mim. Como é... Devia ser perdas e ganhos, né? Você devia perder de um lado e ganhar alguma coisa do outro. Pô, perdi porque não estou com meu parceiro, mas agora eu tenho minha liberdade! Perdi porque ele roncava e agora eu tenho a cama toda. (Risos) Mas, assim, o que

eu vejo, o que eu senti, é que é perdas e danos e não perdas e ganhos! Fica mais nessa onda da perda. E, uma outra coisa que tem a ver com o tempo é que passa, né? Eu vejo, conversando com quem eu conversei, que as coisas de um jeito ou de outro, num curso mais rápido ou mais lento, mais doído, chega uma hora que passa. Essas perdas, né? E vai pra uma outra realidade onde essas perdas são diluídas. E aí eu tô falando bem especificamente em relação aos filhos. No início aparece uma preocupação com os filhos! E os filhos estão vivendo as coisas que isso é só um detalhe da vida deles. É isso, perdas e ganhos!

Assim, em vários momentos do grupo, incentivados por perguntas ou dinâmicas propostas pela equipe ou espontaneamente, aparecem relatos dos “ganhos” que vieram com a separação. Alguns foram percebidos na área da parentalidade³³ como diz Marcos no terceiro encontro:

Marcos: Até me separar eu nunca tinha ido no McDonalds com a minha filha. Porque ela (a ex-esposa) não deixava. Eu estou conseguindo ser pai, agora.

Outros, neste mesmo encontro, perceberam ganhos na área da vida pessoal, de novas relações de amizade e ampliação da rede de relações:

Francisco: Eu estava pensando aqui. Depois da separação, olha quantas coisas boas aconteceram, a vida maravilhosa que você teve. Quantas pessoas você conheceu. O que seria impossível se você tivesse enfiado dentro daquilo que você pretensamente naquele momento achava que era uma coisa ideal. Até o momento da ruptura. Tudo aquilo aconteceu depois.

Marcio: É uma libertação, você fica desprendido.

Mariana: Tem pessoas importantes que você só conheceu porque passou por isso.

Ou:

Selma: Eu acho legal a reconstrução do ciclo de amigos.

Silvia: É isso que eu estou fazendo, pensando em mim.

Selma: A gente tava falando da reconstrução dos laços de amizade. Pessoas que voltam após a separação. Isso é positivo.

³³ Entende-se por parentalidade o relativo a pai e mãe ou a outros cuidadores da criança, especificamente no que diz respeito às expectativas culturais e sociais de que eles facilitem o crescimento e desenvolvimento das crianças nos aspectos físico, psicológico e social (Rapizo e Zuma, 2012, inédito).

Aqui aparece a ideia de que, na separação, a rede relacional ou social da pessoa é embaralhada e é um ganho reconstruí-la em outras bases após o divórcio. Também o casamento, aparentemente, é vivido como um impedimento para a manutenção de amizades, que só com a separação ficam mais acessíveis. São sentidos que aparecem no grupo: a ideia do casamento como algo que prende e a separação como algo que liberta. O positivo (a separação que liberta), em contraposição a algo que hoje é percebido como negativo (um casamento mal sucedido onde se está preso).

Agregada a essa ideia surgem conversas sobre o valor positivo do retorno ou recuperação de uma “individualidade” que havia se perdido no casamento e articulado a esse tema também se discute a ideia de que o que os participantes fariam diferente seria “não ceder tanto” ao ex-parceiro. A vivência é de que, tanto no casamento como na separação, se cede muito mais do que seria adequado e que retrospectivamente, se percebe que poderia ter sido diferente. Os sentidos de “ceder”, “individualidade” e temas afins vão se desdobrando em várias conversas. Porém, prevalecem aqueles que tomam a individualidade e sua preservação nas relações como um valor a ser conquistado, de acordo com o ideário individualista contemporâneo e a sensação de todos de que cedem demais nos processos, abrindo mão de coisas importantes para si e que só podem perceber depois.

8.8.5 Negociação de sentidos: o grupo como produção discursiva

Como vimos na seção sobre as metáforas, algumas palavras, termos ou expressões ganham destaque e se tornam o próprio tema da conversa. Adquirem um sentido, particular àquela conversa. Produzido por ela. O sentido é coletivo e mais precisamente, um “empreendimento interativo” (SPINK, 2004b, p. 48). Por meio dessa dinâmica “os participantes constroem os termos a partir do qual compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (SPINK, 2004b, p. 48). Durante a conversa, os participantes do grupo se movem por vários sentidos possíveis, vão para determinadas direções, alguns mudam, outros permanecem com suas ideias iniciais. Como o objetivo do grupo não é chegar a um consenso ou a um significado da palavra acordado por todos ou por maioria, tais conversas permitem

mergulhos nas palavras e a convivência de múltiplos significados. Nesta atividade de construir/desconstruir sentidos, o grupo, junto aos facilitadores realiza uma investigação compartilhada de sentidos. Navegando pelas diferenças e semelhanças, com abertura, curiosidade pelo outro e tensões, o grupo pode ser visto como uma prática discursiva (RASERA e JAPUR, 2007, p.39). Segundo os autores, a “ampliação dos domínios de significação” se dá de forma complexa e não linear. Os participantes não constroem um sentido novo e único, uma síntese do tema que agrega descrições diversas ou mesmo divergentes. Esse processo se dá em diversos ritmos, às vezes de forma fragmentada, não totalmente coerente e não partilhada por todos os participantes.

Algumas palavras ou temas foram marcantes nas discussões do grupo seja por que se repetiam, seja porque faziam alguma diferença no percurso do grupo ou de algum participante a partir do momento em que apareciam. São momentos marcantes de negociação, invenção e às vezes de surpresa que movem os participantes em novas direções ou revelam, por outro lado, a força de certos sentidos em nossa cultura ou micropolíticas cotidianas (PAKMAN, 2010).

Selecionei alguns momentos e temas que considereei que eram sequencias de conversas e diálogos ou extratos de várias sequencias que capturaram minha atenção tanto no momento do encontro do grupo, como nas leituras que foram feitas após a transcrição. Elas tornam visíveis os processos de produção de sentido durante as conversas do grupo de formas diferentes, em processos diversos: a partir da conversa sobre palavras e significados delas e de ações ligadas a elas, a partir do percurso mais específico de um participante de transformação de sentidos e de ações ligadas a eles e em uma última categoria, de conversas a respeito do repertório linguístico e das linguagens sociais relativas ao tema da convivência entre pais e filhos, que esteve presente em muitos momentos do grupo, quase como um tema guia das discussões.

8.8.5.1 Ceder ou não ceder: eis a questão!

“Ceder muito” ou “ceder demais” foi um tema que surgiu no terceiro encontro e depois disso apareceu em diversos momentos no grupo e de diversas maneiras.

Rosana: A ideia agora é a gente compartilhar as conversas. O que a gente gostaria de saber é: pra vocês qual teria sido o ponto alto das conversas?

João: Pra mim é reaprender a individualidade.

Marcos: E não se anular muito. Ceder você até cede, mas se anular... É a pessoa parar de ter opinião. Só o que o outro quer e pronto.

Fernanda: Eu não sei o que ele falou, porque eu cheguei atrasada, mas o que chamou muito atenção foi a individualidade, das mulheres e dos homens. Ter uma vida separada do casamento... No caso dos pais dele (Diego) teve e no caso de outras pessoas se perdeu. Se perdeu no casamento. Alguém até falou que a pessoa mergulha no casamento e deixa de ver os amigos e de fazer as coisas. Ele até contou a história do frango... (vários interrompem curiosos pela história do frango) Um casal vai no restaurante e a mulher quer comer carne e o homem quer comer peixe. Aí nenhum dos dois come o que quer, comem frango, entendeu? (risos) Aí, fica aquela eterna insatisfação porque nenhum dos dois faz o que quer... A mulher reclama porque não vê as amigas. O homem fica assim porque não vai no bar que ele gosta. Então, é não deixar de fazer as coisas que gostam individualmente. No caso dos pais dele (Diego) quando separaram, ele falou que os dois, mesmo casados tinham a sua vida. Então não foi aquela coisa, né? Porque o casal tá acostumado a fazer tudo junto e aí acaba se desligando de amigos, de coisas. E no caso dos pais dele... É diferente porque cada um tem uma história, mas os pais continuaram fazendo a vida deles porque eles tinham uma vida individual. Que na maioria das vezes se perde. Você acaba esquecendo da sua individualidade.

Jorge: Nós falamos mais do processo de separação. 1) Não ceder para não se aborrecer. Se você não concorda, então não ceda só para proteger os filhos e tal. 2) Outra coisa boa é o retorno da individualidade. Ele (João) falou da conta conjunta.

João: Eu nem sabia da conta, ela que cuidava de tudo. Eu de 1990 para cá tive um problema de coluna, em 97 tive outro e aí ela assumiu tudo.

Selma: Nisso de ceder, tem que ficar atento porque pode ser uma agressão.

Diego: Você acaba cedendo achando que vai recuperar depois.

Na sequencia acima, o termo “ceder” se contrapõe à individualidade, se alinha com se anular, se for em uma medida exagerada. Chama a atenção o valor dado à

individualidade³⁴ e como o casamento é vivido como uma relação onde ela fica sufocada. No sexto encontro, a palavra ceder aparece de diversas formas na reflexão sobre o que os participantes do grupo fariam diferente na separação. Foi um momento que me chamou a atenção porque as pessoas pensaram primeiramente sozinhas e depois em duplas. Quando chegaram à conversa no grupão, foi surpreendente quantas vezes a palavra ceder apareceu nas conversas de cada um:

Jorge: O que faria diferente: eu coloquei não ceder demais, principalmente quando você não concorda com alguma coisa, tipo não ceder para não brigar, não ceder por causa do filho, essas coisas.

Silvia: Diferente seria não ceder às chantagens e ameaças do início. Essa resposta está relacionada com o que me orgulho, apesar de todas as chantagens e ameaças, eu me orgulho de não ter voltado. Eu cedi em parte, fiz coisas que hoje em dia eu não faria. Porém não voltei, não implorei, não pedi perdão.

Ou:

Monica: Diferente pra mim seria a postura, mais firmeza nos acordos. Eu buscaria acordos legais. Seria a gente não abrir mão, não ceder e procurar ajuda legal.

Ou:

Rodrigo: O que a gente faria diferente seria ser menos impetuoso, tipo, estou com falta de ar e fazer qualquer coisa pra sair daquele lugar. E que tem a ver com ceder menos...

Na separação, aparece o “ceder demais” para evitar conflitos, falta de firmeza ou impulsividade, vontade de resolver rápido a situação. Logo em seguida ao trecho acima, a reflexão sobre a conversa daquele encontro trouxe de novo o termo ceder. Neste momento eu participo da conversa, já que a repetição do termo também havia me chamado atenção.

Rodrigo: Outra coisa que muita gente falou foi do ceder... Acho que é uma lição, né? Uns cederiam mais outros cederiam menos. Isso cederia para um ou para outro, uns materialmente outros de outra forma. E, toda vez me chama a atenção de como tudo é tão diferente. Sobre como a gente tem tantos casos aqui e cada caso é

³⁴ O tema da individualidade, individualismo e identidade, encontra-se melhor explorado em seção anterior deste trabalho.

um. Desde gente que sai na porrada fisicamente, até gente que ainda namora com o ex-marido.

Rosana: Fiquei pensando no ceder também. Me chamou a atenção essa coisa do ceder... Eu fiquei pensando assim...

Marcio: O ceder pode ser o começo do fim. A anulação da sua pessoa.

Rosana: Eu estava pensando mais em algumas pessoas que falaram no processo de separação de ceder para não brigar. Nos acordos da separação...

Marcio: Mas pode ser que seja um padrão.

Rosana: Sim, pode ser um padrão da própria relação.

Marcio: Que simplesmente continuou.

Rosana: Eu fiquei pensando que tem dois extremos, quando a pessoa se sente cedendo demais e outro quando a briga não acaba nunca mais porque ninguém cede. Então, entre esses dois extremos, como é difícil saber quando eu estou cedendo demais ou quando eu estou alimentando um conflito em que se um dos dois recuar um passo ele termina. Enfim, eu fiquei pensando nisso em como é difícil estar nesse caminho, né? Quando a gente fala “cedi demais” foi no que eu faria diferente. Isso olhando para um processo pra trás. Mas, talvez naquele momento ceder demais fosse a única alternativa que se encontrou. Então, pode ser a partir daqui que vai se pensar em outra coisa.

Selma: Mas, a questão da cessão tem a ver com a demora na entrada de um árbitro que é o advogado, porque ceder tem o emocional e fica mais complicado na separação porque na separação fica tudo muito misturado. Quando entra um advogado, isso muda. Porque como a gente é tomado por aquele sentimento de “não vou ceder”, ele até ouve tudo e negocia uma coisa que é razoável. Ter um árbitro que não é da família, que não é ninguém que está dentro do turbilhão é um equilíbrio pra esse limite do ceder no processo.

Rosana: Qual é o motivo que quem pensou sobre isso achou que foi o que fez com que cedesse demais?

Marcio: Acho que se já chegou em um ponto em que você considera que já foi o suficiente...

Rosana: Mas, aí foi demais?

Marcio: Quando chega em um ponto de enfraquecimento. Se você se impõe você se mostra superior. Então do momento em que você faz uma repetição de posicionamento de enfraquecimento... Não sei se estou me fazendo entender.

João: Eu logo comecei com a advogada e joguei toda a bomba para ela e disse você resolve! Eu fui procurar logo de cara. Eu quebrei um paradigma porque eu costumava fazer tudo que ela queria... Mudei da água pro vinho.

Marcio: Você mudou seu padrão...

João: Exatamente. Mas foi depois da separação.

As causas atribuídas a ceder demais, vão desde a falta de um terceiro que possa mediar a situação, até um padrão de poder já presente na relação de casamento que se mantém no processo de divórcio. Rodrigo, no entanto, oferece outra perspectiva para o termo em que outros significados surgem e mudam possibilidades relacionais.

Rodrigo: Interessante o equilíbrio entre ceder muito, ceder pouco e como esse ceder muito pode ser uma forma de agressão. Também pode ser se sentir superior. Então, não quero nada, não preciso de nada! E, o outro que tá lá, tá querendo conversar, tá querendo negociar. Mesmo que ele fique com tudo, não tô falando de dinheiro só, mas a pessoa quer ficar com alguma coisa...

João: É, me dá pelo menos isso!

Rodrigo: Ceder menos, que eu coloquei que mudaria, seria no sentido de interagir mais com o outro. Seria de acolher mais o outro.

Rosana: Então, você está falando do ceder como uma forma de não conversar?

Rodrigo: Isso! É uma forma de não conversar, de agressão.

Rosana: Entendi. Acaba sendo uma evitação da conversa.

Marcio: Você não quer defender o que você acha que deveria defender. Então você está se subjugando e se diminuindo. Abrindo espaço pro outro.

Rodrigo: Não necessariamente! O outro quer conversar, quer, por exemplo, combinar negócios sobre o filho. O outro quer... E você tá perdido. Cacete! Onde é que eu vou morar... E não é só isso. Também é manter um diálogo com o outro, né? Por mais que o outro ache que se deu bem, é aquela história: quem é que se deu pior? Quem ficou na casa, vendo todas as paredes, ou aquele que foi embora e ficou "homeless", e vai ter que comprar tudo, mas em compensação, as paredes são novas!

Ceder como abrir mão, evitar conflitos, evitar conversas, agredir, subjugar-se, diminuir-se... Enfim, alguns dos infinitos sentidos que a palavra pode ter. A contraposição é mais firmeza, ou ajuda para negociar, advogados, etc. Porém, o

tempo todo ceder é visto como algo negativo, que as pessoas gostariam de mudar se pudessem no passado ou em uma próxima ocasião. A discussão que surge ao final traz uma possibilidade de relativização do sentido entre Marcio e Rodrigo. Qual situação é a pior? Para quem? Como se define isso? Pode-se questionar um posicionamento vítima versus algoz? Alguém teve a sensação alguma vez que o outro cedeu demais? São perguntas que emergem como propostas para uma reflexão posterior.

8.8.5.2 Tempo, tempo, tempo, tempo...

“O que é para mim o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei. Mas, se quero explica-lo a quem me pergunta, não sei. Mas me atrevo a dizer que sei, com certeza, que se nada acontecesse, não haveria tempo passado, se nada esperasse, não haveria tempo futuro, se nada existisse, não haveria tempo presente”. (Santo Agostinho, As confissões, Livro XI, cap. 14).

O tempo, apesar de muitas vezes nos parecer “um conceito básico” sobre a “natureza fundamental de nosso mundo” (Shotter, 2002, p.6), pode ser vivido de formas diferentes nas culturas, por pessoas diferentes em um mesmo contexto, ou pela mesma pessoa em diferentes situações. Em minha experiência com as situações de divórcio sempre chamou a atenção a forma como as pessoas viviam o tempo. Como elas organizavam sua experiência do tempo durante o processo e retrospectivamente ao contar sobre ele em outros momentos da vida.

Em sua reflexão sobre as conversas no segundo encontro, Murilo traz esse tema como parte importante dos processos de separação: o tempo. A importância do tempo e seus vários sentidos toma boa parte das conversas neste encontro.

Murilo: As pessoas com quem eu conversei e até no meu dia a dia (o que me chamou a atenção) é o tempo. O tempo faz com que várias coisas se normalizem, tem que dar tempo ao tempo. Tanto de um lado como do outro. Acho que isso é muito importante. Um tempo para ambos, né? Porque você vê que dando tempo as pessoas se conscientizam do que estão fazendo, do que é para fazer. Então, eu conversei com as pessoas e vi que elas davam tempo umas às outras e chegavam a um denominador comum.

A partir da reflexão de Murilo se inicia um diálogo com várias ideias sobre a importância do tempo e de como aproveitar melhor. Surgem várias negociações sobre o sentido do tempo no processo de separação e divórcio.

Marcos: Isso é bom. Dar um tempo. Sem ver a pessoa, né?

Murilo: É.

Marco: É, porque a minha ex, eu vejo a todo momento, porque ela é da minha igreja. Pode ser que isso seja ruim.

Emilia: eu achei interessante ele ter falado isso. Porque do que eu conversei e também da minha experiência, quando se diz dar um tempo, para depurar algumas coisas... A minha pergunta é justamente sobre o oposto. Em que velocidade a fila anda? (Risos) Porque eu boto a fila pra andar muito rápido. Aquilo tá dando errado, eu já saí. Isso é uma coisa para eu consertar. Eu não fico parada ali, remoendo aquilo. Já saturou, aquilo some pra mim. Eu não converso mais nada. Começo outra coisa. Então eu acho que eu tenho que aprender isso. Remoer um pouco.

Emilia traz esse outro sentido do tempo, um tempo próprio. Pelas conversas, considerou seu tempo rápido demais e ficou com vontade de aprender outro tempo: o tempo para viver a experiência, para “depurar”. Ou como Murilo, a seguir, o compasso do tempo com o outro.

Murilo: Eu aprendi com a minha ex. Eu tive que andar conforme o tempo dela. Ela foi me pedindo o tempo dela e eu fui dando o tempo dela. Tanto é que há oito meses que eu não a via. E hoje, eu a vi. E ela foi pedir esse tempo pra ela. Me dá esse tempo. Não me pressiona, deixa eu dizer o tempo. Tanto é que eu esbarrei, eu quebrei o tempo dela. Porque ela não esperava me encontrar hoje. (Risos)

Selma: Mas, o tempo parado, ele não resolve muita coisa. Tem é que usar esse tempo, meses, um ano, dez anos, pra pensar...

Murilo (ao mesmo tempo): Lógico.

Selma: Pra refletir. Pra superar. Não é remoer. Porque remoer dói. Mas, assim, ver o quadro geral pra conseguir o diálogo. Porque também se o outro não quiser o diálogo ele não vai acontecer! Então, não dá pra remoer, ficar rodando, rodando, coisas que você sabe que não vai adiantar. Mas, assim, o tempo, é tempo de entender que aquilo ali não serve mais, pra um e pra o outro. Se o outro não quer, não adianta, né? E dá um salto pra frente. E dizer assim, bom, esse tempo todo me ensinou o que? Eu consegui entender isso e eu vou pra frente.

O tempo de novo é o tempo de aprender, refletir. Mas, por outro lado, como saber se o tempo acabou? Quando é a hora de ir embora, desistir? Para Emilia, por exemplo, se inaugura um movimento em uma direção que perdurará durante os encontros: o de encontrar para si outro tempo, mais lento, para viver algumas coisas. E que também gera questionamento e novas ideias em outros como Selma no quarto encontro:

Selma: Eu achei um comentário muito interessante. Parece que não é, mas é interessante. Antes de resolver casar, namorar. A impulsividade de querer logo casar e não namorar. Primeiro namorar. Porque é no namoro que se conhece. Botar a carroça na frente dos bois e aí vai cedendo, vai cedendo... E de repente, você não quer mais nada disso. É demais! Conhecer o outro com tranquilidade. Namoro, né? Sem o peso. Namorar é brincar. Sem o peso da responsabilidade. Foi uma das coisas que comentaram. Segurar um pouco a impulsividade de casar antes de namorar. Eu achei bacana esse pensamento.

O tempo, com seus diversos sentidos que vão surgindo na conversa, remete o grupo também às metáforas que surgiram nas conversas, como o “olho do furacão”, o exato momento em que tudo acontece. E, como nesse momento a reflexão é difícil e o sofrimento é grande. A “fila que anda”, mostra que o tempo passa, as coisas se diluem e modificam no tempo e há sempre esperança. Ou ainda o “repuxo” da onda, quando a surpresa de que mesmo o tempo já passado, pode-se voltar a sentir a “onda” da separação em alguns momentos e ficar presos na “vala” como em um mar com correnteza. Apontando aí para a sabedoria, mais do que a força para lidar com as “perdas e ganhos” da situação.

Rosana: Mais alguém quer compartilhar seu highlight da conversa?

Marcos: A gente falou em olho do furacão. Logo que acontece a separação. Os primeiros dias são os piores, as primeiras semanas são as piores. Depois vai passando o tempo e as coisas vão se acalmando. Principalmente judicialmente também. O tempo vai curando as coisas.

Selma: Mas a gente conversou que o olho do furacão não é só o tempo. Mas você contar com algumas pessoas que vão estar do seu lado, que vão... Não estando no olho do furacão junto com você, vão poder aconselhar, dar o ombro, e poder, naquele momento em que está mais pesado, poder ajudar. Isso também é importante para poder sair do olho do furacão.

Marcos: E um bom advogado, né?

Risos...

E, continuando a conversa os temas se entrelaçam... E Emilia acaba questionando, de certa forma, sua própria fala em outro momento em que achava que precisava aprender a dar mais tempo. Agora, preocupa-se que a “lenga, lenga” das conversas da separação perdurem demais.

Emilia: Mas, eu acho que isso é ótimo, sabia? Porque eu acho que a gente não pode ficar chorando em cima de uma separação a vida inteira. A gente tem que dar um tempo pra resolver as coisas, mas não vai conversar com os amigos a vida toda. A gente tem que procurar um advogado pra nos assessorar, pra gente sabe a parte jurídica. Se não a coisa vai enrolando, enrolando... Essa lenga, lenga vai se perdurando, perdurando...

João: Tem que ter a parte formal, mas a informal também.

Emilia: se não a gente não põe outra coisa nova na vida. Não abre outras frentes. Fica ocupada com coisas velhas. Coisa que já cansou. Já devia ter passado. Eu penso assim.

Rodrigo: Esse é o poder do repuxo que eu estava falando...

No encontro seguinte, o tema do tempo volta como eco, ampliando seu alcance:

Rodrigo: O que para mim ficou da semana passada foi a régua. Eu achei bem legal. Régua, régua do tempo. O Sérgio falou e a Maria Beatriz pontuou. Eu achei bem interessante. Pegar algumas coisas, não só do que a gente está tratando aqui de relações, de marido e mulher, de separações, mas de maneira geral assim coisas que incomodam e você se colocar num outro tempo para frente e tentar ver de que maneira você enxergaria daqui a cinco meses ou cinco anos. Aquela situação que te incomoda. Foi bastante útil.

Essa ideia de projeção no futuro, mais tarde, no penúltimo encontro foi usada como dinâmica. A projeção de futuro, em geral, mobiliza perspectivas mais apreciativas de si e da própria vida.

8.8.5.3 Desembrulhando palavras

No sexto encontro, Francisco faz uma diferença entre duas palavras: infidelidade e lealdade. Ele diz que se orgulha de não ter confundido as duas no seu

processo de separação. Para ele as palavras têm sentidos muito diferentes e conseqüências relacionais também diversas. Essa diferenciação de sentidos causa um movimento no grupo tanto de tentar entender o significado da palavra como de experimentar esse novo sentido, surge uma dúvida sobre o que ele queria dizer.

Francisco: [Em relação à dúvida] da deslealdade e infidelidade, só para uma explicação: são conceitos diferentes. Acho que o segundo é mais abrangente. O primeiro momentaneamente é muito dramático. O outro é mais difícil para recuperar. Quando há deslealdade você nunca mais acredita, nunca mais confia, porque mexeu com uma coisa que você contava. Então, eu tentei não entrar na deslealdade. No primeiro caso (referindo-se à sua primeira separação), teve de parte a parte, mas depois tentei não entrar nessa seara da deslealdade que é uma coisa mais...

Cristina: Mas é difícil em uma separação... E eu concordo que é diferente da fidelidade, manter a lealdade. Quando acabou, acabou! Todo o esquema, tudo!

Francisco: Mas, eu acho que a deslealdade entra naquela Convenção de Genebra. Mesmo numa guerra, tem coisas que não você pode fazer.

Cristina: Até de respeito em relação ao outro, independente de ter sido um casamento, né?

Francisco: Exemplo: agressão física não pode haver... Certas falhas de caráter. Às vezes a pessoa faz por influências, mas faz. Com o tempo, essas coisas foram atitudes não de marido para mulher, mas de pessoa para pessoa. Mexe com coisas que você não acredita mais. Com o tempo melhora, mas nunca vai ser...

Cristina: É algo que se quebra. Rompe.

Francisco: Assusta.

O diálogo entre Cristina e Francisco vai esclarecendo o que ele queria dizer com a distinção entre as palavras até que, aparentemente se põem de acordo. No mesmo encontro, quando Rosana pergunta:

Rosana: Do que vocês ouviram dos resumos, tem alguma coisa que chamou atenção, que foi prenante ou que surpreendeu?

O tema surge de novo. João e Marcio apontam a distinção como nova para eles e como uma diferença:

João: Achei diferente o que o Francisco falou de infidelidade X deslealdade. Ficou diferente!

Marcio: É diferente. Nunca tinha me chamado a atenção. Essas duas palavras, que caminham juntas e são tão diferentes.

Tanto para João como para Marcio, a distinção foi um momento marcante, no sentido de Shotter (SHOTTER; KATZ, 1996). Algumas vezes, em nossas interações, diz o autor, os eventos ocorrem de forma diferente daquela que esperamos. Marcamos tais eventos dizendo que eles nos “marcaram”, “capturaram”, “moveram” ou “tocaram”. Seguindo Wittgenstein, ele diz que tais eventos são importantes por possibilitarem novos jogos de linguagem. Os novos sentidos que surgem para as palavras infidelidade e deslealdade na conversa convidam João e Marcio a refletirem sobre suas vidas e poderem ver algumas coisas de forma diferente. E, mais uma vez, o mais importante não é saber se o sentido é o mesmo para todos, mas como o diálogo em torno das palavras e seu sentido abre caminhos novos.

8.8.6 Conversando sobre conversas

Um tema recorrente no grupo era a possibilidade/dificuldade de conversar, especialmente com os ex-parceiros e com os filhos. Entre os temas sugeridos para o grupo, no primeiro encontro estão: dificuldades de comunicação, conflitos, falar mal do pai/mãe, que sugerem questões sobre conversar. No segundo encontro o tema aparece em seguida ao comentário de Monica sobre a dinâmica e gera uma das primeiras conversas sobre o conversar. Quando um quer conversar e outro não? Qual o preço de não conversar? O que fazer com as coisas guardadas e o que elas geram dentro das pessoas e nas relações?

Monica: Eu percebi e senti também, quando você falou (para Emilia): a fila anda muito rápido pra mim, eu sinto assim, um medo de aprofundar os relacionamentos, um medo de me expor, de dizer o que gosto, o que não gosto. Aprofundar é difícil, né? Mais fácil é a gente sair fora. Então, muitas coisas poderiam durar um pouco mais, poderiam ser melhores se a gente aprofundasse, se a gente se abrisse, mas é difícil relacionar...

Rodrigo: Mas, desculpe, na separação, é isso? Conseguir dialogar com o outro na separação?

Monica: É, durante também. Nos relacionamentos... Muitas vezes acontece de supetão (a separação), mas porque, o que chegou a isso? Foi uma falta de conversa, uma falta de falar o que você realmente quer. O que tá batendo ali e que o outro tá ali e às vezes o outro tá me irritando porque eu tenho isso em mim e não quero olhar pra mim. Então, eu acho que esse é um ponto importante.

Fernanda: Depois você tá com raiva da pessoa e não lembra nem porque, né? (Monica concorda ao mesmo tempo) Você não fala tanta coisa que... Você olha pra pessoa e tá com raiva da pessoa, mas não sabe por quê. É tanta coisa que você deixou de falar que acaba que...

*João: Mas, às vezes você quer conversar e o outro **não quer!** É complicado!*

Risos, várias falas ao mesmo tempo.

Fernanda: Mas, você tentou, pelo menos...

A criação de um espaço de conversa é um dos objetivos do trabalho. E, algumas vezes a presença das pessoas no grupo se dá em busca exatamente disso. Também é um objetivo da equipe pensar em que condições aumentam as possibilidades de ocorrerem no grupo conversas que sejam úteis para os participantes. Parte dessas condições implicam em criar um espaço dialógico e não um espaço de debate. Seguindo a distinção realizada por Becker, Chasin et al (1992), o diálogo implica em manter diferentes crenças e perspectivas e propicia um entendimento mútuo. Difere-se de espaços em que se faz mediação ou gerenciamento de conflitos e segundo os autores também difere da terapia em grupo já que esta tem como objetivo primeiro o crescimento pessoal, individual dos participantes. No espaço de conversas e diálogo, o objetivo primário é prover um espaço onde a conversa possa ser sustentada, continuada, enquanto o grupo existir. Ao continuar a conversa, novos sentidos podem emergir, transformar-se, levando à construção de um entendimento diferente e de novos repertórios para todos no grupo. Segundo Shotter (2010), em tais encontros não aprendemos informações, mas novas formas de nos relacionarmos uns com os outros e com a alteridade³⁵ ao nosso redor.

No sétimo encontro a sugestão é de que mais diretamente eles pensem sobre quais são as condições de possibilidade, os “ingredientes” para uma boa conversa. A ideia, baseada em algumas propostas da Avaliação Appreciativa (COOPERRIDER;

³⁵ No original em inglês: *otherness*

WHITNEY, 2005), é recuperar na memória uma boa experiência de conversa com alguém. Imaginamos assim, ser mais fácil a conexão com a potência, os recursos e soluções alternativas que, até já foram utilizadas, mas no momento, encontram-se invisíveis para cada um. Em outra dimensão a dinâmica propõe que tornemos visível uma atividade que é espontânea como a conversação (SHOTTER, 1993) e com isso possamos aprender sobre novos recursos. Também não se define a priori o que é uma boa conversa, deixando que esse sentido surja da conversa do grupo e do que eles próprios definem e percebem como tal. Os próprios ingredientes listados fazem parte da definição do grupo sobre o tema.

Rosana: Vamos continuar. A gente tinha pensado em trabalhar as nossas formas de conversar. Uma das coisas difíceis da separação é a conversa... Ingredientes para uma boa conversa. Gostaríamos que cada um pudesse pensar em alguma conversa com outros... Algum momento que vocês tiveram uma conversa bacana. Que vocês consideraram proveitosa.

Cristina: Pode ser com amigo? Terapeuta?

Todos riem

Rosana: Não, alguém que faz ou fez parte do processo da separação.

Rodrigo: É para se preocupar menos com a conversa em si e mais com o que fez a conversa ser boa?

Rosana: Isso.

Após a conversa em pequenos grupos, cada grupo faz um resumo dos ingredientes que apareceram durante o diálogo e compartilham:

Rosana: Qual grupo quer começar?

Cristina (representando seu grupo): Acolhimento, abrir o coração, sinceridade, tranquilidade, parceria, colaboração, clareza dos seus limites, franqueza, foco no conteúdo.

Marcos (representando seu grupo): Foco no conteúdo, deixar de lado as desavenças, torpedo e e-mails, postura pró ativa, dar limites ao outro, manter a cordialidade.

Clara (representando seu grupo): Saber ouvir, saber falar na 1ª. pessoa, sinceridade (quando ser ou não sincero), respeito, questionar (fazer perguntas), dar abertura para ser questionado, foco no conteúdo.

Rosana: Olhando para estes ingredientes, o que vocês pensam?

Marcos: Falar em 1ª. pessoa, o que significa?

Maria Beatriz: Ao invés de falar “você me agrediu” é falar “eu me senti agredida”.

Rodrigo: Tem algumas palavras... Tem palavras aí que já são intrínsecas a uma boa conversa. Para ter uma boa conversa é preciso querer ter...

Rosana: Vocês conversando, viram o que faz ter uma boa conversa?

Francisco: É o exercício disso...

Rosana: Seria uma questão de prática?

Selma: Mas tem que ter a predisposição.

Francisco: É...

Marcio: A experiência do erro...

Nadia: Será que tem algum ingrediente inicial?

Emilia: Coragem.

Angela: Acho que é ter disposição... Até física, postura, voz...

Em documento que consta no site do Projeto Public Conversations³⁶ são listados seis itens para “convocar” uma conversa construtiva. São os seis Cs: clareza, colaboração, comunicação cuidadosa, curiosidade, compromisso e credibilidade. As listas apresentadas pelos grupos neste encontro estão bem próximas a esses itens. E ainda incluem um foco no conteúdo da conversa que todos os grupos mencionaram e que para eles significava não desviar a conversa do seu objetivo, não “misturar as estações”. Também é interessante notar a fala de Angela que amplia o sentido da conversa ou da disposição para conversar como algo que se percebe ou se produz não só na fala, mas no gesto, na “postura, voz”. De acordo com a noção de que conversar é mais do que falar (DAVIES; HARRÉ, 1990; SHOTTER, 1993).

A questão que orienta a discussão a partir daí é que, usando a metáfora dos ingredientes, apenas a presença deles não garante a possibilidade de uma boa conversa, é preciso aprender a forma de preparo. Isso leva os participantes a pensar sobre que contextos favorecem a presença dos ingredientes ou como conseguir que eles se tornem presentes. Assim também ampliam o tema e o sentido de “conversar” para as condições de possibilidade ou de impedimento de que uma conversa aconteça, como no diálogo abaixo entre Rodrigo e Francisco.

³⁶ www.publicconversations.org

Rosana: A receita tem os ingredientes, mas também tem o preparo... O próprio jeito de se apresentar já diz...

Francisco: Pré-requisito também é o tempo, ter tempo, sem fome, sem sede...

Rodrigo: A gente está falando de boas conversas e não de D.R.³⁷

Francisco: Eu tô pensando aqui: experimenta conversar com alguém, olhando para o relógio, com pressa... Experimenta encher o pote e conversar...

Rodrigo: É, entendi. Bebida é um problema.

Francisco: O maior problema é tempo. Quando vai ser conversado, já passou o tempo. Não é só o tempo. Então, é um pré-ingrediente.

Rodrigo: É, quando você vai fazer uma receita tem que ter tempo.

Francisco: É, tem o modo de fazer...

Continuando no tema, Clara traz outro ingrediente, que não havia aparecido antes: o autoconhecimento. A pessoa precisa se conhecer para poder conversar com outro. Conhecer seus recursos e limites. Assim, reforça a ideia de que não só conversar ou estar em diálogo não é algo apenas espontâneo, mas que podemos aumentar as possibilidades, ativamente, como sujeitos, de ter conversas mais produtivas.

Clara: Tem a ver também com seu autoconhecimento. Eu por exemplo não estou com nada. Então não dá.

Francisco: Você não é assim, você está assim.

Rosana: Se a gente não “está com nada”, o que pode ser feito?

Clara: Não sei.

Rodrigo: É esperar as frutas da estação.

Clara: Ou seja, tenho que ter paciência.

Rodrigo: Uma coisa boa é “vou tomar um copo d’água”.

Rosana: Tem as combinações.

Jorge: É bom também mandar essa lista antes! (referindo-se à lista com todos os ingredientes que o grupo pensou).

Aqui a conversa começa a propor recursos possíveis para quando não se conseguem as melhores condições naquele momento. E também as impossibilidades e o que fazer com elas. Nem sempre o outro, suposto interlocutor

³⁷ D.R sigla/gíria para discussão da relação.

naquele momento traz para o diálogo os mesmos ingredientes que a pessoa que quer conversar.

Rodrigo: Quando você tem que ter uma conversa... Quando tem que ter, mas a pessoa não quer... Aí não tem jeito. Aí o tempo é encurtar a conversa.

Marcio: Você pode querer melhorar a conversa e a outra pessoa não quer...

Selma: Eu acho que a franqueza não é um bom ingrediente no caso da separação.

Rodrigo: Tem ingredientes que são autossuficientes, dependem só de você e tem outros que não, dependem do outro.

Jorge: Eu não tenho mais a menor vontade de ter uma boa conversa. Só tenho conversas quando é inevitável. Mas não tenho mais saco para isso. Questão de postura, de ponto de vista. Não sei se é porque eu já enchi o saco.

Marcio: Você já tem noções de como a pessoa é, então você tem que criar uma estratégia para levar para o seu lado.

Rosana: Talvez para não ter conversas muito ruins é preciso saber que conversas ter.

Jorge: São nove anos nisso, já era... Mais tempo de separado que de casado.

Cristina: Eu acho saber ouvir, fundamental.

Francisco: Tem uma conversa que pode te despertar uma curiosidade de querer saber o que aconteceu com você numa fase... Tem um outro lado, de um flash back e poder ouvir.

Cristina: E você já passou por isso?

Francisco: não...

Rodrigo: Eu já...

Rosana: Alguém mais? As meninas?

Marcos: Vou refletir sobre as conversas inúteis...

Angela: Eu tenho dificuldade de ter uma conversa. Eu vou por aqui, por ali e nada, não consigo ter. Eu gostaria muito de começar.

O diálogo prossegue sobre o valor da conversa, da relação, do como trabalhar para conseguir. Conversar se bem é parte primordial da atividade humana (DAVIES; HARRÉ, 1990), não pode ser considerado natural. Aqui, aparece a distinção entre a conversa como atividade espontânea, característica da visão dialógica do ser humano e a visão da conversa ou diálogo como ferramenta. Similar ao que apontam Stewart e Zediker (2000), sobre a diferença entre o diálogo

descritivo e prescritivo. Na conversa do grupo a “boa conversa” vai claramente sendo vista como algo a ser trabalhado, algo às vezes difícil de conseguir e que depende do contexto e da relação entre aqueles que estão conversando. O que por outro lado, coloca a todos como co-autores das conversas que tem com outros. Há diversas formas de convidar e aceitar convites para conversas. Há escolhas nas conversas e elas não acontecem simplesmente, mas são produzidas pelos participantes. Desta forma a palavra conversa vai sendo desconstruída ou desfamiliarizada (SPINK, 2004a).

Em outro viés foi interessante ver como na própria conversa do grupo, os temas foram fluindo, mudando os ângulos possíveis para se falar sobre o tema. A ideia não foi esgotar o tema, que pode ser infinito, e nem chegar a um consenso do que é uma boa conversa, mas refletir sobre condições contextuais, relacionais e individuais que os participantes pensavam e sentiam que eram necessárias para se alcançar. Ao final, Angela que, em geral, coloca o ex-marido, como “culpado” pelas conversas difíceis dos dois assume uma posição um pouco mais ativa ao pensar que ela tem dificuldades, mas gostaria de começar a tentar outras formas. Indicando poder se posicionar menos como vítima de uma situação e mais como possível coautora.

Angela: Eu tenho dificuldade de ter uma conversa. Eu vou por aqui, por ali e nada, não consigo ter. Eu gostaria muito de começar.

8.8.6.1 Conversando a gente se entende, entende?

As conversações entre pessoas são muito mais indeterminadas e não acabadas do que lineares e coerentes. Segundo Harré (1999, p. 51):

Muito da vida é indeterminado. Torna-se determinado por nós apenas quando temos algum propósito em vista. Por exemplo, a força social de um ato conversacional pode ser tomada de formas diferentes por pessoas diferentes e essas diferenças podem nunca ser resolvidas.

Segundo o autor, o estudo do posicionamento na conversação, mostra que as mesmas palavras podem ser veículos de várias ‘conversações’ simultâneas.

Segundo Shotter (1993), a possibilidade de entendimento entre as pessoas é rara. Porém, de alguma forma as pessoas criam terrenos comuns em que a conversação segue. Alguns momentos no grupo geravam “mal-entendidos”, mas que como o mesmo autor assinala, não prejudicavam o andamento, pois não impediam que a conversa continuasse. E, embora pudessem ser esclarecidos, o mais importante não era isso, mas os sentidos que haviam sido gerados na conversa. No quarto encontro cada um escreveu uma situação que considerasse um problema em sua vida, sem se identificar. Depois de cada um sortear uma situação que não fosse a sua, tentaria pensar em alternativas para ela, como se fosse sua. Em primeira pessoa. O autor da situação não se identificava, ao menos naquele momento. Quando a pessoa que sorteou a situação começou a ler, tentava interpretar a situação e algumas vezes o entendimento que tinha não era o mesmo que aquele que escreveu. Não era importante esclarecer isso na hora, porque o próprio entendimento diferente poderia trazer alternativas e também tirava a ideia de que a dinâmica exigia “soluções” para “problemas”, ao invés de ser um exercício de imaginação e reflexão. No início do quinto encontro, referindo-se a essa dinâmica do anterior, Selma diz:

Selma: Comigo foi diferente... O meu foi o primeiro e foi interpretado completamente diferente do que eu tinha pensado. ...Eu fiquei até assustada! Eu não sabia que o que eu escrevi era aquilo. Mas tudo bem, não teve nenhum dano...

Fernanda: Qual foi a pergunta?

Selma: Como encaminhar os filhos, na vida adulta, com a participação do pai? Só que o pai é presente e tudo, era só uma reflexão de como trabalhar junto. E foi lá pra escolha sexual... Eu falei, gente, não tem nada a ver...

Risos

Selma: Eu fiquei preocupada! Eu falei de uma maneira e todo mundo entendeu de outra! Mas era mais pra pensar sobre o que fazer nessa transição para a vida adulta em que eles ficam às vezes, meio perdidos sem saber o que fazer.

Rosana: É interessante a questão da interpretação... Quando você recebeu o papel e escreveu, e quando está fora desse contexto. Quem escreveu acha que é totalmente óbvio. Mas, para quem vai ler, não é nada óbvio. E isso acontece nas nossas conversas também. A gente diz uma coisa para o outro que é muito óbvio, mas o outro que escutou, escutou outra coisa, de outro ponto de vista, totalmente diferente...

Selma: Foi isso que eu pensei...

Aqui, fica claro que Selma, ao invés de se preocupar com esclarecer o que havia dito, reflete sobre como havia dito algo e todos entenderam outra. Revelando um posicionamento em que se implicava no resultado de sua fala e não só atribuía ao outro o “mal entendido”.

Mas, também aconteceram os “bem entendidos”, que às vezes surpreendem e acalmam dúvidas e angústias.

Mariana: Meu caso foi engraçado porque eu fiz uma citação pequena... E, enquanto não era lida, eu falei: Pronto! Não entenderam... Mas a pessoa falou exatamente. A pessoa tocou no ponto. Foi perfeito! E, segunda feira foi um dia que eu pensei muito, vou, não vou... Eu tinha passado cinco dias fora, sem minha filha. Vou, fico com ela, não vou... Fiquei muito dividida. Mas foi muito bom ter vindo... Porque eu não teria passado pelo que a gente passou aqui e não teria saído da forma tocada como eu saí, porque quem respondeu, respondeu exatamente o que eu teria feito. Foi muito bom!

Na visão responsiva de Shotter (SHOTTER, 1993), por exemplo, mais do que o entendimento o que importa é em que condições a conversa pode prosseguir, manter seu fluxo. Como seguimos adiante. Nesses dois trechos, aparentemente contrastantes, a conversa segue seu fluxo e os mal e bem entendidos se incorporam a ela neste movimento, como fala Francisco no trecho a seguir:

Francisco: Não sei se é um eco especificamente disso, mas essa semana que passou vi uma citação cafona, mas muito verdadeira... “É preferível viver na angústia da busca, do que na paz da acomodação”. E, de certa maneira, cada um com seu cada um, com seus motivos particulares, a gente tá procurando alguma coisa. Mesmo que às vezes nos traga alguma inquietação, é melhor que ficar parado, melhor que o cemitério...

8.8.7 Linguagens sociais, diferentes conceitos e posicionamentos: o tema da convivência entre pais e filhos

A questão da convivência entre pais, mães e filhos após uma separação surgiu como um tema importante, como não poderia deixar de ser. Como podemos

ver em situações trazidas pelos participantes, ou em discussões sobre o tema de uma forma geral, o valor dado aos filhos na separação é um dos temas mais importantes e, mesmo centrais. Na literatura também podemos ver o valor que os “filhos do divórcio” (BRITO, 2008; WALLERSTEIN; KELLY, 1998; WALLERSTEIN; LEWIS; BLAKESLEE, 2002) vêm adquirindo. Vários trechos de conversa do grupo atestam essa importância e ao mesmo tempo demonstram como o tema ainda é carregado de preconceitos, dificuldades de mudar as linguagens sociais a respeito. Por outro lado, a possibilidade de discutir o tema em um contexto em que se escutam diversas experiências de pessoas que estão posicionadas de forma diferente trouxe questionamentos para tais linguagens. Embora o tópico estivesse presente em praticamente todos os encontros, destaquei algumas sequências de conversas mais longas sobre ele e que me trouxeram ideias de como os participantes se posicionavam repetindo, mudando e se movendo em relação ao tema em suas histórias pessoais, atuais ou não e nas ideias mais correntes em relação ao tema.

Já no primeiro encontro o tema surge como uma das perguntas que um subgrupo coloca como interessante para ser discutido:

Cristina: [A pergunta] É o que se espera da relação, o que se espera de continuidade, a partir da separação, das duas partes. Ex-mulher pode ser ex, mas vai ser ex-mulher pra sempre, né? Uma vez tendo filhos. E o outro, com a frase clichê, como sempre, que as mulheres manipulam, usando os filhos, a pergunta é: Como dividir a criação do filho a partir da separação? Quer dizer: qual o posicionamento do homem, quais os desejos, as expectativas em relação ao relacionamento com os filhos, pra não cair nessa coisa de – Ah, porque as mulheres acabam ditando as regras e os homens ficam reféns disso, entende? Como é que o homem se posiciona nisso?

Aqui, como diz Cristina aparece um “clichê” sobre a convivência entre pais e mães em relação aos filhos. Para os homens as mulheres manipulam os filhos de forma a que se afastem deles e para as mulheres os homens se descomprometem em relação aos cuidados com os filhos após a separação. Os homens também dizem que gostariam de conversar sobre guarda compartilhada e sobre o afastamento entre os filhos e eles. Esse debate entre homens e mulheres, segundo a minha experiência clínica, é constante. A conversa inclui uma perspectiva de gênero na conversa. Do ponto de vista dos filhos, a curiosidade é sobre o que eles pensam

sobre essa convivência. Especialmente o que os homens pensam, pois na cultura brasileira, assim como em boa parte do mundo ocidental, a guarda dos filhos é predominantemente das mulheres (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010; IBGE, 2010a). Isso em alguns casos, e por motivos distintos, inclusive no grupo acarreta um afastamento dos filhos do genitor masculino (BRITO, 2007; DANTAS, JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010). Então, ainda no primeiro encontro as duas jovens/filhas presentes perguntam:

Fernanda: A outra (pergunta): até que ponto vocês, homens e mulheres cedem, para ter um bom relacionamento com sua, seu ex, em prol do seu filho? Até que ponto cada um já cedeu? Eu acho legal essa questão assim... E, se antes, durante, depois da separação, falavam mal do seu ex na frente ou para o seu filho. E, quais são as suas ações para se aproximar ou se reconciliar com seu filho? O que, tanto as mães quanto os pais, porque às vezes na separação, o filho fica um pouco afastado de um ou de outro, dos dois mesmo, né? Então, o que vocês fazem pra tentar essa reaproximação do filho. Ou, se caso o filho não fala com vocês, o que vocês já tentaram fazer ou o que vocês gostariam de fazer pra esse filho voltar a ter um relacionamento com vocês? É isso!

As perguntas sobre o tema chamam a atenção de alguns participantes, como Monica e Mariana que afirmam que é muito difícil não falar mal do pai para os filhos quando a relação com ele é conflituosa. Neste momento elas se colocam como conscientes de que há uma expectativa de que isso não aconteça, mas que consideram difícil cumpri-la. Selma, porém, traz uma experiência diferente em sua família de origem e que a influenciou em sua separação:

Selma: Eu fui criada para não falar mal de pai. Meus pais viveram juntos até a minha mãe morrer, na véspera deles fazerem 50 anos de casamento. Meu pai aprontou bastante, mas assim, eu nunca ouvi minha mãe falar mal do meu pai. E, assim, quando a minha primeira irmã se separou, a gente também não gostava do marido dela e com a minha sobrinha que era pequenininha e foi criada com a gente, a gente era adolescente, minha mãe o tempo todo dizia pra não falar mal do pai dela. E o pai dela aprontou, foi um cara assim muito complicado, e até hoje ela tem uma visão, ela sabe que o pai dela teve problema, mas ela nunca ouviu da gente o que o pai dela realmente fez. Então, tinha essa preservação da imagem. Porque pra criança, é essa imagem... Eles depois vão descobrir. Na convivência, eles vão ser adultos, eles vão ter que conviver com pai e mãe. Quando meus filhos vêm hoje -

Pô! Meu pai é assim! – Eu, uhaaaaa! (Faz um gesto segurando a garganta) (Risos de outros participantes). Não posso falar logo! Mas, pá! Penso: o super homem caiu! Até que enfim o super homem caiu! (Mais risos) Fico lá no quarto falando comigo. Depois: E aí? Resolveu com seu pai, aquele seu problema? Quando o negócio fica muito quente, não quero nem saber do assunto. Porque senão...

Fernanda: Eles vão te admirar muito...

Selma: Mas, o pai deles faz a mesma coisa. Quando eu brigo com ele eu digo: você não pode falar mal de mim para os meninos... Eu tento não falar de você. Que você tem muito defeito, né? (bem humorada). Lembro da música da Legião Urbana: todos os defeitos são seus, eu quase não tenho nenhum... (Risos) Mas, é importante, é difícil, na hora que a gente tá quebrando o pau, querendo matar o outro, mas pra criança, é muito o que a gente passa. E às vezes é muito doloroso, mas pô, tem que preservar a imagem daquele cara, fazendo aquelas coisas que ele tá fazendo porque com o crescimento, o amadurecimento, eles vão entender. Vão perceber... Algumas coisas vão perceber. Outras não vão perceber. Aí é da criação de cada um, como cada um vai se fazer na vida, mas acaba vendo, não fica sempre aquela imagem intocável, nem de pai, nem de mãe, né? Às vezes eles falam pra mim: Pô, você é chata pra cacete! Eu digo: É! Sou assim! Agora que você percebeu, vai ter que conviver! Mas, no dia a dia a gente até consegue, mais difícil é quando a figura do pai ou da mãe tá mais afastado e aí às vezes é complicado, leva mais um tempo pra entender.

Angela.: Também não dá pra enaltecer, né?

Selma: Mas, quem tá no dia a dia do conflito vê mais, né? Mas, é importante, sempre que possível preservar, né? Porque o filho vai entendendo (vozes concordantes) que é humano e as dificuldades que o pai e a mãe têm de enfrentar determinadas situações.

Cristina: Mas, é muito difícil!

Nessa troca entre as mulheres e no relato de Selma, aparece a dificuldade, mas a consciência de que “preservar a imagem” do pai é importante para os filhos. Mesmo em separações menos conflituosas como a dela, o conflito está presente. Já na despedida deste encontro, surge um tema que atualmente é presente na mídia, em debates tanto no campo da lei como no da psicologia: a “alienação parental”. Vários participantes não sabem o significado do termo.

Rosana: Então, a gente está chegando na nossa hora.

Marcos: Tenho uma coisa em relação a isso de falar mal. Hoje tem a tal da alienação parental. Tem uma reportagem na Globo que explica isso.

Vozes não identificadas: O que é isso?

Angela: O que é isso? É você desconstruir a imagem do outro.

Outras vozes assentem reconhecendo o termo.

Marcos: Não pode falar mal, se não você pode sofrer alguma penalidade.

Voz feminina: Na Justiça?

Outra voz feminina, em tom irônico: Absurdo...

Risada forte masculina. Todos falam ao mesmo tempo, riem e falam alto.

Selma: Uma coisa é falar mal outra é destratar... Gente...

Marcos: Apareceu um caso na Globo que a mãe colocou um detetive para provar que o pai fazia isso contra ela e o cara tá lá enrolado agora... Pode procurar no Google: alienação parental.

Selma: Mas, isso tem que chegar num nível!

Após o final do encontro, várias pessoas conversam sobre o tema. Como desdobramento das conversas deste encontro, como já foi relatado anteriormente Angela pede uma conversa particular em compartilha a tensão que sente por sentir-se diferente do esperado por ser a única do grupo sem a guarda dos filhos. De certa forma, apesar de Angela ter se integrado, sentindo-se pertencendo ao grupo, tal tensão a acompanha durante todo o processo. Apesar dos ganhos que ela reconhece em sua participação, e de ter podido se implicar em sua situação e forma diferente, ela se sente “diferente demais” das outras mulheres.

Murilo também em sua apresentação no segundo encontro fala da necessidade de cuidar e preservar as crianças na separação e “fazer a cabeça” deles, mas não no sentido do afastamento do outro genitor, mas da aproximação:

Murilo: Eu tenho uma filha de 10 anos e um casal de gêmeos de 8 anos... Com as crianças, a preocupação de ambos era muito forte. Então as crianças a gente colocou em primeiro lugar... A gente fez com que elas tentassem entender o que tava acontecendo, que os pais eram amigos, mas não gostavam mais de morar juntos. Então, a gente foi tentando fazer a cabeça das crianças...

Mais adiante, no mesmo encontro, Cristina fala de sua experiência também como filha de pais separados e como isso influenciou seu pensamento sobre o tema hoje:

Cristina: Eu tenho uma coisa que me chamou a atenção na conversa. E eu falo também na condição e filha de pais separados, da pior categoria... Essa questão de, como é desequilibrado alguém que só fica com o pai ou só fica com a mãe. Eu fico um pouco pasma. Primeiro porque eu acho uma sobrecarga pra quem fica com a criança, é um dar, é trabalhoso, não só o dia a dia, mas emocionalmente demandante e como a criança é penalizada pela ausência do outro. Sei que isso vai muito contra. E é muito difícil desapegar. Eu sei na condição de mãe, mas... Eu acho incrível quando o homem tem o convívio familiar, faz as brincadeiras com as crianças e de repente desaparece. Eu acho muito cruel pra todo mundo. Fico meio... Quando o homem sentava para fazer o dever de casa e a partir daí não faz mais. Eu fico muito impressionada.

Fala de um homem incompreensível.

Cristina: Eu sei, eu sei. Falo na condição de filha. Meu pai era médico. Ginecologista obstetra. Não tinha nem esquema de 15 em 15, entendeu? Era um almoço ou jantar... Eu acho incrível! Incrível um homem abrir mão disso...

Rodrigo: Ou a mulher, né?

Aqui Rodrigo faz um aparte, questionando que apenas homens estariam nessa condição de se afastar ou “abrir mão” do convívio com os filhos.

Cristina: Mas eu não falo de fim de semana não. Eu falo do dia a dia. Eu acho que só fim de semana... Eu vejo da minha parte. Uma parte aqui e parte lá. É tão dinâmico. É bem difícil. As crianças têm atividades. Uma correria. É tão difícil sentar e respirar e conviver somente. Tem sempre coisas acontecendo, sempre coisas pra fazer. Então, às vezes, o ter tempo, sabe? Ter tempo de meramente estar juntos. Eu acho que final de semana de 15 em 15 dias pras crianças, numa boa... Não estou levantando bandeira pra ninguém. Estou falando assim, na condição de filha, acho muito difícil... É muito pouco. Eu acho que conviver pro bem e pro mal. Eu acho que tem que... Ah, o outro é um doido... A não ser que a pessoa realmente, transe na sala na frente das crianças, entendeu? Mas, o outro, bom, mal ou bem o casal ficou apaixonado em algum momento, sendo uma outra pessoa ou não... As pessoas se transformam... Não dar a oportunidade para a transformação ser positiva, me sensibiliza... É isso.

A fala emocionada de Cristina, caminha na direção de desconstruir essa ideia de que a mulher sempre afasta os filhos do pai. Falando do ponto de vista de um dia ter sido filha de pais em conflito, consegue transportar para sua relação com seu ex-

marido e seus filhos algo que viveu em sua história. Ela atualmente tem a guarda compartilhada e alternada com o pai das crianças. Um pouco mais adiante, Murilo volta a relatar como se dá a combinação dele com a mulher em relação aos filhos, mesmo ela e ele não se falando:

Murilo: Desculpa te interromper. Mas até sobre o que a Cristina falou. Eu no meu caso, com a minha esposa, minha ex-esposa, a gente foi montando um esquema de visitar os filhos, de estudar com os filhos, esquema de escola, cada um vai uma vez numa reunião. Então tem a participação do pai, tem a participação da mãe. Isso tudo a gente foi estruturando nesses oito meses em que a gente tá separado.

Nessa conversa, o tema da convivência entre pais e filhos é valorizado igualmente por homens e mulheres e, ao final, isso surpreende Fernanda. Ela fica contente em ouvir que tanto homens como mulheres se preocupam com os filhos, situação diferente da que viveu, especialmente com o pai:

Fernanda: Meu pai é, mas meu pai... Enfim... É alcoólatra, e aí ele dá umas sumidas e... Eu não tenho muito contato com ele. Aí foi bom [ouvir] porque você acaba conhecendo mais o sentimento masculino. Quais são as dores, quais são as preocupações. Quais são assim, os sentimentos. Achei bem legal. Intenso.

A fala de Fernanda traz emoção e ficam todos em silêncio um tempo.

Rosana: Mais alguém?

Jorge: Eu queria fazer uma pergunta em relação ao que você falou (dirigindo-se a Fernanda). Você falou que sentiu que seus pais não se preocuparam com você?

Fernanda: Não, não! Não falei isso. Não é que não se preocuparam comigo. Eu entendo como se fosse, os dois estavam meio assim... Não estavam com a cabeça muito clara, pra não dizer... Os dois estavam meio desequilibrados na época. Eu vi como duas pessoas que estavam sofrendo muito, entendeu? E deram um basta naquilo. Não queriam mais sofrer. E cada um foi prum lado.

Jorge continua curioso com o que Fernanda sentiu no momento da separação dos pais.

Jorge: Mas isso você está dizendo agora. Na época o que você sentiu?

Fernanda: Na época eu dei graças a Deus. Até falei pra eles. Eu não tava mais aguentando meus pais!

Neste mesmo encontro ao final Selma comenta sua perplexidade com as situações em que a raiva entre pais e mães e outros sentimentos em uma separação e como se misturam com a relação com os filhos gerando um momento de solidariedade entre pais e mães no grupo:

Selma: Eu fiquei surpresa com a... Como é seu nome? (para Marcos que responde) ação da ex-mulher do Marcos. Porque a raiva no momento da separação, especialmente quando tem um lado que não quer, é uma raiva de morte. Morte efetiva. E, se não é a morte efetiva, é essa morte, a da difamação, de falar mal pro filho, do pai ou da mãe pro filho. Esse momento é um momento sofrido. É um momento horroroso! As piores coisas do ser humano aparecem nesse momento. Porque ela não poupa. A gente tá falando aqui de olhar o filho, mas na hora da raiva, o filho vai para o espaço. Eu quero saber do meu! Eu tô machucado, então você vai se ferrar junto comigo. A gente pensa nos filhos, mas na hora que a raiva vai consumindo e o enfrentamento vai acontecendo os filhos vão pro espaço e a gente perde essa noção. A gente tem que sempre estar pensando como voltar porque...

Nos trechos acima podemos perceber uma confluência de temas relacionados ao divórcio e a articulação de discursos que se originam no campo das leis, da mídia, no campo das expectativas sociais e nas histórias pessoais de cada um. Aparecem alguns ideais do divórcio hoje em dia, sem conflitos, desenvolvendo a coparentalidade, mas ao mesmo tempo, a dificuldade de se cumprir tais expectativas. Também surgem categorias como a “alienação parental” muito discutida e polêmica (SOUSA, 2010), mas que paira mais como ameaça algo desconhecida para a maioria. Durante a conversa, os sentidos vão sendo desconstruídos e reconstruídos de forma responsiva e viva.

E a conversa continua rumando para a tentativa de tirar o assunto de formatos estereotipados, questionando as generalizações:

Rodrigo: Deixa eu fazer um contraponto. Tá muito claro pelas conversas que eu tive e pelas minhas vivências desse troço todo que nunca é igual. Tem muitas histórias. Então tem aquela em que a grama do vizinho é mais verde. No caso aqui, a grama do vizinho é sempre a mais detonada. (risos) Cada um tem um problema. Pega o dele e o dele, eu vou ficar aqui festejando o meu... Você estava falando que o homem bate na mulher e que mata. Não! Tem muitos casos que a mulher é que bate no homem. Por incrível que pareça! (falam muitos ao mesmo tempo) Tem casos e casos, tem de tudo.

Selma: Não o que eu tava falando é que eu fiquei surpresa de uma mulher utilizar uma situação que deveria ser pra proteger ela pra prejudicar a ele! (Referindo-se à ação em que a ex-mulher alega ter sido agredida por Marcos).

Rodrigo: É porque tem de tudo. Tem esse caso, tem o outro que tá na boa com os filhos. É o caso do Diego, pelo jeito... Tem a mãe que isola o pai. Tem a mãe que se isola do filho. Então, tem tudo! A gente fica achando que tem um roteirinho: o homem dá um chute na bunda da mulher pra pegar uma mulher mais nova, deixa a mulher sem dinheiro e a mulher usa isso por conta dos filhos... Mas não é!

João: acho que não tem roteiro nenhum...

Nesse trecho Rodrigo e João começam a desafiar a ideia de que há um único roteiro com posições estereotipadas em uma separação. Apesar das expectativas sociais e dos “clichês” sobre as relações pais e filhos após um divórcio, no grupo, a diversidade de experiências joga por terra a ideia de um script único para o processo. Ao final do encontro, uma fala de admiração de uma mãe por um pai em relação aos filhos, reconhecendo a dificuldade de sair do esperado:

Emilia: Gostei da delicadeza dele, não tô enxergando seu nome (Murilo) de arrumar a vida dos filhos. Uma delicadeza. Quem é que vai à escola, sabe? Porque nessa hora a gente quer sumir, chuta o balde. Achei super legal, ele conseguir segurar a cabeça e deixar a vida dos filhos arrumada... Delicadeza.

E, a surpresa de uma jovem/filha com a multiplicidade possível de histórias:

Julia: Cheguei curiosa, como saí da última vez e fiquei mais sensibilizada por ouvir a história dos outros e não ter o que dizer. Não acho que tem uma fórmula, que tenha um... Acho que depende da finalidade de cada um. Pra mim foi fácil. Mas, às vezes é fácil e em outro momento fica pior. Não tem o que dizer. É um aprendizado realmente. Então, é mais sensibilizada.

No quarto encontro, o tema da convivência entre pais e filhos aparece intensamente. É o encontro em que a dinâmica consiste em relatar anonimamente uma situação para que outro sorteie e fale dela como se fosse sua, pensando em alternativas. Quase todas as situações versaram sobre algum conflito, dúvida ou dilema em relação a esse assunto. Isso gerou muitas conversas sobre aspectos diferentes dessa relação.

Selma conta sobre como foi a sua experiência de ficar sem a guarda dos filhos. Diferentemente de Angela isso aconteceu por uma mudança profissional pela qual ela optou.

Selma: No meu caso, eu fiquei seis anos fora do Rio, meus filhos não quiseram me acompanhar e quiseram ficar com o pai. Já estava separada, eu pagava a pensão alimentícia dos garotos e ele decidiu a escola que os meninos iriam estudar contra a minha decisão.

Francisco: Porque eles tinham idade para escolher?

Selma: Não, porque ele estava com as crianças.

Francisco: Não, mas eles tinham idade para escolher.

Selma: Não.

Nessa troca evidencia-se uma tensão em que Selma afirma sua autoria junto ao marido da decisão dos filhos permanecerem no Rio e Francisco, creditando tal fato a que as crianças teriam escolhido, e, portanto, seriam elas as autoras da decisão de não estar com a mãe. No entanto, apesar das decisões acordadas oficialmente, o “poder de quem fica com a criança” é grande independente se é pai ou mãe. Aqui se desafia de novo o senso comum da convivência entre pais e filhos em que mães sempre são mais próximas e pais mais afastados e surge o viés já relatado em alguns trabalhos sobre o poder do guardião, ou seja, a influência maior não está no gênero do progenitor, mas na convivência com quem reside com a criança, especialmente no caso da guarda unilateral (BRITO, 2008)

Marcio: Ele tinha a guarda?

Selma: Eles já estavam numa escola e ele tirou por conveniência para perto da casa dele. Então, já estava decidido na justiça que seria em comum acordo. Então, essas coisas mesmo decidindo no direito... Porque quem fica com a criança tem mais poder sobre a criança.

Francisco: Sem dúvida!

Selma: Não é porque a opinião do homem não é ouvida. É porque quem tá com a criança tem o poder...

Francisco: Mas, na maioria esmagadora dos casos é a mulher quem tem o poder.

Selma: Exatamente, mas no meu caso...

No encontro seguinte, Cristina comenta algo sobre a conversa acima, mantendo a oscilação sobre se é o gênero ou a proximidade que favorece a “manipulação” do filho.

Cristina: Achei bacana o que você (Selma) disse que a mulher manipula o filho... Acaba que quem está mais perto, convivendo mais, conta. Não importa se é o

homem ou a mulher... O fato de que é a mulher que está mais perto, acaba... Tem vários fatores porque isso acontece: disponibilidade da mulher, indisponibilidade do homem... Acaba que quem está mais à frente tem que resolver e acaba mudando...

Selma: E a opinião, nem sempre é a mesma do outro lado...

Cristina: Pois é!

Selma: às vezes não dá nem pra negociar. Às vezes os conflitos aparecem por causa disso aí...

Cristina: Mas, eu acho que deveria existir um reconhecimento de que mal ou bem, a mulher está ali à frente, geralmente a mulher está trabalhando. Estão todos trabalhando pela mesma causa né? Lógico que tem questões práticas, como por exemplo, morar perto da escola. Eu achei bacana porque eu nem tinha pensado nisso...

Selma: A distância idealiza um pouco. Quem tá lá no dia a dia, é diferente. É muito mais fácil ter a criança perto porque controla, sabe dizer o horário, mas até lá os conflitos já aconteceram...

De outra forma, os acordos feitos na Justiça, pela falta de diálogo, são valorizados por Mariana. Para ela, o acordo, termina com um terreno fértil para um conflito continuado sobre o tema:

Mariana – Na falta de comunicação, acho que tem que ter a mediação. Sem comunicação, não dá! Tem que ter o mínimo de comunicação para as pessoas exercerem essa maternidade, essa paternidade. Só que não existe mediação se os dois não quiserem. Os dois têm que querer fazer essa mediação. Então para a falta de comunicação, infelizmente é a justiça. Eu vivo numa situação que eu tenho que comunicar ao pai da minha filha as consultas (médicas). E eu comunico, ele vai. Quando ele não vai, ele liga para saber. Ele provavelmente pediu que constasse no acordo, eu aceitei e assim eu faço. E se não tem diálogo é tentar ter o juiz do lado. Os médicos da minha filha ligam para ele e dizem o que acontece. Então se não for através de uma conversa amigável, infelizmente é a justiça que ele já falou.

Ainda no mesmo encontro João lê uma situação em que a pergunta refere-se a como lidar com o pai dos seus filhos que tem a guarda deles e com quem a pessoa (mãe) tem uma relação de muita violência. Como os filhos são pequenos ainda, os pais acabam tendo que se ver no momento da “entrega” das crianças. Interessante que a discussão se dá entre os homens apenas, embora uma mulher tenha trazido a situação.

Marcio: Mas no caso ali do papel, a questão é ir acompanhado de uma terceira pessoa, uma segunda pessoa. Não um psicólogo ou supostamente sozinho. Seria o caso de ir acompanhado de uma pessoa.

João: A terceira pessoa é que pegaria os dois e entregaria.

Vários homens falam ao mesmo tempo.

João: É exatamente. Pra tentar neutralizar. É, encontrar um terceiro que fizesse o papel de apanha e entrega de tal modo que evitasse...

Maria Beatriz: De encontrar.

João, porém finaliza sua fala, relativizando as posições de “agressor” e “agressora”.

João: Para não encontrar o agressor ou a agressora porque cada um pensa que o outro é o que está fazendo o seu papel de agredir. O primeiro que fica obrigado a ceder, a entregar o filho para quem ele não quer. E a outra fica pensando que quer, precisa, tem que retirar de quem não quer entregar. Então a agressão, a palavra aqui, ela talvez não seja forte. Acho que talvez seja simplesmente dizendo que é a realidade.

No mesmo encontro Diego e Fernanda falam sobre a relação com o pai e de. Dois filhos agora, falando de seus pais:

Diego: A minha convivência com meu pai, após a separação deles, tornou-se muito complicada. Ele tem mania de querer as coisas da maneira dele e nunca ser flexível. Se algo que eu faço não sai como ele queria, é briga na certa. Eu e minha mãe nos damos melhor, antes e depois da separação. Por isso quando faço algum programa com ela, ele sente ciúmes e acaba brigando comigo de novo. E cada vez mais eu me afasto dele por culpa do meu trabalho e do dele. Quando nos vemos é uma briga só.

Fernanda: Na verdade, ele te fez, ele te viu nascer e você tem que conversar. Se não tiver coragem de falar ‘olha pai, a gente está se afastando, eu estou sofrendo, a gente vai acabar que um dia a gente vai perder o contato e um talvez vai ter mágoa do outro sem saber direito o porque e eu não quero que isso aconteça. Porque se a pessoa escreveu isso é porque incomoda, né? Para essa pessoa. Como eu não tive essa chance com meu pai, eu acho que a melhor coisa é você falar isso. Mesmo que você chore. É para essas coisas mesmo. É difícil você se abrir. Outro dia eu estava assim com a minha mãe também. Minha mãe me mandou e-mail dizendo que queria ser minha amiga. Pois é.

Ricardo: No Facebook?

Risos.

Fernanda – Não, foi pro meu e-mail mesmo. Então eu levei um susto porque a gente se vê toda terça e quinta, mas a gente tem uma relação profissional, na verdade. Mas eu amo ela, respeito ela, tentei me aproximar dela, mas ela passou por uma fase difícil que só pensou nela e eu também desisti. Cada uma desistiu. Só que agora ela quis se aproximar. Então o que eu fiz? Ela me escreveu um e-mail e eu queria falar com ela, não ia responder ao e-mail. Eu estou a fim de conversar e mandei um e-mail para ela respondendo. Eu fui sincera com ela. Eu falei com ela: olha, a gente não tem muito a ver. Desde criança eu não lembro de você sentada brincando comigo. Eu só lembro de você mandando, batendo, dando chilikie. E eu sei que você sofreu muito. Eu tenho isso, eu acho que tenho isso bem resolvido e, é claro, que amizade é uma coisa que se constrói. Não é assim. Ah, vamos ser amigas? Não é isso, mas eu tive medo até de magoar ela com a minha resposta. Mas eu tive que ser sincera com ela. Eu não ia falar: ah, tá bom e continuar uma coisa superficial. Eu falei: olha, isso é com o tempo. Só de você estar interessada já é uma coisa boa. Então você tem que fazer a mesma coisa com o seu pai: olha pai, você... Eu não tenho mais prazer em encontrar com você. A gente está se afastando. Toda vez que a gente se encontra, a gente briga. Eu quero me aproximar de você, mas você está me exigindo coisas que... Você quer do jeito que você quer. Eu sou um ser humano, eu sou diferente de você. E se você continuar assim a gente vai se separar. A gente vai se afastando, cada vez com menos intimidade, então é isso.

João e Fernanda começam a conversar sobre essa comunicação. João tenta ter um olhar de compreensão para a mãe de Fernanda. Ao final, ambos concluem que se não se consegue falar, pode-se usar outros tipos de comunicação, mas não é possível para ele a desistência da relação.

João: Fernanda, o que você falou funciona. Ela falou, mandou e-mail. O que tem que fazer é como ele não consegue falar com ele...

Fernanda: Escreve, manda uma carta.

João: Escreve e entrega. Porque, às vezes, é aquela história... Eu estou esperando a resposta... Porque ela não conseguiu.

Fernanda: É difícil.

João: Ela escreveu: eu quero ser sua amiga.

Marcio – Não conseguiu verbalizar.

João – Só que, porque ela não conseguiu falar isso para você? Porque é aquela história, não tem ainda amizade. Então ele (Diego) parece que ainda tem um pouco de confiança, mas está quebrando. Se ele não consegue falar, escreve tudo, bota num papel entrega para ele.

Maria Beatriz: Então seria abrir o jogo seja lá como fosse.

Várias pessoas falam juntas.

João: Se conseguir falar verbal, ótimo. Se não, bota no papel e deixa, como quem diz, deixa a casa arrumada.

Fernanda: É, mas é isso mesmo.

Dessa forma os participantes valorizam a ideia de que a convivência entre pais e filhos, cotidianamente, a participação de ambos nas atividades dos filhos é vista como um valor, mesmo com todos os conflitos, a direção que se busca é essa. A impossibilidade de cumprir essa expectativa, seja lá por que motivo for, é carregada de sofrimento, culpa e raiva. O casal pode se dissolver, mas a família não (THERY, 1998).

No mesmo exercício surge outra situação sobre o mesmo tema da convivência entre pais e filhos.

Marcia: (Lendo o problema que sorteou) O problema com relação (fala baixo e enrolado) é ser flexível com o pedido da outra parte ao passo de que nunca até o momento teve um pedido atendido. A outra parte fica pedindo para ser flexível, mas ela mesma não é. (Comentando) Trocar os dias de visitação, não trocar os dias de visitação e ter ou fazer vista surpresa para ganhar mais tempo de convívio. Visita surpresa é complicado. É aquela história do médico... E isso de combinar dia de visita, olha... O meu ex-marido mora lá em Mato Grosso. Eu adoraria poder ter isso, sabe? Essa convivência. Olha, eu moro com uma amiga e a filhinha dela e o ex-marido dela é assim tão legal. A menina fica segunda, terça e quarta com o pai, depois da escola, quarta fica com ela. Quarta, quinta e sexta. Final de semana alternado. Quando ele viaja: ah, pode ficar com ela? Se puder, tudo bem, senão fica com os avós. E acho isso tão importante. Conversar de que modo pode ser feito isso. A criança fica num jogo, manipula para lá. A criança sente essa enganação também, né? “Ah, minha mãe não quer que meu pai venha me visitar”. Ela sente por trás aquela coisa esquisita. Conversar é tão difícil. Conversar.

João e Rodrigo entram na conversa, se posicionando de forma mais dura com a mulher que “atrapalha” as visitas do pai. De alguma forma, posicionam o pai que relatou a situação como passivo e controlado pela mulher, por “ceder”. E, consideram que isso seria “abrir mão do filho”.

João: Olha isso daí que você está falando foi exatamente o tema da semana passada. Saber onde é que a gente para de ceder. Foi exatamente o tema da vez passada. Ele só cede e ela não quer abrir mão de nada. Esse é o problema da semana passada.

Pessoas falam juntas.

Rodrigo: Parece que a saída é também não ceder.

Marcio: Quem vai ser prejudicado, no caso?

Várias pessoas: O filho!

João Não, não. Acontece o seguinte, que se você começar a dizer que não vai ceder, ela vai ter que modificar.

Rodrigo: Vai ficar uma coisa mais equilibrada.

Eles falam juntos. E a discussão é se tentar mudar esse comportamento aumentaria ou diminuiria o conflito entre o pai e a mãe. E, como fica a criança no meio disso.

Rodrigo: Parece ser um espelho mais interessante para a criança do que um desequilíbrio completo. Se está incomodando a essa pessoa, esse pai, essa mãe, ele não está deixando esse encontro. Finca o pé e durma-se com esse barulho porque vai ter outros problemas dentro da relação. Mas esse do desequilíbrio não vai ter.

Assim, Rodrigo encerra a discussão. Assumindo que é melhor a “luta” pela maior convivência do que afastar-se para não ter conflito. É importante para o filho saber da vontade do pai de estar com ele, ainda que isso signifique conflito com a mãe. Um tema controverso. A literatura sobre divórcio aponta para o dano dos conflitos continuados entre pais para os filhos, por outro lado cada vez se valoriza mais a convivência dos dois pais como direito da criança e dos próprios pais. Assim, movimentos de pais separados como, por exemplo, a APASE³⁸ reivindicam isso, e a lei da Guarda Compartilhada (BRASIL, 2008) pretende que a esta modalidade de convivência entre pais e filhos seja a preferencial. Há inúmeros casos que aparecem

³⁸ www.apase.org.br

na mídia valorizando a posição daquele que usa todos os meios para estar com os filhos, ainda que esses meios alimentem e sejam alimentados por brigas judiciais que expõem todas as situações de muito sofrimento. São contradições e incoerências que surgem nos discursos sobre os temas relacionados com a convivência entre pais e filhos após o divórcio e sentidos que convivem contemporaneamente, ainda que antagônicos em alguns momentos. Por outro lado, surgem também alternativas em outras direções.

Fernanda: Com o amadurecimento talvez ele possa enxergar o pai como um ser humano que erra. E também vai se aproximar. Eu acho que o pai tem... Ele tem que saber que o pai vai sempre estar presente, mas não de uma forma que fique pressionando o filho. Porque isso gera mais... No aniversário ligar, mandar e-mail de vez em quando. Tentar, mas não numa coisa que sufoque. Que um dia o filho, se for uma coisa banal que aconteceu, o filho vai ver que o pai é um ser humano que nem ele, que erra e enfim, um dia até ele vai procurar o pai.

Márcia: acho que é por aí. Estou presente. A hora que você quiser...

Fernanda: É. Conte comigo. Ele vai saber que ele tem o pai ali. Se o pai deixar de procurar, ele vai voltar com: ó pai, você desistiu de me procurar.

Ainda no mesmo encontro, o valor da preservação dos filhos e novos termos que surgem conjugalidade e parentalidade, separados pelo divórcio:

Cristina: Não consegui separar a conjugalidade da parentalidade. Então assim, fiquei pensando nisso, na conjugalidade da dupla, o casal, do que existiria do casal para aquele ex-casal que tem que se relacionar por conta dos filhos. Eu acho que uma das coisas que eu vivi foi uma perplexidade com a esquizofrenia da separação na medida em que você escolhe a pessoa e tem projeto. De fato é uma questão que eu nunca parei para pensar desse jeito e eu não sei. Eu liguei um canal de alguma forma que eu falei, olha só, os meus filhos vão ser protegidos talvez porque eu lidei com uma situação de pais separados muito intensa e difícil. E eu tive que me proteger porque é cada um para um lado, de alguma forma. Um presente fisicamente, ausente emocionalmente. Outro ausente fisicamente, presente eventualmente. Eu acho assim, a necessidade de preservar as crianças e botar numa redoma nelas é um imperativo. Porque, de fato, elas não têm nada a ver com isso. Se tem, é alguma loucura dos pais porque não deve ter. Ou consequência de alguma coisa dos pais. Então para quem não consegue separar a conjugalidade da parentalidade, eu acho que tem que número um: pensar nas crianças, número dois:

pensar em si. E, a partir daí, o que de fato é importante, o que é essencial? O que essa relação me trazia de fato que fazia diferença na minha vida? E provavelmente um olhar mais apurado, certas coisas aqui você ia achar ótimas, valeu, mas eu não achei. Até amigos do casal eu comecei a olhar... Que isso contribui de fato? Era divertido tomar um chopp, mas não faz tanta diferença na minha vida assim. Talvez se eu der um tempo, num outro momento eu encontre e seja mais interessante do que vinha sendo. Então é isso. É perceber que é uma situação doida de fato, as crianças devem ser preservadas e começara abrir possibilidades para si. Eu acho que à medida que você olha para si, não só numa coisa egoísta, mas uma coisa de enfim, chegou o momento. Quem sou eu? A que vim nessa vida? Como eu posso contribuir e largar um pouco o outro, sabe? Deixa o outro seguir a vida. E em alguns momentos tem questões muito claras em relação às crianças e como casal acabou. Não tem mais casal. Talvez tenha uma nova relação. Se conseguir, se não conseguir, paciência. Vira a página! Acho que tem uma coisa muito prática, muito objetiva nisso de fato. E seguir a vida, entendeu? Vai encontrar outros parceiros ou não. Vai descobrir outras formas ou não de viver, de viajar, de não sei. É olhar para si. Eu acho que é isso.

Nessa fala Cristina mostra não só o valor da preservação dos filhos, mas conta o percurso e o exercício que fez com ela mesma para conseguir separar a relação do casal que termina com a dos pais com os filhos que precisa continuar. E, vai ficando cada vez mais forte a ideia de que os filhos devem ser estar “em primeiro lugar” a partir da separação dos pais.

No último encontro, na conversa sobre o que tocou cada um de forma particular, Mariana inicia uma conversa que torna visível que a forma como se lida com a convivência de mãe e pai com filhos após a separação ainda está carregada de conceitos e ideias que naturalizam a mulher como melhor para “ficar com os filhos”.

Mariana: Bom o que me tocou de forma especial foi um caso ou outro específico aqui. Uma pessoa principalmente. Porque a gente sempre acha que a nossa situação é a pior. Mas, a gente sempre vê situações de um ângulo ou outro piores. A dela (Monica) todo muito falou muito, mas acho que foi a única sessão que eu perdi. Eu confesso que eu não me lembro do caso dela. Mas, deve ter sido bem legal essa dinâmica que fizeram, enfim... Mas, especialmente (me tocou) o caso daquela que não tinha a guarda dos filhos.

Várias vozes: Angela.

Mariana: É uma coisa que mexe muito comigo. Eu acho que pra mim é o que pode haver de pior. Uma situação dessas.

Para Silvia também essa foi uma situação marcante e surpreendente:

Silvia: Uma coisa que me marcou muito foi a história da Angela que não tem a guarda dos filhos. Óbvio que você sabe que existem pessoas assim. Mas, eu nunca tinha conhecido nenhuma mulher que não tenha a guarda dos filhos.

Quando Silvia conta que é a primeira vez que conhece uma mulher que não tem a guarda dos filhos, evidencia como a situação ainda é rara no cotidiano de boa parte das pessoas. Especialmente se isso não foi uma escolha da mulher:

Selma: Eu sou a segunda!

Silvia: É! Mas é diferente.

Selma: Mas é uma situação totalmente diferente.

Todos falam ao mesmo tempo. A diferença que o grupo aponta é que Selma ficou longe dos filhos, por uma escolha profissional e, mesmo sendo difícil, isso era visto por ela e pelo pai dos filhos como melhor para eles. Portanto, nem uma escolha “egoísta”, nem a derrota em uma batalha. Nesse momento ninguém se lembrou, nem eu e talvez nem ela, que a filha de Monica havia ficado com o pai durante dois anos. Ao reler a transcrição percebi isso. De alguma forma, para todos no grupo, Monica não se posicionava dessa forma ou era posicionada assim pelos outros participantes. Sua história de luta para retomar o convívio com a filha e trazê-la de volta ao Rio, tornou-se, aparentemente, uma narrativa mais pregnante em nosso contexto.

Selma: Eu não sei nem o que dizer pra ela. Não sei como resolveria um negócio desses. É muito chocante, é muito doído.

Marcio: É, porque nas mesmas condições, o juiz vai dar sempre a guarda pra mãe. Entende?

Selma: Não.

Marcio: Nas mesmas condições. Você estava em uma situação diferente. Você ia viajar.

Rodrigo e vários falando ao mesmo tempo tentam argumentar que hoje não é mais tanto assim. A guarda é compartilhada. Mas, contra argumenta Marcio, com a mesma condição, o juiz em geral vai “preferir” a mãe.

Marcio: A guarda compartilhada é um meio termo, mas o pai ficar com a guarda, física, é bem mais difícil.

Rodrigo: Aí já é outra história. Vai depender das condições.

E Silvia, expressa como se sente, como mãe. Enquanto Marcio expressa como se sente como pai, diante dessa “realidade”.

Silvia: Mas, por ser mulher, eu acho que normal os filhos ficarem com a mãe.

Marcio: É um papel...

Silvia: Mas, a gente tá acostumada... Eu não sei nem quais foram os motivos, não sei qual foi o problema, mas me pareceu uma coisa assim tão doída...

Marcio: Pra nós pais, é doído. Assim como pra ela é, pra gente também é.

Selma: É porque a gente olha pelo lado da mulher.

Marcio: Eu sinto muita falta. Eu gostaria de ter a guarda do meu filho. Eu fico 8 dias por mês e ela 22.

Rodrigo: O que a gente tá falando, é que socialmente é usual, esperado.

Silvia: Então, eu fiquei com a sensação que foi uma decisão do juiz. Foi a sensação que eu tive. De não ter sido nada assim combinado. Mas uma coisa forte...

O juiz ter decidido “contra” a mulher, que é algo raro, é uma coisa forte, como diz Silvia, algo grave. E, como Angela, também por suas dificuldades com o tema, não comentou as razões pelas quais perdeu a guarda dos filhos, fica a dúvida do motivo, mas a certeza de que não “pode” ter sido algo banal. Marcio se inclui como pai, e de novo, aponta para que, independente de ser pai ou mãe, ficar mais distante do filho, sem querer, é sempre “muito doído”

Marcio: Alguém sempre vai ter essa sensação. Ou o pai ou a mãe. Só que o pai é quem sempre tem essa sensação. A mãe sempre tem a guarda. Então ela quebrou essa rotina, mas...

Mariana: A gente sempre escuta muito assim, há muito tempo atrás: só drogada e prostituída, né? Pra perder guarda de filho. Há muito pouco tempo atrás eu ouvi de um psiquiatra: Nem drogada e prostituída se consegue com essa facilidade. Então, não que eu tenha medo disso, mas nós mulheres, pode ser a coisa mais absurda do mundo, mas a gente tem... Tirando aquela fase em que o filho pode optar, é difícil pensar nisso. Trabalhar minha cabeça pra viver com essa possibilidade... Mas, a gente tá vendo que ela é uma pessoa normal... Não é drogada e prostituída...

Marcio: A Bom-Bom (Adriana Bom-Bom, dançarina em um grupo de pagode) perdeu a guarda das filhas...

Mariana: Que é quem?

Marcio e vários: A ex-mulher do Dudu Nobre (um cantor famoso de pagode).

Selma: O que é que ele não alegou né?

O medo das mulheres de “perder a guarda”, os motivos que podem levar a isso, ser “drogada e prostituída”, revelam como que, pelo menos no discurso presente ali no grupo, algo muito grave precisa acontecer para que alguém imagine a mãe perder a guarda. Ideia essa corroborada pela legislação modificada no Código Civil de 2002, que ligava a atribuição da guarda ao critério de falta conjugal (BRITO e GONSALVES, 2009). Embora a lei já tenha sido modificada mais de uma vez, ainda permanece nos discursos cotidianos. Porém, a situação de Angela, ainda que original para algumas das mulheres, leva Mariana a pensar que precisa rever a questão. Afinal, Angela, parecia bem “normal”, portanto essa narrativa sobre os motivos para que uma mulher perca a guarda dos filhos, pode ser ao menos questionada.

Rodrigo: A questão é que uma boa parte dos juízes está entendendo que, independente das condições do pai ou da mãe quem tem que ser privilegiada é a criança. Então, quando se fala em guarda compartilhada não se tá falando de privilegiar o pai ou a mãe. Dar direitos iguais pra pai e pra mãe. A teoria não é essa. A teoria é: o que é melhor pra criança? E, sem dúvida que é melhor pra criança que ela tenha pai e a mãe presentes e atuantes na vida dela. É nesse sentido que a jurisprudência tá caminhando. Não é todo mundo, não são todos os juízes, mas as coisas tão indo por aí. E, dentro dessa coisa de falar de multiplicar, esse é um tema que como multiplicador sobre esse tema, que as pessoas pensem sobre isso. As mães e os pais pensem sobre isso. Que não é uma questão de ah, eu vou ficar menos, mais. Temos vários casos aqui que a gente poderia refletir sobre esse tema, mas é melhor pra criança que ela tenha pai e mãe presentes. Igualmente presentes.

Mas, apesar do discurso alternativo que Rodrigo traz, ainda restam dúvidas, especialmente sobre a guarda compartilhada. E, outros sentidos vão surgindo a partir daí. Outras linhas de argumentação sobre as ideias, informações, mas também os sentimentos relativos à convivência entre pais e filhos. As premissas dizem que o melhor é que a criança tenha pai e mãe presentes e que é importante lutar, não só para garantir a convivência, mas também para garantir um

posicionamento como pai atuante, interessado e que faz questão dessa convivência e que, tal como a mãe, sofre por não tê-la. Mas também se discute: Será bom isso para a criança? Na literatura na área podemos ver várias posições sobre o assunto, incluindo que para a guarda compartilhada os pais devem ter uma relação harmônica, ou ao contrário, que essa modalidade de guarda é importante para a criança independente do relacionamento entre os pais. Além do tema que surge no trecho a seguir sobre se a mobilidade maior entre as duas casas é bom ou ruim para a criança (BRITO; GONSALVES, 2009).

Marcos: Me disseram que a guarda compartilhada causa uma certa confusão na cabeça da criança. Ela não sabe direito onde está nada.

Burburinho...

Rodrigo: Isso é outra coisa. Qual vai ser a rotina da criança é uma outra situação. O que é importante é que o poder pátrio seja compartilhado. Que o pai possa não ter um esquema... É quase um estranho! Quantas e quantas vezes a gente tem uma situação em que quem convive mais com a criança é o namorado ou o novo namorado da mãe. E não é por aí... Isso faz mal à criança! Isso que dá confusão na cabeça da criança. Imagina confusão maior do que essa de ter um pai ausente. Uma confusão danada. Tem mais uma outra coisa que é muito importante a respeito de poder pátrio e guarda compartilhada: é o fantasma ou o terror porque quem tem o poder pátrio, bota a criança em baixo do braço e vai morar em outra cidade. Nós tivemos aqui o caso do Francisco que foi literalmente o que a mulher fez! Pegou a criança num dia da escola e foi morar em São Paulo. Imagina isso, cara! De uma hora pra outra tu tá sem teu filho! Então essa questão da guarda compartilhada é muito séria nesse sentido também. Quando você não batalha por isso, você tá dando a possibilidade disso acontecer na sua vida. E aí, depois que acontecer, você vai dizer: Puxa vida! Porque que não fiz antes! Isso é muito importante das pessoas saberem e batalharem pelos seus filhos... Não pra você pai ou você mãe ficar com seus filhos, mas para o seu filho ter mãe e pai presente.

Selma traz outra linha narrativa, em que atribui a situação da guarda preferencialmente feminina, ao tipo de participação que os homens tinham no passado em relação a seus filhos e que, segundo sua experiência ainda se mantém em muitos casos, mas que ela percebe pela conversa no grupo que está mudando.

Selma: O que é interessante, considerando o que a Silvia tá falando é que durante muito tempo, a separação, os filhos ficavam com as mães porque os pais

não tavam nem aí! A disputa era de recursos financeiros. O cara dizia que não tinha dinheiro. Aí, a mãe criava o filho com a maior dificuldade e o pai ia fazer a vida dele... Arranjar um monte de filho e mulher. Não tava nem aí pros filhos que ele deixou pra trás. Com a valorização que os homens começaram a dar à paternidade, o que vocês contam é uma novidade do ponto de vista mesmo da experiência de quem tá se separando. Porque eu conheço um monte que se separou e não tá nem aí pros filhos! Não tem essa discussão de guarda compartilhada. O cara quer saber que não quer que tirem 30% do salário! Porque eu quero ter outra mulher e ter outro filho! E fica pra trás! Então a experiência que a gente tem dessa novidade, dessa preocupação, e esse direito que vocês trazem. Não, não, não! Eu sou pai e eu quero ficar com meu filho! É uma experiência nova, é super bacana! E ajuda a gente a repensar também, até pra quem é mais novo. Como o pessoal dos jovens. Uma coisa é você querer casar com alguém, outra coisa é você achar que, na sua falta aquela pessoa vai cuidar do seu filho. Isso é uma diferença enorme! Entre você casar e querer ter filho com aquela pessoa. Escolher o companheiro e o pai dos filhos. As pessoas deviam ser mais responsáveis na hora de decidir. Uma coisa é você estar apaixonada... Ter um filho com aquela pessoa é conexão pra vida inteira.

Marcio ainda lança outra discussão. Em sua esperança de que algum dia possa chegar a uma convivência mais tranquila com a mãe de seu filho, questiona se o conflito não é o que mantém unido o casal.

Marcio: Eu ouço esses depoimentos e espero um dia chegar nesse ponto de equilíbrio de ex-marido, ex-casal quando vai ser tranquilo. As coisas são cíclicas, anos passam e não sei exatamente o problema, mas se repete... Não consigo entender isso. Acaba que é o que une.

Que outras formas existirão de estar juntos cuidando dos filhos, quando não se está mais junto como casal? Essa é a grande questão de todos os participantes do grupo em relação a esse tema. E, acompanhando a conversa podemos observar vários discursos entrelaçados, em vários âmbitos diferentes, mas nunca estáticos. A partir da conversa, vão sendo agregados outros pontos, diferenças, aberturas para caminhos diversos, afirmando mais uma vez o grupo como uma prática discursiva.

8.8.8 Conversando sobre redes sociais

Durante o processo do grupo, esse tema foi tocado de diversas formas. A própria participação no grupo tem como resultado, se não como um dos objetivos, a criação, ativação e fortalecimento das redes sociais. Isso se dá tanto a partir de conversas espontâneas entre os participantes, como através de propostas que levantam o tema, refletindo sobre ele na vida de cada um. No quarto encontro, esse tema começa a tomar forma:

Rosana: Se alguém quiser falar alguma coisa de ecos do último encontro, alguma coisa que ficou na cabeça... Ou alguma coisa...

Emília: Eu aprendi uma coisa importante com o João. Da última vez ele falou assim que, desses impactos da separação, ele conversava muito com os amigos. E aí eu fiquei pensando quase que a semana inteira como eu lido com isso totalmente diferente. Porque eu acho que é um assunto assim tão da pessoa e você está tão mergulhado dentro do assunto que eu nunca conversei com ninguém. Quando eu decidi, nem o marido sabia, de tanto que eu ficava assim... Um carretel só comigo. Sabe? Eu pensava prós, contras, é isso, aquilo. Ficava assim eu mergulhada naquilo. Aí eu tive que decidir uma outra coisa que não tem nada a ver com isso, uma coisa administrativa, aí eu fui fazendo a mesma coisa. O carretel só comigo. Aí eu me lembrei dele e disse: ah, deixa eu consultar os universitários. Aí que veio ele. Aí ficou uma coisa mais leve que aí... Ouvei a opinião de um, de outro. Eu podia não estar pensando tudo, e aí ficou uma coisa mais suave. Aí obrigado!

Marcos traz outro aspecto da rede social pessoal, em outro ângulo, ao invés de apenas ser ajudado pelos amigos, ele também pôde ajudar um amigo a partir das conversas do grupo. Assim, as conversas do grupo se ampliam para criar outras possibilidades de diálogo com pessoas da rede pessoal dos participantes. São conversas que se desdobram em outras conversas.

Durante a dinâmica do quarto encontro, pensando em alternativas para os dilemas trazidos pelas pessoas no grupo, o tema de recorrer a outros quando você está em uma situação em que não encontra saídas se repetiu. Como pedido de socorro, ou “colocar a boca no trombone”:

Monica: Eu, por experiência, buscaria apoio na família, amigos, abria a história, procurar ajuda porque eu passei por uma situação assim e eu tive muito apoio da família.

Mulher não identificada: A sua?

Monica: É. Falar 'está acontecendo isso, está me pressionando, estou mal'. Tem que todo mundo saber. Se acontece alguma coisa... Ele fez isso, é?

Maria Beatriz: Acabou que é um trombone afetivo, né?

Em outro momento desse encontro, Julia traz sua preocupação com a mãe, que ficou muito sozinha depois da separação. Não têm amigas, ou namorado. Os participantes sugerem alternativas de reconstrução da rede após a separação:

Emilia: Uma coisa que a mãe também pode fazer é se atualizar. Entra no Facebook, vai fazendo uma rede de amigos.

Várias pessoas falam juntas.

Selma: Fazer atividades que mexam com música, dança de salão, por exemplo.

Emilia: Conhece um monte de gente.

Mariana: Tem esportes, vai correr.

E, de formas distintas, as sugestões para os dilemas dos outros sempre envolviam a ampliação das conversas, a inclusão de outras pessoas que pudessem ajudar, desde os amigos, a família, a Justiça, etc. Mas também surgem reflexões sobre a necessidade de se reposicionar em relação à rede após a separação, especialmente em relação à família extensa do ex-parceiro, um tema relevante nas separações e divórcios. Por exemplo, no exercício no quinto encontro em que se propõe aos participantes que preencham um mapa de redes (anexo). Surgem dúvidas quanto ao ex-parceiro, por exemplo:

Cristina: Ex marido fica aonde aqui (apontando para fora do mapa)?

Todos riem muito.

Maria Beatriz: Vocês que sabem...

Monica: Ah, não... Esse (o ex-marido) caiu da rede já!

Angela: Pois é, mas aí, eu fiz essa leitura: que a rede eram as pessoas a fim, que eu podia contar. Depois aqui no grupo a gente discutiu que a gente tem um vínculo com o ex por conta dos filhos. Então, eu vou ter que me relacionar com ele, ainda que contra a minha vontade. Ele faz parte da rede por necessidade... Não por uma coisa positiva... Não saberia onde colocar ele na rede. Claro que eu queria

colocar atrás da folha! (Risos) Eu botei bem longe assim, significando que ele vai continuar presente, mas como persona non grata... Não porque eu quero, mas pelo que ele faz... É alguém que eu não gostaria de contar eu não sei como seria essa receptividade. Não sei como seria se precisasse, se ficasse doente, enfim...

Selma: Já no meu caso, eu coloco meu ex-marido e conto com ele. Tenho certeza que se eu faltar, ele vai dar, já dá apoio aos meninos e tal. Eu conto mesmo.

Silvia: Posso falar... A gente tava falando de ex e tal... Eu acho que mesmo se não tivesse filhos, acho que ele faria parte da minha rede... Acho que eu poderia contar com ele...

Marcos: Só como amigo né?!

Silvia: É, só!

Mas, além do ex-marido, existe a rede ligada a ele e a re-negociação das relações e os novos significados delas, novos posicionamentos em relação às famílias extensas do ex-parceiro que vão surgindo após a separação:

Cristina: Olha só, esse tema fui eu que coloquei e tinha uma proximidade... Eu tinha uma proximidade, é uma família muito presente a do outro. Demandante, tem questões familiares, tem uma energia dentro daquela família e eu tenho certeza que a separação impacta. Impacta na relação dos primos. Na verdade, não ter sido tão... Não era tão forte, tão presente, tantos programas, mas tem uma coisa de desejo e disponibilidade de poder ligar a qualquer momento. Agora não acontece mais. E agora, claramente, eu ponho as minhas regras muito firmes. Antes eu era muito mais à mercê do que 'qual era o programa'? Ah, vamos lá porque todos vão... Agora eu falo: olha só, não. Entendeu? E o (ser) mazinha tem a ver com isso. Eu cheguei, eu vi, escrevi o papel. Para mim era... Claramente era isso. Como lidar com a ex sogra? Que é uma figura, entendeu, de todos. Nesse sentido é muito bom; ex-sogra, eu falo: é assim, a regra é essa.

E adiante, novas transformações na rede significativa, com a chegada dos novos parceiros:

Selma: É um constrangimento, mesmo que esteja tudo bem, quando entra uma terceira pessoa, é um constrangimento na família. Então, quais os espaços são relevantes para as crianças estarem naquele momento? É abrir mão. Um ano tem, sei lá. Cinquenta e dois finais de semana. Não vai ser isso, né? E respeitar. E com o tempo o afastamento acontece. Você vai encontrar em outros espaços. Mas com o tempo, esse afastamento da outra família é natural que aconteça porque os

interesses passam a ser outros. Se está casada novamente, é uma outra família que está presente ali. Não é um espaço, não é tranquilo essa convivência por tanto tempo.

Rosana: Mas você está falando da convivência da ex?

Selma: É, porque nessa situação ainda não tem uma terceira (pessoa). Ainda é como separada que eu convivo com a família do meu ex. Nesse momento ainda dá por que...

Nesses trechos da conversa fica clara a tarefa de se reconfigurar as fronteiras, as membranas relacionais entre as pessoas da família extensa, das famílias de origem de cada ex-cônjuge e mesmo fora dela:

Rodrigo: Eu acho que a gente falou de muitos problemas que se resumiam a dois ou três. Eu diria que é uma interseção bastante grande, pegava esse último caso aí, que é uma visão de espaço. Outra vez a gente falou dos valores do tempo, dessa vez me pareceu que o tema que foi recorrente é espaço. O espaço do enteado, o espaço do pai, o espaço do filho. Criar um espaço seja para o e-mail, criar um espaço seja na justiça, o espaço da visitação ou mesmo a exceção desse espaço. Me parece assim, bastante clara essa... Que isso é necessário. E aí vem um suporte que pode ter. É do juiz, é do mediador, é a família, a família estendida, da casa, do Facebook. Seja lá o que for...

E, o efeito desse olhar reflexivo para a rede, reverbera na conversa após o exercício. As pessoas parecem ir adquirindo a consciência da constituição e plasticidade da rede, dos inúmeros significados que ela assume e de seu movimento ao longo da vida de alguém. A partir da conversa novos sentidos não só para a palavra, mas para a experiência de viver em redes emergem, ampliando, digamos assim, o conceito de rede para os participantes:

Rodrigo: Achei o exercício interessante. Primeiro eu achei que minha rede era muito fraca. Fui botar no papel e falei: Caramba! Pensei que fosse mais forte. Me chamou atenção a “reformidade”. Como gente que era nevrálgica na minha vida, ponto central, não é mais. Minha ex-mulher, meu... Filho. Nossa! Quase falei meu ex-filho... (se emociona), mas não é não... É meu filho! Eram pessoas que eu via todos os dias, o dia inteiro, vivia pra eles. Vivia com eles e eles a mesma coisa pra mim, e hoje não fazem mais. Eu coloquei na minha rede, mas fora. Geograficamente mais fora. E, por outro lado, entraram, na coisa mais presencial pessoas que não são íntimas, mas que estão bastante presentes. Pessoas com quem eu faço

atividade física junto vejo dias, três vezes por semana. Então, me chamou atenção essa plasticidade. E foi legal ver que eu tenho essas pessoas hoje, porque me seguram. Pessoas que eu conto. Conto pra ver, pra sair, para ir a um aniversário, o outro chama para outra coisa, batizado, enterro, tudo! Você acaba vendo as pessoas e mal ou bem conta e faz parte da rede. Isso me chamou muito a atenção.

Cristina: Essa constatação de (a rede) ser uma coisa móvel. À medida que o casamento de desfez, o grupo... Essas pessoas eu coloquei mais afastadas. Minha vida ficou bem mais rica.

Rosana: O que a gente vai vendo é que a separação bagunça a rede.

Francisco: Às vezes a gente descobre que gostava mais da rede do que da própria pessoa.

Um pouco mais adiante na conversa desse mesmo encontro Francisco comenta sobre a mobilidade da rede ao longo do tempo:

Francisco: Eu suspeitava disso (que as pessoas tem lugares diferentes na rede)... Tem pessoas que fazem parte constantemente, mas que não necessariamente são pessoas que você pode contar. Família, principalmente. Agora, esse exercício é dinâmico. Se você fizer em outro momento vai dar tudo diferente. Tem pessoas que são fundamentais em algum momento, podem não ter intimidade, mas que se tornam muito importantes... E que talvez por não te conhecerem a fundo, dependendo do momento contribuem muito. Talvez porque não vão ter tanto problema de falar certas coisas. E às vezes, só depois é que você vai perceber como aquela pessoa foi importante. Eu acho que é bom estar receptivo, porque você pode não dar valor a certas pessoas... Que têm.

Rodrigo: Isso tá acontecendo comigo nesse meu novo trabalho de consultoria. Às vezes eu fico seis meses enfiado em um projeto e vejo a pessoa 12 horas por dia durante seis meses. Você pega uma intimidade com a pessoa que às vezes você não tem com seu irmão porque você não vai ligar pro seu irmão pra falar e o cara tá ali no café e depois acaba o projeto e eu nunca mais vejo essa pessoa. Ela vai pra São Paulo, eu vou pra outro projeto. E eu tô reencontrando essas pessoas no Facebook. Tá sendo muito legal! Muito rico! Tá sendo fortalecedor da minha rede de uma forma incrível. E isso por conta de ser mais receptivo, que nem sempre sou no trabalho. Mas acho importante isso que você falou de dar espaço para as pessoas.

A partir dessas reflexões alguns participantes identificam necessidades novas ou, pelo menos mais claras, sobre sua vida de relações:

Clara: Vou pegar o gancho aqui, porque tem gente muito próxima. Mas eu senti falta dessas coisas de ter gente para contatos mais esporádicos, atividade física, grupos. Isso é que faz você conhecer gente nova. E, para mim, isso é que falta. Gente íntima, muito perto, tem muito. Mas, essa coisa mais social, não tem. Eu não tenho família perto, nem amigos de escola, faculdade. Está tudo no sul... Faz falta gente nova. Vou inventar um negócio desses pra mim.

Assim como outras pessoas trazem aspectos que, até mesmo, culturalmente ficam invisíveis e que se visibilizam a partir da dinâmica, como por exemplo, a empregada doméstica lembrada por Diego:

Diego: Curioso, acho que ninguém falou disso... Que é a pessoa que trabalha na minha casa, é a pessoa que eu posso contar mais que minha mãe. Eu coloquei e sublinhei.

E outros profissionais de cuidado que também são vistos como parte da rede:

Rodrigo: Diego falou uma coisa e no grupo a gente também falou. Na minha casa também tem uma pessoa... Queria falar da relação profissional com as terapeutas. São pessoas que a gente pode contar. Eu coloquei na minha rede a gente (referindo-se ao grupo).

Diego: Então me adiciona no Facebook.

Todos riem.

João: Eu tenho três médicos que são necessários, indispensáveis.... Conheço há anos...

Rosana: Mais alguém?

Marcos: Gostei do que ela falou de ampliar os horizontes, fazer um curso.

Monica: Quero reafirmar que eu também coloquei o grupo. (Outros falam que também colocaram o grupo como fazendo parte da rede).

Clara: Queria falar que coloquei a relação com os médicos, a minha terapeuta.

As redes e com quem contamos e para que, inclui assim um repertório de relações variado e alternativas para momentos e necessidades distintas. A conversa sobre o tema é rica e o significado de “redes sociais” vai se desdobrando, ampliando e ganhando um movimento. À medida que alguém fala, ocorre algo a outro, que ao mesmo tempo é uma resposta, mas também é mais do que uma resposta simplesmente, é evocado pelo enunciado do outro. São ressonâncias e novidades (SHOTTER, 1993; BAKHTIN, 1986). Ao final, não há um significado mais importante

ou um consenso sobre o conceito ou sobre o tema, mas variações sobre ele, trazendo toda a riqueza desse processo de uma conversação dialógica em que, como atesta Sampson (1993), todos os participantes se sentem beneficiados do encontro com o outro.

Ao final um pedido:

Rodrigo: Eu quero falar para a Rosana. Eu penso que, respeitando a ética devíamos fazer alguma coisa para manter essa rede aqui.

Em vários momentos do grupo, o Facebook aparece como um importante elemento para a construção ou manutenção de redes sociais. Sempre é mencionado como recurso, evidenciando o poder da tecnologia e a inserção de novas formas de se pensar e conceber as relações e as próprias redes. A partir desse encontro, vários participantes tornaram-se amigos no Facebook, o que ajudou a manterem contato até agora.

Em um encontro mais adiante, Angela traz a reflexão que fez sobre o trabalho com as redes, expressando que o tema reverberou e trouxe questionamentos novos, ou, pelo menos, de outro ângulo. A voz dos pares no grupo tem um papel importante na reflexão:

Angela: Outra questão que tenho pensado bastante são as redes sociais que a gente trabalhou e fiquei olhando como é que tudo isso, como a Cristina estava falando, eu vivo isso intensamente. Então, esse olhar pra dentro, pro processo de separação, litígio, todas essas coisas me fizeram... Eu me fechei demais! Eu me fechei numa redoma. Embora eu me comunique com as pessoas, por e-mail, etc., isso foi cada vez mais se distanciando, me distanciando... Quando a gente fez o exercício, fiquei pensando: olha o tamanho da minha rede! Aí fiquei fazendo um exercício pra ver se ampliava a rede. Como é que era isso? E, muito o que ela falava (para Rosana), como são as redes que a gente acessa. Eu tenho me preocupado com isso. Fazer esse movimento tá me custando! Participar desse grupo foi um movimento que eu fiz de sair. Pra começar a aprender a sair disso. E outros grupos. Pra poder fazer esse movimento e deixar de ter isso (o divórcio) como foco principal da vida. Mas, é um caminho...

Na fala de Angela se evidencia o grupo como uma rede, não só como um espaço de conversa sobre um tema, mas um espaço de pertinência e de construção de relações de suporte.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONVITE PARA DIÁLOGOS

O resultado deste trabalho é um tecido cujos fios são minhas origens, tradições profissionais e pessoais e as transformações que vivi no período em que o realizei. Cheguei ao doutorado uma bagagem de 30 anos de estrada como terapeuta de família, docente e facilitadora de grupos. Durante o doutorado pude entrar em contato com outros campos de conhecimento como a psicologia social, a sociologia e antropologia, entre outros, que ampliaram muito minha visão sobre a forma como vivemos em família e em sociedade, me proporcionando uma contextualização mais complexa para minha prática e maior consistência nas relações teórico-práticas. Aprender é um trabalho feito a muitas mãos. O coletivo e individual, em ação conjunta, são linhas do tecido do conhecer. Isso se contrapõe à noção de conhecimento individual presente na ciência, assim como à dicotomia indivíduo-sociedade. Podemos perceber, atualmente, através das redes sociais e da forma como inevitavelmente estamos interconectados, um movimento crescente de ações coletivas que andam na contracorrente do individualismo contemporâneo. Surgem no cenário social novas formas e oportunidades de participação. Tanto o construcionismo social como o trabalho com grupos inspirado nele, são alternativas críticas a um individualismo monológico e propõem alternativas dialógicas para pensar o eu, o conhecimento e a produção de realidades (SAMPSON, 1993; GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007; GERGEN, 1994b; MCNAMEE, 2001; SHOTTER, 2008).

Não pretendo com isso, demonizar o indivíduo, ou substituir uma concepção por outra que considere mais verdadeira. Imagino que a reflexão realizada neste trabalho, articulada à prática oferece alternativas à visão individualista que reina como dominante e única (MCNAMEE, 2001). A possibilidade de questionar essa concepção de indivíduo significa buscar descrições múltiplas além de abrir espaço para a possibilidade de formas variadas de subjetividade. Da mesma maneira o grupo não é a panaceia para todos os males sociais e psicológicos nem o único caminho para alcançar mudanças significativas socialmente. Porém, é um recurso que pode ser muito mais explorado do que tem sido, pois, mesmo nos contextos onde o trabalho em grupos tem sido realizado, como a Saúde Pública, ele o é em proporção muito menor do que os atendimentos individuais. Além disso, a própria

população busca mais o atendimento individual (RASERA; ROCHA, 2010), formando um círculo vicioso. Em muitos trabalhos feitos com grupo o repertório dos profissionais ainda está identificado com as terapias ou atendimento individuais (BARROS, 2007; RASERA; ROCHA, 2010). Segundo Rasera e Rocha (2010, p.43) “Desta forma, tais repertórios não contemplam as ações voltadas aos grupos, organizações, equipes e comunidades”, estando o foco da prática grupal voltada para o cuidado com o indivíduo. A referência para a prática grupal, especialmente na área da saúde, é o *setting* e os objetivos da terapia individual. Assim, o desenvolvimento de métodos, a criação de práticas que tenham por base a produção coletiva de sentidos ainda permanece em um lugar menos valorizado. É necessário, portanto, que se desenvolvam práticas, teorias da prática e reflexões que possam tornar mais visíveis os trabalhos grupais, de forma geral, e incentivem a criação de outros, que sustentem e sejam sustentados por outras concepções de indivíduo e mudança.

Famílias, casais, e separações, temas de nosso cotidiano, também podem ter inúmeras descrições e através da conversação adquirir sentidos múltiplos e originais. A possibilidade de espaços de conversa sobre divórcio pode gerar mais recursos para as pessoas que vivem essa situação em suas vidas.

Os diálogos em grupo podem promover uma articulação entre o micro e o macrossocial, contribuindo para a produção de sentidos tanto no cotidiano como nas linguagens chamadas científicas. Segundo Guanaes (2006, p.273), “a perspectiva construcionista social nos convida a perceber o quanto nossas conversas são influenciadas e dependentes de outros”, presentes no momento da conversação, ou em vozes e discursos sociais que fazem parte de nossa história de participação em outros contextos de conversa. As práticas grupais podem ser uma forma de visibilizar esses aspectos, colocando em foco as relações e o processo conversacional.

Foi na prática com o grupo que esse trabalho tomou forma. Foi durante os dez encontros que ele se concretizou, na vivência com os participantes, nas conversas com a equipe e nos infinitos diálogos internos gerados pelo mergulho posterior no *corpus* da pesquisa. Estar no grupo foi uma experiência intensa e muito estimulante. Estar com o grupo, através dos relatos dos encontros, durante a etapa de articulação e análise do processo conversacional foi tão marcante quanto estar

na presença de todos. Todo o percurso foi de um aprendizado que eu não poderia antever ao delinear o projeto de pesquisa.

O trabalho no grupo pretendia investigar se a diferença, especialmente aquela relacionada com o posicionamento (DAVIES; HARRÉ, 1990; HARRÉ; VAN LANGENHOVEN, 1999) dos participantes como mães, pais e filhos poderia ser uma ferramenta útil na desconstrução e produção de novos sentidos. Ou seja, pretendia ir além da potência das identificações e semelhanças, que geram acolhimento e um sentido de estar acompanhado (RAPIZO et al., 2009). Logo percebi a complexidade de se pensar em posicionamentos. Não estamos falando de uma propriedade do indivíduo, mas de algo dinâmico (DAVIES; HARRÉ, 1990). Cada um ocupa vários posicionamentos entrelaçados em uma conversa. Ora sobressaem-se uns, ora outros. Além disso, posições em um diálogo são negociadas, propostas, aceitas e recusadas ou mesmo resistidas. Pudemos acompanhar essa dança em relação ao gênero, aos lugares na família, quando mulheres se expressavam a partir do lugar de filhas de pais separados e não como mães. Pudemos acompanhar as relações amorosas de Diego que assumia o lugar de parceiro amoroso em alguns diálogos aproveitando as conversas “dos adultos” para pensar e agir em relação a seus namoros. As mães e os pais, em grande parte das conversas, falavam da posição de homens e mulheres feridos em suas expectativas. Eram vítimas de outros aos quais posicionavam como algozes. Assim, distinguir posições de uma pessoa ou outra é sempre uma redução da complexidade da situação. As pessoas em uma conversa, interagindo com outras, assumem diversas posições entre aquelas disponíveis no contexto. As situações de divórcio, o gênero, assim como as histórias pessoais de cada um disponibilizam uma série de posições que são constituintes das identidades, no seu sentido dinâmico e instável. Dessa forma podemos entender o eu como uma produção discursiva (DAVIES; HARRÉ, 1990).

Em vários momentos pudemos escutar falas que afirmavam que poder ouvir enunciados de posições distintas, geravam movimento. Esse movimento não significa, necessariamente, que a pessoa teve novas ideias, ou atribuiu novos significados às situações ou palavras. Podemos, seguindo Shotter (SHOTTER, 2008), observar que as conversas “moviam” as pessoas, trazendo novos âmbitos de ação para elas, novas possibilidades que elas arriscavam. Assim, por exemplo, pudemos acompanhar Monica, que ao ouvir as várias vozes que representavam imaginariamente seu ex-marido relata que isso contribuiu para que ela se

propusesse a novas ações em relação a ele e à filha. Pudemos acompanhar a curiosidade de pais e filhos sobre como é que pensam os outros. “*Como pensam os homens?*”, queriam saber as mulheres? “*Como pensam os pais e mães?*”, queriam saber os filhos. “*Como vivem a separação?*” queriam saber os pais e mães sobre os filhos. Aí, a curiosidade era movida pelo diferente, pelo que não conhecendo, apenas podiam imaginar. E, ao ouvir uns aos outros podemos, de novo, imaginar, que meu pai ou mãe ou filho trilhe caminhos semelhantes. Podemos humanizar esse outro, que nas situações de divórcio transforma-se de íntimo e amado, em desconhecido e ameaçador. Na condução do grupo, nos convites para as dinâmicas, propúnhamos formas de conversa em que essa curiosidade era aproveitada. Sugeríamos que expressassem sua curiosidade. Mudamos várias vezes os cenários e os parceiros de conversa, para que as oportunidades de contato com a diferença surgissem. Na primeira pergunta da avaliação no décimo encontro, sobre qual a diferença fez participar do grupo, algumas pessoas mencionam a diferença entre as pessoas e, especialmente Marcos, Selma, Diego e Fernanda mencionam a importância de conseguir ver as situações de outros pontos de vista. Em trabalhos anteriores, já havíamos realizado encontros em que estavam presentes mães, homens e jovens (RAPIZO et al., 2009). E, o impacto desses momentos para os participantes foi uma das motivações para esse trabalho. No entanto, o meu foco como pesquisadora na diferença e, conseqüentemente o da equipe de facilitação neste tema, trouxe uma intensidade nova para a experiência. A valorização de estar em um grupo, com pessoas que haviam vivido experiências diferentes sobre situações semelhantes, era o ponto de partida para a criação de um contexto onde se podia conviver com vários sentidos e discursos. Isso esteve presente desde o início na divulgação do grupo e no primeiro encontro, na elaboração do acordo de convivência entre os participantes. Acredito que esse contexto favorecia uma atitude colaborativa entre as pessoas. Quando pessoas vivendo os conflitos de uma separação recorrem à terapia, à mediação ou atendem a audiências, estão munidas de suas convicções, e buscando seus direitos. Preparam-se para atacar, antagonizar e defender-se dos esperados ataques alheios, muitas vezes antagonizando e atacando também. Cada um quer provar a sua razão. A forma como os contextos estão desenhados e institucionalizados geram expectativas de comportamento para si e para os outros. Isso não significa que, no decorrer do trabalho nesses contextos essa disposição não se modifique e as pessoas possam

estabelecer diálogos produtivos para sua situação. No entanto, no contexto do grupo, a proposta era outra: estabelecer uma conversação, com outros desconhecidos, com os quais não havia relações prévias, mas curiosidade, como as entrevistas já evidenciavam. Assim, era um contexto propício para um diálogo. De acordo com a definição de Sampson (1993, p. 14), um diálogo genuíno “requer que existam duas presenças separadas, cada uma trazendo seu próprio ponto de vista”, expressando sua própria e particular singularidade. “Celebrar o outro”, portanto, é um convite a este tipo de diálogo.

Gostaria também de discutir outros aspectos relacionados a essa questão. Em primeiro lugar, apesar do objetivo de ressaltar as diferenças no trabalho, as semelhanças e identificações continuaram tendo seu lugar como um dos motivos pelos quais as pessoas participam e se sentem beneficiadas no grupo. A identificação não tem necessariamente a ver com a experiência semelhante ou com uma pretensa homogeneidade entre as pessoas, relaciona-se com um sentimento de fazer parte, não necessariamente do grupo “real” que está acontecendo. Traz um sentido de pertencimento, de não estar sozinho. Segundo Rasera e Japur (RASERA; JAPUR, 2003, p. 60), em pesquisa sobre o tema da construção da homogeneidade entre os participantes de um grupo, observaram que ela “se construiu a partir da semelhança dos relatos, das experiências vividas, das dúvidas e sofrimentos em um processo de apoio mútuo”.

Assim, os participantes do grupo relataram benefícios tanto pelas diferenças de posicionamento quanto por encontrarem pessoas em posições equivalentes ou semelhantes. A identificação se dava não só por ser pai ou mãe ou filho, mas também por ter problemas com os filhos, ter uma relação conflituosa com o ex-parceiro, sentir-se alijado do contato com os filhos. Assim, é em um jogo entre identificações e curiosidade pelo outro/diferente que se dá o trabalho do grupo. E, apesar das ferramentas usadas para estimular determinados tipos de conversa terem seu papel, até determinantes em algumas oportunidades, esse jogo pode se dar espontaneamente pelo simples fato de que as pessoas estabelecem um diálogo. Lembrando a ideia de Shotter (SHOTTER, 2008) que um diálogo implica em entreter várias ideias simultaneamente, a construção de um contexto que permita o diálogo, provavelmente, vai propiciar um encontro entre as identificações e diferenças entre as pessoas. O que distinguiu esse trabalho foi a intenção de incrementar as possibilidades de contato com as diferenças entre as posições assumidas em

relação ao divórcio na família. O que, provavelmente, seria diferente se os participantes do grupo vivessem uma situação que não gerasse o tipo de conflito e disputas que ocorre como desdobramento das separações conjugais. Porém, talvez, sem as identificações possíveis entre os participantes, a construção de um contexto dialógico e colaborativo não se daria da mesma forma.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar é que em algumas ocasiões a diferença pode ser vivida como dolorosa, ainda que não ameaçadora, como no caso de Angela. O fato de que ela não morava com os filhos e, principalmente porque isso se deu contra a sua vontade, em uma resolução judicial, foi uma das situações que trouxe para a conversa, mais intensamente, as linguagens sociais sobre o tema. Por um lado, houve a dificuldade inicial de Angela, que a motivou a procurar uma conversa individual que a reassegurasse de sua pertinência ao grupo. Por outro lado, as falas de algumas participantes mostravam surpresa e um misto de admiração e curiosidade pela situação de Angela, assim como a sensação de incapacidade que imaginavam para lidar com a situação dela. Para Silvia, por exemplo, era a primeira vez que conhecia alguém que vivia essa situação, corroborando a presença ainda presente da guarda materna como a mais usual e esperada socialmente.

Como em outras conversas, são muitos os aspectos. Nesse caso, a conversa, tanto revela as linguagens sociais estabelecidas, como dá a oportunidade para desnaturalizá-las. A observação de Mariana de que Angela não cumpria os requisitos imaginados para “perder a guarda” dos filhos – ser “drogada e prostituída” – de que ela era uma pessoa “normal” e com a qual podia se identificar em outros aspectos, gerou reflexão para ela e para as outras, até mesmo para Selma que já havia em outra situação morado longe dos filhos, mas não podia imaginar como seria isso, se a situação fosse à sua revelia. A conversa sobre esse tema era tão difícil que, a maior parte dela, se deu no encontro em que Angela não estava presente. Aqui fica clara a força dos esquemas de institucionalização de certas realidades. Tais esquemas tornam-se “habituais com o decorrer das gerações e, como hábitos, adquirem autonomia e institucionalizam-se” (SPINK, 2004a, p. 25). No entanto, nas interações criamos espaço para novas construções. Para Spink (2004a), é necessário um trabalho de desconstrução ou “reflexão que possibilita uma desfamiliarização com construções conceituais que se transformaram em

crenças” (SPINK, 2004a, p. 27) e, assim, colocam-se como grandes obstáculos para que outras possam ser construídas.

A entrada dos homens nessa conversa e a afirmação de que o que Angela vivia era o mesmo que eles viviam, pôde contribuir para a compreensão da situação da convivência entre pais e filhos de outra forma. Ao se posicionarem como vivendo “a mesma coisa” que Angela, desafiaram um pré-conceito de que para eles também era “natural” a mãe permanecer com os filhos. Os homens durante todo o tempo do grupo se mostraram muito empenhados em estar próximos dos filhos, valorizando a convivência e a participação nas decisões e no cotidiano deles. Isso surpreendeu algumas mulheres que, como mães ou como filhas, tinham uma imagem diferente da participação do homem separado na vida dos filhos. Tais crenças, sedimentadas ao longo de muito tempo nos repertórios linguísticos de nossa cultura, não se transformam rapidamente. No entanto, as conversas ocorridas no grupo, podem ter gerado pequenos pontos de dúvida a respeito de formas tão arraigadas de pensar. Mesmo criando novas construções, as “anteriores ficam impregnadas nos artefatos da cultura, constituindo o acervo de repertórios interpretativos disponíveis para dar sentido ao mundo” (SPINK, 2004a, p. 27). Assim, convivem novos e antigos conteúdos e ressignificam-se continuamente as teorias em uso.

Chamei a atenção para as conversas que giraram em torno do tema da convivência de pais, mãe e filhos separados para apontar que diferenças, por vezes, implicam em tensão, ou seja, tanto os participantes como as facilitadoras estão lidando com as tensões existentes entre as pessoas e seus posicionamentos distintos em cada história. Diálogos e contextos colaborativos não querem dizer ausência de tensão, de discordância ou de conflitos (STEWART; ZEDIKER, 2000), mas da possibilidade de, na presença destes, a conversa encontrar caminhos para continuar.

Outro foco proposto para observação era se as conversas do grupo influenciavam conversas fora do grupo e como isso se dava. Este foco remete à ideia do grupo como recurso discursivo (GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007), assim como à ideia do grupo como um espaço de conversas que contribuiria, no caso específico desta pesquisa, para a redução de conflitos. Neste sentido, o grupo enquadra-se em um contexto dialógico e não em um contexto para o debate de ideias. Segundo Becker, Chasin et al (1992), no debate as pessoas ouvem para refutar umas às outras, sendo as perguntas desafios retóricos ou afirmações

disfarçadas, enquanto no diálogo a atmosfera é de segurança e as pessoas falam desde sua singularidade, umas *com* as outras. Desta forma, os participantes expressam incertezas, tanto como crenças profundamente arraigadas.

Diferentemente da mediação ou das terapias de família e casal que ocorrem após um divórcio em que os participantes são membros da mesma família, para o grupo cada um traz uma família diferente, uma história distinta e diversos tipos de conflito em conteúdo e intensidade. Aparecem no grupo as diversas formas como as pessoas vêm tentando lidar com eles, sendo que a maioria relata uma sensação de que está diante de um “beco sem saída”, como Monica ao relatar sua história sobre o pai de sua filha. Não sabem que movimentos podem ter, como podem melhorar a situação, ou mesmo revertê-la em seu benefício. Quando escolhi os percursos de Marcos e Monica para destacar foi por considerar claro em suas falas, como atribuíram ao grupo grande parte das mudanças que promoveram em suas relações com os ex-cônjuges. No entanto, outros participantes como Rodrigo e Cristina, também se referem a tentativas de “fazer diferente” e outros, ainda que não consigam, como é o caso de Angela ou Marcio, se implicam de outras formas na situação que vivem. Diego também relata aprender com as conversas do grupo e usar em seus namoros e separações e nas conversas com seu pai. Agora, dizem, por exemplo, Marcos e Diego podem, ao menos, tentar entender melhor o “outro lado”.

Explorar a multiplicidade de possibilidades nas experiências de cada um levou a caminhos muito diferentes no grupo. Neste tipo de abordagem não se busca o consenso ou homogeneidade. Assim, temas como as “perdas e ganhos” que surgem espontaneamente na voz de Rodrigo ou provocados pelas dinâmicas com perguntas como: “*do que você se orgulha no processo da separação?*” proporcionam um olhar apreciativo (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006) para o processo. Não se trata como adverte Pakman de uma “fobia à infelicidade” (PAKMAN, 1995), nem mesmo de uma ingenuidade que assuma que sempre há alguma coisa boa a se tirar das situações ruins, mas de, ao mesmo tempo em que se reconhece o sofrimento, reconhecer também os recursos das pessoas que, muitas vezes, estão invisíveis. Com isso evitamos a linguagem do déficit e como relatado em outro trabalho, através da fala de uma participante, conseguimos não ficar “*retidas na dor*” e “*transitar por vários sentimentos*” (RAPIZO et al., 2009). Mas, em outro viés, conhecer experiências diferentes pode relativizar a sua. Como diz Rodrigo as pessoas podem descobrir que

“a grama do vizinho é menos verde”. Esse também é um efeito conhecido nos grupos em que diferentemente de achar que o seu problema é pior do que o de todos, você começa a achar que ele é melhor do que muitos outros (RAPIZO et al., 1998). Isso torna o problema mais leve. Da mesma forma, perceber que há experiências de divórcio menos turbulentas e “*que são mais positivas*”, produz um movimento de esperança. “*Se existe, quem sabe eu posso chegar lá*”, diz Marcio. Ou seja, como atestam os participantes do grupo: *para a vida não há roteiro*.

Como também já relatado em outras investigações (GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007), os sentidos vão sendo construídos e transformados ao longo das conversas grupais. Poderíamos dizer que conversar, em geral, é uma oportunidade constante e, mesmo inevitável, para a produção de sentidos (SPINK, 2004b). No grupo acontece a criação de um vocabulário compartilhado em que as palavras assumem um significado próprio àquele contexto, é a linguagem em uso (WITTGENSTEIN, 1979). São momentos compartilhados de entendimento em que o que conta não é o entendimento objetivo do outro ou do significado da palavra, mas a criação de um “território comum de entendimento” (SHOTTER, 2009). O objetivo da conversa não é compreender o significado último da palavra para cada um, mas continuar conversando. Os momentos que destaquei sobre a negociação de sentidos relacionavam-se com a criação de um repertório grupal, seja de metáforas, imagens ou termos que passaram a fazer parte das conversações a partir da negociação dos sentidos deles para cada um, ou assumem significados não imaginados e surpreendentes, como acontece na conversa sobre “infidelidade e lealdade”, ou na metáfora do “olho do furacão”. Segundo Shotter (2008), quando os participantes de uma conversação posicionam-se de forma colaborativa, orientada aos enunciados dos outros, podem iniciar um processo de criação de significados compartilhados. Isso significa na prática que: a) apenas o entendimento de significados originais e momentâneos gerados dentro do encontro importa; b) apesar de poder haver outras interpretações para pessoas de fora daquela conversa, internamente à conversação entendimentos não ambíguos podem ser construídos; c) é no tipo de encontro descrito como colaborativo, que formas vagas de conversa podem ser usadas, abertas a uma maior determinação de sentidos conforme a conversa continua. Assim as imagens, metáforas e termos vão adquirindo significado na situação específica do processo conversacional do grupo.

Isso remete ao lugar das facilitadoras no grupo. Para elas, não importa qual o significado “verdadeiro”, qual prevalece, ou se todos chegam ou não a um sentido comum da palavra. Importa que possam manter o espaço aberto para a multiplicidade. Podem, inclusive, participar da conversa aportando o que lhe chama atenção sobre esta, como no caso em que proponho uma reflexão sobre o termo “*ceder*”.

Ao entrar em contato com o registro do processo conversacional tive uma árdua tarefa de, a partir de mais de 900 minutos de gravação e muitas páginas escritas, decidir, escolher, dar sentido e construir uma narrativa possível. A imagem que me ocorria em muitos momentos era a do caleidoscópio. A cada movimento que eu fizesse, para onde dirigisse minha atenção uma nova figura se formava e eu poderia dizer tudo diferente. Um caleidoscópio que me mostrava combinações infinitas, onde aquelas que escolhi, foram algumas das possíveis para mim.

Ao final dessa pesquisa, as questões que deram motivo ao seu início, como a possibilidade de usar um método inspirado no construcionismo social para o trabalho com esse tipo específico de grupo, foram discutidas de diversas formas. Também foi discutido o lugar da diferença nas transformações atribuídas pelos participantes às conversas do grupo e observado como isso se refletia nas conversas relatadas deles com outras pessoas de suas vidas que não estavam no grupo. Desta forma, pudemos pensar em ferramentas para o trabalho com grupos que aproveitem a diferença entre o posicionamento dos participantes. Como um dos resultados inesperados, o relato dos encontros do grupo emerge como recurso para os interessados nas ferramentas usadas na pesquisa, assim como para a criação de outras e reflexão sobre a prática grupal dentro da perspectiva construcionista social. O grupo foi também uma oportunidade ímpar de vivenciar as crenças e discursos associados ao divórcio, assim como de vê-los sob uma perspectiva mais crítica e de testemunhar as possibilidades de transformação. Foi como observar e viver as mudanças e permanências em ação. A poética social, como metodologia de pesquisa, foi extremamente útil na criação de um relato a partir do meu diálogo com o *corpus* gerado nas conversações grupais. Ela me permitiu uma liberdade neste diálogo, assim como um envolvimento integral com o material: intelectual, emocional, experiencial, etc. Ao mesmo tempo me ajudou a manter em mente minha participação e minha autoria na produção dos sentidos do relato que construí. Ao realizar o grupo da pesquisa e as discussões anteriores e posteriores a ela, foi

sendo tecida uma articulação entre os três eixos presentes no trabalho: o construcionismo social, a prática com grupos e as situações de divórcio na família contemporânea.

A proposta do trabalho não era produzir um modelo de prática grupal a ser replicado, mas, ao discutir as questões a partir dessa experiência, produzir sentidos e recursos que possam ser usados por outros profissionais em outros contextos. Porém, deve-se notar que a cada contexto e a cada momento, a cada grupo de pessoas diferentes, a construção das condições de possibilidade para que as conversas grupais possam ser úteis, pode ser facilitada, tentativamente provocada, mas não pode ser linearmente determinada (FUKS, inédito). Dessa forma, as propostas dos facilitadores não dirigem o que vai acontecer. O lugar onde se coloca o facilitador é de “guardião do processo” (FUKS, 2009a), tentando garantir que a conversa continue, seja viva, que todos tenham voz e, por outro lado, tenham a possibilidade de participar da maneira que quiserem e puderem. Portanto, o facilitador promove oportunidades, mas não dirige o grupo para um lugar determinado.

Isso não significa que haja uma neutralidade em relação ao conteúdo ou em relação ao resultado das conversas. Podemos para isso, evocar que, entre os objetivos do grupo, está a de que as conversas pudessem ser úteis para a redução de conflitos nas relações das pessoas em suas experiências com a separação. Isso implica na construção de um contexto que tem valores, que participa de uma determinada visão de mundo e, portanto de uma moralidade. Como vimos durante o trabalho, a ciência não está alheia à moralidade social ou às moralidades, melhor dizendo, que convivem em nossa sociedade. Dessa forma, os valores que norteiam este trabalho incluem a crença de que nenhuma forma de pensar é exclusiva, única ou mais verdadeira. Valores estão no território das escolhas, da ética e não no da verdade.

Da mesma forma, o trabalho proposto não intenciona substituir outras práticas que, tradicionalmente, constituem-se em recursos para as situações de divórcio, mas apresentar uma que possa contribuir de forma distinta e, se possível, em conjunto com outras, que se mostrem úteis nos cenários em questão. Uma das contribuições possíveis para a prática apresentada é trazer para a discussão e tornar visível noções alternativas ao indivíduo monológico e autocontido (SAMPSON, 1993), e

propor novos conceitos, como a responsabilidade relacional, para inspirar práticas em situações em que o diálogo é dificultado por posições antagônicas.

Olhando retrospectivamente, provavelmente faria muitas coisas diferentes nos encontros do grupo. Ainda que estivesse acompanhada da mesma equipe, e com os mesmo participantes, os caminhos que surgiriam a cada momento seriam outros. Mas, considerando a avaliação, tanto da equipe, quanto dos participantes, uma variável à qual teríamos que estar atentas seria o tempo. Neste tipo de processo o tempo é um valor importante. Há o tempo da expressão, da elaboração, das conversas com vários parceiros, da volta ao “grupão” para conversar sobre as conversas. O ritmo que se imprime para os diálogos pode ser parte da própria técnica. Uma dinâmica convida a uma reflexão mais demorada, enquanto outra a um ritmo que traz outro nível de energia para o grupo. Todas são possíveis, dependendo do objetivo. No entanto, acredito que, se tivéssemos dado mais tempo para cada encontro teríamos, não necessariamente melhores resultados, mas um ritmo mais confortável para todos, especialmente porque o número de participantes superou a expectativa inicial. Outro ponto que não pôde ser explorado foi a desistência de Murilo e Julia. As tentativas posteriores aos encontros, solicitando uma avaliação ou comentários sobre o grupo não tiveram resposta. Preferi não tentar nenhuma interpretação sobre as razões sobre isso e ter o objetivo de compreender melhor os processos que facilitam ou dificultam a integração das pessoas em um grupo em outro trabalho.

Alguns desafios surgem como desdobramentos desta pesquisa. Um deles é como multiplicar, sem a ideia de replicar, esse trabalho em outros espaços em que o tema do divórcio esteja presente. O grupo da pesquisa foi realizado em um espaço privado. Esta forma de trabalho poderia estar presente em espaços como escolas, ou o Judiciário, Universidades ou organizações do terceiro setor? Em que isso afetaria a prática? Como esses contextos com seus valores e rituais influenciariam o trabalho e vice-versa, como acolher um grupo como esse pode produzir sentidos diferentes nestes espaços?

Um trabalho como esse não tem um final. A decisão de como e onde terminá-lo é arbitrária e relacionada com muitos elementos, como o tempo, por exemplo. A complexidade envolvida na confecção do texto, nas leituras, nas reflexões, na prática e nas infinitas conversas externas e internas que fazem parte desse percurso é inenarrável. As emoções variam entre o alívio por terminar e a angústia gerada por

tudo o que ficou por dizer. É o não dito que nos remete às infinitas possibilidades de dizer cada palavra (ANDERSON; GOOLISHIAN, 1988). O texto, aparentemente estático, fixo, remete a um intenso movimento de diálogos, trocas, tensões, dúvidas e questionamentos que estiveram e se mantêm presentes nas entrelinhas e nas próprias linhas. A escrita apesar de ser uma atividade, muitas vezes, solitária, está repleta das memórias das conversas “ao vivo”, das virtuais e das imaginárias. São diálogos internos com outros reais ou não que nos lembram de que nosso eu é constituído por e em diálogos (BAKHTIN, 1986; SAMPSON, 1993; SHOTTER, 2008). Essa convicção está na base da minha aposta no trabalho com grupos. Apesar de estarmos em relação e diálogo mesmo quando sozinhos, acredito que o grupo tem uma potência ímpar de oferecer recursos para tornar isso visível e útil quando falamos de mudanças, sejam elas micro ou macrossociais.

A expectativa é de que este texto ganhe vida e possa, ao ser compartilhado, gerar mais conversas, produzir novos caminhos. Também há uma expectativa de que, ao entrar em contato com ele, os profissionais interessados levantem questões que produzam novidade, movimento e inspirem novas práticas que possam contribuir para uma convivência social que assuma mais visivelmente seu caráter dialógico e relacional.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, F.; ANDRADE FILHO, A.; BRONZ, A. **Metodologia**: conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2001.

AHRONS, C. **O bom divórcio**. São Paulo: Objetiva, 1994.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Censo 2010. **Uma família plural, complexa e diversa**: entrevista especial com José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi. São Leopoldo, outubro 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515013-censo-2010-uma-familia-plural-complexa-e-diversa>>. Acesso em: 2012.

AMENDOLA, M. **Psicólogos no labirinto de acusações**: um estudo sobre a falsa denúncia de abuso sexual de pai contra filho no contexto da separação conjugal. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia, UERJ, 2006.

ANDERSEN, T. The reflecting team: dialogue and metadialogue in team work. **Family Process**, v. 26, p. 415-428, 1987.

ANDERSEN, T. **Procesos Reflexivos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 1996.

ANDERSON, H. **Conversação, linguagem e possibilidades**: um enfoque pós-moderno da terapia. São Paulo: Roca, 2007a.

ANDERSON, H. The heart and spirit of collaborative therapy: the philosophical stance - "a way of being" in relationship and conversation. In: ANDERSON, H. **Collaborative Therapy**: relationships and conversations that make a difference. New York: Routledge, 2007b. p. 43-61.

ANDERSON, H. Uma perspectiva colaborativa sobre ensino e aprendizado: a criação de comunidades de aprendizado criativo. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 41, p. 35-53, 2011.

ANDERSON, H.; GOOLISHIAN, H. Human systems as linguistic system: preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. **Family Process**, v. 27, p. 371-393, 1988.

ANDERSON, H.; SWIM, S. Learning as collaborative conversation: Combining the student's and the teacher's expertise. **Human Systems**: The Journal of Systemic Consultation and Management, v. 4, p. 145-160, 1993.

ANZIEU, D. **O grupo e o inconsciente**: o imaginário grupal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

ARCHANJO, D. R. **A mulher nos debates parlamentares sobre o divórcio** (Brasil: décadas de 1950, 1960 e 1970). Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Florianópolis, 2006.

ARGYRIS, C.; PUTNAM, R.; SMITH, D. M. **Action Science**: concepts, methods and skills for research and intervention. San Francisco: Jossey-Bass, 1985.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BACIGALUPE, G. Families, emergent technologies and adolescence. **The Family Psychology**, v. 27, n. 2, p. 11-13, 2011.

BACIGALUPE, G. Virtualizando a intimidade: tecnologias da informação e comunicação e famílias transnacionais em terapia. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 57-72, 2012.

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado**: o Mito do Amor Materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BAJOS, N.; BELTZER, N.; BOZON, M. Les séparations et leurs suites: rencontres sexuelles et prévention après une rupture conjugale ou amoureuse. In: BELTZER, N. – Enquête sur la sexualité em France. In: BELTZER, N. **Enquête sur la sexualité em France**. Paris: [s.n.], 2008. p. 197-212.

BAKHTIN, M. **Speech genres and other essays**. Austin: University of Texas Press, 1986.

BAKHTIN, M. M. **A estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997b.

BAREMBLITT, G. **Grupos**: teoria e técnica. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

BARRETO, A. P. **Terapia Comunitária passo a passo**. 3. ed. Fortaleza: LCR, 2008.

BARROS, R. B. A clínica grupal. **Revista de Psicologia/UFF**, 7, 1996. Disponível em: <<http://www.saude.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=27850>>. Acesso em: jan. 2013.

BARROS, R. B. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2007.

BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. Nova York: Ballantine Books, 1972.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007b.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernidade Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 11-71.

BECKER, C. et al. From Debate to Dialogue: A Facilitating Role for Family Therapists in the Public Forum. **Dulwich Centre Newsletter**, Dulwich, v. 2, p. 41-48, 1992.

BELTZER, N.; BOZON, M. La vie sexuelle après une rupture conjugale. Les femmes et la contrainte de l'âge. **Population**, Paris, v. 61, n. 4, p. 535-551, 2006.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (orgs) **Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Loyola, 1995. p. 43-61.

BION, W. R. **Experiências com grupos**. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevista e grupos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOAL, A. **Jogos para atores e não atores**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BOFF, L. **A águia e a galinha**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOJER, M. M. et al. **Mapeando diálogos**: ferramentas essenciais para a mudança social. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2008.

BORGES, C. D. C.; ROCHA-COUTINHO, M. L. **Recriando vínculos familiares**: jovens e relações intergeracionais na contemporaneidade. Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/html/sessoes/707_sessoes_resumo.htm>. Acesso em: jan. 2013.

BOZON, M. Sexualidade e Conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. **Cadernos Pagu**, p. 131-156, 2003.

BRANDÃO, E. A interlocução com o direito à luz das práticas psicológicas em Varas de Família. In: SIGNORINI, H.; BRANDÃO, E. P. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau, 2004. p. 51-97.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, v. artigo 226, 1988.

BRASIL. Lei no. 11698 que altera os artigos 1583 e 1584 do código civil (Guarda Compartilhada). **Código Civil**, 13 junho 2008.

BRITO, L. M. T. (org) **Famílias e Separações**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

BRITO, L. M. T. Igualdade e divisão de responsabilidades: pressupostos e consequências da guarda conjunta. In: GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. D. C. (orgs) **Direito de Família e Psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 325-337.

BRITO, L. M. T. A família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, n. 1, p. 32-46, 2007.

BRITO, L. M. T. Alianças desfeitas, ninhos refeitos: mudanças na família pós-divórcio. In: BRITO, L. M. T. D. (org) **Famílias e Separações**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 17-48.

BRITO, L. M. T. D. O sujeito pós-moderno e suas demandas judiciais. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 3, p. 564-575, 2012.

BRITO, L. M. T.; CARDOSO, A. C.; OLIVEIRA, J. D. G. Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 810-823, 2010.

BRITO, L. M. T.; GONSALVES, E. N. Razões e contra-razões para aplicação da guarda compartilhada. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 886, p. 69-86, ago. 2009.

BURR, V. **An introduction to social construction**. New York: Routledge, 1995.

CADOLLE, S. **Duas casas para crescer**: como lidar com os filhos na separação. São Paulo: Larousse do Brasil, 2006.

CAMARGO-BORGES, C.; MISHIMA, S. M. A Responsabilidade Relacional como ferramenta útil para a participação comunitária na atenção básica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 29-41, 2009.

CAMARGO-BORGES, C.; MISHIMA, S.; MCNAMEE, S. Da Autonomia à Responsabilidade Relacional: Explorando Novas Inteligibilidades para as Práticas de saúde. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 8-19, 2008.

CAMPOS, E. A. D. Grupos de mutua ajuda e a (re) construção da subjetividade. **Análise Psicológica**, v. 15, n. 3, p. 449-452, 1997. Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/artigosb/grumutua.htm>>. Acesso em: jan. 2013.

CARDOSO, A. R. **Ser avó para “estragar” ou para “educar”? Um estudo com grupos de avós que cuidam de netos**. 2010. 251 f. Tese (Doutorado) - UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

CASTRO, M. **"Feminização da pobreza" em cenário neoliberal**. I Conferência Estadual da Mulher - Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

CASTRO, M. C. D. Configurações Familiares Atuais. In: MACEDO, R. M. S. **Terapia Familiar no Brasil na Última Década**. São Paulo: Roca, 2008. p. 419-427.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

COOPERRIDER, D. L.; WHITNEY, D. **Investigação Apreciativa**: uma abordagem positiva para a gestão de mudanças. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. 82 p.

CORSINI, L. Migrações, famílias e o paradigma sistêmico. **Nova perspectiva sistêmica**, Rio de Janeiro, 32, p. 57-64, dez 2008.

COSTA, J. F. **Sem fraude nem favor**: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COSTA, J. F. **Família e Dignidade**. Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: IOB Thomson. 2006. p. 15-28.

COSTA, S. G. Linhas da vida e associativismos feministas: “a voz das mulheres”, Florianópolis, 1984. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/S/Suely_Gomes_Costa_40.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

CRUZ, H. M. Grupos autogeridos na formação de trabalhadores sociais. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 26-30, ago.2009.

CUNLIFFE, A. L. Social Poetics as management inquiry: a dialogical approach. **Journal of Management Inquiry**, New York, v. 11, n. 2, p. 128-146, jun. 2002.

DANTAS, C.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paideia**, v. 14, n. 29, p. 347-357, 2004..

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: the discursive production of selves. **Journal of theory of social behavior**, v. 20, n. 1 , p. 43-63, 1990.

DECORET, B. Organisation parentale et persistance du lien après divorce. **Dialogue: Recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille**, Paris, v. 151, p. 39-50, 2001.

DEETZ, S.; WHITE, W. J. Relational responsibility or dialogic ethics? A questioning of Mc Namee and Gergen. In: NAMEE, S. M.; GERGEN, K. **Relational responsibility: resources for sustainable dialogue**. London : Sage, 1999. p. 111-120.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação e sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 141-158, 2000.

DIAS, M. L. **Famílias e Terapeutas: casamento, divórcio e parentesco**. São Paulo: Vetor, 2006.

DONNAMARIA, C. P.; TERZIS, A. Experimentando o dispositivo terapêutico de grupo via internet: primeiras considerações de manejo e desafios éticos. **Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 17-26, jul-dez 2011.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (orgs) **Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Loyola, 1995. p. 27-41.

DUFOUR, D.-R. **A arte de reduzir cabeças**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ENRIQUEZ, E. O Homem do Século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável? **RAE Eletrônica**, v. 5, n. 1, jan/jun 2006.

FERNANDEZ, A. M. **El campo grupal: notas para una genealogia**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

FIGUEIREDO, L. C. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. 3. ed. São Paulo: Escuta/ Educ, 1996.

FINE, A. Rumo ao reconhecimento da pluriparentalidade? **Espirit**, Paris, 273, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 165 p.

FUKS, S. **Diseños dialogicos en contextos psicosociales complejos**. 1995. Disponível em: <<http://moiru.com.ar/count.php?a=148>>. Acesso em: jan. 2013.

FUKS, S. The challenge of the globalisation in South America: tension between global and local dynamics. **Rundbrief Gemeindepsychologie**, Berlin, v. 10, n. 2, 2004. Tradução do autor.

_____. **Estabilidad y cambio en las relaciones de pareja**. Buenos Aires: Faculdade de Humanidades/ Universidade Belgrano, 2006.

_____. A Relação do Casal como Organização Social. **Nova Perspectiva Sistêmica**, XVI, n. 30, p. 21-43, abr. 2008.

FUKS, S. FSPC: La facilitación sistémica de procesos colectivos. "Artesanía de contextos" focalizada en la promoción de... **Revista IRICE**, v. 20, p. 63-76, 2009.

_____. A intimidade nas relações de casal: desafios para a criação de mundos singulares na pós-modernidade.. **Pensando Famílias**, v. 11, n. 2, p. 11-30, dez. 2007.

_____. En primera persona: investigando mundos de los que somos partes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 31-47, 2010.

_____. **Artesanía de Contextos**: Desde contextos de supervivencia a contextos de libertad, la construcción de posibilidades para la colaboración terapéutica. Rosario: inédito, inédito.

GERGEN, K. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, v. 40, p. 266-275, 1985.

GERGEN, K. **Realities and Relationships**: soundings in social construction. Massachusetts: Harvard Press, 1994a.

GERGEN, K. **El yo saturado**. Barcelona: Paidós, 1994b.

GERGEN, K. Technologies and the self: from the essential to the sublime. In: GRODIN; LINDLOF **Constructing the self in a mediating world**. New York: Sage, 1996.

GERGEN, K. **An invitation to social constructionism**. Londres: Sage, 1999.

GERGEN, K. Saúde mental e deterioração cultural. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 9-27, abr. 2010.

GERGEN, K.; GERGEN, M. **Construcionismo Social**: um convite ao diálogo. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

GERGEN, K.; MCNAMEE, S. **Terapia como construção social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GETTLEMAN, S.; MARKOWITZ, J. **O divórcio frente a frente**. São Paulo: Summus, 1978.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernidade Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 73-133.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 233 p, 2002.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

GOOLISHIAN, H. **Supervisão clínica**. Buenos Aires, 1991. Anotações pessoais.

GRANDESSO, M. **Sobre a reconstrução do significado**: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GRANDESSO, M. Família e narrativas: histórias, histórias e mais histórias. In: CEVERNY, C. **Família e Narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos no divórcio, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006. p. 13-30.

GRANDESSO, M. Desenvolvimentos em terapia familiar: das teorias às práticas e das práticas às teorias. In: OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. P. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: ArtMed, 2009. p. 104-118.

GRANDESSO, M. Terapia comunitária: uma prática pós-moderna crítica. **Nova perspectiva sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 33, p. 53-62, 2009.

GRZYBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. Casa do Pai, Casa da Mãe: A Coparentalidade após o Divórcio. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 77-87, 2010.

GUANAES, C. **A construção da mudança em terapia de grupo**. São Paulo: Vetor Editora, 2006.

GUANAES, C.; JAPUR, M. Fatores terapêuticos em um grupo de apoio para pacientes psiquiátricos ambulatoriais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 23, n. 3, p. 134-140, 2001.

GUANAES, C.; JAPUR, M. Construcionismo social e metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de self. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 135-143, mar/ago 2003.

GUANAES, C.; JAPUR, M. Contribuições da poética social à pesquisa em psicoterapia de grupo. **Estudos de Psicologia**, v. 13, v. 2, p. 117-124, 2008.

GUATTARI, F. **Introdução à psicoterapia institucional**. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 1972.

HACKING, I. **The social construction of what?** Cambridge: Harvard University, 1999.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. D. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 103-133.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAROCHE, C. **A Condição Sensível**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

HARRÉ, R. **Personal being: a theory for individual psychology**. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

HARRÉ, R. **the singular self: an introduction to the psychology of personhood**. London: Sage, 1998.

HARRÉ, R. The rediscovery of human mind: a discursive approach. **Asian Journal of social Psychology**, v. 2, n. 1, 43-62, 1999..

HARRÉ, R.; MOGHADDAM, F. **The self and others: positioning individuals and groups in personal, political and cultural contexts**. Westport: Praeger, 2003.

HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVEN, L. **Posiioning thoery: moral contexts of intentional actions**. Oxford: Balckwell, 1999.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 4. ed. São Paulo: Ioyola, 1994.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOLLWAY, W. Gender difference and the production of subjectivity. In: HENRIQUES, J., et al. **Changing the Subject: Psychology, Social Regulation and subjectivity**. Londres: Methuen, 1984.

IBAÑEZ, T. Como se puede no ser construccionista hoy en dia? In: IBANEZ, T. **Psicologia social construccionista**. México: Universidad de Guadalajara, 2001a. p. 245-257.

IBAÑEZ, T. Construccionismo y psicologia. In: IBANEZ, T. **Psicologia social construccionista**. México: Universidad de Guadalajara, 2001b. p. 259-279.

IBAÑEZ, T. O "giro linguístico". In: IÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 2a. ed. Petropolis: Vozes, 2004. p. 19-49.

IBGE. Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas**, 23, 2008.

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, p. 317. 2010a.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil**. IBGE. Brasília, p. 173. 2010b.

JABLONSKI, B. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T.(org) **Família e casal, arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. Loyola/PUC RIO, 1998.

JAPUR, M. Alteridade e grupo: uma perspectiva construcionista social. In: SIMÃO, L. M.; MARTINEZ, A. M. **O outro no desenvolvimento humano**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 145-170.

JORGENSON, J. Donde está la "familia" en la comuncación familiar?: Una exploración de las definiciones que las familias hacen de si mismas. In: (ORG.), M. P. **Construcciones de lá experiencia humana**. 2a. reimpressão. Barcelona: Gedisa, v. I, 1996. p. 261-280.

KASLOW, F. W.; SCHWARTZ, L. L. **As dinâmicas do divórcio**: uma perspectiva de ciclo vital. Campinas: Editorial Psy II, 1995. publicação original 1987.

KEHL, M. R. Muito Além do Espetáculo. In: NOVAES, A. **Muito Além do Espetáculo**. São Paulo: SENAC, 2005. p. 236-153.

KELLY, J. B.; EMERY, R. E. Children's Adjustment Following Divorce: Risk and Resilience Perspectives. **Family Relations**, 52, p. 352-362, 2003.

LAMBERT, A. From causes to consequences: a critical history of divorce as a study object and the main orientations of french research. **Population**, Paris, v. 64, n. 1, p. 147-172, 2009.

LAMELA, D.; CASTRO, M.; FIGUEIREDO, B. Pais por inteiro: avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, p. 334-344, 2010.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs) **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LASH, S. A reflexividade e seus duplos. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 135-06.

LEMOS, F. C. S. et al. Práticas de governo da família pelo UNICEF no Brasil. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-70, 2010.

LEWIN, K. **Teoria de campo em ciências sociais**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências, 1965.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupos**. São Paulo: Cultrix, 1970.

LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

LONDON, S.; RODRÍGUEZ-JAZCILEVICH, I. The development of a collaborative learning and therapy community in an educational setting: from alienation to invitation. In: ANDERSON, H.; GEHART, D. **Collaborative Therapy: relationships and conversations that make a difference**. New York: Routledge, 2007. p. 235-250.

LOWEN, A. **Bioenergética**. 11. ed. São Paulo: Summus, 1982.

LYOTARD, J.-F. **A Condição Pós- Moderna**. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MANCEBO, D. Contemporaneidade e Efeitos de Subjetivação. In: BOCK, A. M. M. B. **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 75-92.

MANCEBO, D. Indivíduo e Psicologia: gênese e desenvolvimentos atuais. In: MANCEBO, D.; VILELA, A. M. J. (orgs) **Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos**. 2a. ed. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 35-48.

MATOS, O. **Discretas esperanças**. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

MCGOLDRICK, M.; CARTER, B. **As Mudanças no Ciclo Vital Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

MCNAMEE, S. Reconstruindo a terapia num mundo pós-moderno: recursos relacionais. In: GONÇALVES, M. M. G. E. Ó. F. **Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança**. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 235-264.

MCNAMEE, S. Recursos relacionales: La reconstrucion de La terapia y otras practicas profesionales en el mundo posmoderno. **Sistemas familiares**, v. 17, n. 2, p. 113-129, 2001.

MCNAMEE, S. Social construction as a practicas theory: lessons for practice and reflection in psychotherapy. In: PARE, D.; LARNER, G. **Critical knowledge and practice in psychotherapy**. New York: Haworth Press, 2004. Disponível em: <http://pubpages.unh.edu/~smcnamee/therapeutic/Social_Construction_as_Practical_Theory.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

MCNAMEE, S.; GERGEN, K. **Relational Responsibility**: resources for sustainable dialogue. Londres: Sage, 1999.

MCNAMEE, S.; SHOTTER, J. Dialogue, creativity and change. In: ANDERSON, R.; BAXTER, L. A.; CISSNA, K. N. **Dialogue**: Theorizing Difference in Communication Studies. London: Sage, 2004. Cap. 6, p. 91-104.

MENEGHEL, S. et al. Cotidiano ritualizado: grupos de mulheres no enfrentamento da violência de gênero. **Ciência da Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 111-118, 2005. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd26/a12v10n1.pdf>>. Acesso em: fev. 2103.

MENEGON, V. M. Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In: SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 215-241.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1965.

NATIVIDADE, C. Grupo reflexivo de gênero: relato de intervenção psicoeducativa exercem violência, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/coloquio/horarios.php>>. Acesso em: fev. 2013.

NOVAIS, F. A. **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

OSORIO, L. C. **Grupos**: teorias e práticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

OSORIO, L. C. **Grupo terapias**: abordagens atuais. São Paulo: Artmed, 2007.

OUVRY-VIALL, B. **Mariage, mariages**. Paris: Autrement, 1989. 203 p.

PAKMAN, M. Investigacion e intervención en grupos familiares. Una perspectiva constructivista. In: GUTIERREZ, J. M. D. E. J. **Metodos y técnicas cualitativas de investigacion en ciências sociales**. Madri: Síntesis, 1995. Cap. 13, p. 358-379.

PAKMAN, M. A systemic frame for mental health practices. In: PROSKY, P.; KEITH, D. V. **Family therapy as an alternative to medication: on appraisal of farmland**. New York: Brunner-Routledge, 2003. Cap. 5, p. 93-110.

PAKMAN, M. **Palabras que permanecem, palabras por venir: micropoética y poética en psicoterapia**. Barcelona: Gedisa, 2010.

PEARCE, W. B. Introducción a la teoría del Manejo Coordinado del Significado. **Sistemas Familiares**, Buenos Aires, v. 17, n. 2, 2001.

PEARCE, W. B. Communication and social construction: claiming our birthright. In: LEEDS-HURWITZ, W.; GALANES, G. **Socially Constructing Communication**. New Jersey: Hampton Press, 2009. p. 33-56.

PEDROSA, C. M.; BRIGAGÃO, J. Os grupos como estratégia de empoderamento das mulheres. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, 34, agosto 2009. 23-25.

PEIXOTO, C. E. As Transformações Familiares e o Olhar do Sociólogo. In: SINGLY, F. D. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Cap. prefácio, p. 11-29.

PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. D.; CICCHELLI, V. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 200 p.

PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F.; CICCHELLI, V. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: _____ **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Cap. Apresentação, p. 7-12.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-Terapia**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

PHILIPS, R. **Untying the Knot: A Short History of Divorce**. London: Cambridge, 1991.

PICHON-RIVIÉRE, E. **O processo grupal**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. original 1971.

POTTER, J.; WETHEREL, M. **Discourse and social Psychology: beyond attitudes and behaviour**. London: SAGE Publications, 1987.

PRIORE, M. D. **A história do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

PUBLIC CONVERSATION PROJECT. **Constructing conversations about challenging times**. Massachusetts: Public Conversations Project, 2004. Disponível em: <http://www.publicconversations.org/docs/CommGuideREV_9.2011.pdf>.

PUBLIC CONVERSATIONS PROJECT. The six C's of convening constructive conversations, Chicago. acessível em **www.publicconversation.org**.

RAFACHO, A. M.; MORAES, M. C. D.; TONDRÁ, R. C. Grupos terapêuticos na perspectiva de um serviço ambulatorial de terapia ocupacional. **XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba**, Vale do Paraíba, 2007. 2027-2030. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/saude/epg/EPG00391_01C.pdf>. Acesso em: fev. 2013.

RAPIZO, R. **Terapia Sistêmica de Família: da construção à instrução**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 1996.

RAPIZO, R. Ressonâncias da prática: a poética social em um grupo de atendimento a famílias em situação de violência. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 35-46, 2007.

RAPIZO, R. Construcionismo social: novas narrativas para as práticas sistêmicas e para a terapia. In: LADVOCAT, C. **Psicologia: campo de atuação, teoria e prática**. Rio de Janeiro: Booklink, 2010.

RAPIZO, R. et al. A construção da parentalidade pós-divórcio. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 12, p. 32-38, 1998.

RAPIZO, R. et al. Continuando a experiência: os grupos de mulheres e adolescentes que viveram o divórcio. **Nova perspectiva Sistêmica**, v. 19, 2001. p. 36-42.

RAPIZO, R. et al. Trocando em miúdos. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 34, p. 12-16, 2009.

RAPIZO, R.; ZUMA, C. E. **Transformando práticas educativas, da palmada ao diálogo: relato de uma experiência em duas comunidades no Rio de Janeiro**. Inédito.

RASERA, E. Reflexão teórica por Emerson Rasera. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 34, ago. 2009.

RASERA, E.; GUANAES, C. O terapeuta como produtor de conhecimentos: contribuições da perspectiva construcionista social. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 26, p. 76-85, nov. 2006

RASERA, E.; GUANAES, C.; JAPUR, M. Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao Self. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 157-165, 2004.

RASERA, E.; JAPUR, M. Grupo de apoio aberto para pessoas portadoras do HIV: a construção da homogeneidade. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 55-62, 2003.

RASERA, E.; JAPUR, M. Os sentidos da construção social: um convite construcionista para a psicologia. **Paideia**, v. 15, n. 30, p. 21-29, 2005.

RASERA, E.; JAPUR, M. **Grupo como construção social**: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo. São Paulo: Vetor Editora, 2007.

RASERA, E.; ROCHA, R. M. G. Sentidos sobre a prática grupal no contexto da saúde pública. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 35-44, jan/mar 2010.

REICH, W. **A função do orgasmo**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-Terapia**: o processo grupal. São Paulo: Summus, 1994.

ROCHA, A. L. C. et al. Qual é a Antropologia do parentesco e da família no século XXI? Um diálogo franco brasileiro com Matine Segalen. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 277-295, dez. 2001.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROCHA-COUTINHO, M. L. De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um "novo" modelo de família? In: FÉRES-CARNEIRO, T. **Casal e família**: permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 219-235.

ROGERS, C. **Grupos de encontro**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Lisboa: Dom Quixote, 1988. 310 p.

SAIDON, O. **Práticas grupais**. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

SAMARA, E. M. O que mudou na família brasileira? da colônia à atualidade. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, 13, 2002. 27-48, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=en&nrm=iso>.

SAMPSON, E. **Celebrating the other: a dialogic account of human nature**. San Francisco: Westview Press, 1993.

SANTOS, L. F. et al. Fatores terapêuticos em grupo de suporte na perspectiva da coordenação e dos membros do grupo. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, 25(1), 2012. 122-127.

SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 2006.

SCHON, D. **The Reflective practitioner**. Nova York: Basic Books, 1983.

SENNET, R. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

SENNET, R. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNET, R. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

SHOTTER, J. **The cultural politics of everyday life**. Toronto: University of Toronto Press, 1983.

SHOTTER, J. **Conversational realities: constructing life through language**. London: Sage, 1993.

SHOTTER, J. Making sense on the boundaries: on moving between philosophy and psychotherapy. In: GRIFFIN, A. P. **Philosophy, psychology and psychiatry**. Cambridge: Cambridge Press, 1994. Cap. 8, p. 55-72.

SHOTTER, J. El lenguaje y la construcción del sí mismo. In: PAKMAN, M. **Construcciones de la experiencia humana**. Barcelona: Gedisa, 1996. p. 213-225.

SHOTTER, J. The social construction of our 'inner' lives. **Journal of Constructivist Psychology**, 10, 1997. 7-24. Disponível em: <<http://www.massey.ac.nz/~alock/virtual/inner.htm>>.

SHOTTER, J. 'Inside the Moment of Managing': Wittgenstein and the Everyday Dynamics of Our Expressive-Responsive Activities. **Organizational Studies**, v. 26, n. 1, p. 113-135, jan. 2005a.

SHOTTER, J. **Conversational realities revisited: life, language, body and world.** Changrin Falls, Ohio: Taos Institute, 2008.

SHOTTER, J. Moments of common reference in dialogic communication: a basis for unconfused collaboration in unique contexts. **Journal of Collaborative Practices**, v. 1, n. 1, p. 31-39, 2009.

SHOTTER, J. **Construccionando III: percursos e horizontes.** São Paulo: 2012. Anotações pessoais.

SHOTTER, J.; KATZ, A. Creating relational realities: responsible responding to poetic 'movements' and 'moments'. In: NAMEE, S. M.; GERGEN, K. **Relational responsibility: resources for sustainable dialogue.** London: Sage, 1999. p. 151-160.

SHOTTER, J.; KATZ, A. M. Articulating a practice from within the practice itself: establishing formative dialogues by the use of a 'social poetics'. **Concepts and Transformations**, v.1, n. 2/3, p. 213-237, 1996.

SILVA, S. M. A.; MILANEZ, N. O discurso sobre a família na mídia. **Jornada Internacional de Análise do Discurso**, Maringá, 2012. Disponível em: <<http://anais.jiedimagem.com.br/pdf/2423.pdf>>.

SINGLY, F. O nascimento do indivíduo "individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. D.; CICCHELLI, V. **Família e individualização.** Rio de Janeiro: FGV, 2000. Cap. Prefácio, p. 13-19.

SINGLY, F. **Sociologia da Família Contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SLUZKI, C. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOARES, L. C. E. C. A família com padrasto e/ou madrasta: um panorama. In: BRITO, L. M. T. **Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 81-112.

SOARES, L. C. E. C. **"No Fogo Cruzado":** Desafios e vivências de pais e mães recasados. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Dissertação de mestrado.

SOUSA, A. M. D. **Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família.** São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, L. V. E.; MCNAMEE, S.; SANTOS, M. A. D. Avaliação como construção social: investigação apreciativa. **Psicologia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 598-607, 2010.

SOUZA, R. M. D. Depois que mamãe e papai se separaram: um relato dos filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 203-211, 2000.

SOUZA, R. M.; RAMIRES, V. R. **Amor, Casamento, Família, Divórcio. E depois, segundo as crianças**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004a.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b. 87 p.

SPINK, M. J. Reflexão teórica por Mary Jane Spink. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, 34, ago. 2009.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-40.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação do spassos da interpretação. In: SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 93-122.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 41-62.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK(ORG.), M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 63-92.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18-42, jul/dez 2003..

STEWART, J.; ZEDIKER, K. Dialogue as tensional, ethical practice. **Southern Communication Journal**, v. 65, p. 224-242, winter/spring 2000.

STGEORGE, S.; WULFF, D. Collaborating as a life style. In: ANDERSON, H.; GEHART, D. **Collaborative Therapy: Relationships and conversations that make a difference**. New York: Routledge, 2007. p. 403-420.

SWAIN, T. N. "Identidade nômade: heterotopias de mim". In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VAIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias nietzchianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 325-341.

SZAPIRO, A. M. Em tempos de pós-modernidade: vivendo a vida saudável e sem paixões. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 25-38, 2005.

TERUYA, M. T. **A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas de análise**. XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais de resumos e CD-ROM. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20n>>. 2000.

THERY, I. **Couple, filiation et parenté aujourd'hui**. Paris: Odile Jacob, 1998.

TORRES, A. **Aumento do divórcio, mudanças na família e transformações sociais**. Actos dos V cursos internacionais de verão de Cascais (6 a 11 de julho de 1998). Cascais: Câmara Municipal de Cascais. 1999. p. 71-94.

TORRES, A. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. D.; CICCHELLI, V. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TORRES, A. Casamento: conversa em duas vozes e em três andamentos. **Análise Social**, XXXVII, v. 163, p. 569-602, 2002.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set/dez 2005.

UZIEL, A. P. Tal pai, tal filho em tempos de pluriparentalidade. Expressão fora do lugar? **XXIV Encontro Nacional da ANPOCS**, Petrópolis, 23 outubro 2000.

UZIEL, A. P. et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 26, jul/dez 2006. 203-227.

VAINER, R. **Anatomia de um divórcio interminável: o litígio como forma de vínculo**. [S.l.]: Casa do Psicólogo, 1999.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e Plurais: Indentidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

WALLERSTEIN, J.; KELLY, J. B. **Sobrevivendo à separação**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

WALLERSTEIN, J.; LEWIS, J.; BLAKESLEE, S. **Filhos do Divórcio**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

WHITE, M. Prática narrativa: terapia de casal e dissolução de conflito. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 7, n. 9, p. 11-47, nov. 2005.

WHITE, M.; EPSTON, D. **Narrative means to therapeutic ends**. New York: WW Norton, 1990.

WHITEHEAD, B. **The Divorce Culture**. New York: Alfred Knopf, 1997.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção os Pensadores)

XIMENES, V. M.; PAULA, L. R. C. D.; BARROS, J. P. P. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicoogia: ciência e profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, 2009.

YALOM, I.; VINOGRAD, S. **A concise guide to group psychotherapy**. American Psychiatric Press, 1989.

ZUMA, C. E.; BERGALLO, J.; OLIVEIRA, J. G. C. Grupos reflexivos de gênero com homens autores de violência intrafamiliar. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, 34, agosto 2009.

ZUMA, C. E.; RAPIZO, R. **Trabalhando com Grupos**. Rio de Janeiro, 2003. 7 p. inédito.

APÊNDICE A – Divulgação por e-mail

Em **ter, 5/7/11**, **Rosana Rapizo** <rosanarapizo@gmail.com> escreveu:

De: Rosana Rapizo <rosanarapizo@gmail.com>

Assunto: grupo sobre divórcio - projeto doutorado

Para: "Rosana Rapizo" <rosanarapizo@gmail.com>

Data: Terça-feira, 5 de Julho de 2011, 19:08

Caros colegas e amigos,

Como muitos sabem, estou começando meu trabalho de pesquisa para o doutorado. Para a pesquisa vou realizar um grupo, um desdobramento dos que já venho realizando desde 1997, com pessoas que passaram pelo divórcio. O cartaz em anexo traz alguns detalhes.

Não é uma terapia em grupo, mas um espaço de conversas e trocas. Claro que os objetivos da pesquisa envolvem beneficiar as pessoas que participem do grupo. Mas não é necessário que elas tenham problemas específicos na situação de divórcio, apenas que tenham interesse em conversar sobre o tema ou questões e experiências pessoais que queiram trocar com outras pessoas.

Como vocês podem ver no cartaz, a pesquisa inclui também jovens que sejam filhos de pais separados. A possibilidade de incluí-los no grupo é um diferencial para o trabalho.

Gostaria de contar com a colaboração de todos para indicar pessoas que se encaixem no perfil do grupo, ou mesmo que queiram participar. Estou á disposição para qualquer dúvida ou conversa.

Muito obrigada!

Abraços,

Rosana

APÊNDICE B – Cartaz de divulgação



**Você já viveu o divórcio em sua família?
Venha conversar sobre sua experiência com outras pessoas!**

Vamos realizar 10 encontros semanais.

Abordaremos temas relacionados à separação e ao divórcio: relação pais-filhos, dinheiro, justiça, novos relacionamentos, etc.

Público:

- Mulheres e homens que tenham vivido a separação em suas famílias e tenham filhos dessa união.
- Jovens entre 18 e 25 anos cujos pais se separaram.

Este grupo faz parte de um projeto de pesquisa de doutorado.

Número limitado de participantes.

Não há custos para os participantes.

Será feita uma entrevista inicial com os candidatos.

Horário dos encontros: 2as. Feiras de 18:30 às 20:00.

Local: Jardim Botânico.

Início: segunda quinzena de agosto.

Informações: 2538 0338 com Rosana, Nadia ou Beatriz.

Ou pelo email: rosanarapizo@gmail.com

APÊNDICE C - Termo de consentimento

Termo de consentimento – Espaço de conversas sobre o divórcio

Pesquisa: A construção de um espaço de conversas sobre o divórcio

A pesquisa “A construção de um espaço de conversas sobre o divórcio” tem como objetivo principal estudar os desdobramentos do divórcio que afetam o cotidiano de pais, mães e filhos no contexto contemporâneo e a possibilidade de se usar metodologia de como ferramenta para construção de diálogos. Esta pesquisa é parte dos requisitos para a obtenção do grau de doutor no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ.

Para alcançar seus objetivos, organizaremos um grupo, ao qual damos o nome de “Espaço de conversas”, com pais, mães e adolescentes/jovens, entre 18 e 25 anos, que tenham passado pela experiência do divórcio em suas famílias. O grupo terá no mínimo 6 (seis) participantes, sendo 2(dois) pais, 2 (duas) mães e 2 (dois) filhos de pais separados; e no máximo 12 (doze). O grupo terá 10 encontros.

No Espaço de conversas serão tratados temas trazidos pelas pessoas presentes sobre os desdobramentos do divórcio e a equipe de facilitação proporá conversas e dinâmicas sobre os temas propostos.

Como produto do trabalho no Espaço, pretende-se reunir material sobre os principais temas presentes na vida das famílias pós-divórcio, assim como sobre a utilidade da metodologia de facilitação das conversas no grupo, especialmente na possibilidade de redução de conflitos no cenário após uma separação conjugal.

Pesquisadores e participantes deverão guardar sigilo quanto à identidade dos integrantes do grupo. A manipulação das informações geradas no grupo, publicação e divulgação dos resultados, ficará a cargo unicamente da autora da pesquisa. A divulgação das informações será anônima e em conjunto com as respostas dos outros participantes dos grupos, não sendo relacionadas com quem as expressou.

Qualquer participante do grupo poderá desistir de participar a qualquer momento, bastando para isso comunicar sua decisão aos facilitadores dos encontros.

Estou esclarecido a respeito dos objetivos da pesquisa e manifesto interesse em participar do Espaço de conversas sobre o divórcio.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2011.

Assinatura: _____

Nome: _____

APÊNDICE D – Acordo de convivência**NÃO**

Crítica.

Julgamento.

Acusação.

Falta de respeito.

Bate-boca.

Dizer o que o outro tem que fazer.

Silêncio.

Superficialidade na discussão dos assuntos.

SIM

Cuidado com a privacidade alheia.

Delicadeza na abordagem do tema.

Cuidado com os sentimentos dos outros.

Itens acrescentados pela equipe:

Falar/participar somente quando quiser/puder.

Pedir ajuda sempre que necessário.

APÊNDICE E – Temas que gostariam de discutir

Temas que gostariam de discutir:

Filhos:

Forma de convivência com os filhos.

Guarda compartilhada/alternada.

Como o homem lida com os filhos?

A manipulação dos filhos.

Sentimentos após a separação em relação aos filhos.

Falta de comunicação, afastamento dos filhos.

Ceder em prol dos filhos.

Falar mal do pai/mãe para o filho.

Relações com ex-enteados (acrescentado no segundo encontro)

Conflitos:

Qual a principal razão?

Novas relações:

Preconceito

O que não quer e como evitar.

Medo de casar novamente.

Relações com a família estendida do ex e do ex com a nossa família.
(acrescentado no segundo encontro)

APÊNDICE F

MAPA DE REDES

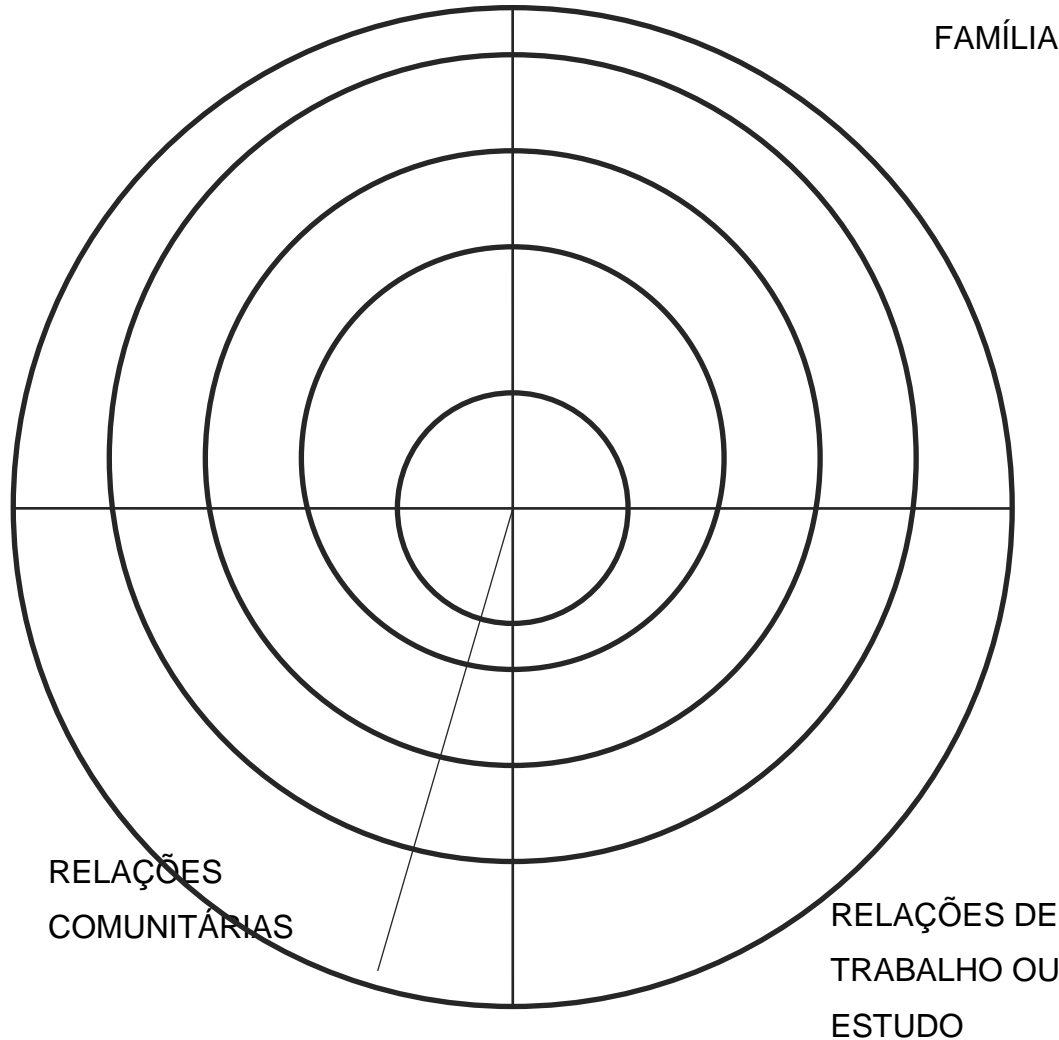
SLUZKI, Carlos E. *A rede social na prática sistêmica; alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo

RELAÇÕES COM

- | 1. | 16. |
|-----|-----|
| 2. | 17. |
| 3. | 18. |
| 4. | 19. |
| 5. | 20. |
| 6. | 21. |
| 7. | 22. |
| 8. | 23. |
| 9. | 24. |
| 10. | 25. |
| 11. | 26. |
| 12. | 27. |
| 13. | 28. |
| 14. | 29. |
| 15. | 30. |

AMIZADES

FAMÍLIA



RELAÇÕES
COMUNITÁRIAS

RELAÇÕES DE
TRABALHO OU
ESTUDO